

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

KAMILA SILVA DE ALMEIDA LUDWIG

**MÃES EM CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SUAS PERCEPÇÕES SOBRE OS
FILHOS: NARRATIVAS BIOGRÁFICAS DE MULHERES AGREDIDAS**

Porto Alegre
2019

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

Ficha Catalográfica

L948m Ludwig, Kamila Silva de Almeida

Mães em contexto de violência doméstica e suas percepções com relação aos filhos : Narrativas biográficas de mulheres agredidas / Kamila Silva de Almeida Ludwig . – 2019.

199.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Hermílio Santos.

1. maternidade. 2. violência doméstica. 3. interpretação. 4. entrevista narrativa biográfica. 5. biografia. I. Santos, Hermílio. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

ESCOLA DE HUMANIDADES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

KAMILA SILVA DE ALMEIDA LUDWIG

**MÃES EM CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SUAS PERCEPÇÕES
COM RELAÇÃO AOS FILHOS**

Narrativas biográficas de mulheres agredidas

Porto Alegre

2019

KAMILA SILVA DE ALMEIDA LUDWIG

**MÃES EM CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SUAS PERCEPÇÕES
COM RELAÇÃO AOS FILHOS**

Narrativas biográficas de mulheres agredidas

Orientador: Prof. Dr. Hermílio Pereira dos Santos Filho

Porto Alegre

2019

KAMILA SILVA DE ALMEIDA LUDWIG

**MÃES EM CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E
SUAS PERCEPÇÕES COM RELAÇÃO AOS FILHOS**

Narrativas biográficas de mulheres agredidas

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Hermílio Pereira dos Santos Filho

Prof. Dr. Juliana Tonin

Prof. Dr. Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo

Profa. Dra. Rochele Fellini Fachinetto

Porto Alegre

2019

Dedico esta tese à minha filha Giovana, ao meu marido Paulo, ao meu pai Rubem, à minha mãe Tânia (in memoriam), à minha irmã Grazielle e à minha avó Maria. Sem vocês não teria sido possível.

AGRADECIMENTOS

Uma longa caminhada me trouxe até aqui. Foram muitos momentos de escolhas, de exaustão e de alegrias em poder compartilhar conhecimento com os colegas e aprender tanto durante esta jornada.

No meio do percurso, a chegada da Giovana. E a força de persistir só aumentou. E o primeiro paradoxo deste trabalho se estabelece: uma pesquisa que discute a maternidade me ajuda a refletir todos os dias sobre o tipo de relação e de significado que podemos ter uma na vida da outra. Dedico um pedaço bem grande deste trabalho a ti, minha filha.

Sendo mãe em vias de terminar o doutorado entendi da forma mais profunda o significado de uma rede de apoio tecida de amor, carinho, cumplicidade e entrega. Por isso, dedico esta tese também a ti, meu amor, Paulo Ludwig. Muito mais do que um companheiro, fostes um pai incansável na busca por minimizar minha ausência no dia a dia da nossa filha, um amigo atento aos momentos mais difíceis cuidando para que eu não duvidasse da minha capacidade de concluir esta etapa.

Agradeço à minha avó Maria Delci da Silva, que esteve diariamente zelando pelo meu bem-estar, seja com uma comidinha quente, um docinho inesperado ou com os cuidados com a Giovana de todas as manhãs para que eu pudesse estar integralmente focada na tese. Sou grata ao time amoroso que, ao cuidar da Giovana, estava cuidando de mim, garantindo a tranquilidade necessária para redigir esta pesquisa: minha irmã Grazielle, meu pai Rubem Hamilton, minha madrastra Darciane Flach, meus sogros Suzi de Oliveira Ludwig e Paulo Ludwig.

Agradeço ao meu orientador, professor Dr. Hermílio Santos, por toda a dedicação. És, sem dúvida, uma inspiração. Agradeço Dr. Robin Humphrey, meu orientador em Newcastle University. Agradeço aos membros da banca, profa. Dra. Juliana Tonin, prof Dr. Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo e profa. Dra. Rochele Fellini Fachinetto pela generosidade em apontar caminhos elucidativos para este trabalho.

Agradeço aos colegas do grupo de estudos sobre Pesquisa Biográfica Interpretativa pela paciência em me escutar nos momentos mais difíceis, em especial à Karina Reif, Naida Menezes, Débora Rinaldi, Lucas Cé e Priscila Susin.

Agradeço às entrevistadas por compartilharem suas vivências comigo em prol da ciência, às integrantes do Centro Marieta da Luz e ao Great Woman.

Agradeço à Luísa Rizzatti, minha amiga e fiel escudeira, e à minha comadre Danielle Matté com quem divido as angústias.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação da Escola de Humanidades da PUCRS por compartilharem seus conhecimentos, à Rosane Andrade, que está sempre a postos na busca de tornar essa jornada mais tranquila, e à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela bolsa de estudos¹.

E, por fim, dedico estas páginas à minha mãe Tânia, que no ano em que concluo o doutorado, soma 18 anos de ausência no plano terreno. Posso sentir teu orgulho, minha mãe. Jamais descumprirei a promessa que te fiz. Não tenho planos de parar de estudar.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001/ his study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nivel Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001

RESUMO

Esta tese propõe uma discussão sobre a maternidade e a violência conjugal. Para ajudar na compreensão deste fenômeno e encontrar as estruturas da ação das mulheres diante dos seus filhos que presenciam violência doméstica, recorreremos à Pesquisa Social Interpretativa. Interessada na vivência dos sujeitos que sofrem violência doméstica e qual interpretação as mães fazem de seus filhos nestas relações, recorro à abordagem metodológica de narrativas biográficas desenvolvida pela pesquisadora alemã Gabriele Rosenthal, sociologicamente fundamentada nos estudos de Alfred Schütz, como uma das principais ferramentas na busca por meus resultados. Munida destes instrumentos, após percorrermos os passos da análise, foi possível chegar a dois Tipos distintos de interpretação sobre o filho nos casos de violência doméstica. O universo de pesquisa compreendeu 24 mães, sendo 15 submetidas entrevistas abertas no Brasil e cinco no Reino Unido, além das 4 entrevistas narrativas realizadas no Brasil. O primeiro Tipo demonstra que a mãe culpa a criança por entrar e permanecer numa relação violenta e age para penalizá-lo, e, o segundo Tipo, encontra no filho a salvação para quebrar com o ciclo da violência.

Palavras-chave: Maternidade. Violência Doméstica. Violência Conjugal. Interpretação. Biografia. Entrevista Narrativa Biográfica.

ABSTRACT

This thesis discusses about motherhood and marital violence. In order to help us to understand this phenomenon and find the structures of action of women in front of their children who witness domestic violence, we resorted to Interpretive Social Research. Interested in the experience of subjects who suffer domestic violence and what interpretation mothers make of their children in these relationships, I resort to the methodological approach of biographical research developed by the German researcher Gabriele Rosenthal, sociologically based on the studies of Alfred Schütz, as one of the main tools for my results. With these instruments, after going through the steps of the analysis, it was possible to reach two distinct types of interpretation about the child in cases of domestic violence. The research universe have 24 mothers, of which 15 were submitted to open interviews in Brazil and five to the United Kingdom, in addition to the 4 narrative interviews conducted in Brazil. The first Type demonstrates that the mother blames the child for entering and staying in a violent relationship and acts to penalize him, and the second Type finds in the child salvation to break up with the cycle of violence.

Keywords: Maternity. Domestic Violence. Marital Violence. Interpretation. Biography. Biographical research.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Níveis que abrangem violência doméstica de forma ativa.....	35
Quadro 2 – Protocolos de observação.....	52 – 53
Quadro 3 – Sinais de transcrição.	75 – 76
Quadro 4 – Memo Terezinha	82 – 84
Quadro 5 – Resumo das datas da vida de Terezinha	87 – 88
Quadro 6 – Tipos textuais com base nos quais são divididas as sequências da vida narrada pelo biografado	94 – 95
Quadro 7 – Questão central de Terezinha	96 – 97
Quadro 8 – Narrativas biográficas: resumindo a abordagem metodológica.	101

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	AS RELAÇÕES DE GÊNERO	22
2.1	A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	23
2.1.1	Rede de apoio	29
2.2	FAMÍLIA: UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL	32
2.2.1	Relações violentas entre casais com filhos	36
2.2.2	Maternidade e paternidade	42
3	SOCIOLOGIA COMPREENSIVA INTERPRETANDO O MUNDO SOCIAL	48
3.1	APROXIMAÇÃO AO CAMPO	52
3.1.1	Centro Marieta da Luz, no Brasil	55
3.1.2	Centro <i>Great Women</i> , no Reino Unido	59
3.1.3	Campos interligados: Brasil e Reino Unido	64
3.3	NARRATIVAS BIOGRÁFICAS COMO INVESTIGAÇÃO EM CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	68
3.4	A ENTREVISTA BIOGRÁFICA: ESCUTA DE MÃES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	69
3.5	OS PASSOS DA ANÁLISE E SUA PREPARAÇÃO	80
3.6	ANÁLISE DOS DADOS	85
3.6.1	Análise sequencial dos dados biográficos	86
3.6.2	Análise de texto e do campo temático	90
3.6.3	Reconstrução da biografia	97
3.6.4	Análise detalhada de passagens textuais selecionadas	98
3.6.5	Contraste da história de vida vivenciada com a história de vida narrada	99
3.6.6	A construção de tipos	101
4	RECONSTRUÇÕES BIOGRÁFICAS DE MÃES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	104
4.1	PROBLEMATIZANDO O CAMPO	106
4.2	TEREZINHA	110
4.2.1	Terezinha, do signo de touro	111
4.2.2	História de vida familiar e infância de Terezinha no meio rural do Paraná	113
4.2.3	Gravidez, casamento e mudança de cidade	120
4.2.4	Nascimento do filho Miguel e o início dos maus tratos	123
4.2.5	Violência física e terror	126
4.2.6	Primeiros passos de liberdade: auto-escola e faxinas	128
4.2.7	O filho no meio do fogo cruzado	131
4.2.8	Plano de fuga: o ciclo da violência até a última surra	134

4.2.9 O recomeço.....	136
4.3 AMANDA	140
4.3.1 Amanda e o espelho.....	141
4.3.2 História de vida familiar de abusos e infância paupérrima	142
4.3.3 Gravidez e nascimento de Lucas	148
4.3.4 Os episódios de violência e o término da relação.....	150
4.3.5 A presença do filho na relação conjugal conturbada.....	156
4.3.6 Carência afetiva	160
4.4 GERANDO TEORIA A PARTIR DO EMPÍRICO.....	163
5 ANÁLISE TIPOLOGICA: A INTERPRETAÇÃO DAS MÃES SOBRE A PRESENÇA DE SEUS FILHOS NO CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA..	166
5.1 TIPO HÉSTIA: FILHO É INTERPRETADO COMO RESPONSÁVEL PELA MÃE ESTAR EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA	168
5.2 TIPO HERA: FILHO É INTERPRETADO COMO A SALVAÇÃO DA SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA	177
5.3 FILHOS: MECANISMO DE DEFESA EM AMBOS OS TIPOS.....	179
5.4 FILHOS SIGNIFICAM UM ELO ENTRE A MÃE E O PAI PARA A VIDA TODA	183
5.5 OS TIPOS E SUAS DIFERENÇAS.....	186
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	189
REFERÊNCIAS.....	191

1 INTRODUÇÃO

O estudo das famílias – as formas como seus membros agem, desempenham papéis, dialogam ou deixam de dialogar – ocupa um espaço importante nas ciências sociais. Somado a isto, as pesquisas em torno da violência contra a mulher vêm crescendo cada vez mais no Brasil e no mundo. Entretanto, uma lacuna aparente se perpetua diante da questão: as investigações pouco abordam a maneira como as mães interpretam os filhos nestes conflitos.

Em sua tese de doutorado, Eleanor Brown (2014) demonstra que uma mulher que tem filhos possui três vezes mais chance de sofrer violência doméstica do que aquelas que não têm. Este dado nos faz refletir sobre a importância de investigarmos a violência contra a mulher sob a ótica do significado dos filhos na relação, uma vez que a presença deles tende a deixá-la mais vulnerável, como discutiremos nos capítulos seguintes.

Chegar até aqui, na redação desta tese, portanto, é quase um desabafo. E isto se dá por diversos motivos. No decorrer do processo, e, muito mais na escrita do trabalho, percebo que a falta de investigações sobre o assunto me incomoda. Por isso, venho reforçar que as buscas por respostas para este fenômeno social não param por aqui, caso a vida acadêmica futura venha a me permitir seguir. Tendo os resultados da tese demonstrado, pelo viés da mãe, que as crianças vivem uma figura central nestas relações, seja como elo, como escudo, ou como culpados por estarem em situação de violência, urge a necessidade de se pesquisar mais sobre este universo jogando luz sob os filhos.

A redação desta tese ocorre também após um processo transformador pelo qual passei durante a investigação: a maternidade. Peço a licença, portanto, para dizer que todas estas páginas foram sendo gestadas como um filho, uma gravidez de 208 semanas, aproximadamente. E é chegada a hora de dividir com a comunidade acadêmica parte do que vivenciei por meio de pesquisa empírica e também nos livros.

Sou Jornalista de formação e construí minha trajetória profissional como repórter no Jornal Zero Hora, de Porto Alegre. Estar junto das pessoas, escutar as suas histórias, compartilhar de suas dores e seus dramas é algo que me move. E foi isso que procurei fazer logo quando iniciei o doutorado, quatro anos atrás.

Naquela época, troquei o emprego formal no periódico com maior circulação do Rio Grande do Sul, para me dedicar ao meu tema de pesquisa. Visitei centros de referência, fui a congressos, escrevi artigos, conheci pessoas no Brasil e no Exterior dedicadas a pensar a violência doméstica sobre os mais variados aspectos.

Não teria como deixar de mencionar aqui o ineditismo deste trabalho na sociologia brasileira, pois, de tudo o que vi e pesquisei, quase nada se aproxima do campo abordado nesta tese. A violência doméstica vem sendo estudada pelo viés da agência da mulher, praticamente sem considerar os filhos nas pesquisas.

Dados elaborados pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e divulgados no Relatório Lilás (2013) mostram que 83,48% das mulheres assassinadas durante os primeiros cinco anos de vigor da Lei Maria da Penha tiveram a própria casa como cenário da morte. Levando em consideração que a cada 10 destas vidas ceifadas, seis possuíam filhos — 87% até 15 anos de idade —, é possível que as crianças tenham presenciado os crimes. Os dados colaboram para engrossar os achados ingleses de Brown e Mirrlees-Black de que mulheres com filho tem uma tendência maior de ser alvo das agressões. Mas não encontrei dados referentes à realidade brasileira de que as mulheres com filhos sofrem mais violência doméstica. Trata-se de uma percepção que também se reflete no banco de dados do Marieta da Luz que mostrou que, em 2015, 80% daquelas que buscaram ajuda tinham filhos com menos de 18 anos, segundo levantamento² realizado pela própria instituição. No grupo do Reino Unido, que também me serviu de campo de pesquisa, das sete participantes do grupo, apenas uma não possui filhos.

O fenômeno que embasa esta tese, portanto, é a violência contra a mulher que possui filhos. Assim, buscamos respostas para o seguinte problema: “quais são as regras que compõem a ação de mães vítimas de violência doméstica com relação a seus filhos?”. Motivada pelas pesquisas que mostram que as mulheres que têm filhos possuem mais chance de serem vítimas de violência doméstica (BROWN, 2014 ; MIRRLEES-BLACK, 1999), buscamos descobrir, com o auxílio da Pesquisa Social Interpretativa, ancorada na abordagem metodológica de Gabriele Rosenthal, de que forma elas interpretam e lidam com essa violência na relação com filhos. E mais: de que forma elas agem a partir da interpretação que fazem sobre seus filhos diante das relações violentas.

Os elementos que me levaram ao problema de pesquisa foram encontrados tanto na literatura quanto empiricamente. Os dois âmbitos da pesquisa demonstraram que existem diferenças estratégicas ou ações empregadas pelas mães em relação ao filho neste tipo de contexto. Como demonstraremos a seguir, vamos em busca de quais elementos interpretativos compõem a ação das mães entrevistadas.

² O banco de dados não é informatizado. Todos os registros são realizados manualmente nos prontuários.

As narrativas me possibilitam argumentar sobre a singularidade do maternar para cada mulher vítima de violência doméstica, assim como se torna difícil de dar conta de todas as regras sociais impostas e esperadas por uma mãe. Nossa investigação foi ao encontro da literatura que mostra que a maternidade, a paternidade e família são construções sociais que aprisionam mais do que acalentam.

E foi sob esta perspectiva que me ative a seguir com o assunto de pesquisa desde o mestrado. Na minha dissertação, estudei a violência contra a mulher sob a perspectiva dos órfãos (LUDWIG, 2015). Estava bastante influenciada por uma matéria que eu havia feito para o jornal pouco antes de ingressar no programa de pós-graduação em Ciências Sociais da PUCRS. Foi necessário esforço para construir o arcabouço teórico por trás do tema, já que todos os trabalhos e pesquisas que estudavam os órfãos diziam respeito a outros assuntos, como guerra, doenças como a Aids e etc. Foi também bastante penoso encontrar um entrevistado disposto a falar sobre sua trajetória.

Foi a narrativa biográfica, como abordagem metodológica, que me ajudou a compreender diversas questões que rondam o tema, e foi por meio desta metodologia que dei minha contribuição às Ciências Sociais. Nos meandros desta abordagem metodológica, tão profunda e complexa, enxerguei o tema que hoje conduz minha pesquisa de doutorado, onde busco entender como as mães vítimas de violência doméstica interpretam seus filhos nessas relações.

Gabriele Rosenthal, autora que aprimorou a metodologia e a qual faz parte do referencial teórico da presente pesquisa, indica que a reconstrução sociológica do trabalho biográfico “esclarece não apenas a particularidade do caso, mas evidencia, antes, o social mesmo, em seu surgimento e em suas implicações para a ação” (ROSENTHAL, 2014, p.224). Rosenthal argumenta que esta metodologia torna bem mais difícil que questões essenciais da constituição mútua entre indivíduo e sociedade passem despercebidos pelo olhar do pesquisador. Foi exatamente isto que aconteceu durante meus estudos.

E foi baseado nestes pontos que fiz um ajuste de rota no doutorado. Optei por investigar as mulheres e entender como interpretam os filhos diante de suas relações de violência doméstica. Desta forma, o universo de pesquisa agora é compreendido por mães. Tendo narrativas biográficas como abordagem metodológica, o que se pretende buscar é a gênese da ação dessas mulheres com relação aos filhos diante do histórico de agressões, durante a relação violenta e após a separação. Por entender a Sociologia Compreensiva, na qual está inserida a abordagem metodológica aprimorada por Gabriele Rosenthal, da qual me aproprio para

desenvolver a tese, como a mais adequada para desvendar interpretações que estão nas entrelinhas do discurso, recorro a análises de biografias para dar conta de meu campo de pesquisa.

Apesar de os estudos das narrativas biográficas terem somado cada vez mais pessoas interessadas em desenvolver suas pesquisas no Brasil, bem como a publicação recente de obras editadas em português, que ajudaram a tornar a metodologia mais conhecida, ainda há um campo bastante fértil para se conquistar e avançar. Há ainda a publicação, pela editora Vozes, da tradução para o português do livro *A construção significativa do mundo social: uma introdução à sociologia compreensiva*, de Alfred Schütz, que serve de referencial teórico, e também de duas obras de Gabriele Rosenthal publicadas pela EdiPUCRS, em 2014 e 2017, respectivamente: *Pesquisa social interpretativa: uma introdução* e *História de vida vivenciada e história de vida narrada: Gestalt e estrutura de auto-apresentações biográficas*, para auxiliarem no testemunho do interesse cada vez maior pela abordagem.

Perseguindo uma característica pessoal de vivenciar todos os âmbitos conectados ao universo estudado, não poderia deixar de mencionar a experiência como entrevistada sob a ótica do método de narrativas biográficas que tive durante a confecção da tese. Me candidatei a participar da pesquisa da professora Roswitha Breckner, da Universidade de Viena, que esteve na PUCRS, em 2018. Breckner buscava entender o comportamento dos internautas nas redes sociais, comparando o meio físico de seleção de fotos com o mundo online. A experiência teve um impacto importante no meu modo de perceber a entrevista biográfica. Impossível não tentar prever qual seria o eixo temático da minha narrativa pincelado por ela ou quais hipóteses faria sobre minha trajetória. Mas, aqui, divido uma parte da sensação de vivenciar o papel de biografada.

Gentilmente, a entrevistadora ia me estimulando a gerar narrativas, somente a partir da pergunta inicial³, que é, em resumo: “me fale de toda a sua vida, desde o dia em que você nasceu até agora”, e o fluxo de memórias do passado fazia com que centrasse o meu discurso em torno da relação que tenho com meu pai e minha irmã. No decorrer da entrevista, ia me dando conta de coisas sobre as quais não havia pensado anteriormente e que possuem impacto nas minhas ações hoje. É claro que a minha vida inteira não foi contemplada durante os dois encontros que tivemos, mas pude perceber, sentada do outro lado do gravador, o quanto este estilo de entrevista provoca o entrevistado a buscar no passado cenas e situações completas que ajudam a construir o presente.

³ Ver mais sobre entrevista biográfica na página 69.

Fosse um outro formato de conversa, provavelmente, eu traria minhas respostas e lembranças para o presente e centraria meu discurso para os fatos mais marcantes e consciente do presente, sendo um deles a maternidade. À época da entrevista, minha filha tinha menos de um ano e o fluxo de memórias latentes não chegaram a contemplar este acontecimento tão marcante, que foi seu nascimento. A chegada da Giovana só foi aparecer na segunda etapa da entrevista, mesmo tendo ela mudado meu fluxo de ações recentes e, inclusive, a percepção sobre o campo e o objeto de pesquisa. A partir do nascimento dela, vivenciando a maternidade e a dinâmica familiar incluindo um filho, os novos pactos que são firmados na relação conjugal e o que se espera de uma mãe com relação à criação de uma criança, me fazem ter um conhecimento mais amplo do meu estudo.

Outro acontecimento biográfico bastante marcante durante a elaboração da tese foi o período de quatro meses de doutorado-sanduíche proporcionado pela Capes. No segundo semestre de 2018 fixei residência em Newcastle, no Reino Unido, para aprofundar meus estudos e acessar um campo diferente do qual já havia tido contato. A viagem ocorreu simultaneamente à descoberta da minha gravidez. Lembro de ter ficado apreensiva à época e, em uma das conversas mais significativas acerca do tema da minha gestação, encontrei a tranquilidade que precisava para seguir adiante com a pesquisa. Foi uma conversa que tive com o meu orientador, professor Dr. Hermílio Santos, antes de viajar, pensando que minha condição pudesse prejudicar o programa. Disse a ele: "professor, estou com um problema e gostaria da sua ajuda para resolver. Descobri que estou grávida". O professor comemorou e rebateu: "mas isso não é problema algum, é apenas uma mudança biográfica".

O diálogo acima, bastante simples, assumiu uma proporção importante na minha trajetória acadêmica e, sem dúvida, mudou meu ponto de vista com relação a estas mães. Sobre isto, retomarei mais adiante, no subcapítulo 3.1, que fala sobre o acesso ao campo. Por enquanto, gostaria de ressaltar o quanto foi esclarecedor o período na Newcastle University, amparada pelo professor Dr. Robin Humphrey, encarregado de supervisionar meu período de permanência no Reino Unido. Foi por meio dele que pude participar de reuniões com professores dedicados ao estudo da infância, adolescência e violência doméstica e trocar referências sobre métodos qualitativos de investigação, assim como a produção local na Inglaterra sobre o tema.

Dentre os contatos realizados em Newcastle está a professora Dra. Alison Jobe, da Universidade de Durham. Com anos de experiência no Serviço Social da região, Jobe traçou

um panorama sobre como a violência doméstica é tratada do ponto de vista dos filhos, assim como indicou a literatura disponível para aprofundar os estudos.

Com o auxílio de Clare Vaughan, orientanda do professor Robin na Inglaterra e do professor Hermílio Santos no Brasil, consegui aproximar o contato com dois importantes grupos. O primeiro foi o Centre for Research into Violence and Abuse (CRiVA), coordenado pela professora Nicole Westmarland, da Durham University, e conhecer o contexto geral sobre as pesquisas envolvendo violência doméstica contra a mulher. O segundo local indicado, e que teve o acesso facilitado por Clare, foi o grupo que atende semanalmente mulheres vítimas de violência doméstica, o Women's Health⁴. Lá, além de observar as reuniões onde angústias, histórias e dúvidas eram compartilhadas, sob o comando de Paloma, profissional de saúde mental do local, também foi possível realizar entrevistas com algumas mulheres integrantes do grupo.

Desta forma, consegui traçar um paralelo entre as realidades sobre o mesmo assunto no Brasil e na Inglaterra, ainda que, é importante frisar, não seja o meu objetivo aqui discorrer sobre seus contrastes e semelhanças. A experiência serve de estofo empírico e teórico para que haja uma apropriação ainda mais profunda sobre o tema de pesquisa.

Além disso, aproveitei o período para buscar nova literatura sobre seu tema de estudo na biblioteca da universidade. Se faz pertinente ressaltar que, além da produção bibliográfica brasileira e das discussões realizadas ao redor do mundo, foi bastante interessante para o presente trabalho um mergulho na biblioteca da Newcastle University. Pude percorrer durante semanas o arquivo online e os corredores da instituição em busca de material que me ajudasse a armar este arcabouço teórico que circunda meu tema de pesquisa.

Logo que cheguei à cidade comecei a procurar um espaço de acolhimento a mulheres vítimas para que pudesse pesquisar. E foi nessa busca em meios físicos, encontrando pesquisadores de diversos locais da redondeza e também no meio virtual, buscando centros e enviando e-mails para seus responsáveis que deparei com o seguinte estudo da Organização Womensaid, uma das maiores e mais antigas do Reino Unido. Eles publicaram em 2017 um manual chamado *Child First: A Call to Action One Year On (Crianças em primeiro lugar: uma chamada para a ação em um ano)* com o objetivo de envolver toda a comunidade em torno de um problema que acontece dentro dos lares, que acabam se tornando inseguros para as crianças que sofrem diretamente violência de seus pais ou que sentem os efeitos da violência contra suas

⁴ Os nomes de todos os locais e pessoas entrevistadas serão substituídos por nomes fictícios com o objetivo de preservar a identidade das biografadas.

mães por parte de seus companheiros (pais ou padrastos da criança). No ano anterior, em 2016, a instituição havia lançado uma campanha para acabar com a mortalidade infantil com causa evitável, como no caso do contato inseguro com os perpetradores de abuso doméstico.

Foi a partir da leitura deste documento que comecei a fazer as conexões entre as realidades encontradas no Brasil e também o que estava vivenciando na Inglaterra. No Brasil, realizei boa parte do meu estudo de campo utilizando um centro de atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica da Região Metropolitana de Porto Alegre⁵ como pano de fundo e como ponte para acessar as biografadas, e também as observações realizadas. O acesso ao campo será discutido no Capítulo 3, mas já adianto aqui que lancei mão de protocolos de observação (*ver página 38*) e realizei entrevistas abertas com as vítimas, tanto no Brasil quanto no Reino Unido.

No Brasil, tive a oportunidade de acompanhar o dia a dia da instituição, aqui batizada de Marieta da Luz⁶, entre os anos de 2015 e 2017, participando das rodas de conversa, dos atendimentos individuais, observando a sala de espera e conversando com a equipe técnica e com algumas vítimas. Em algumas atividades do centro de atendimento, fui convidada a atuar como palestrante sobre o lugar dos filhos nestas relações e acompanhei sessões de júri popular. Durante um período, me afastei do contato semanal com o espaço e, posteriormente, retornei. Todas as medidas tomadas, as estratégias adotadas em campo e também a vivência serviram para que eu pudesse me cercar do maior número de elementos possível para compreender meu universo de pesquisa.

O local possui um espaço reservado às crianças e foi nele, acompanhando esta interação dos filhos com aquele meio e também conversando com as mães deles, que optei por enveredar meu tema para saber como as mães interpretam os próprios filhos nestas relações. Isto quer dizer que, chegar ao campo completamente aberta, além de estar receptiva a todas as informações oriundas das entrevistas, fez com que fosse delineado um rumo mais significativo para a minha investigação.

Assim, o universo de pesquisa compreende o acesso a 24 entrevistadas: 15 entrevistas abertas no Brasil e cinco no Reino Unido, além das 4 entrevistas narrativas realizadas no Brasil,

⁵ O nome do centro de atendimento a mulher vítima de violência doméstica, assim como seu município estão anonimizados na presente tese para preservar a identidade das biografadas.

⁶ Nome fictício, a fim de anonimizar as biografadas, que será utilizado no decorrer da tese.

sendo que duas resultaram na reconstrução biográfica, que mais adiante, no capítulo 5 servirão de base para explicar os tipos aos quais pertencem.

Com este entendimento ampliado consegui ter uma revisão bibliográfica mais rica, em contato com obras editadas no Reino Unido. Questões como o significado e a constituição da família, os mitos envolvendo a maternidade e paternidade, além de um apanhado sobre a literatura que estuda a violência contra a mulher podem ser vistas no Capítulo 2.

No capítulo 3, descrevo em detalhes como foi o acesso ao campo de pesquisa, um dos terrenos mais importantes desta tese, uma vez que é das pessoas que as respostas sociológicas tendem a emergir. É neste mesmo capítulo que explico como meus estudos na Newcastle University foram fundamentais para solidificar o que nos últimos anos vinha pesquisando. Foi importante perceber o quanto o mesmo tema, que à primeira vista pode parecer exclusivo das classes mais baixas e de países menos desenvolvidos, é capaz de atingir uma sociedade de primeiro mundo como é a inglesa. Trago exemplos de observação realizada em um centro de apoio a mulheres também do Reino Unido.

Foi perturbador entender como aquela sociedade se comportava e que, apesar de todo o estado de bem-estar social do país, havia um clima de insegurança dentro dos lares. Interessante também foi o processo de tentar esmiuçar as peculiaridades e entender o fantasma que assombrava por lá com relação às crianças, uma vez que o conselho tutelar exercia uma forte pressão sobre a família e cultivava-se a ideia de que os agentes sociais tiravam as crianças do convívio da família ao sinal de violência. Segundo os especialistas com os quais tive contato e as obras que me indicaram ler, isso ocorreu fortemente no passado, mas havia um resquício entre boa parte da população de desconfiança do conselho tutelar. Todos esses elementos me ajudaram na construção da espinha dorsal da presente tese. A imersão no campo possibilitou a percepção de que os filhos são usuais “moedas de troca” na relação, tornando-se objetos de ameaças entre o casal. Desta forma, o universo de pesquisa passou a ser estas mães. E, em todos os casos, ao menos em sua vida narrada, os filhos eram temas centrais de seus discursos. Eles aparecem como um elo que liga a mãe e o marido agressor. São as motivações deste elo que serão apresentadas na presente tese.

Deixo para o capítulo 3 também a apresentação da abordagem metodológica de narrativas biográficas que terá seus passos ilustrados pelos casos reais das entrevistas realizadas na presente pesquisa.

As reconstruções biográficas contendo os esquemas de ação das mães entrevistadas fazem parte do capítulo 4 para, mais adiante, no capítulo 5, servirem de base para a discussão

sobre os dois Tipos, as duas maneiras de interpretar a presença dos filhos na relação conjugal violenta. Aqui é também apresentado um estudo ampliado relacionando os casos abordados por intermédio de protocolos de observação e entrevista aberta. Ao final, conforme Rosenthal (2014) buscamos uma análise detalhada, fundamentada em hipóteses e teorias desenvolvidas acerca do nosso objeto de estudo.

No primeiro Tipo, a mãe interpreta o filho como o culpado por colocá-la em situação de violência e, no segundo tipo, a prole é justamente a salvação, sendo a responsável pela quebra do ciclo de violência.

Partimos das estruturas biográficas para entender as condições interpretativas, como lembrou Menezes (2019), que ambos os tipos apresentam para lidar com a presença dos filhos nas relações. Um deles interpreta a criança como culpada pela permanência na relação violenta e o outro, como a salvação. Apesar de completamente opostos, os Tipos possuem semelhanças em alguns aspectos, como será discutido no referido capítulo.

Com a pesquisa, pretendo contribuir com a comunidade acadêmica também ao utilizar a Pesquisa Biográfica Interpretativa para reconstituir os processos de formação do fenômeno de atribuição de sentido aos filhos nos casos de violência doméstica, observando a orientação individual de cada mãe entrevistada. Que este trabalho possa trazer algumas respostas sobre o tema e que possa incentivar outros pesquisadores a seguir com o interesse voltado para as relações estabelecidas por estes filhos no âmbito da violência conjugal.

2 AS RELAÇÕES DE GÊNERO

Após percorrermos a bibliografia que tangencia nosso tema de pesquisa, voltado para apreender a interpretação de mulheres sobre os seus filhos no contexto de violência doméstica, como elas percebem as crianças no conflito, estruturamos este capítulo de forma a situar o leitor sobre categorias que circundam nosso foco. Iniciamos nosso percurso pelas relações de gênero.

Aqui, descrevemos o que entendemos por gênero. O termo não representa apenas uma categoria de análise, mas também uma categoria histórica e, como tal, pode ser concebido, conforme ponderou Saffioti (2015), como aparelho semiótico (LAURENTIS, 1987), símbolos culturais que evocam representações, conceitos normativos, instituições e identidade subjetiva (SCOTT, 1990), além de divisões e atribuições assimétricas de potencialidades (FLAX, 1987) e ainda uma gramática sexual regulando as relações entre os sexos (SAFFIOTI e ALMEIDA, 1995). Mas entre as correntes feministas dedicadas a estudar gênero há um consenso de que trata-se "da construção social do masculino e do feminino" (SAFFIOTI, 2015, p. 47). No âmbito da construção social, Scott (1990) teoriza sobre gênero esclarecendo que a definição do termo é constituída de duas proposições:

(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações do poder, mas a mudança não é unidirecional. (SCOTT, 1990, p.86)

Partindo do entendimento de Scott (1990), gênero implica nos símbolos culturais que evocam representações simbólicas, como Eva e Maria, que remetem à mulheres mas também a mitos de luz e escuridão, purificação e poluição e etc, além de estarem relacionados a conceitos normativos expressos em doutrinas religiosas, educativas, políticas ou jurídicas transformando-a em uma oposição binária fixa que afirma de forma categórica o significado de masculino e feminino. Há ainda uma concepção de política bem como uma referência às instituições e à organização social. E, por último, o quarto aspecto de gênero que é a identidade subjetiva (SCOTT, 1990).

Até aqui, Scott (1990) e Saffioti (2015) concordam que gênero é o conceito mais amplo envolvendo o tema. Enquanto Scott (1990) trata gênero como algo que faz parte das relações sociais e históricas calcadas nas diferenças perceptíveis entre o sexo feminino e o masculino que não são consequências diretas da biologia ou da fisiologia, Saffioti (2015) discorre sobre gênero como uma categoria geral e patriarcado como categoria específica e que, por sua vez, também passa por transformações no decorrer da história, atravessando não apenas a família,

mas a sociedade como um todo. Na Roma antiga, lembra a autora, o "patriarca detinha poder de vida ou morte sobre a esposa e seus filhos" (SAFFIOTI, 2015, p. 48), o que hoje não existe mais perante a lei, porém, homens continuam matando suas parceiras sob a desculpa da "defesa da honra". E apesar de se configurar como crime, praticado, muitas vezes, inclusive, com requintes de crueldade, no julgamento há "a influência do sexismo reinante na sociedade, que determina o levantamento de falsas acusações – devassa é a mais comum – contra a assassinada" (SAFFIOTI, 2015, p. 48). Todavia, apenas o conceito de gênero não explicita desigualdades entre homens e mulheres, sendo a hierarquia presumida, muitas vezes.

Endossando o que se verificou sobre patriarcado em Saffioti (2015), Hannah Arendt (1985) lembra que há um consenso que trata a violência como "a mais flagrante manifestação de poder" (ARENDR, 1985, p. 22). Para ela, a noção de poder está relacionada ao ato de fazer o outro agir da maneira desejada pelo detentor desta posse.

Tal concepção de poder utilizada por Arendt se aproxima do conceito weberiano em um ponto: cataloga o poder como toda a forma de impor a própria vontade em uma relação social mesmo que enfrente resistências (WEBER, p.33, 2012). Ainda assim, é preciso lembrar que em Weber, diferente de Arendt, o foco está na assimetria das relações e a manifestação do poder, ligada mais à autoridade do que à violência. A eficácia do poder ocorre quando o outro obedece, quando há dominação, não necessariamente pela força física, ou seja, "a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas indicáveis" (WEBER, 2012, p. 33). A teoria weberiana propõe que há poder em qualquer tipo de relação social em que um indivíduo domina o outro, desde que haja consentimento da parte a quem a vontade é imposta (WEBER, 2012, p.33).

A concepção de gênero abordada até aqui nos ajuda a criar uma base para entender os esquemas de relações elencadas a seguir. No próximo tópico trará o conceito de violência doméstica. A expressão costuma ser empregada como sinônimo de violência familiar ou de gênero e, engloba tanto a violência de homens contra mulheres quanto a de mulheres contra homens. Isto porque o conceito de gênero é aberto, sendo este um dos principais argumentos das críticas do conceito de *patriarcado* (SAFFIOTI, 2015).

2.1 A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Saffioti (2015) atenta para uma confusão feita nos estudos sobre o tema e organiza os conceitos de violência contra as mulheres, usado erroneamente como sinônimo de violência de gênero, da mesma forma a confusão entre violência doméstica e violência intrafamiliar. A

autora explica que quando se fala em gênero se está buscando o geral e não quer dizer que desigualdade e poder estejam presentes nas análises, uma vez que "gênero deixa aberta a possibilidade do vetor da dominação-exploração" (SAFFIOTI, 2015, p.74), enquanto os demais termos, com o patriarcado, viriarcado, falocracia e etc "marcam a presença masculina deste pólo" (idem).

O fato, porém, de não ser dada previamente ao estabelecimento da relação a diferença da relação homem-mulher. Nestes termos, gênero concerne, preferencialmente, às relações homem-mulher. Isto não significa que uma relação de violência entre dois homens ou entre duas mulheres não possa figurar sobre a rubrica da violência de gênero. A disputa por uma fêmea pode levar dois homens à violência, o mesmo podendo ocorrer entre duas mulheres na competição por um macho. Como se trata de relações redigidas pela gramática sexual, podem ser compreendidas pela violência de gênero (SAFFIOTI, 2015, p. 75).

A violência intrafamiliar é a que ocorre dentro de uma casa ou fora dela, mas que envolve os membros deste núcleo, levando em conta a consanguinidade e a afinidade e ela está compreendida na violência de gênero. Já a violência doméstica pode atingir também pessoas que não pertencem à família, como no caso de agregados e, a partir de um território dominado, "um homem passa a reinar quase que incondicionalmente sobre seus demais ocupantes" (SAFFIOTI, 2015, p. 76).

O tema da violência contra a mulher tem seus estudos iniciados no Brasil entre as décadas de 1970 e 1980 e, em grande parte, com o foco voltado para o feminismo. Algumas iniciativas, como a implantação de Delegacias de Mulheres, se proliferaram à época (GROSSI, 2012). Santos e Izumino (2005) lembram que, no início das discussões feministas sobre o tema da violência doméstica, o principal objetivo era dar visibilidade à problemática e combatê-la por meio de intervenções psicológicas, jurídicas e sociais.

Santos e Izumino (2005) identificam três correntes teóricas constituindo-se como referência neste tema. Uma delas, de dominação masculina, define a violência contra as mulheres como expressão de dominação da mulher pelo homem, resultando na anulação da autonomia da mulher. A outra corrente, a relacional, relativiza as noções de dominação masculina e vitimização feminina, concebendo violência como uma forma de comunicação apostando na cumplicidade da mulher. Esta convivência seria potencializada pelo medo (SANTOS; IZUMINO, 2005). Há ainda, a dominação patriarcal, influenciada pela perspectiva feminista marxista, compreende a violência como extensão do patriarcado, segundo a qual a mulher, apesar de ser um sujeito social autônomo, está em constante contato com um histórico de controle social masculino.

A abordagem relacional, inaugurada no Brasil por Maria Filomena Gregori, após uma pesquisa empírica com mulheres vítimas de violência doméstica (SANTOS; IZUMINO, 2005) despreza a dicotomia homem *versus* mulher, que coloca o homem como algoz absoluto e a mulher como vítima, e joga luz para a possibilidade de a mulher ser cúmplice dessas agressões.

Esta é a perspectiva, inclusive, que mais se aproxima dos relatos trazidos aqui nesta tese. As reconstruções biográficas do capítulo 3, conforme aponta Gregori (1993), demonstram que essas mulheres encontram benefícios nas relações com os homens, sejam eles afetivos, sexuais, de estabilidade social e econômica, por exemplo.

Em sua obra, a autora percorre a literatura feminista para mostrar como a mulher é posta como vítima até quando ela age contra os outros, como os seus filhos. Nesta perspectiva, “os homens humilham e agredem; as mulheres têm medo, vergonha e se sentem culpadas, os homens agem; as mulheres sentem” (GREGORI, 1993, p. 129). Neste binômio se ignora que a violência pode ser, inclusive, uma forma de comunicação, ainda que perversa entre parceiros” (idem, p. 134).

Neste sentido, a autora propõe uma reflexão sobre as linhas de investigação que eram usadas até então, muito adotadas pelo movimento feminista, inclusive, de que existe uma relação dicotômica de bem e mal e que os homens só se “manifestam através de seu poder de impedir que elas sejam livres” (GREGORI, 1993, p.65). Vasconcellos (2015) contribui nesta discussão lembrando que o próprio sistema de acolhimento da mulher trata a questão desta forma burocrática, onde a elaboração dos inquéritos policiais, por exemplo, estão preocupados com esta construção de vítima *versus* agressor.

É o contrário disso que Gregori (1993) trabalha na sua perspectiva, na qual a violência se constrói numa relação. Esta teoria dialoga com o conceito de gênero formulado por Scott (1990), de que na questão de gênero há espaço para a agência humana, concebida como uma tentativa, mesmo que não completamente racional, “para construir uma identidade, uma vida, um conjunto de relações, uma sociedade estabelecida dentro de certos limites e dotada de uma linguagem conceitual que estabeleça fronteiras” (SCOTT, 1990, p. 86). Assim, deixa-se espaço para que haja a possibilidade de negação, resistência, reinterpretação. A autora constrói seu raciocínio amparada na ideia do conceito de poder de Michel Foucault (2014), pelo qual ele é entendido como constelações dispersas de relações desiguais, discursivamente constituídas em “campos de força” sociais substituindo assim a noção de que poder social é algo unificado, coerente e centralizado. Assim, ela reitera que o lugar da mulher na vida social não está relacionado como um produto das coisas que ela faz, mas do significado de suas atividades na

“interação social concreta”, o que Schütz chamaria de mundo da vida. E para entender qual é este significado é preciso entender que há um indivíduo frente a uma organização social, na qual o nosso dever está em articular essas interpelações, “pois ambos são essenciais para entender como funciona o gênero, como ocorre a mudança” (SCOTT, 1990, p. 86).

Neste cenário, Foucault (2014) entende poder como uma relação, podendo ser mobilizado por todas as partes envolvidas, independente da posição hierárquica de poder, sendo algo a ser exercido e não algo material a se possuir ou não, com possibilidade de resistir e chance de modifica-lo.

Considerando as abordagens acima mencionadas, as mulheres em situação de violência não podem ser vistas como meras vítimas, ou ao menos não todas (STUCKER, 2016).

Já a terceira abordagem, apontada por Santos e Izimuno (2005), que enxerga a situação pelo prisma patriarcal, foi introduzida por Heleith Saffioti sob o argumento de que o patriarcado é um sistema de exploração, que diz respeito diretamente ao terreno econômico (SAFFIOTI, 1987). Em nossa cultura, portanto, o homem é socializado para dominar a mulher e ela para se submeter a este poder (SAFFIOTI, 1987). Saffioti alega que as mulheres se sujeitam à violência não por cumplicidade, mas porque são forçadas a ceder, uma vez que não têm poder suficiente para consentir (SANTOS; IZUMINO, 2005).

Assim, a própria Saffioti (1999) lembra que, especificamente na violência masculina contra a mulher, há uma corrente feminista de pensamento que tende a enxergar a mulher como vítima passiva, mas adverte que as evidências caminham no sentido oposto. Ela pontua que, no momento da queixa, a mulher se coloca em um papel de passividade, percebendo-se exclusivamente como objeto da ação do homem contra ela. Saffioti (1999) põe a mulher em um patamar de sujeito, que estuda a relação custo-benefício e decide pela representação do papel de vítima, em uma negociação permanente (p. 70). A autora observa que os homens podem dispensar às mulheres "um tratamento de não sujeitos e, muitas vezes, as representações que as mulheres têm de si mesmas caminham nesta direção" (SAFFIOTI, 1999, p. 70).

Na literatura estrangeira, um dos principais estudos a este respeito foi realizado por Lenore Walker (2009). Para ela, todo o espectro que envolve a violência intrafamiliar é estarrecedor, pois a família é supostamente um refúgio de tranquilidade. A autora também aponta uma forte relação entre a mulher que apanha do companheiro e abuso infantil, já que muitas das mulheres violentadas relatam que eram agredidas quando crianças. A autora define a mulher que apanha como alguém submetida repetidas vezes "a qualquer agressão física ou

psicológica praticada por um homem a fim de coagi-la a fazer alguma coisa que ele queira que ela faça sem qualquer preocupação com os seus direitos" (WALKER, 2009, p. 7).

A autora foi uma das primeiras a trabalhar com a teoria do "ciclo da violência", segundo a qual a mulher não é constantemente agredida pelo parceiro, e que são esses períodos de trégua que tornam mais difícil fazer com que ela rompa com a violência. Walker divide este ciclo em três fases: a construção da tensão, o incidente agudo de agressão e, por último, a calma e a trégua amorosa (WALKER, 2009).

No primeiro estágio, a mulher tende a minimizar a situação assumindo a culpa. A situação fica tão tensa que ela pensa em deixá-lo e, em contrapartida, ele fica ainda mais ciumento, opressivo e possessivo na esperança de que a brutalidade capture a mulher de volta. No segundo estágio, ambos aceitam que a situação está fora do controle e o argumento que o agressor cria para si para bater na mulher é de que ele precisa "ensinar uma lição" sem, necessariamente, estar se referindo a uma ação específica realizada por ela. Pode ocorrer também, segundo ela, de a mulher provocar a fase dois, geralmente quando o casal já está envolvido em uma relação violenta há mais tempo e "a mulher sente que o período inevitável está próximo e ela não consegue tolerar o seu terror, raiva e ansiedade por muito tempo" (WALKER, 2009, p. 60) e acaba provocando a explosão violenta do companheiro para ter o controle de quando a agressão ocorrerá, evitando viver em pânico de ser pega de surpresa.

Walker complementa que a mulher sabe que a terceira fase será de calma, o que pode impulsioná-la a apressar a fase dois em busca do sossego subsequente. Esta é a fase do amor e da tranquilidade e tende a durar por bastante tempo. Ela vem, geralmente, junto de pedidos de desculpas do agressor e promessas de que aquela situação nunca mais se repetirá. A mulher se convence e aceita manter a relação (WALKER, 2009, p.66). As chances de que a vítima seja ajudada é mínima se ela não estiver separada do agressor e a fase três é a mais difícil para a mulher tomar a decisão de romper com as agressões e se afastar do agressor. Para Walker, esta é a fase em que a mulher argumenta que seu companheiro está desesperado e que precisa da ajuda dela para que seu estado emocional se reintegre. Tendo em vista todas essas nuances, a compreensão do ciclo "é fundamental se queremos aprender a parar ou a prevenir os incidentes de agressão" (WALKER, 2009, p. 55).

O elemento-chave da teoria do "ciclo da violência" de Walker está na relação entre poder e dominação, conceitos compartilhados por Arendt (1985) e Weber (2012). Sobre dominação, Bourdieu (2012) explicita que a divisão entre os sexos é algo normal a ponto de tornar-se inevitável, funcionando como "sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e

de ação" (BOURDIEU, 2012, p. 17). Para ele, a dominação masculina encontra todos os ingredientes para que possa ser aplicada livremente e é construída durante a socialização. Ela é chancelada "pela divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere ao homem a melhor parte" (BOURDIEU, 2012, p. 45). O autor defende ainda que "o privilégio masculino é também uma cilada e encontra sua contrapartida na tensão e contensão permanentes, levadas por vezes ao absurdo, que impõe a todo o homem o dever de afirmar em toda e qualquer circunstância, sua virilidade" (BOURDIEU, 2012, p. 64).

Em *Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas*, Debert e Gregori (2008) realizam um estudo para entender os deslocamentos semânticos no uso da noção de violência contra a mulher, desde o início dos anos 1980 no Brasil, estando dentre os objetivos refletir sobre os limites "das articulações analíticas entre crime, violência e relações marcadas pelas diferenças de gênero" (DEBERT; GREGORI, 2008, p.1). Elas analisam diversos aspectos da Lei Maria da Penha e concluem, entre outras coisas, que o problema mais agudo da lei é o de confundir violência e crime. Assim, as autoras propõem distinguir as duas categorias, sendo crime "a tipificação de abusos, a definição das circunstâncias envolvidas nos conflitos e a resolução destes no plano jurídico" (idem, p. 176). Já a violência implica em um reconhecimento que vai além da legalidade e que gira em torno do reconhecimento social de que certos atos constituem abusos, "o que exige decifrar dinâmicas conflitivas que supõem processos interativos atravessados por posições de poder desiguais entre envolvidos" (ibidem).

Elas seguem a mesma premissa de Foucault (2014) com relação ao conceito de poder relacional, já mencionado nas páginas anteriores, onde a esfera jurídica torna insuficiente para resolver as questões de violência doméstica, "pois tal instância, mesmo tendo como objetivo a justiça para todos, cria, produz e reproduz desigualdades" (ibidem). Dizem isso, mas não sem ressaltar que não querem supor que a Justiça e todo o seu aparato não forneçam importantes instrumentos capazes de organizar a disputa a tal ponto que consegue chegar a uma resolução do conflito. Há que se ponderar também as dificuldades do sistema de justiça penal "de se considerar os elementos existentes por trás dos conflitos violentos" (VASCONCELLOS, 2015, p.131).

Os conceitos apresentados até aqui são importantes para ajudar na compreensão dos esquemas elaborados pelas mães aqui entrevistadas, em suas relações, onde são, ao mesmo tempo vítimas e vilãs. É possível que, apesar de não dar conta de todo o universo de mães que experiência violência doméstica, os mecanismos de ação abordados em cada uma das três vertentes teóricas apresentada acima encontra aplicação entre empiria e teoria. Mas é a linha

relacional defendida por Gregori a que mais encontra respaldo nos casos investigados nesta tese.

Chegamos a este entendimento após percorrermos os passos da análise de narrativas biográficas, cuja abordagem metodológica será detalhada no capítulo seguinte. O que se demonstra como muita força para uma quebra deste ciclo de violência detalhado por Walker (2009) é a existência de uma rede de apoio. É sobre ela que vamos discorrer na seção abaixo.

2.1.1 Rede de apoio

Vale lembrar que faz pouco mais de uma década que as mulheres presenciaram a criação de uma lei⁷ que amplia a sua proteção e os seus direitos, ao mesmo tempo que reserva a oportunidade de representar algum tipo de coação ao agressor. Essa mudança, de uma forma mais ampla, também é muito recente na nossa sociedade. Até a Constituição de 1988, conflitos domésticos e afetivos eram resolvidos no mesmo âmbito em que se iniciavam: dentro do lar.

Foi a Constituição de 1988 que igualou as funções familiares entre homens e mulheres, mas apenas em 1995 que o Artigo 35 do Código de Processo Penal foi revogado permitindo que a mulher prestasse queixa sem autorização do marido. Entretanto, estes crimes domésticos só deixaram de ser julgados como sendo de menor potencial ofensivo, após a sanção da Lei Maria da Penha. Antes, nos poucos casos em que o agressor era condenado, sua pena era reduzida a pagar cestas básicas (CERQUEIRA et. al, 2015).

Conforme lembra Cerqueira et al (2015), a legítima defesa da honra era aceita nos tribunais até a década de 1970 para inocentar os maridos que assassinavam as suas mulheres. Coincide com esta época, as discussões no meio jurídico sobre se o marido poderia ser considerado sujeito ativo nos casos de estupro contra suas esposas, já que era dever dos cônjuges manter relações sexuais. Além da punição mais severa para o agressor, Cerqueira (2015) aponta que a nova legislação passou a oferecer um conjunto de instrumentos para possibilitar a proteção e o acolhimento da vítima para que fosse afastada emergencialmente do agressor e ao mesmo tempo garantindo benefícios sociais por conta desta separação (CERQUEIRA, 2015, p. 10).

⁷ A Lei Maria da Penha, que contempla uma ampla proteção às mulheres vítimas, bem como a tentativa de reeducação do agressor e políticas de prevenção da violência só foi sancionada em 2006 (Lei nº 11.340/2006).

Azevedo e Vasconcellos (2012) concluem que, apesar destes benefícios, na maioria dos casos, a intervenção nos conflitos familiares não corresponde às expectativas das partes. Uma das causas de falha no atendimento da demanda está na falta de uma rede de atendimento ligando as instituições à área da saúde, oferecendo atendimento tanto à vítima quanto ao agressor, o que é visto também em Saffioti (2015) e vai ao encontro do que evidenciou Cerqueira et al (2015) na pesquisa que avaliou a efetividade da LPM.

No caso brasileiro, chama a atenção a dificuldade de implementação das medidas voltadas para a proteção integral das mulheres, para além da pura e simples criminalização do agressor. Chama atenção também o fato de que, apesar do caráter de endurecimento penal da nova legislação, os dados a respeito de condenações demonstram a dificuldade de manter um paradigma baseado na adjudicação de pena a conflitos que não comportam a polarização vítima-agressor, pela complexidade que contêm. E, ainda, o fato de que a mudança de paradigma tem sido propícia à maior discricionariedade judicial, dando ao juiz uma margem de interpretação bastante elástica na administração cotidiana dos conflitos que chegam até a sala de audiências (AZEVEDO E VASCONCELLOS, 2012, p. 567).

Grossi (2012)⁸ faz um apanhado de iniciativas instituídas no Brasil desde o surgimento do movimento feminista, nas décadas de 1970 e 1980, para dar conta da vítima. Entretanto, apesar da existência da Lei Maria da Penha, que prevê no artigo 35, inciso V, que "a União, o Distrito Federal, os Estados e os municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências, centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar, centros de educação e reabilitação para agressores", entre outros, poucos centros voltados ao atendimento do agressor foram criados.

No Brasil, geralmente, a porta de entrada para a rede de atendimento à vítima de violência doméstica tem sido a Polícia Civil. Conforme lembra Vasconcellos (2015), não existe uma obrigatoriedade formal de que seja assim, podendo ela se dar também ao contato com um serviço de assistência social, como um Centro de Referência de Atendimento a Mulher, por exemplo ou pelo sistema de saúde, como o serviço de atenção à Mulher em um hospital de referência. Mas, na prática, conforme observado com ela tendo como base o relato dos entrevistados, estas formas de acesso não serem comuns.

A configuração da DEAM como porta de acesso aos serviços de atenção e proteção preferencial das mulheres em situação de violência parece estar ligada à tradicional

⁸ Delegacia das Mulheres que se proliferaram pelo país, SOS Mulher, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, além de organizações não governamentais comprometidas com a questão, casas-abrigo, Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Centros de Referência Municipais da Mulher (GROSSI, 2012).

utilização das delegacias de polícia como ‘balcões de direitos’ no Brasil (...). É possível que este papel, ainda que paradoxal, já que são as pessoas economicamente carentes as mais vitimadas pelas ações policiais e as que mais fazem uso do mesmo, tenha sido reforçado com a Lei Maria da Penha, já que os encaminhamentos para os serviços de assistência social e saúde são realizados pelos profissionais que desenvolvem as atividades de atendimento na DEAM de Porto Alegre (VASCONCELLOS, 2015, p. 163).

Dentro de uma perspectiva de correntes feministas de estudos, quando uma mulher procura um serviço de apoio, como delegacias, grupos de ajuda, instituição social, "ingressa em um conjunto de relações que emerge externamente a sua experiência imediata, e isso quase inevitavelmente irá moldar o modo como suas necessidades serão endereçadas" (GROSSI; AGUINSKY, 2012, p.26).

A lei prevê, portanto, uma relação de opções de ambientes de apoio para compor esta rede de apoio, que inclui: delegacias especializadas, centros de referência, casas-abrigo, juizado especializados de violência doméstica, promotorias da mulher e defensorias ou núcleos de defesa da mulher, entre outros. Aqui uma ressalva se faz importante. Apesar de ser considerada uma lei bastante importante como proteção à mulher vítima de violência doméstica e que dá acesso a estes esquemas de proteção, isto se dá, na maior parte, nas capitais e regiões metropolitanas, o que dificulta o acesso das mulheres que moram em regiões distantes, como a zona da mata, rural e floresta (CAMPOS, 2015). Outro obstáculo bastante importante é a falta de articulação entre os diversos serviços da rede (PASINATO, 2015), o que faz com que alguns serviços sejam pouco acessados pelas mulheres e até considerados ociosos ou desnecessários por alguns gestores (CAMPOS, 2015).

Como não é papel desta tese focar nos serviços que compõem a rede, discorreremos aqui, brevemente, apenas sobre os centros de referência, ambiente utilizado como campo de pesquisa nesta tese, e a família como uma importante instituição no amparo à vítima. Eles passaram a integrar a política de enfrentamento à violência contra a mulher a partir de 2003. Campos (2015) observa que na maior parte dos estados há poucos profissionais atuando ou é raramente recomendado pelas demais instituições.

Pasinato (2015) faz uma crítica à forma como os esquemas estão pensados, uma vez que se investe mais em formação voltada ao conhecimento técnico e específico de cada setor do que o aprendizado teórico, conceitual e metodológico sobre a violência de gênero e suas especificidades. A autora pontua que isto é um dificultador no enfrentamento à violência doméstica que afeta tanto as instituições quanto os profissionais. Desta maneira, faz-se necessário “questionar as posturas pessoais baseadas em crenças e valores que não reconhecem

a gravidade da violência contra as mulheres” (PASINATO, 2015, p. 537) por parte de quem está na linha de frente dos atendimentos. Além desses problemas, as pesquisas também mostram que os serviços funcionam precariamente conectados, em relações que se baseiam, na maior parte das vezes, em relações pessoais entre profissionais que se organizam para encaminhamentos individuais.

Junqueira (2000) entende que os objetivos nas redes são definidos coletivamente e “articulam pessoas e instituições que se comprometem a superar de maneira integrada os problemas sociais: (JUNQUEIRA, 2000, p.40). No interior dessas redes, seres sociais autônomos, que compartilham objetivos que orientam sua ação, respeitando a autonomia e as diferenças de cada membro. Assim, quanto mais cada organização, seja ela estatal ou privada, desenvolver seu saber para coloca-lo ao dispor do serviço de maneira integrada, maior é a chance deste serviço de apoio ser efetivo (idem).

Mas a rede não é composta apenas de mecanismos públicos, ela também pode englobar atores do entorno da vítima, como parentes, vizinhos e amigos. Sendo assim, um dos elementos principais de apoio desta rede é a família. Na próxima seção, vamos tratar justamente destas relações familiares. E, como veremos nos capítulos de análise, se constituem em uma importante fonte de proteção quando a vítima rompe com o agressor e ao mesmo tempo pode ser uma fonte de perigo e insegurança para seus membros, quando a violência se instala dentro de casa.

2.2 FAMÍLIA: UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL

Deixamos claro até aqui que a família compõe esta trama que resulta em uma rede de apoio para as mulheres vítimas de violência doméstica, porém, como veremos nos parágrafos que seguem, a instituição família como enxergamos hoje é uma construção social e não algo biológico, natural ou dado. Trata-se de um produto de “formas históricas de organização entre humanos” (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 49), nas quais as diferentes formas de organização familiar foram inventadas ao longo da história.

E foi desta invenção que surgiu a família patriarcal, centrada na figura masculina, ainda que existam “outras configurações familiares, entre elas as famílias chefiadas por mulheres, as famílias matrifocais, matrilineares e matrilocais, centradas na figura e na descendência feminina” (idem, p. 50).

Nesta tese foi observado, como demonstraremos a seguir nos capítulos de análise, que apesar de ser um local para onde as entrevistadas tendem a correr no momento de desespero,

nem sempre a família nuclear tem a capacidade de se configurar em um ambiente seguro. É que, mesmo sabendo ou desconfiando das condições de violência que as mulheres e seus filhos vivem, estão dispostas a intervir ou conseguem fazer isto.

Cabe aqui fazer uma breve discussão sobre o conceito geral de família. Como lembram Narvaz e Koller (2006), a família, este organismo social, consolidou-se enquanto instituição na Roma Antiga, quando era centrada no homem. Como já visto na dissertação de mestrado desta pesquisadora (LUDWIG, 2015), o conceito de família remete à ideia de casa, conforto e aconchego. Sendo assim, fica subentendido que "se uma pessoa não encontra tais elementos na sua família, dificilmente, os localizará fora dela" (LUDWIG, 2015, p.20). Entretanto, os contextos familiares aqui encontrados apresentam uma diferente realidade, em que o âmbito doméstico passa a ser o mais inseguro de todos.

O dever de manter um clima afetivo, criando espaço para uma socialização efetiva em que ideias e valores essenciais sejam transmitidas aos seus descendentes, é posto à família, conforme lembra Sousa (2013). Em seu estudo, Guerra (2008) complementa que os modelos de comportamento sociais e suas normas se dá por meio da família, quando tem com um adulto com quem desenvolve as primeiras relações de autoridade. Só que a família, aos poucos, ingressa em uma crise com mudanças sociais e já não consegue mais proteger seus entes do mundo exterior.

Mas o que se vê em uma parte considerável das famílias é diferente de um ideal de amor e felicidade que aproxima as pessoas. Pelo contrário, seus laços frágeis, algumas vezes, promovem um afastamento mais facilmente, ainda assim, é do núcleo familiar a obrigação de transmitir regras e valores às crianças e jovens (SOUSA, 2013). Ela é o elemento primordial para a sobrevivência dos indivíduos, além de ter de exercer o papel de proteger e promover a socialização de seus membros (ALMEIDA E CARVALHO, 2003).

Sonego e Munhoz (2007) também jogam luz ao tema lembrando que a família é o primeiro grupo que o ser humano é inserido, sendo assim o principal responsável pela socialização do indivíduo pela qual "possam ser conduzidos a trilhar seus caminhos da maneira mais saudável possível" (SONEGO; MUNHOZ, 2007, p. 217). Entretanto, o que se vê no objeto de estudo são mães e pais que permitem que seus meninos e meninas se desenvolvam no espaço em que a violência é a forma mais comum e disseminada de socialização. Nesse espaço, a família se torna, ao contrário, um espaço de negação de valores de amor, carinho, atenção e proteção, as crianças são vítimas daqueles que deveriam ser os responsáveis pela sua educação, desenvolvimento e socialização.

Para contextualizar o lugar da família na história, Philippe Ariès (2014) mostra que a família moderna começa a se desenvolver a partir do século XIV ao passo em que se inicia uma lenta e progressiva degradação da mulher no lar. E é dois séculos adiante que a mulher casada torna-se uma incapaz. Segundo esta visão legislativa, todos os atos que a mulher faz sem autorização do marido ou da Justiça tornam-se nulos. O autor pontua que as crianças só foram ganhar importância a partir do século XVIII. Desde então, as figuras, os retratos, os desenhos, passam a mostrar a criança como o centro da composição. Porém, a mulher e os filhos tornam-se subordinados ao pai e marido (ARIÈS, 2014).

Em um apanhado na literatura sobre como a família tem sido abordada nas Ciências Sociais ao longo das décadas, Claudia Fonseca (2007) constata que o tema vem apresentando baixa popularidade. Ela aponta que existem duas tendências mais claras de campos de estudo: estruturas familiares exercendo influências sobre seus membros e uma análise psicológica centrada no self. Nas discussões sobre dinâmicas familiares na sociedade contemporânea, houve uma participação decisiva de pesquisadoras feministas que começam a discutir papéis e funções dentro do lar, na busca por afastar a ideia de que é tarefa da mulher manter seu funcionamento da "forma ideal" (FONSECA, 2007). Mas o que seria esse padrão? A sensação é de que estamos sempre lamentando a ausência de um modelo familiar de antigamente, como se a "família de antigamente" fosse isenta de problemas e completamente normal e, segundo Fonseca (2007) nenhuma família segue a expectativa linear padrão.

É verdade que a tecnologia, como detalhou a autora, serviu para tensionar ainda mais o cenário da família contemporânea e ampliar o leque das discussões. Com as técnicas de reprodução humana abre-se possibilidade para quase tudo: homossexuais terem filhos biológicos e mulheres sem companheiros optarem pela produção independente (idem).

Já na década de 1970, pesquisadores constatavam mudanças nas práticas familiares dos euro-americanos, como divórcios, menos casamentos, filhos fora do casamento, indícios de que a família ideal e nuclear não era tão presente assim. Desde então, a família passou a ser alvo de políticas de intervenções, um reduto de problemas e soluções sociais (ibdem).

No Brasil, principalmente, este ideal precisa ser visto também do ponto de vista da classe social a qual pertence a família. Em *Caminhos da Adoção* (2002), Claudia Fonseca relembra o mito da família unida, em que predominava a família extensa em que todos moravam debaixo do mesmo teto em harmonia. O ideal feliz da família conjugal está presente na classe média como um sentimento comum de objetivo a ser alcançado. E se algo sai fora do

planejado, os culpados seriam a miséria, a ignorância, carências dos indivíduos e patologias, tornando infelizes os seus membros.

Nossa cultura ainda tem influência da ideia, anterior à escravidão, de família patriarcal, transportada pelos portugueses. É possível que esta seja a chave para entender as resistências “em lidar com fenômenos culturais tão presentes no nosso cotidiano e que aparecem nas falas dos entrevistados e entrevistados” (CARVALHO FILHO, 2000, p. 28). O autor lembra que é somente no século XVIII que a família se consolida na sociedade burguesa como uma instituição fechada e se dá a privatização da família, com “suas repartições dos espaços, a valorização do pudor e da decência, da limpeza e do isolamento ou privacidade e etc” (idem, p. 46).

Juntamente com esta privatização forja-se um conjunto de ideias, costumes e valores que parecem naturais e eternos. Mas a partir do século XV o Estado assume um novo papel, interferindo cada vez mais no espaço entregue à comunidade, com uma série de atitudes com relação ao corpo e também com a preferência pelo isolamento. É neste cenário que a família deixa de ser uma unidade econômica e torna-se um refúgio, onde se estabelecem as relações sentimentais entre casais e os filhos, sendo sinônimo de atenção à infância (CARVALHO FILHO, 2000).

Esta construção social de ideal de família leva para o imaginário coletivo expectativas em torno da família nuclear. A maior delas é de que seja um local de cuidado, proteção, aprendizagem de afeto, construção de identidades e vínculos relacionais de pertencimento, capazes de promover melhor qualidade de vida e inclusão social na comunidade e sociedade em que vivem (CARVALHO, 2000).

Ao aceitarmos o modelo burguês de família normal, assumimos suas regras e valores fazendo parecer com que tudo o que não se encaixa no padrão é denominado desestruturado ou incompleto. Szymanski (2000) lembra que cada núcleo cria uma “cultura” familiar própria a partir de seus códigos, “com uma sintaxe própria para comunicar-se e interpretar comunicações, com suas regras, ritos e jogos” (p. 25). Cunha-se então o conceito de mundo familiar, sendo palco de interpretações diversas passíveis de generalizações, como as descritas abaixo:

“mulheres são...”, “homens são...”, “os filhos devem...”, “só existe amor se... houver concordância irrestrita”, ou, “... se o afeto for demonstrado de tal ou tal maneira”, ou “se eu for sempre boazinha, concedendo sempre”; “casamento é...”, e assim por diante. Esse discurso vai sendo construído em cada mundo familiar, dando-lhe uma feição própria, mesmo que sob um só modelo (SZUMANSKI, 2000, p. 25).

Há ainda as peculiaridades das famílias pobres, como algumas das que serão contempladas na análise desta tese. Sarti (2000) aponta que nas camadas menos favorecidas da população esta individualidade almejada no nosso tempo, já que não é dado no universo deles os elementos simbólicos para a construção de um projeto individual “que pressupõe condições sociais específicas de educação, de valores sociais, alheios a seu universo de referências culturais, tornando projetos individuais inconcebíveis e inexecutáveis” (SARTI, 2000, p. 47). Esses grupos pensam seu lugar no mundo a partir de uma lógica de reciprocidade, na qual o que conta é a solidariedade dos laços de parentesco e de vizinhança com aqueles que viabilizam a sua existência (idem).

2.2.1 Relações violentas entre casais com filhos

Antes de ingressar nesta seção é importante definir os conceitos utilizados para determinar os tipos de violência. A expressão violência doméstica foi cunhada pelo movimento feminista na década de 1960 e exclui certas formas de relação do casal, já a violência familiar inclui tipos de violência que ultrapassam o casal, como contra idosos e crianças. No termo violência conjugal não estão inclusos relações de noivados, de amantes, ex-cônjuge e etc.

Então, aqui adotamos o termo violência doméstica porque se refere a ações que acontecem antes, durante ou depois que se estabelece uma relação formal entre duas pessoas de sexo oposto. Foca-se também naquelas relações que resultam em filhos ou que há convivência do companheiro com os filhos da mulher.

Quadro 1 – Níveis que abrangem violência doméstica de forma ativa

Tipos	Características
Física	Há o uso da força sobre o corpo da vítima, seja com as próprias mãos (em forma de empurrões, golpes, etc.) ou mediante o uso de objetos (arma de fogo, facas, cigarros acesos, etc.). Podendo deixar os mais diversos efeitos no corpo da vítima (queda de cabelo, hematomas, queimaduras, hemorragias, fraturas, mutilações, desfiguração do rosto com ácido, lesão em órgãos internos ou mesmo a morte).
Psíquica	Ocorre em forma de atitudes e ações (frequentemente de caráter verbal) que atentam contra a dignidade e a identidade da pessoa (mediante isolamento, não comunicação, ameaça, intimidação, culpabilização, insulto, desqualificação, brincadeira, estigmatização verbal, crítica degradante, trato humilhante, obsceno, ameaçador)
Social	Acontece através de imposições, regulações ou restrições das relações interpessoais e familiares ou de caráter econômico, jurídico, moral, trabalhista e etc.
Sexual	Se dá pela utilização instrumental do corpo da vítima através da imposição coercitiva de determinado tipo de ações ou de relações que atentam contra a liberdade, a higiene, a saúde ou a dignidade da pessoa maltratada. Adquirem relevância especial quando têm lugar acompanhando ou sucedendo os maus-tratos desenvolvidos nos níveis físico, psíquico ou social.

Fonte: Cantera (2007, p. 16-17).

Em *O processo civilizador*, Elias (1994) afirma que a sexualidade, tanto para homens como para mulheres, acaba sendo cada vez mais restrita ao privado, e o casamento, cada vez mais legitimado pela sociedade. Em caso destas regras sociais serem violadas, como casos extraconjugais de homens ou de mulheres, é relegado ao reino dos segredos sob pena de perda de prestígio ou posição social.

Com o passar do tempo, durante o processo civilizatório, então, a família se tornou o único recanto legítimo da sexualidade e funções íntimas de homens e mulheres. Assim, a vida vai ficando cada vez mais dividida entre o que ocorre na esfera pública e na esfera privada, um comportamento secreto e outro público ganha destaque. Isto vai se tornando cada vez mais natural, quase inconsciente (ELIAS, 1994).

Cantera (2007) divide a violência entre os casais em duas esferas: conflito e maus-tratos. Como conflito ela entende o antagonismo de interesses, valores e intenções entre duas partes que pode levar a uma discussão que tende a evoluir para uma negociação razoável e que evolua racionalmente para a meta de uma solução aceitável para os dois lados. Mas pode acontecer de uma das partes optar por uma solução violenta. Já os maus tratos se configuram em uma via estratégica de conseguir determinados resultados que, mais do que um conflito, está voltado para a agressão e a hostilidade. Assim, a autora entende por “hostilidade a atitude e a intenção de atuar causando um dano ou prejuízo a alguém, por agressão, um comportamento orientado intencionalmente para causar mal a alguém, e por violência, toda ação (física ou simbólica) de caráter hostil” (CANTERA, 2007, p. 13).

Em 1979, Emerson Dobash escreveu um livro especificamente para falar sobre a violência contra esposas e é uma das obras mais completas que falam da violência envolvendo a família toda, inclusive, os filhos. O autor chama a atenção para o cunho religioso de santidade destinado culturalmente à família, que está intimamente ligado ao fato de rejeitar a intervenção de pessoas de fora nos assuntos familiares. Isso acontece dado o dogma de que a família é uma fortaleza, sobre a qual criou-se "a ideia de que uma intervenção externa seria uma violação à santificação e a privacidade do lar" (DOBASH, 1979, p.7). Sonego e Munhoz (2007) concordam com tal afirmação e acrescentam que há um pacto de silêncio para o que acontece dentro das casas, "podendo esse universo ser rompido apenas quando alcança níveis extremos de crueldade" (SONEGO; MUNHOZ, 2007, p.219). Dentro deste espaço sagrado designado à família, a mulher é seu principal expoente. Para explicar esta relação, Barcinski (2013) debate

o "marianismo", termo que vincula a mulher à imagem da Virgem Maria, idealizando o gênero feminino que reuniria todas as características esperadas: "devoção à família, subordinação aos homens, subserviência, passividade sexual, renúncia e sacrifício" (BARCINSKI, 2013, p. 92).

Neste território privado, onde a mulher é santificada (idem), há um grande risco ao não "meter a colher", já que as experiências dessas mulheres "são moldadas pelo contexto social maior, portanto devem ser percebidas dentro dele" (GROSSI; AGUINSKY, 2012), ou seja, estas experiências ligadas às "questões privadas" podem pertencer à esfera pública.

Em uma relação familiar, como a de um casal, o tempo todo estão sendo confrontadas as concepções sobre as mais diversas esferas da vida, como sexualidade, educação, convivência e dignidade de cada um e todos os membros deste núcleo tendem a agir em relação a estas concepções (GREGORI, 1993; DEBERT; GREGORI, 2008). Há ainda questões raciais, etárias, geracionais, relativas à classe e à ascensão social. Debert e Gregori (2008) acreditam na coexistência de vários núcleos de significados que se sobrepõem, se misturam e vivem em conflito. Conforme as autoras, se tratando de posições de gênero, "existem padrões legitimados socialmente importantes na definição de identidades e condutas (...) e devem ser vistos como construções, imagens, referências compostas e adotadas de modo bastante complexo, pouco linear e nada fixo" (DEBERT; GREGORI, 2008, p 178).

A visão das autoras, em termos relacionais, leva em consideração todas as questões apontadas no parágrafo acima e não torna determinante as assimetrias baseadas nos marcadores de gênero, apesar de leva-los em consideração para uma atuação dissimetrias e relações de poder e força.

Dentro desta perspectiva, de acordo com a visão das entrevistadas de Gregori (1993), o casamento é considerado como um projeto de vida em comum a longo prazo, "desestabilizado pelos procedimentos e condutas inadequados de seus maridos: beber, ser mulherengo, ser boêmio, praticar 'exageros' sexuais" (idem, p.140).

A autora entende esta reflexão como uma forma de explicar o que ocorre dentro da família com base em padrão cultural, onde se espera uma reciprocidade que foi rompida pelo homem. A autora pondera também que, apesar de a violência ocorrer de forma relacional, muitas vezes, é o corpo da mulher que sofre as consequências físicas destes atos.

O pior não é ser vítima (passiva) diante de um infortúnio; é agir para reiterar uma situação que provoca danos físicos e psicológicos. O difícil para este tipo de vítima é exatamente o fato de que ela coopera na sua produção como um não-sujeito. Isto é, ela ajuda a criar aquele lugar no qual o prazer, a proteção ou o amparo se realizam desde que se ponha como vítima. Esse é o 'buraco negro' da violência contra a mulher: são situações em que a mulher se produz _ não é apenas produzida _ como não-sujeito (GREGORI, 1993, p. 184).

Dotados de um emaranhado de situações complexas, esses casos não terminam quando há a separação ou afastamento do casal, como aponta a literatura e o resultado empírico aqui comprovado, no capítulo de análise. Hester et al (2000) colabora com a explicação de que o homem continua sendo violento após a separação, além de ser o período em que é menos provável que as mulheres recebam acompanhamento e proteção de agentes quando envolve o contato dele com o filho. Quando presos, a maioria permanece por pouco tempo e volta para cometer crimes, como tentativa de assassinato e assédio, e essas violências geralmente ocorrem envolvendo o contato com as crianças. Essa negociação para vê-las "dá ao ex-marido o escopo para se encontrar, perseguir, persuadir ou saber de seu paradeiro" (HESTER; RADFORD, 1996, p.8). Os pais também costumam usar as crianças para forçar a mulher a ficar na relação, pois sabem que elas não iriam embora de casa sem elas (HESTER et al, 2000).

Nos estudos de Hester e Radford, vários exemplos de violência contra as crianças após a separação são citados, tais como: tentativas de matar a criança, abuso físico, abuso sexual, colocar a criança contra a mãe, negligência quando a criança fica doente, fazer a criança de informante sobre as atividades e compromissos da mãe, fazer a criança levar mensagens abusivas à mãe, negligência e incapacidade para lidar com a criança, resultado do abuso de álcool e drogas, dirigir perigosamente com a criança (HESTER; RADFORD 1996).

Jaffe (1990) indica a separação dos pais como um segundo momento das agressões, quando as crianças, muitas vezes, viram alvo de prolongadas disputas na justiça sobre qual dos pais deve ter a custódia depois da separação ou qual tipo de visitação pode ser razoável. É este modelo de disputa judicial que adia a separação, pois as mulheres temem enfrentar estas audiências e sofrem ameaças de perda da guarda do filho por parte do marido, caso elas decidam romper com a relação.

Muitas vezes esta ameaça será a causa central em manter a mulher prisioneira na sua própria casa com medo de outras consequências. Mulheres que se sentem mais vulneráveis nestas situações são aquelas que acreditam, por causa de o marido nunca ter agredido a criança diretamente, o marido pode ter uma boa oportunidade de ser premiado com a custódia (JAFJE, 1990, p.109).

Visitas supervisionadas ou acessos em centros de cuidados são uma recente inovação que oferece um local neutro, seguro para a criança ver o seu pai que não tem custódia sem ser exposta a mais um conflito ou comportamento violento. Esta opção acaba sendo bastante satisfatória e uma alternativa àqueles casos em que o abusador retorna à família para ver os filhos e encontram nestes encontros uma oportunidade para continuar ameaçando a mãe. Jaffe

(1990) lembra que, no Reino Unido, esta é uma prática e exceto em situações extremas onde há ameaça de morte ou de sequestro, é importante limitar o acesso.

Depois da separação, os filhos e as mães precisam aprender um novo jeito de viver sozinhas. As crianças também precisam reaprender o certo e errado em termos de comportamento (MCGEE, 2000, p.84). Há ainda uma mudança na forma em que a criança enxerga seu pai ou a figura paterna, geralmente desenvolvendo medo e nervosismo enquanto está perto dele, podendo haver um conflito com relação ao que sente pelo pai (idem).

Mas para chegar ao fim da relação, muitos caminhos são percorridos e as mulheres que sofrem violência doméstica frequentemente apontam que a criança é a razão para persistirem em um relacionamento violento e as razões tendem a se repetir: “não quero que meu filho cresça com a sensação de um lar desfeito”, “as crianças precisam de um pai” “eu não posso abandoná-los” ou “eu quero que sejamos uma família”. Há ainda uma outra motivação para manter o relacionamento, que tem a ver com o estado civil, uma vez que há normas sociais que estigmatizam mães solteiras, além de carregarem a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso do casamento (PELED et al, 1994).

O estudo de Paola Stuker (2016) buscou compreender, por meio de uma análise da descrição da denúncia, “porque as mulheres comparecem a uma delegacia, registram um boletim de ocorrência contra o atual ou ex-companheiro e renunciam ao direito de representar criminalmente contra ele” (STUCKER, 2016, p.70). Dos 96 registros de ocorrência observados pela autora, em 44 as mulheres desistiram de levar adiante o desejo de representar criminalmente contra eles. Ela ainda constatou que, do universo daquelas que levaram adiante o processo, a maioria (31 dos 44 casos) já haviam registrado boletim de ocorrência anterior e não houve resolução do conflito sem condenação (STUKER, 2016). Foi encontrada a divisão em dois grupos nomeados por ela como denúncias estratégicas e dilemáticas. A primeira, se subdivide em quatro tipos: prevenção, negociação, para fins cíveis e processo. Já a segunda envolve maternidade, questões religiosas, medo ou afeto pelo acusado.

A maternidade é uma condição identificada nas ações de todas as mulheres mães. Em maior ou menor grau, ela se apresenta como influência no agir social das mulheres que registram uma ocorrência policial. Em alguns casos as mulheres representam criminalmente em razão dos/as filhos/as, pois as violências também estavam prejudicando as crianças. Em outros casos, elas renunciam à representação criminal em razão destas, seja estrategicamente, no processo de guarda, ou dilematicamente (STUKER, 2016, p.105).

A autora coloca a maternidade como uma questão importante para pensar as representações criminais contra o agressor e demonstra o quanto pode ser complicado para uma mãe esta decisão quando possuem filhos com os acusados (idem).

No Brasil, segundo o Mapa da Violência (2012), a cada cinco minutos uma mulher é espancada. Dados elaborados pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e divulgados no Relatório Lilás (2013) mostram que em metade dos assassinatos de mulheres, o companheiro ou marido era o autor e em 25,5%, o responsável é o ex-companheiro. O estudo que mapeou os assassinatos em cinco anos de vigor da Lei 11.340/2006, batizada de Lei Maria da Penha, no Estado, revelou ainda que 83,48% tiveram a própria casa como cenário da morte. Levando em consideração que a cada 10 destas vidas ceifadas, seis possuíam filhos — 87% até 15 anos de idade —, é possível que as crianças tenham presenciado os crimes.

Os casos analisados nesta tese e também todos os outros com os quais tive algum contato, seja na trajetória como jornalista ou como objeto de estudo acadêmico desde o mestrado, demonstram que a maioria das cenas de agressões engloba a presença do filho do casal.

Não é objetivo desta tese discutir a violência física contra a criança dentro do lar e nem os efeitos destas relações violentas em seu desenvolvimento. Manteremos o foco em descobrir como as mães percebem a presença dos filhos nestes conflitos. Entretanto, é importante destacar sobre os aspectos da violência psicológica a qual essas crianças são submetidas uma vez que em todos os casos com os quais tive contato as crianças não foram preservadas das agressões, sendo submetidas, na maioria das vezes, ao acompanhamento das cenas e ao terror psicológico dessas atitudes e falas de seus pais a partir delas.

Barros, Bastos, Pone e Deslandes (2013) evidenciam um estudo que aponta que cerca de 40% das crianças que testemunham violência intrafamiliar também são agredidas fisicamente. Eles listam como fatores de vulnerabilidade à violência familiar as condições de pobreza, falta ou precariedade de moradia, pais desempregados, separação do casal, doença crônica ou morte, família com autoridades desiguais ou cujas relações são centradas em papéis rigidamente definidos, pais ou cuidadores que consideram a punição física como método de disciplina, histórico de violência intrafamiliar, prole numerosa e uma ausência de rede de apoio em situações de crise, dependência química, baixa autoestima e isolamento social.

2.2.2 Maternidade e paternidade

Ao ter instituído este papel de gênero, mulheres são situadas como esposas e mães e acabam garantindo dentro da sua cultura, o respeito por desempenhar tais funções. Nesta discussão, saem vitimizadas, mas também empoderadas. Tal dicotomia contribui para o entendimento dos papéis dentro de uma relação (BARCINSKI et al, 2013). Por ser tida como imaculada e cuidadora, a mulher não pode deixar a desejar na criação dos filhos. McGoldrick (1995) dialoga com Barcinski ao fazer um breve apanhado das obrigações sociais previstas para as mães ao longo da história recente, como a disfuncionalidade entre a super-responsabilidade das mães e a sub-responsabilidade dos pais e o que se supunha sobre os primeiros anos do bebê levou a um determinismo psicológico que atrelava à mãe todos os acontecimentos na vida da criança. Esta fantasia levou a uma expectativa de que as mães fossem perfeitas, sábias e generosas (MCGOLDRICK, 2015, p. 42).

As autoras convergem para a interpretação de que a literatura feminista seguiu centrada por muitos anos na "díade mãe-criança" dentro de um sistema patriarcal. Essa seria uma das principais causas de sofrer penalizações do marido, na condição de provedor, uma vez que "a maternagem define um território exclusivo das mulheres, tendo a sua constituição justificada pelas habilidades naturais de cuidado com a prole" (BARCINSKI et al, 2013, p. 92).

E não é apenas esta santificação que impede a ação na busca por romper o ciclo da violência. Apesar de terem direitos garantidos em constituição, muitas mulheres são impedidas de os exercerem em função de raça, classe, gênero e etc. Em seus estudos, Grossi e Aginsky (2012) perceberam algumas realidades, como a de mulheres que, apesar de possuírem o direito de prestar queixa contra seu marido não o fazem sob pena de colocar em risco seu papel de guardiã de seus filhos. Assim como pode ter direito "a um julgamento justo em questões de guarda de menor, mas pode ser impedida de custear o devido aconselhamento legal" (idem, p. 30).

Em sua tese de doutorado, Eleanor Brown (2014) aponta que uma mulher que vive uma relação abusiva pode desenvolver um senso de incompetência e desamparo, sentindo que não possui controle sob a situação que vivencia (BROWN, 2014, p. 57). Essa observação serve de pista para responder uma das principais perguntas que cerca a violência doméstica: por que elas demoram tanto tempo para se separar do marido ou jamais se separam? A autora traz estudos que mostram que uma mulher que tem filhos possui três vezes mais chance de sofrer violência doméstica do que aquelas que não tem. Mirrlees-Black (1999) explica que isto pode ocorrer porque a presença de crianças aumenta a pressão nos relacionamentos.

O reforço da maternidade como alvo da violência por parte dos parceiros também foi visto em Peled, Jaffe e Edleson (1994), em uma pesquisa realizada por um abrigo de Duluth, cidade de 90 mil habitantes localizada em Minnesota (EUA). O estudo constatou que as mulheres não eram espancadas apenas por serem mulheres, mas também por serem mães.

As mulheres pesquisadas informaram que o parceiro abusava dos seus filhos fisicamente em 26% dos casos, psicologicamente em 48% e sexualmente, 7% (PELED et al., 1994). Outras pesquisas mostraram que as crianças também podem ser usadas para atingir as parceiras ou ainda afetadas ao tentar proteger suas mães, sem contar que "a violência contra suas mães pode também ser um abuso emocional para as crianças" (HESTER; REDFORD, 1996 p.9).

E como sair deste círculo vicioso? Os personagens desta trama precisam de ajuda e de vontade de mudar. É esta transformação em comum concordância pouco vista que faz com que se desacredite em uma "mudança radical de uma relação violenta, quando se trabalha exclusivamente a vítima" (SAFFIOTI, 2015, p. 71).

Em uma visão romântica da maternidade e da paternidade, Juritsch (1970) aponta que a espera do filho, “preparação do berço e do lar, a previsão para o seu futuro, caracterizam o amor materno como uma atitude espiritual do coração” (p. 76). Ele diz também que quando a mãe recebe seus filhos nos braços, ela atinge a sua realização, movimentando todas as energias latentes do coração. Já o homem teria este amor mobilizado muito tempo após o nascimento do filho.

E é justamente esta construção social de amor paterno e materno, especialmente, que será desconstruída pelos estudos mais recentes, como veremos nos parágrafos abaixo e como os casos analisados nesta tese serão capazes de demonstrar mais adiante.

A maternidade é uma construção social, que, conforme Butler (2013), se constitui em uma relação de poder, se apresenta como uma instituição compulsória para as mulheres e pressupõe uma legitimação permanente. Essa vigília sobre a questão da maternidade não se dá apenas na obrigatoriedade social de gerar e gerir, mas na norma compulsória de se anular e se doar em detrimento do filho.

Entendendo também a maternidade como uma relação de poder, Stucker (2016) defende que este poder tende a se converter como uma forma negativa na resistência e superação das mulheres nos casos de violência conjugal, se levarmos em conta este exercício do “papel de mãe conforme a sociedade define e impõe às mulheres, dentro de uma relação desigual com a paternidade” (STUCKER, 2016 p.149).

Nesses aspectos, o amor de mãe não é simplesmente um amor parental, já que se diferencia da forma como outros familiares, em especial os pais, o expressam. Com isso, de forma alguma queremos dizer que não há amor na paternidade, mas que se exigem das mulheres sacrifícios na demonstração de amor aos seus descendentes, que não se exigem da mesma forma aos homens. Portanto, há aqui um significativo recorte de gênero, pois a maternidade não é simplesmente uma relação parental, mas uma relação onde a sociedade exige das mulheres doações diferentes da dos homens com as crianças. Se a maternidade estivesse de acordo com a paternidade o que explicaria os homens agredirem as mulheres em frente às crianças enquanto as mulheres sequer aceitam os processar em nome das mesmas? Esta é uma reflexão que dá ensejo para entendermos que a renúncia à representação criminal em nome das crianças não é apenas uma ação que qualquer outro familiar teria, mas que se explica pelo gênero, pela construção social do que é ser mulher e, mais especificamente, mãe na sociedade dos últimos séculos. A sociedade exige que a mãe se sacrifique para cumprir seus deveres maternos e com isso muitas mulheres suportam as situações de violência (idem).

Na mesma linha de Butler (2015), Badinter (1985) trabalha a maternidade como uma construção social e, ao percorrer a história, trabalha com a convicção de que o instinto materno é um mito. Badinter se aprofunda nas demonstrações desta construção iniciando pela demonstração do paradigma do instinto maternal, que, segundo ela, não é inerente à condição feminina, mas adicional. Ela se ocupa de evidenciar, após uma ampla pesquisa histórica e geográfica, que não existe uma conduta universal de maternidade e salienta que os sentimentos e as práticas em torno desses papéis de pai e mãe são maleáveis conforme o tempo e o espaço e que coube à nossa sociedade atual toma-la como instintiva e natural.

Para a autora, são as necessidades e os valores dominantes de uma sociedade que determinam os papéis respectivos do pai, da mãe do filho:

Quando o farol ideológico ilumina apenas o homem-pai e lhe dá todos os poderes, a mãe passa à sombra e sua condição se assemelha à da criança. Inversamente, quando a sociedade se interessa pela criança, por sua sobrevivência e educação, o foco é apontado para a mãe, que se torna a personagem essencial, em detrimento do pai. Em um ou outro caso, seu comportamento se modifica em relação ao filho e ao esposo. Segundo a sociedade valorize ou deprecie a maternidade, a mulher será, em maior ou menor medida, uma boa mãe (BADINTER, 1985, p. 26).

Badinter (1985) lembra que foi graças à psicanálise que a mãe foi promovida à responsável pela felicidade da sua prole, ao dar à mulher uma imagem de dedicação e sacrifício que caracterizaria, segundo Rousseau e Freud, a mulher normal.

Esse encargo fez com que tivesse uma promoção de seu papel de mãe, o que caracterizava uma armadilha àquelas que não compartilhavam dessa “nobreza” de desempenhar seu papel à perfeição. Desta forma, diante da menor dificuldade infantil, a oscilação da responsabilidade à culpa foi rápida. Com aquelas que gostavam de sua condição de mãe estava

tudo bem, mas as outras “mais numerosas do que se podia supor, não puderam, sem angústia e culpa, distanciar-se do novo papel que lhes queriam impor” (BADINTER, 1985, p. 238). A solução era tentar imitar o modelo imposto ou ser acusada de egoísta, má e desequilibrada, fazendo que com se submetessem “silenciosamente algumas tranquilas, outras frustradas e infelizes” (Idem, p. 239). Mas a própria autora pondera, já dois séculos depois do rousseunismo, que as feministas atacaram esta ideia, causando uma revolução familiar e, pela primeira vez na nossa história, pai e mãe são iluminados ao mesmo tempo.

E assim, o aumento das responsabilidades maternas, desde o final do século 18, fez com que a autoridade do pai, tão destacada no século anterior, entrasse em declínio. Aconteceu que sua qualidade, prestígio e bondade começaram a ser medidas pela capacidade de sustentar a sua família e, entre as consequências disto, há o fato de que muitos ficaram satisfeitos com sua condição de provedor e outros tantos sofreram secretamente sem questionar a divisão familiar do trabalho e a distinção do papel materno e paterno. (BADINTER, 1985). Já no final da década de 1970, ganha cada vez mais força o movimento de pais que desejam maternar o filho à imagem e semelhança da mãe, surgindo o conceito de “amor paterno”.

A autora diz que a maternidade pode ser um “monstro de duas cabeças (procriação e criação) cuja confusão a estratégia patriarcal tem interesse em manter” (BADINTER, 1985, p. 356). Segundo a autora, ela seria a pedra no caminho da libertação feminina, já que essa função materna tende a ser a causa das humilhações que sofre.

O estudo de Stuker (2016) mostrou que uma das estratégias das mães que veem na representação criminal uma estratégia está em usar a ocorrência policial na disputa de guarda dos filhos. As mulheres que renunciam a medidas legais acabam por vivendo um dilema, geralmente, vivem este dilema em função dos filhos e acabam renunciando a si em função das crianças.

A verdade é que todas as mulheres entrevistadas se utilizam, no discurso, do recurso da maternidade, de estarem no exercício do papel maternal, anulando suas próprias vontades em função dos filhos. Romanelli (2000) acrescenta que, nas regras familiares, a esposa teme a reação do marido diante das situações em que a sua autoridade é desafiada e soma isto à resistência em não honrar o seu papel de esposa e mãe, que é manter a coesão familiar, acabando por contribuir com a manutenção de grande parte das tensões e dos conflitos encobertos (p.84).

Magalhães (2001) faz uma breve retrospectiva do papel da criança nas famílias. No estudo, identifica-se que a criança passou de objeto de entretenimento da sociedade e começa a representar um elemento do tronco familiar a pertencente exclusivamente aos pais, formando

com eles a família nuclear. Esse padrão só foi mudando depois da constituição dos padrões de intimidade e civilidade trazidos por Elias (1994).

Foi depois do século 18 que o universo do trabalho e da família foi se distanciando, atribuindo ao mundo da produção de caráter masculino e ao lar, o feminino, sendo neste momento que “o contrato de casamento por amor consolidou-se como forma de união conjugal, deixando para trás os casamentos organizados pelas famílias” (MAGALHÃES, 2001, p. 63).

E foi a valorização da procriação no casamento que associou a imagem santificada da mãe à ideia de que cuidar dos filhos era natural às mães, englobando um discurso médico de fisiologia moral para o corpo feminino e também religioso, segundo Magalhães (2001). A tarefa de boa mãe era cada vez mais alargada, incluindo nutrir seus filhos, educa-los, as glórias do parto e a criatividade para lidar com a infância (ROCHA-COUTINHO, 1994).

No século 19, diferente do que se via nas classes mais altas, nas camadas populares o estereótipo de marido dominador e mulher submissa não existia, segundo Magalhães (2001), sendo que os homens pobres não detinham poder e autoridade no espaço público, nem sequer possuíam recursos para corresponder ao papel de mantenedor da família. Soihet teoriza que a impossibilidade de exercer o poder provocava nesses homens crises de violência, mais como uma demonstração de fraqueza e impotência do que de poder (SOIHET, 1997). Não raro, as mulheres reagiam abrindo mão do matrimônio, instituição tão valorizada à época (idem), porque essas mulheres, partilhando com seus companheiros o trabalho e a luta pela sobrevivência, tinham um forte sentimento de autorrespeito.

As mulheres pobres atuavam de forma menos inibida do que as da classe alta, mas partilhavam do mesmo ideal feminino: “aspiração ao casamento formal, sentindo-se inferiorizadas quando não casavam; embora reagissem, muitas vezes aceitavam o predomínio masculino” (SOIHET, 1997, p. 367).

Washburne (1983) faz uma crítica aos estudos feministas porque crê que eles não foram suficientemente longe. Segundo a autora, mães abusam de seus filhos também, até mesmo mais do que seus pais, de acordo com algumas pesquisas, e nem sempre quando elas mesmas são vítimas de violência.

O abuso dessas mulheres com seus filhos é decorrência direta da própria opressão que sofrem na família e na sociedade. É esperado que as mulheres sejam as maiores cuidadoras das crianças, mas muitas vezes têm pouca ajuda para isso, elas têm menos opções de exercer papéis fora do lar do que os homens e acabam descontando suas frustrações e raiva nos filhos, os membros da família com menor força do que elas. (WASHBURNE, 1983, p. 291-292).

O fato é que, para muitas pessoas, especialmente mulheres e crianças, a família é o mais violento grupo ao qual elas pertencem, pois não é um estranho, mas aquele para quem se dedica o amor, que pode ser o agressor, estuprador ou assassino (SONEGO; MUNHOZ, 2007, p.7). Ela lembra que as crianças se tornam alvos de violência mais facilmente, uma vez que a autoridade dos pais sobre elas pode ser vista, mesmo que não concordemos, como uma forma de educação. Esta autoridade faz com que as crianças sigam as suas demandas e desejos que, quando contrariados, podem ser estopins para agressões físicas e verbais. Desta forma, pensando nesta lógica da autoridade, nos casos de mulheres que são vítimas de violência por parte de seus maridos, aplica-se a lógica parecida, uma vez que são tratadas como menos capazes e por isso facilmente adeptas ao controle exercido por seus companheiros (SONEGO; MUNHOZ, 2007).

Chegamos até aqui, portanto, tendo percorrido parte da literatura que tangencia o tema abordado nesta tese e cientes de que mais estudos com o olhar voltado para a infância que presencia a violência doméstica são necessários para dar conta das vítimas deste fogo cruzado entre o pai e a mãe. No capítulo seguinte, nos dedicamos a esmiuçar a metodologia utilizada para alcançar a interpretação das mães sobre os filhos nessas relações conturbadas. Será o momento também de apresentar a forma como se deu o nosso acesso ao campo de pesquisa, tanto no Brasil quanto no Reino Unido.

3 SOCIOLOGIA COMPREENSIVA INTERPRETANDO O MUNDO SOCIAL

Chegamos até aqui amparados na literatura que perpassa o nosso tema de pesquisa e, a partir de agora, seguimos para a apresentação da abordagem metodológica que nos guiará para os resultados da análise. Mas antes de nos aprofundarmos nos recursos metodológicos que constituíram o fenômeno social que apresenta a interpretação das mães sobre a presença dos filhos nestes conflitos, é importante localizar sobre qual tipo de sociologia estamos falando.

A primeira, formada por teóricos que estudam a sociedade de forma macro, interessados em grupos, classes e categorias, onde deve-se seguir rigorosamente o exemplo das Ciências Naturais (BERTAUX, 2014, p. 250). Para esta escola, explicando a sociedade, se entende a ação dos indivíduos, uma vez que a sociedade possui autonomia e os indivíduos que integram esta sociedade estão subordinados a ela (SRUBAR, 1984, p. 164).

Mas, falamos aqui sobre aquela corrente interessada nos componentes subjetivos da ação humana. É nesta corrente — baseada na compreensão das ações do indivíduo, suas motivações e o curso da ação para que se possa entender a sociedade — que estamos interessados para a base desta pesquisa.

É uma ideia que foi formulada em várias tradições de pensamento sociológico: na noção de *Verstehen* (que significa, aproximadamente, compreensão intuitiva) apresentada por Max Weber (e muitos outros influenciados por ele), na "avaliação dinâmica" de Robert MacIver, no "coeficiente humanístico" de Florian Znaniecki, na "teoria voluntarista da ação" de Talcott Parsons e na "perspectiva fenomenológica" de Schütz (MERTON, 1979, p. 233).

Max Weber é o primeiro sociólogo a colocar em questão o valor objetivo da ciência e a admitir que é impossível dar conta de toda a realidade, devido a sua alta complexidade e falta de coerência. Para ele, só é possível abarcar uma parte muito limitada do real (WEBER, 2006, p. 10-11). Foi a partir de Weber que uma virada nas Ciências Sociais se anunciou, a fim de entender uma realidade social sendo produzida por indivíduos que experienciam, interpretam, entendem e agem de maneira significativa. Weber explora o significado da ação social, onde o agir do indivíduo passa a estar vinculado a um sentido subjetivo (WEBER, 2002, p. 9-10). Na teoria weberiana existem duas preocupações centrais: compreender e explicar. Ao detalhar os conceitos sociológicos criados por ele, entende-se que a sociologia é abordada como uma ciência que pretende "compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la causalmente em seu curso e em seus efeitos" (WEBER, 2012, p. 3). Para ele, a ação pressupõe um comportamento humano sempre que o agente dá um sentido subjetivo a esta ação. Já a ação social engloba um agir que, "quanto ao seu sentido visado pelo agente ou os agentes, se refere

ao comportamento de outros, orientando-se por este em seu curso" (WEBER, 2012, p. 3). Ou seja, uma pessoa age na expectativa de como a outra pessoa vai reagir, pressupondo uma interação social dotada de um sentido a partir do entendimento de que as pessoas agem para chegar em algum lugar, seja de forma consciente ou inconsciente (WEBER, 2012). É justamente o motivo da ação que Weber propõe que seja analisado.

Assim, Weber defende que para a sociologia, formações sociais, como o Estado, cooperativas e fundações são formados por sujeitos que compõem a coletividade, e resultam em "desenvolvimentos e concatenações de ações específicas de pessoas individuais, pois só estas são portadoras compreensíveis para nós de ações orientadas por um sentido" (WEBER, 2012, p. 9).

Depois do novo olhar proposto por Weber, ampliaram-se as opções para se trabalhar o indivíduo. O autor deixou como legado as lógicas da ação, porém ficou a cargo dos seus sucessores desenvolvê-las (BERTAUX, 2014). Dentre os herdeiros da sociologia de Weber está Alfred Schütz, teórico que nasceu em Viena no ano de 1899 e morreu em Nova York em 1959. Ele começa a sua obra a partir de Weber, quando identifica que as fundamentações metodológicas e conceituais da sociologia compreensiva de Weber precisariam ser melhor desenvolvidas.

Schütz se debruça sobre o significado de "o agente liga um sentido ao seu agir" e sugere que desta máxima proposta por Weber devem-se seguir outras duas, referentes à constituição do mundo social. Uma é "sobre o modo com que o outro ou o alter ego é pré-dado ao eu como um alter ego significativo, isto é, sobre o modo com que a existência do alter ego, enquanto significativa, é, pelos agentes do mundo social, pressuposta" (BATISTA, 2009, p. 13-14). A segunda é "sobre como o eu compreende o comportamento alheio" (BATISTA, 2009, p. 13-14). A teoria fenomenológica de Schütz propõe que cada indivíduo constrói seu mundo particular. A fabricação deste universo único é feita com auxílio dos materiais e métodos oferecidos por terceiros, que já experimentaram a edificação deste mundo, também com o auxílio de terceiros. O mundo da vida, portanto, já vem pré-estruturado para o indivíduo. É ao redor dele que cada novo sujeito chega para contribuir nesta construção, mas, principalmente, para preencher sua própria biografia (SCHÜTZ, 2012, p. 26-27). Muito do que interessa para o pesquisador que se propõe trabalhar com a teoria de Schütz é compreender a energia gasta pelo indivíduo para que alcance uma definição do seu papel dentro da comunidade na qual habita. Para embasar seus estudos, o pensador austríaco confrontou a sociologia de Max Weber com a filosofia de Edmund Husserl (WAGNER, 2012).

A partir de Weber, trabalhou com a concepção do significado subjetivo como critério de importância fundamental para a compreensão da ação humana. Isto fez com que Schütz enxergasse na teoria da ação de Weber uma ponte para unir a Fenomenologia com a Sociologia. Somente entendendo a ação individual é que as Ciências Sociais podem ter acesso ao significado de cada relação social, sua estrutura. O significado de um fenômeno social em particular deve ser interpretado, camada por camada, como o significado pretendido pela subjetividade da ação humana (SCHÜTZ, 1972). O foco da sociologia de Schütz, portanto, partiu de Weber, mas não sem antes questionar a concepção de Weber sobre o significado da subjetividade da ação humana, desenvolvendo assim a teoria do mundo da vida. O autor, portanto, prolonga a fundamentação que Weber sugeria da atribuição de sentido (WAGNER, 2012). É a compreensão da realidade eminente da vida comum, ou seja, o mundo da vida, a chave para entender a obra de Schütz. É um mundo intersubjetivo interpretado pelo homem dentro do que Husserl denomina de "atitude natural" (NATANSON, 2008). Este mundo existia antes de nascermos e já possuía uma história que nos é passada de maneira organizada para que possamos habitá-lo. Cada indivíduo, portanto, se situa na vida de uma forma particular, o que é denominado por Schütz de situação biográfica, mas interage com seus semelhantes na possibilidade de um mundo de sentido comum. Nascer no mundo significa, antes de tudo, nascer de genitores que nos são exclusivos, ser criados por adultos que constituem os mesmos elementos condutores de nossos fragmentos de experiência. Cada pessoa segue durante toda a sua vida interpretando o que encontra no mundo segundo a perspectiva de seus interesses particulares, motivações, desejos, compromissos religiosos e ideológicos (NATANSON, 2008).

Da linha fenomenológica de Husserl, herda-se o ensinamento de que uma coisa é o fato vivenciado, outra é a marca que este fato vivenciado deixa na pessoa. Na consciência, só o que pode ser significado é o que passou, não o agora. O ponto de partida de seus estudos era a experiência dos seres humanos que vivem e agem em um mundo que ele percebe, interpreta e que faz sentido para ele (WAGNER, 2012, p. 15).

Husserl propõe deixar de lado as crenças para extrair o cerne da vivência, onde a realidade do mundo exterior “não é nem confirmada nem negada; ela é apenas “colocada entre parênteses' em um ato de 'redução fenomenológica” (WAGNER, 2012, p. 16)

Dando continuidade às obras de Schütz, um dos trabalhos mais expressivos foi a publicação de *A construção social da realidade* (1966), pelos sociólogos Peter Berger e Thomas Luckmann. A partir dali é que os sociólogos começaram a compreender que os atos individuais de membros da sociedade, e não apenas os atos coletivos, contribuem para orientar o destino

da sociedade, levando em consideração não só o seu comportamento instantâneo, mas também o "curso da ação", o seu agir a longo prazo (BERTAUX, 2014, p. 251). Um dos maiores legados de Berger e Luckmann, à época, foi unir a sociologia compreensiva desenvolvida por Weber com a teoria funcionalista de Durkheim, combinando as linhas que trabalhavam com uma sociologia que dá valor à subjetividade com outra, aparentemente oposta, que dá valor ao externo e objetivo, passível de generalizações.

E foi da fenomenologia de Alfred Schütz, que em toda a sua obra como filósofo e sociólogo concentrou-se sobre a estrutura do mundo do sentido comum da vida cotidiana, que a dupla de pesquisadores se utilizou para amarrar estas duas pontas — a sociologia compreensiva e o funcionalismo — aparentemente opostas e distantes (BERGER; LUCKMANN, 1985). O mundo da vida cotidiana não somente é tomado como uma realidade certa pelos membros ordinários da sociedade na conduta subjetivamente dotada de sentido que imprimem às suas vidas, mas é um mundo que se origina no pensamento e na ação dos homens comuns, sendo afirmado como real por eles. Os autores consideram impossível analisar a sociedade sem levar em consideração a objetividade e a subjetividade, sendo o processo dialético da sociedade composto por três momentos: exteriorização, objetivação e interiorização (BERGER; LUCKMANN, 1985).

Nesta linha de pensamento, o mundo social é constantemente filtrado. As pessoas "escolhem aspectos do mundo de acordo com a sua localização na estrutura social e também em virtude de suas idiossincrasias individuais, cujo fundamento se encontra na biografia de cada um" (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 176). Essa construção do conhecimento nos leva a pensar que uma identidade exata é quase uma utopia.

Berger e Luckmann avisam que uma realista "apreensão de si mesmo como possuidor de uma identidade definida, estável e socialmente reconhecida está continuamente ameaçada pelas metamorfoses 'supra-realistas' dos sonhos e das fantasias, mesmo se permanece relativamente coerente na interação cotidiana" (1985, p. 137). E mesmo que os sujeitos não acessem a essência desta identidade a todo o momento, relatando objetivamente e de forma consciente tudo o que ele pensa e também o que ele representa na sociedade, este conhecimento está disponível para ser acessado a qualquer momento (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 136-137).

Dando sequência a este campo que se abria para estudar o indivíduo, mais tarde, no final dos anos 1970, foi Raymond Boudon quem procurou reconstruir toda a sociologia a partir da ação individual, criando o "individualismo metodológico" para se opor ao estruturalismo da

época. Segundo esta teoria, nenhum dos macro-temas, como classes sociais, estado e instituições, existem sem os indivíduos que os compõem e suas interações (BERTAUX, 2014, p. 253). Nesta frente aberta por Max Weber e com a subjetividade sistematizada por Berger e Luckmann, diversos pesquisadores dedicaram-se a colocar o sujeito, o ator, em primeiro plano. Os sociólogos alemães Fritz Schütze e Gabriele Rosenthal são alguns dos herdeiros da Fenomenologia. Existem outros pesquisadores, de origem francesa, como Daniel Bertaux e Bernard Lahire, que têm contribuído com as pesquisas sociais que exploram as trajetórias de vida ou cursos de ação, mais fortemente a partir da década de 1970.

Assim, reside na sociologia fenomenologicamente fundamentada, a base teórica da pesquisa biográfica, proposta inicialmente por Fritz Schütze e desenvolvida mais tarde por Gabriele Rosenthal, que tem como pressuposto a interpretação da ação pelo próprio sujeito. É esta metodologia que guiará nossa análise dos dados empíricos coletados na presente tese. Ou seja – vamos em busca de conhecer a forma como mães interpretam os filhos nestes conflitos, o que será detalhado nas próximas seções.

3.1 APROXIMAÇÃO AO CAMPO

Diversos instrumentos foram necessários para compor a análise que será apresentada nos próximos capítulos. Mas antes de detalhar a abordagem metodológica utilizada, apresentamos a maneira como foi feito o acesso ao campo de pesquisa, bem como suas dificuldades e peculiaridades que nos levaram a optar por mais de um recurso de extração de dados biográficos. Desta maneira, a forma como o campo foi trabalhado seguiu as instruções de Rosenthal (2014).

Pode-se dizer que no começo de um estudo empírico, o problema que fundamenta a pesquisa ainda não se encontra claramente determinado, e que nenhuma hipótese deve ser formulada de antemão. Tem-se de início, ao contrário, um interesse vago em determinado fenômeno social, em determinado meio ou contexto. É esse interesse vago, entretanto, que definirá já no início da pesquisa a forma de abordar os fenômenos e, com ela, o procedimento metodológico (ROSENTHAL, 2014, p.22).

O trecho acima traduz de forma simples o que buscamos com o princípio de abertura de Christa Hoffmann-Riem (1980), que recomenda adiar a estruturação teórica do objeto de pesquisa até que ela seja feita pelo próprio sujeito entrevistado. E foi com estes preceitos que ingressei no campo, sem hipóteses antecipadas, amparada em Rosenthal (2014). O pressuposto da abertura é que ao invés de se chegar a uma padronização de instrumentos busca-se dar-lhe mais espaço para a configuração da situação (ROSENTHAL, p.20). E esta abertura diz respeito

tanto ao tema e seus objetos de pesquisa quanto aos instrumentos, já que podemos utilizar variados instrumentos para dar conta da realidade que estamos buscando.

A estas formas de levantamento pertencem diversas modalidades de entrevista aberta, assim como pesquisas de campo nas quais se trabalha sobretudo com observação participante, gravações de áudio ou em vídeo de situações cotidianas, entrevistas em grupo ou também entre familiares. Todos esses procedimentos têm por objetivo investigar práticas da ação social na complexidade do dia a dia e apreender o mundo a partir da perspectiva dos agentes no cotidiano, não do ponto de vista do cientista social (ROSENTHAL, 2014, p. 22).

A entrevista aberta, como pontua Rosenthal (2014), permite ao entrevistado assumir um papel mais ativo e o entrevistador leva o relato do entrevistado como referência, sem questões pré-formuladas.

Cabe aqui descrever as regras para a realização de protocolos no contexto de observação participante e as regras gerais da análise sequencial destes materiais, proposto por Rosenthal (2014).

Quadro 2 – Protocolo de observação

REGRAS PARA A REALIZAÇÃO DE PROTOCOLOS NO CONTEXTO DA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

1. Registrar os dados "objetivos" e gerais sobre o local, as pessoas presentes, o tempo transcorrido e, se for o caso, sobre a organização ou instituição na qual a observação foi realizada.

2. Registrar informações sobre a forma com que se deu o acesso ao campo.

3. Fazer um registro do curso integral de ação em geral, de acordo com cronologia dos acontecimentos. Como não é possível apreender e muito menos memorizar tudo, o foco deve ser interações particulares, e, assim:

4. *Descrever detalhadamente cerca de duas situações observadas*, considerando a cronologia dos eventos e sua inserção no processo de observação. Essa é a parte mais importante do protocolo.

5. Sempre que possível, diferenciar entre cursos de ação observados e interpretações. Estimativas devem ser, sempre que possível, comprovadas a partir de observações. Essa regra não significa, porém, que devemos ser breves no registro de interpretações.

6. Registrar e refletir sobre o próprio papel em campo: sobre os sentimentos, as impressões e associações, seja durante a observação (considerada como inserida no curso das situações vivenciadas), imediatamente depois ou também durante a realização do protocolo.

7. Tomar nota de reflexões com vistas à realização de outras observações.

REGRAS GERAIS DA ANÁLISE SEQUENCIAL DE PROTOCOLOS DE OBSERVAÇÃO

A. Antes da análise de protocolos relativos a um caso

Realizar análise dos dados de enquadramentos "objetivos" e- dependendo do problema levantado na investigação - uma análise sequencial dos dados históricos sobre o caso.

B. Análise do protocolo relativo a uma unidade de observação

1. Análise sequencial dos dados "objetivos" sobre o acontecimento concreto, considerando a sequência cronológica de cada uma das fases do curso integral.
2. Análise detalhada das cenas, precisamente esquematizadas.
3. Inserção das cenas no curso integral das unidades de observação e no contexto geral do caso
4. Com base nas hipóteses até então desenvolvidas: formular hipóteses secundárias sobre os passos seguintes a serem tomados em campo
5. Reflexões sobre a estrutura de outras possíveis observações com base na análise.

Fonte: ROSENTHAL, 2014, p. 138 e p.147.

Assim, a partir das observações e da ideia de que estamos investigando um fenômeno social e não um indivíduo, construímos "memos" (*ver mais sobre o memo na pág. 78, quando detalharemos a preparação para a análise*) e a análise destes "memos" compõem o material na reconstrução dos casos. Também, a análise dos "memos" no decorrer do campo vai indicando os caminhos a serem percorridos (ROSENTHAL, 2014). E foi munida deste conhecimento que escolhi o local onde seriam feitas as entrevistas.

Assim, o universo de pesquisa compreende o acesso a 24 entrevistadas: 15 entrevistas abertas no Brasil e cinco no Reino Unido, além das 4 entrevistas narrativas realizadas no Brasil,

sendo que duas resultaram na reconstrução biográfica, que mais adiante, no capítulo 5, servirão de base para explicar os tipos aos quais pertencem.

Depois de me incorporar ao fluxo da Casa, comecei a ter contato com eventos dos quais as técnicas organizavam ou participavam, como seminários, palestras, rodas de conversas, encontros informais entre as vítimas e etc. Abaixo, conto como se deu esta aproximação com o campo do Marieta da Luz.

3.1.1 Centro Marieta da Luz, no Brasil

Munida desta abertura necessária ao campo no tipo de pesquisa qualitativa ao qual faço parte, dentro de uma sociologia compreensiva, inicio o contato com o universo empírico logo no primeiro semestre do doutorado, em 2015, no Centro de Referência⁹ Marieta da Luz¹⁰, um departamento da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, de Mato Seco, cidade localizada nos arredores de Porto Alegre.

Fiquei sabendo do Centro Marieta da Luz ainda enquanto trabalhava como repórter no jornal Zero Hora. Foi a informação de que lá havia uma sala preparada para receber crianças, quando estas acompanhavam as suas mães aos atendimentos, que me fez decidir pelo centro como ambiente adequado para a minha observação e, conforme ia ganhando a confiança do corpo técnico, meu espaço de acesso às futuras biografadas.

Cabe lembrar que meu objeto de pesquisa à época era os filhos da violência doméstica, seguindo o rumo do mestrado. Por isso, um local em que crianças eram atendidas me pareceu adequado para iniciar o trabalho de campo. Foi com o passar das semanas de observação que decidimos mudar nosso foco para as mães em vez de focar nos filhos. Ir aberta ao campo demonstrou, na prática, a riqueza da escolha. Estar em campo foi capaz de proporcionar uma outra visão para o estudo que nos pareceu mais rico na ocasião.

O primeiro contato foi realizado por telefone. Expliquei de forma resumida a minha pesquisa e, no dia seguinte, fui até lá. Do lado de fora, não havia nenhum sinal do espaço. Perguntei a um grupo de homens que tomava café no ponto de táxi, e eles não conheciam o

⁹ Os Centros de Referência são espaços de acolhimento/atendimento psicológico e social, orientação e encaminhamento jurídico à mulher em situação de violência, que devem proporcionar o atendimento e o acolhimento necessários à superação de situação de violência, contribuindo para o fortalecimento da mulher e o resgate de sua cidadania. Fonte: site do Senado (<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/acoes-contra-violencia/servicos-especializados-de-atendimento-a-mulher>)

¹⁰ A fim de preservar a identidade da biografadas e do universo pesquisado, utilizo nomes fictícios para apresentar o espaço onde realizei a pesquisa e também o município onde está inserido. O centro foi inaugurado em 2006 como resultado do Pacto de Enfrentamento da Violência Contra a Mulher do governo federal daquele ano e que desencadeou diversas políticas públicas no mesmo sentido pelo Brasil.

Marieta da Luz e recomendaram que eu me certificasse na recepção da prefeitura. A atendente orientou que eu caminhasse até os fundos do terreno. Lá estava o centro, ao lado do almoxarifado. Uma porta de madeira antiga separava o pátio do interior de uma casa com o pé direito alto, com assoalho de madeira e salas amplas.

Às 9 horas, estava eu sentada diante da diretora Andrea¹¹, diretora do centro, a psicóloga Jurema e a assistente social Josiane, que realizam os atendimentos a mulheres vítimas de violência doméstica. Elas apresentaram o espaço e os pré-requisitos para a mulher ingressar. Para receber o apoio da instituição basta ser mulher e estar vivendo algum tipo de violência, seja ela física ou emocional. O público-alvo fica sabendo do serviço por meio de campanhas realizadas pela prefeitura, pela Patrulha Maria da Penha, na delegacia e por indicação de vizinhos dos bairros onde moram. Mas a maior parte chega até lá encaminhada pela juíza da vara da violência doméstica do município. A recomendação passou a ser uma medida padrão após as audiências na vara, a partir de 2015. Durante os atendimentos, realizados em salas individuais, as vítimas recebem orientação nas áreas de serviço social, psicologia e direito. Na prática, o que a observação dos atendimentos demonstrou é que são conversas de acompanhamento sobre cada caso. Estes atendimentos são realizados por técnicas, uma psicóloga, duas assistentes sociais e uma estagiária de cada uma dessas áreas, e elas anotam as informações passadas pelas vítimas. O registro se dá em uma folha A4, e então a equipe dá algumas orientações sobre como a mulher deve proceder e depois anexam as informações às fichas de cada uma. Todas as fichas, desde que o centro começou a funcionar, em 2007, são feitas manualmente e anexadas em pastas separadas por ordem alfabética dentro de um armário de metal. Cada ficha contém os históricos possíveis de agressão: cópia de boletins de ocorrência, medidas protetivas, laudos médicos e o resumo de cada encontro detalhado nesta folha de ofício. Caso a mulher não compareça ao local nos dias agendados, as técnicas telefonam para saber o motivo pelo qual faltou e insistem com as ligações por algum tempo para evitar que abandonem o processo e voltem a viver em situação de violência.

O apoio prestado vai desde questões básicas do cotidiano, como o auxílio com a troca da escola dos filhos, a orientação sobre as consequências da medida protetiva de urgência, encaminhamento para psicólogos parceiros até resolução de casos mais complexos, envolvendo a guarda compartilhada e o risco de morrer. Elas se orgulham de casos que ajudaram a solucionar. Um deles foi o de Júlia. A mulher teve filhas gêmeas com o ex-marido agressor. Ela

¹¹ A fim de preservar a identidade das biografadas foram alteradas ou suprimidas todas as informações que pudessem identificá-las, tais como, os nomes delas, de seus familiares, centro de referência em que iniciei as pesquisas, cidade ou bairros. Aqui, em específico os nomes são fictícios.

fugiu de casa e da cidade onde moravam, em outro Estado. A mulher de 30 anos já estava há três anos longe das meninas. Ao chegar ao centro encaminhada pela Brigada Militar após se envolver em um novo caso de violência doméstica, começou a frequentar o local. Após algumas sessões contou o que havia acontecido e o corpo técnico deu início às buscas pelas filhas. Localizaram e ajudaram Júlia a encaminhar na Justiça o pedido de guarda compartilhada com o ex-marido.

No âmbito psicológico, oferecem auxílio para que consigam falar sobre a violência sofrida, entender como o ciclo de violência acontece e trabalham para que a mulher consiga se sentir empoderada e menos dependente emocionalmente do agressor. Também auxiliam na busca por emprego, caso estejam desempregadas, para que também se libertem financeiramente. O centro também promove palestras, reuniões em grupo, festas e confraternizações para que elas possam conversar com mulheres que passaram pela mesma situação e trocar experiências. Os atendimentos individuais duram uma hora e lá elas desabafam, choram, tiram dúvidas, tem a autoestima erguida.

Outro serviço prestado é o de visitas domiciliares. As técnicas vão até as casas das vítimas para verificar a situação de cada uma *in loco* e, assim, conseguir direcionar os auxílios necessários. O objetivo, segundo o que comentam, é o de garantir que elas continuem com seus direitos assegurados. Porém, durante os dois anos que estive lá, presenciei apenas uma saída para estas visitas domiciliares e já ao final do meu período de observação. Segundo a diretora do centro, o veículo da prefeitura que fazia o transporte estava estragado fazia mais de dois anos e não havia verba disponível para consertá-lo.

Muitas já possuem boletins de ocorrência e medida protetiva de urgência, que limita uma distância mínima entre o agressor e a vítima sob pena de prisão em flagrante caso haja o descumprimento da mesma, e já iniciaram algum procedimento de afastamento do agressor. Mas estas formalidades não são exigências. Em 2015, mais de 80% daquelas que buscaram ajuda no Marieta da Luz tinha filhos com menos de 18 anos, segundo levantamento¹² realizado pela própria instituição.

Logo na chegada, falo detalhadamente sobre o meu envolvimento com o tema, conto que acabara de defender minha dissertação de mestrado sobre os órfãos da violência doméstica e seguia envolvida com o assunto no doutorado. Disse que estava disposta a observar o que me fosse permitido. Até a sala de espera ou a entrada do centro já poderiam ser ricos. Queria ver

¹² O banco de dados não é informatizado. Todos os registros são realizados manualmente nos prontuários.

quem acompanhava as mulheres até lá. Já nos primeiros encontros decidi, junto com meu orientador, adaptar o tema de pesquisa, e, em vez de entrevistar os órfãos meu interesse se voltou para as mulheres. O objetivo passou a ser desvendar a interpretação que as mães faziam sobre as crianças.

O ideal, no entanto, seria entrar na sala de atendimento e escutar os diálogos, as trocas, as angústias. Eu queria saber quais eram as categorias utilizadas quando os relatos envolviam seus filhos, quais relatos surgiam quando questionadas pela equipe técnica sobre a participação das crianças nos conflitos.

Então, além de utilizar o espaço para aumentar a minha compreensão com relação ao tema e entender como estas mulheres falavam de seus filhos durante as sessões, também enxerguei ali a possibilidade de ter acesso às minhas entrevistadas.

Logo que expus esta intenção, as funcionárias demonstraram estranhamento. Josiane disse: “Preciso de uns dias para me preparar. É muito complicado, pois não será só o comportamento da mulher atendida analisado, mas o meu também como profissional. É algo muito delicado”. Jurema orientou apenas que precisávamos aguardar a chegada de Antônia, a segunda assistente social, pois este é um tipo de intervenção que iria requerer a concordância de toda a equipe.

Entendia a reação, pois ficaram inseguras quanto os seus papéis profissionais e não estavam dispostas a serem analisadas, mas imaginava que estes argumentos poderiam ser transformados em desculpas para me desencorajar da observação. A impressão se desfez horas depois e, ao contrário do que eu imaginava, a partir deste primeiro encontro, tive acesso a todos os atendimentos, sempre que as mulheres concordassem, bem como às fichas de cada paciente e todos os documentos, como boletins de ocorrências e ordens judiciais.

Todos estes elementos ajudam a compreender melhor o objeto de pesquisa. Apesar de ter conseguido me inserir na rotina do centro, observando e fazendo entrevistas abertas com praticamente todas as participantes, a maioria não quis levar adiante o contato por meio da entrevista de narrativa biográfica, ou seja, não estavam dispostas a um encontro fora do horário agendado para os atendimentos no centro. Este tópico também será discutido no capítulo de análise dos dados. Ao todo, foram 20 nomes indicados e, ao longo, do processo, apenas quatro levaram adiante as entrevistas narrativas. A maioria respondia de forma positiva às atendedoras do centro, mas evitava as ligações, agendava os encontros com a pesquisadora e não comparecia ou simplesmente, no primeiro contato ao telefone, dizia que preferia não falar sobre o assunto.

Além de observar os atendimentos no Centro Marieta da Luz e receber indicação de entrevistadas dispostas a conversar comigo, seguindo o método biográfico, também tive acesso ao armário contendo arquivo de todas as fichas de mulheres que tiveram atendimento por lá. O recorte diz respeito aos atendimentos de 2015 e 2016. No capítulo de análise, trarei elementos de algumas delas, com foco nas que tinham filhos à época da agressão, representando os casos que mais se repetiam.

Mas até chegar ao ponto de marcarmos a entrevista, procurei me inserir no cotidiano do centro, indo uma vez por semana durante quase um ano e, depois, retornando por mais alguns meses. E quanto mais acompanhava os atendimentos ou participava das conversas informais, durante o almoço no refeitório, por exemplo, percebia o quanto tudo aquilo ajudava a explicar o fenômeno social em questão. Foi então que comecei a fazer o protocolo proposto por Rosenthal (2014), uma espécie de Diário de Campo.

Naquele período, além de preencher o protocolo no contexto de observação participante, realizei entrevista aberta com a maioria das quais tive contato.

3.1.2 Centro *Great Women*, no Reino Unido

Seguindo esta busca em um campo muito rico fui a Newcastle, no Reino Unido, cursar o doutorado sanduíche. Dentre meus planos por lá, estava procurar uma organização que recebesse mulheres vítimas de violência doméstica, nos mesmos moldes do Marieta da Luz, no Brasil, para que pudesse realizar a observação.

No terceiro ano do doutorado, recebi a bolsa de doutorado-sanduíche ofertada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e pude fazer a imersão junto à Newcastle University. Foram 4 meses de imersão na cultura inglesa, observando comportamentos pelas ruas, conversando com professores, moradores, frequentando grupos de estudos, acompanhando grupos de apoio a mulheres vítimas de violência doméstica, além de algumas entrevistas abertas com mães assistidas por lá. Este contato com a cultura local ajudou a compreender o contexto.

Apesar de ter iniciado no Brasil uma aproximação com entidades de lá, foi após a chegada que encontrei um local disposto a me receber. A visita foi intermediada a partir de Claire Vaughan, aluna de Newcastle e orientada no Brasil pelo professor Dr. Hermílio Santos. Após trocar alguns e-mails explicando o conteúdo da tese, recebi o aceite da coordenação do

Great Women¹³. Fui recebida pessoalmente pela Carla, responsável pelo serviço, que é mantido por entidades privadas e públicas, além de doações. Ela aceitou que participasse de uma reunião para que eu apresentasse minhas intenções de observações e aí, então, elas pudessem avaliar meu aceite no grupo, que se reunia em Zoele, cidade vizinha a Newcastle.

Apesar de terem a mesma função, sendo ambos centros para receber e auxiliar vítimas de violência doméstica, o Marieta da Luz, no Brasil, tem um caráter mais voltado a questões legais, já que boa parte das mulheres são encaminhadas ao serviço por intermédio da polícia militar, depois de registrarem um boletim de ocorrência ou pela Vara de Violência Doméstica, após as audiências quando são julgadas as medidas protetivas de urgência. Em menor quantidade são as que procuram o centro diretamente, sem passar por qualquer intervenção do sistema legal, pois ficam sabendo de sua existência através da mídia local ou ainda por suas amigas, vizinhas ou parentes que também sofrem violência ou são encaminhadas pelo serviço social do município.

O Great Women tem uma outra lógica de funcionamento. Nem todas as mulheres que lá convivem procuraram o serviço de forma imediata. Muitas levam muitos meses ou até anos para chegar ao atendimento, que também é gratuito. "Muitas demoram para chegar porque, na maioria das vezes, não nomeiam o que passam dentro de casa como abuso doméstico", disse a psicóloga Shana, uma das responsáveis pelo local.

É comum que lá as mulheres cheguem por conta própria ou sejam encaminhadas pelo GP¹⁴ (General Practitioner), unidades de saúde básica com atuação semelhante aos postos de saúde do Brasil.

O espaço do Reino Unido oferece suporte em grupo e individual voltados para a saúde mental, focados no auxílio da depressão e ansiedade, que são alguns dos efeitos da violência e outros grupos para tratar especificamente dos temas que envolvem a violência doméstica.

Chama a atenção também o fato de diversas ONGs e instituições se preocuparem em oferecer este tipo de atendimento gratuito. Durante minha chegada a Newcastle pude fazer contato com esta e mais outras oito do mesmo tipo. Esta, no entanto, foi a mais ágil na resposta, e pude iniciar minha observação imediatamente.

¹³ Os nomes das entrevistadas, dos locais visitados e das cidades do Reino Unido também serão anonimizados, por isso, nomes fictícios foram escolhidos.

¹⁴ O acesso à saúde física e mental gratuitas no Reino Unido se dá pelo GP (General Practitioner), que é uma espécie de posto de saúde dentro do Sistema de Saúde Pública ([National Health System – NHS](#)). Lá, qualquer tipo de paciente tem acesso a um médico da família, que fará todos os outros encaminhamentos. De acordo com as entrevistas realizadas para esta tese, estes médicos são obrigados por lei a relatar casos de abusos doméstico quando há desconfiância de que existem sob pena de ter seu diploma médico cassado.

Se no Brasil meu maior contato foi com os atendimentos individuais, uma vez que eles aconteciam em maior volume do que as experiências em grupo, no Reino Unido, optei por participar de encontros de um mesmo grupo também por uma questão estratégica: meu tempo de permanência lá era mais curto e eu gostaria de ter acesso ao maior número de dados, impressões e entrevistas possível. Restringir a este grupo com visitas mais frequentes facilitaria na aquisição da intimidade que seria necessária para que pudessem se abrir comigo.

O grupo que acompanhei já estava junto havia mais de ano. As oito mulheres, todas com mais de 30 anos, brancas e britânicas, já tinham intimidade, combinavam encontros fora dali e usavam umas às outras como confidentes. Durante os encontros trocavam relatos sobre as diferentes dinâmicas de relacionamentos abusivos aos quais estiveram expostas, falam sobre parentalidade, os efeitos da violência em seus filhos e em todas as áreas da vida. "Elas percebem que param de ser felizes, sua confiança e autoestima são bem baixas, elas possuem dificuldade de fazer amizade e confiar nas pessoas", disse Shana, o que, segundo ela, explica a formação de um grupo tão unido.

Durante essas conversas, elas eram treinadas para conseguir emprego, discutiam assuntos como as diferenças entre um relacionamento saudável e um relacionamento abusivo, sinais de perigo na relação e como e onde conseguir ajuda em caso de risco iminente. Shana explicou o perfil das frequentadoras do grupo e detalhou que a maioria possui filhos e que eles são um *link* entre a mãe e o pai. Isso faz com que, muitas vezes mediante ordem judicial, os pais se encontrem com as crianças, exercendo nestes momentos seu poder de controle sobre a mulher.

As mulheres que frequentam o local já se livraram do abuso e lidam com os traumas ou ainda estão em relacionamento abusivo, mas sem riscos aparentes à integridade física. Quando é identificado que pode haver algum risco a elas ou aos filhos, o procedimento recomendado é informar ao MASH (Multi-Agency Safeguarding Hub) em casos mais brandos, ou ao Marac (Multi-Agency-Risk-Assessment-Conference), que envolve a presença do conselho tutelar e da polícia em alguns casos. Shana faz uma avaliação sobre como o filho impacta nas decisões da mãe, em geral:

Algumas pensam assim que a criança precisa ter um pai. Eles também falam que se elas forem procurar ajuda, que provavelmente irão tirar a criança dela, isso é muito comum deles usarem porque no passado as crianças eram retiradas em casos de abuso ou em casos que mulheres ainda possam sofrer algum tipo de ameaças, então se elas procuravam ajuda perdiam seus filhos ou até mesmo o parceiro ficava com a custódia da criança. Eu penso que até mesmo as pessoas que vieram para esse país, eles estão aqui com algum tipo de visto e dependendo do relacionamento podem perder seus filhos e o visto e talvez não saibam das leis do que possa acontecer na prática. Mas sim é sempre um grande efeito para as pessoas permanecerem nos relacionamentos e

as crianças serem usadas para isso. É tipo uma ferramenta para permitir a permanência das pessoas e continuar no relacionamento abusivo. E se elas permanecem no relacionamento, usam as crianças para ter acesso a essa pessoa, pois precisam levar e buscar e precisam saber onde os dois moram e pode não escapar realmente da relação, então é mais uma dificuldade. (Entrevista com Shana realizada em 15 de setembro de 2017 – notas do Protocolo de Observação)

O grupo analisado, sobre o qual Shana tece o comentário acima, iniciou o percurso no centro integrando um programa de seis semanas, que cumpre com uma agenda com temas diferentes a cada semana. São eles: os efeitos nas crianças que enfrentam abuso doméstico, os diferentes tipos de violência, como o abuso doméstico afeta a saúde mental, autoestima, confiança. Depois, elas podem seguir com o mesmo grupo fazendo atividades e falando sobre temas diversos nos encontros, sempre mediados por uma profissional habilitada do centro.

O serviço social é sempre visto voltado para a ótica da criança. Então, em casos de violência doméstica é comum que se evite de dividir a situação com outras pessoas em virtude do medo de terem seus filhos retirados, com o argumento de que não conseguem garantir a segurança deles. Assim, tudo o que é compartilhado entre elas no grupo é feito com base em um pacto de sigilo. Por outro lado, se precisam de cartas de aconselhamento ou cartas que informem que elas estão frequentando o grupo e cuidando de sua saúde mental, isso é fornecido pelas técnicas.

Se a mulher está sendo abusada eles pensam se ela conseguiria cuidar da criança, algumas vezes o pai pode bater nelas, onde a atmosfera dentro da casa é de muito perigo, algumas vezes possuem abuso de álcool e drogas e então serviços sociais veem isso como riscos para as crianças. E se a mulher escapa do abuso doméstico eles acreditam que elas estão vulneráveis para cuidar das crianças. Algumas vezes, eles possuem um time ao redor da família, as vezes mantém as crianças em suas casas, mas garantindo um suporte, acompanhando se as crianças estão sendo bem alimentadas e se estão frequentando a escola e coisas do tipo. Não é sempre algo ruim, algumas mulheres possuem boas experiências com serviços sociais, mas a maioria das mulheres possuem esse medo de que os serviços sociais irão tirar seus filhos de perto, porque acontece realmente. É muito difícil para a mulher porque ela pensa que "eu saí do abuso para manter as crianças a salvo, e agora elas são tiradas de mim e eu estou sozinha em um apartamento, sem filhos, sem companheiro, sem dinheiro". Ao mesmo tempo, cada vez mais a gente vê na imprensa e na mídia que pais pegam crianças abusadas para um dia de visita e não trazem de volta, matam a criança e depois se matam. Isso vem acontecendo mais e mais, e como prevenir? Para um abusador isso é a vingança final, matar a criança para fazer com que aquela mulher sofra mais, não é algo que aconteça toda a semana, mas é algo trágico, e que tem acontecido. O serviço social tenta colocar numa balança se a mulher saiu do abuso para se proteger ou proteger as crianças, se ela é uma boa mãe ou coisas do tipo. (Entrevista com Mônica realizada em 20 de outubro de 2017 – notas do Protocolo de Observação)

Lá, elas não possuíam um vínculo com a entidade que fosse mediado por qualquer instituição. Chegavam por vontade própria e lidavam com os encontros como terapia em grupo.

Expliquei o método de análise e de entrevista biográfica e quase todas estavam dispostas a participar. Entretanto, em virtude de uma insegurança com relação ao idioma, preferi realizar apenas entrevista aberta com as candidatas a serem pesquisadas.

Desta vez, havia um fato novo a lidar durante minhas observações e entrevistas, que, certamente, mudou bastante a minha presença no campo. Dias antes de embarcar para o doutorado-sanduíche, descobri que estava grávida. É claro que, fisicamente, se quisesse, poderia esconder a minha condição, já que era uma fase muito inicial e pouco aparente, mas minha cabeça estava repleta de pensamentos sobre maternidade. Apesar de todo o esforço para manter a mesma isenção que julgava ter antes da entrada no campo, algumas percepções certamente se alteraram.

Aprendi também, com muitas das entrevistadas com os quais tive contato, a usar a maternidade a meu favor, quando percebia que minha condição de gestante poderia me trazer algum benefício de aproximação com o campo. Confesso que foram poucas as vezes que senti que isto poderia ser útil. Entretanto, foi decisivo quando iniciei um período de imersão no grupo pesquisado. Na minha apresentação frisei o fato de estar grávida e, no intervalo da reunião, naquele primeiro dia, já fui alvo de muita curiosidade. Elas queriam saber sobre minha ida para um país tão distante, longe da família, no início da gestação. Senti em muitas delas um certo orgulho por estar vivendo aquele momento, uma espécie de sororidade. E, a cada encontro, elas me davam mais e mais apoio. De uma certa forma, para mim que experimentava minha primeira gestação, com tantas dificuldades, longe do marido e do aconchego da família, aquele momento da semana (os encontros ocorriam uma vez por semana) era aguardado com certa ansiedade por mim.

A partir desta inquietação, de ver como mesmo em um país desenvolvido, em que seus cidadãos possuem acesso à saúde e escola de qualidade, as inglesas poderiam vivenciar problemas exatamente iguais ao Brasil, comecei a buscar respostas.

Durante meu período no Reino Unido, estive reunida com diversos professores e pesquisadores de temas semelhantes ao meu e também conversava à exaustão com as frequentadoras do *Great Women*, mas foi durante a exibição de uma peça de teatro, que internalizei o quanto o problema da violência do homem contra a mulher poderia ser igual em qualquer lugar do mundo. A peça se chamava *Rattle Snack* e era baseada em histórias reais de mulheres que sobreviveram ao controle coercitivo da violência doméstica. A trama era sobre um homem encantador no início do namoro, com o passar do tempo foi se demonstrando

ciumento até que, com a chegada dos filhos, começou a torturar a mulher sem deixá-la sair de casa, mais tarde, com insultos, até que se iniciaram as surras.

Os destaques encontrados nas vivências relacionadas ao tema central da tese foram devidamente catalogados em protocolos, incluindo as conversas com as vítimas, e serão apresentadas no capítulo de análise para ajudar o leitor a se familiarizar com o pano de fundo que compõe o assunto. Elas enriquecem ainda mais a abordagem metodológica de narrativas biográficas.

3.1.3 Campos interligados: Brasil e Reino Unido

A imersão nas duas realidades foi fundamental para entender, de forma mais ampla, meu problema de pesquisa, que é compreender quais são as regras que compõem a ação de mães vítimas de violência doméstica com relação a seus filhos. Pude escutar relatos de mães vítimas de seus companheiros sobre o ambiente em casa, onde ocorrem as agressões ou onde ficam remoendo as lembranças de quando elas ainda ocorriam, as relações delas com os filhos e dos filhos com a violência. Tudo isto me ajudou a classificar algumas categorias até então nem cogitadas.

Quando o pesquisador trabalha com hipóteses antes de ir a campo, são muitos os riscos que se corre. O principal deles é a busca por encaixar falas e atitudes dos entrevistados em "caixinhas" preexistentes. Faz-se necessário pontuar aqui que, ao não levantar hipóteses prévias e de promover um constante esforço de deixarmos de lado o nosso *sistema de relevância*, não se garante a neutralidade absoluta do pesquisador. Inevitavelmente, nossas crenças, valores e cultura estarão inseridas no processo, mas com a abordagem de narrativa biográfica almeja-se uma aproximação deste ideal (SUSIN, 2014).

A proposta é tentar estranhar tudo, duvidar de qualquer coisa. Se for diferente, corre-se o risco de enxergar apenas na superfície — local onde fica exposto apenas o manifesto e não toda a riqueza que traz a subjetividade.

A exposição das minhas movimentações no campo de pesquisa e a forma como me foi dado acesso a ele está baseada nesta abertura e vem ao encontro da Grounded Theory, de Glaser e Strauss (2006). Esta metodologia tem a lógica cíclica da pesquisa, a fim de gerar dados em campo, sair dele e voltar a ele a fim de e com a capacidade de gerar mais dados e assim por diante.

Essa mobilidade no terreno a ser investigado, em que tudo pode e deve ser mutável incluindo os instrumentos de análise, é justamente o princípio da abertura de uma pesquisa interpretativa. Ou seja, meu objetivo inicial era fazer do campo uma ponte para as minhas

entrevistas biográficas, mas o ambiente da pesquisa mostrou que poucas das pessoas às quais tive acesso aceitaram passar por uma entrevista biográfica. Isto, outro lado, abriu espaço para que eu pudesse enxergar um amplo e rico universo por meio das observações e também das entrevistas abertas.

Como a própria Rosenthal (2014) pondera: o não dito, o silêncio, também contribui com o campo.

Aqui, também é importante deixar claro que é imprescindível “diferenciar a observação não participante da percepção de um fenômeno social por aqueles que participam da interação” (ROSENTHAL, 2017, p. 49). Quem está de fora não consegue acessar diretamente “os projetos de ação dos parceiros de interação e não interferem, portanto, no curso sequencial da ação” (ROSENTHAL, 2017, p. 50).

Assim, apesar de optar por dar ênfase às reconstruções dos casos biográficos, a análise também será incrementada por esses achados durante o acesso ao campo, compostos de "memos" e entrevistas abertas e protocolos de observação. O princípio da abertura na geração de dados e durante a pesquisa norteia esta tese com a possibilidade de, a partir disto, gerar teoria a partir do que o campo tornar submerso, mas isto "significa que a maioria dos conceitos e hipóteses não surgem apenas dos dados mas são sistematicamente elaborados em relação aos dados durante o curso da pesquisa (GLAUSER; STRAUSS, 2006, p.6).

Os autores (idem) afirmam que o repertório dos pesquisadores está repleto de histórias e *insights* obtidos de fontes externas aos dados. A orientação deles é de que se realize a geração de teoria a partir destas percepções a fim de fazer com que a teoria e o mundo empírico se harmonizem.

Durante o período que observei o grupo do Brasil e também do Exterior, me esforcei para estar atenta aos detalhes possíveis: as formas como se comportavam sozinhas, em grupos ou ainda em duplas frente a frente com as técnicas dos grupos. Sobre esta observação dos nossos objetos em seus cenários de convivência, Rosenthal (2014) afirma que "em uma discussão em grupo é possível, não apenas vivenciar a interação entre as pessoas, mas também observar as representações que consensualmente se consolidam e aquelas que acabam sendo relegadas à margem" (p. 23).

Analisando os fundamentos e os princípios da pesquisa social interpretativa, Rosenthal (2014) encontrou muitas diferenças, mas as semelhanças é que compartilham "a ideia de que os indivíduos agem com base em suas interpretações da realidade social, a qual, por sua vez, é continuamente produzida na interação, mas de acordo com determinadas regras"

(ROSENTHAL, 2014, p.49). Nesta perspectiva, o papel do cientista social é descobrir como os agentes do cotidiano constroem a realidade e o modo como vivenciam e interpretam esse mundo e quais métodos aplicam e que não são isolados, mas sim, pertencem a estoques de conhecimento coletivamente compartilhados, que são internalizados no curso da socialização (Schütz, 2018).

São os conceitos de Schütz, especialmente a teoria da relevância, apresentados anteriormente, que fundamentam o método criado por Schütze, já apresentado neste capítulo. Veremos agora de que forma a análise das narrativas biográficas do sociólogo alemão foi aprimorada por Gabriele Rosenthal. Ao buscar confrontar os sujeitos com hipóteses pré-estabelecidas, Schütz sugere que o sociólogo estaria se igualando ao senso comum. É a relevância dos próprios entrevistados que norteará o trabalho, dando ao indivíduo o maior espaço possível para construir a situação (ROSENTHAL, 2014b, p. 20). A busca está na investigação do agir social na complexidade que é o cotidiano a partir do ponto de vista do ator, não do cientista social. Os métodos de levantamento e também da análise devem permitir descobrir o modo como o indivíduo interpreta e produz seu mundo em processos interativos. Nesse contexto, não se trata apenas de chegar às perspectivas e aos estoques de conhecimento dos atores que lhe são conscientemente acessíveis, mas também de analisar o conhecimento implícito, a produção interativa de significados para além das intenções dos agentes (ROSENTHAL, 2014b, p. 22). É este o exercício proposto no método aprimorado por Gabriele Rosenthal.

3.2. A ABORDAGEM BIOGRÁFICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES À SOCIOLOGIA

A pesquisa biográfica na sociologia teve início na década de 1920 pelos sociólogos da Escola de Chicago, como William Isaac Thomas e Florian Znaniecki, como uma alternativa à sociologia positivista. Depois disto, entra em colapso e só volta a ser utilizada novamente como campo de pesquisa na sociologia na década de 1980 (ROSENTHAL, 2014b).

Embora já adotados no mundo todo, é a produção acadêmica alemã que vem contribuindo de maneira sistemática para o uso dos relatos biográficos na pesquisa sociológica.

Como lembra Débora Rinaldi (2017), é possível observar um "crescente interesse de sociólogos brasileiros por esse campo, tanto pelos temas que envolvem biografia quanto pesquisa biográfica ou narrativa" (p.66). Foi em 2017, que o Congresso Brasileiro de Sociologia, em Brasília, inaugurou um Grupo de Trabalho chamado Biografia e Sociedade e pôde contar com mais de 30 trabalhos com base em pesquisa biográfica, a partir de diferentes

perspectivas e métodos. O encontro foi importante para divulgar a diversidade de orientações metodológicas, tendo destaque aquelas voltadas aos trabalhos do sociólogo Bernard Lahire e, principalmente, aos métodos da pesquisa social interpretativa alemã. (RINALDI, 2017).

No cenário global, faz parte também deste mais recente interesse pela sociologia Schütziana o surgimento, em 2009, do periódico *Schutzian Research*, da constituição do *The International Alfred Schütz Circle for Phenomenology and Interpretative social Science*. Esta instituição realiza conferências bianuais, e foi responsável pela publicação das obras completas de Schütz em 12 volumes na Alemanha, além do documentário *Mundo da Vida – A sociologia de Alfred Schütz* (dir. Hermílio Santos, 56', 2018).

No mundo todo, uma das principais referências hoje em narrativas biográficas é Gabriele Rosenthal, cuja abordagem recupera o que havia sido formulado por Fritz Schütze quanto à forma de entrevista aberta e o exame criterioso e aprofundado do relato biográfico, mas avança. Ela incorpora ao método de narrativa biográfica contribuições do filósofo Aron Gurwitsch, que relaciona a fenomenologia com a teoria da Gestalt, bastante utilizada na psicologia. A combinação feita por Gurwitsch é empregada na análise dos campos temáticos em torno dos quais se desenvolvem as narrativas biográficas. Além disso, Rosenthal inspira-se na hermenêutica objetiva, criada por Ulrich Oevermann, para produzir a proposta de sequencialidade no processo de análise dos dados (SANTOS; OLIVEIRA; SUSIN, 2014, p. 374).

Tudo o que o entrevistado narra importa para o cientista social: seus interesses, suas vivências e o que aprendeu e também o que não aprendeu com elas, a gênese das suas perspectivas e a soma de suas experiências. Marcos Fanton (2011), no artigo *Sujeito, sociedade e linguagem*, resume o teor da narração em cinco características. A primeira é temporal, pois trata-se da rerepresentação de eventos passados com base na perspectiva atual. A segunda tem caráter social, levando em conta que a situação em que a entrevista ocorre é social e pode influenciar no que é dito pelo biografado, pois é direcionado a uma pessoa/entrevistadora específica. Ela também expressa, em terceiro lugar, os significados dados pelos indivíduos às suas experiências e a sua vida como um todo. A quarta característica é a subjetividade, pois é a expressão do indivíduo que tem uma biografia singular. Há que se considerar, por último, a influência da linguagem empregada no discurso, que é mais familiar e rotineira ao biografado (FANTON, 2011).

Ciente disto, o método de entrevistas narrativas aqui utilizado está baseado em uma atividade rotineira, que pode ser praticada por qualquer um em maior ou menor intensidade,

que é falar da própria vida e dos planos para o futuro. De forma a sistematizar esta narração, criou-se um método com etapas ordenadas cujo objetivo é buscar que o entrevistado sintase o mais à vontade possível e estimulado a contar sua vida em detalhes, sem precisar de perguntas que interfiram, além da simples presença que pode ser intimidadora do entrevistador, com a subjetividade do entrevistado. É o próprio entrevistado quem constrói a sua trajetória por meio da produção de um trabalho biográfico espontâneo (FANTON, 2011).

3.3 NARRATIVAS BIOGRÁFICAS COMO INVESTIGAÇÃO EM CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Para que se obtenha amplas narrativas, a abordagem inicial do pesquisador com o informante deve ser o mais aberta possível. O entrevistador deve evitar se basear em roteiros ou utilizar outra linguagem que não aquela empregada pelo próprio entrevistado na hora em que for formular suas questões, com base somente naquilo expressado pelo biografado. Com a pesquisa social interpretativa torna-se possível compreender não apenas o conteúdo manifesto, mas também o latente. Isso significa que é necessário ler nas entrelinhas oriundas do ator social somado ao saber implícito que acompanha os dois (ROSENTHAL, 2014b). Sobre esta subjetividade, faz-se necessário esclarecer que não se trata da compreensão dos aspectos psíquicos internos, próprios da psicanálise, mas dos significados que os próprios agentes dão às suas ações e à realidade social “a partir da apropriação de estoques de conhecimento social ao longo da socialização. Além da reconstrução desses estoques de saber — formados e constantemente modificados na socialização — e do significado conscientemente intencionado de uma ação” (ROSENTHAL, 2014b, p. 26).

A forma com que a pesquisa biográfica chega a questões e novos conceitos se distingue completamente da psicanálise, assim como a interpretação dos casos. Ao contrário do diagnóstico do psicanalista, a pesquisa biográfica busca objetivamente investigar, a princípio, o processo permanente de desenvolvimento de determinados fenômenos — como o de uma doença — e, ainda, situá-los na biografia individual tomada integralmente, e em uma inter-relação constitutiva entre indivíduo e sociedade. O pesquisador busca reconstruir a racionalidade inerente aos fenômenos. Outra diferença essencial consiste em que, nas análises biográficas, o objetivo é a reconstrução do significado de fenômenos individuais em seu contexto de surgimento (ROSENTHAL, 2014). Na análise proposta por Rosenthal, é levada em consideração também a forma como entrevistador e entrevistado interagem, pois a diferença entre o conscientemente intencionado e o significado objetivo vale também para o agir e o

conhecimento disponível ao pesquisador. Isto é importante porque o conhecimento implícito influencia na atividade do pesquisador e precisa ser objeto de reflexão e se tornar consciente.

Voltando à importância do estudo do caso particular, que determina o método de narrativa biográfica, é ele que fornecerá uma descrição detalhada de como as relações concretas entre determinados fenômenos se formam. A abordagem narrativa biográfica de Rosenthal, segundo Hermílio Santos "permite a construção de tipologias de interpretações do mundo da vida" (SANTOS, 2011, p. 14). Neste processo, a forma como os indivíduos manuseiam seu estoque de conhecimento, bem como lidam com o sistema de relevância e tipificação, são considerados. Já vimos que mesmo que as atitudes sejam as mesmas, o que motiva as ações de cada um dos atores sociais diz respeito àquele ser humano específico. É por isto, então, que é preciso estudar os indivíduos para entender os seus motivos: são eles que dão forma à coletividade. Toda a ação teria um objetivo futuro criado com base nas experiências do passado, tendo o presente como filtro: o que eu vivo, o que eu sou hoje. Este passado é movediço, se modifica conforme vão sendo dados significados a ele e, mesmo que tenha sido fantasiado ao expressá-lo, pode ter sido a forma utilizada para lidar com aquele pretérito (SCHÜTZ, 1972). O que você toma como verdade é a maneira que te leva a agir. Esta questão fica clara na análise feita por Schütz (1955) da obra de Cervantes. Dom Quixote age muito mais calcado na fantasia que ele crê ser verídica do que amparado na realidade de fato, criando seus "sub-universos".

Este conceito é importante para avançarmos às próximas seções, nas quais serão apresentados os detalhes da metodologia empregada nesta tese — das técnicas de entrevista até a análise dos dados biográficos. O produto final, após examinar os cinco passos da análise dos dados coletados, será a reconstrução da história de vida de algumas entrevistadas, que irão compor tipos. Para que fiquem mais claros os pressupostos teóricos do método aqui empregado, usarei exemplos concretos dos casos aos quais me dedico a estudar.

3.4 A ENTREVISTA BIOGRÁFICA: ESCUTA DE MÃES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Para iniciar a apresentação do formato de entrevista, portanto, é preciso esclarecer o que se entende por biografia. Segundo Fischer-Rosenthal (1995), biografia é a forma como as pessoas estruturam as suas vidas temporalmente bem como a sua participação nas variadas instituições sociais ao longo do percurso. A noção de biografia dá a ideia de uma descrição que emerge da observação de si mesma e as estruturas da própria vida antes e depois de um fato ocorrido. A linguagem é o que dá significado a tudo o que compõe esta vida. É também através da fala que os membros de uma sociedade constroem seu próprio mundo. Eles interpretam os

eventos e passam esta informação para seus pares, tornando-se produtores de experiência e conhecimento (FISCHER-ROSENTHAL, 1995). É por isto que levar em consideração a forma como o sujeito narra a sua biografia também é uma forma de ter acesso à gênese desta biografia.

Ao estabelecer as diferenças entre identidade e biografia, Fischer-Rosenthal (1995) define que biografia representa uma rede de eventos e possibilidades interligadas e interpretadas ao longo da vida, considerando a temporalidade no sentido cronológico e fenomenológico e encarnando fatos do passado e antecipações do futuro. Refere-se a um processo aberto de pertencimento, propondo uma junção em vez de uma divisão entre o individual e o social. Identidade, segundo o autor, denota a relação lógica entre eventos, representa temporalidade quanto a um senso de pertencimento fixo, como identidade sexual, étnica, nacional, que permanecem inalteradas. A identidade também tende a ser ligada a decisões intencionais ou a atribuir características pessoais (FISCHER-ROSENTHAL, 1995).

Para ter acesso a este material pessoal, no entanto, seguindo o método de Gabriele Rosenthal, são dispensados roteiros de perguntas ou formas de nortear o discurso do entrevistado. De acordo com o princípio da descoberta, a abertura já começa no momento de delimitar o universo a ser estudado. No método de narrativa biográfica, depois de escolhido o tema com que se quer trabalhar, não é indicado restringir o público-alvo, seguindo elementos comuns em outros tipos de pesquisa qualitativa, como sexo, escolaridade, classe social e etc.

Assim, todos os casos possíveis interessam neste trabalho, onde a pesquisadora teve acesso a um universo de pesquisa bastante vasto. A única exigência era que a entrevistada tivesse vivenciado violência doméstica e tivesse pelo menos um filho.

Como detalhado na seção anterior, nem todos os contatos geraram biografia, porém, conforme recomendado, no método, há um esforço para que todos os ingredientes com os quais tive contato ao longo desta trajetória acadêmica sirvam para ajudar em sua forma.

Rosenthal explica que deixar o universo de pesquisa amplo dentro do tema previamente delimitado faz parte da lógica da descoberta: "não podemos definir de antemão a escolha de nossos casos, uma vez que não podemos saber de início quais casos se mostrarão de relevância teórica ao longo da pesquisa" (ROSENTHAL, 2014b, p. 102).

Definidos os critérios mínimos, então, as biografias deviam ser de mulheres com filhos e que estivessem dispostas a passarem pela entrevista biográfica. Quando apresentada a intenção, no Marieta da Luz, aquelas que aceitaram dar entrevista o fizeram de pronto e, em todos os encontros, demonstravam desenvoltura e necessidade de relatar tudo o que passaram, assim ficavam bastante presas nas narrativas sobre os episódios de violência. Em comum, elas

tenham a vontade de que suas histórias pudessem servir de auxílio para outras mulheres que estejam passando por situação similar.

A interação entre entrevistado e entrevistador tem importância-chave neste exercício. A preparação do entrevistador deve estar voltada para respeitar com atenção o discurso do interlocutor e não para o estudo de perguntas pré-determinadas, como já foi bastante explorado até aqui. A primeira questão formulada é para que o entrevistado apresente a própria vida, da maneira que se sentir mais à vontade e disposto a narrar, ativando o próprio *sistema de relevância*. É a partir deste *sistema de relevância* que é elencada a sequência biográfica do entrevistado, demarcando de que forma dá o início da sua fala e quais são os temas da sua vida que merecem maior destaque, maior detalhamento e aprofundamento (SANTOS, 2012).

Assim, o método de Rosenthal tem como princípio a teoria da relevância de Alfred Schütz, cuja importância para as Ciências Sociais está na lógica de que o indivíduo seleciona o seu conhecimento na medida em que é relevante para a ação (NASU, 2008). O argumento é de que cada um de nós consegue buscar dentro do próprio *sistema de relevância* os conhecimentos disponíveis individualmente, ou seja, o "estoque de conhecimento à mão" na medida em que são relevantes para a ação (NASU, 2008, p. 91). Portanto, durante a entrevista esta "seleção" ocorre de forma automática e oferece ao entrevistador boa parte do estoque de conhecimento do entrevistado em uma sequência que revela o grau de importância dado a cada tema pelo biografado.

Seja em uma conversa de bar, em um encontro entre dois desconhecidos, em uma roda de amigos ou durante uma entrevista, todos estes contatos pressupõem uma interação face a face, conceito empregado por Berger e Luckmann (1985). Durante estes contatos, há um acionamento constante do sistema de relevância. Estes mecanismos de interação entre indivíduos precisam ser minimamente conhecidos e são de extrema importância durante a análise dos dados biográficos (ROSENTHAL, 1993).

Para compreender os mecanismos da entrevista aberta é preciso explicar que ela é dividida em três fases. No primeiro momento, se propõe um relato principal desenvolvido de forma autônoma pelo próprio entrevistado. É justamente para que o entrevistado se oriente por seu sistema de relevância que Rosenthal (2014) propõe a pergunta inicial mais aberta possível:

Pedimos que nos conte sobre a sua história de vida e também sobre a história de sua família, que nos faça um relato de todas as vivências que venham à mente. Você pode utilizar o tempo que for necessário. No início, eu não vou fazer nenhuma interrupção, vou apenas tomar notas, para mais tarde retomar alguns temas. Caso você não disponha de tempo suficiente hoje, podemos marcar uma segunda entrevista (ROSENTHAL, 2014b, p. 192-193).

Sedentas por atenção e por contar sua história, geralmente, de superação, pois as mulheres com as quais tive contato já estavam separadas dos maridos, elas não tinham qualquer dificuldade em iniciar o relato, mesmo sendo uma pergunta aberta. Mas era bastante comum que durante o relato elas questionassem se a história estava interessante ao ponto de virar um trabalho de doutorado. "Era isso que tu querias saber?", questionou Lara.

Todas incorporaram o papel de vítima em seu discurso, compondo o eixo temático de suas apresentações, e em momento algum pareciam estar envergonhadas de narrar a sua história. A busca por minimizar a interferência do entrevistador no discurso do entrevistado, portanto, está ligada a não impor a ele o *sistema de relevância* do pesquisador. Apesar de todo o esforço, como já havia lembrado Weber (2006) ao desconstruir o conceito positivista da objetividade, é impossível não haver interferências do pesquisador no momento da entrevista.

Saliento que eles não sabiam que eu estava interessada nas histórias delas com os filhos, ou como interpretavam essas histórias como parte do procedimento metodológico. Sabiam apenas que meu interesse era por mulheres vítimas de violência doméstica.

Neste contato face a face dentro do cenário da entrevista, Rosenthal lembra que o informante interpreta o mundo da vida dentro do qual se comunica com o pesquisador e a situação da pesquisa. Enquanto o pesquisador define a situação com interesse científico, o entrevistado pode entender o encontro como um bate papo, uma consulta com um psicólogo ou assistente social. Assim, a entrevista pode tomar uma infinidade de rumos, dependendo de como o entrevistado percebe o interesse do entrevistador: na história de um grupo, em sentimentos, investigação ou uma forma de repreendê-lo (ROSENTHAL, 2014b).

Então, é importante apresentar aqui que o contato por meio de uma instituição pode ter contaminado o universo pesquisado. Por mais que reforçasse a ideia de que eu não fazia parte do centro, elas me viam como uma integrante do sistema. Lara, uma das biografadas, passava a entrevista toda reforçando: "isto tu vais entender, como tu é psicóloga tu vais entender" ou "anota aí: ele me batia até esguichar sangue". Este foi o caso com mais dificuldade de me desvincular à figura institucional que o centro de atendimento a mulheres vítimas de violência carrega.

Creio que isto tenha bastante relação com o fato de eu ter chegado à casa dela de carona no carro da prefeitura. Apesar de insistir com Andréia, a coordenadora do Marieta da Luz, para que eu fosse sozinha à casa da entrevistada, ela insistiu com o argumento de que ela morava em

um bairro de periferia na cidade e que estaria me colocando em risco caso não estivesse acompanhada de algum órgão oficial.

Quando o carro da prefeitura estacionou em frente à casa de Lara, ela ainda levou 12 minutos para abrir a casa. Apesar de estarmos no local combinado na hora correta, ela fora acordada pela buzina do automóvel. Assim que apareceu no pátio foi abordada pela assistente social. Ela fez algumas perguntas com relação ao processo que corria contra o ex-marido e me apresentou, dizendo que eu ficaria ali sozinha para a entrevista.

Lara consente e, enquanto passa um café, explico que sou jornalista, mas que curso doutorado em Ciências Sociais e o único vínculo que possuo com o Marieta da Luz é a gentileza de me abrirem as portas para fazer a pesquisa. Reforço que Lara pode ficar bastante à vontade, que o nome dela não será divulgado e que, da mesma forma, nada daquilo será incluído no processo contra o ex-marido. Pergunto se ela se importaria que eu ligasse o gravador. Ela não responde naquele momento e dispara:

L - Tá, mas o que tu quer saber?

E - Eu estou interessada em toda a tua vida, me conta tudo o que vier à tua cabeça, desde o dia em que tu nasceu...

E novamente sou interrompida. A mulher relata tudo o que de mal sofreu em sua vida provocado pelo ex-marido, as surras, as brigas e humilhações. Lara seguia preparando a mesa do café da manhã e não parecia dar muita atenção ao que eu falava, e fez com que a sua narração se sobrepusesse ao que eu estava dizendo sem que desse tempo de formular a abordagem inicial. Ela estava bastante nervosa, vivia com o medo de que o ex-marido voltasse ao lar para cumprir com a promessa de matá-la. Por isso, um dos primeiros diálogos que tivemos foi como uma espécie de distribuição das regras do jogo. Frisou logo de cara que sempre sentava de frente para a porta temendo levar golpes pelas costas.

Mais de 10 minutos de uma fala em ritmo acelerado haviam se passado até que precisei interromper de maneira mais enfática e avisar que precisava ligar o gravador. Ela consentiu. Então, o primeiro registro do meu dispositivo eletrônico é a seguinte frase: "a minha guria era pequena mas acompanhava tudo ela sempre viu tudo que ele me fez" (informação verbal). Ela falou compulsivamente, atropelando as palavras por 24 minutos e finalizou: "Minha vida é isso aí, é uma novela a minha vida". Esta é a deixa para que eu tente introduzir novamente a pergunta inicial, mas ela segue elencando episódios de terror sem prestar atenção em minhas intervenções:

E – Imagino como tudo isto tenha sido dolorido, mas queria ver se haveria a possibilidade de tu falares da tua vida de uma forma mais ampla, não necessariamente deste trecho específico das agressões, mas específico da tua vida

L - Ah, sim, quero falar que assim ó ele foi mal pra mim, me batia, me espancava, uma vez tentou me matar com uma machadinha, tudo isso vocês têm aí anotado, né (LARA, p. 4, L. 26-30, 2017).

E assim a biografada passou o tempo todo, mesclando narrativas com a possibilidade de estar gerando um relatório para o processo dela que corria contra o ex-marido. Mas não é apenas a profissão que pode gerar um efeito na entrevistada, a classe social, situação financeira e nível intelectual também são capazes de provocar interferência no campo. Janaína¹⁵, negra, de 22 anos e com 3 filhos, um de cada pai e todos agressores, me falou no segundo encontro, quando descobriu minha idade: "Tu tem 32 anos e ainda nenhum filho, isso é coisa de rico, não sei que que os rico tem contra os filho".

Constrangida, apenas respondo que estava aguardando terminar meu trabalho do doutorado para engravidar. Naquele momento, fiz questão de compartilhar com ela situações do cotidiano, na tentativa de encontrarmos um ponto em comum novamente e desmanchar aquele desconforto. Relembramos algumas situações do Marieta da Luz na qual estava presente recentemente, uma oficina de auto-retrato e brincamos sobre as formas como as pessoas se viam. Mais adiante, quando estava narrando uma situação mais íntima com o marido, ela disse: "a gente é mulher, a gente sabe, isso eu posso te contar". Sobre esta relação inicial, Berger e Luckmann fazem a seguinte reflexão:

Os esquemas tipificadores que entram nas situações face a face são naturalmente recíprocos. O outro também me apreende de uma maneira tipificada, como "homem", "americano", "vendedor", "um camarada insinuante", etc. As tipificações do outro são tão suscetíveis de sofrerem interferências da minha parte como as minhas são da parte dele. Em outras palavras, os dois esquemas tipificadores entraram em contínua "negociação" na situação face a face. Na vida diária esta "negociação" provavelmente estará predeterminada de uma maneira típica, como no característico processo de barganha entre compradores e vendedores. Assim, na maior parte do tempo, meus encontros com os outros na vida cotidiana são típicos em duplo sentido, apreendo o outro como um tipo, e interaguo com ele numa situação que é por si mesma típica (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 50).

Na busca por minimizar interferências durante a narrativa principal, e interessada em falas longas, a entrevistadora não utiliza qualquer expressão verbal nesta fase, apenas estimula, com intervenções paralinguísticas, como "mhm", que demonstram interesse e atenção ao que está sendo dito. Caso a narração "emperre", pode-se recorrer a estímulos como "e o que aconteceu em seguida?", a contato visual ou a outras formas de interação que tenham como

finalidade demonstrar a atenção (ROSENTHAL, 2014b, p. 194). Schütze orienta que o ouvinte manifeste continuamente interesse na conversa e incentive a fala do biografado, lançando mão de fenômenos paraverbais, como "mhm", gestos, expressão facial ou balanço de cabeça sem perturbar o falante (SCHÜTZE, 2014, e16).

Quanto mais aberta a pergunta inicial, a empatia entre entrevistador e entrevistado e disponível o biografado, mais rico, detalhado e longo será o relato inicial. Esta é apenas a primeira fase da entrevista e quem determina até onde ela deve ir e quanto tempo vai durar é o próprio entrevistado, até que este conclua que esta é a sua vida e que nada mais deve ser acrescentado. Depois disto, se inicia uma segunda fase.

O segundo momento tem perguntas de aprofundamento, mas também com o interesse em que sejam formulados relatos, com base no que foi dito na primeira fase. Somente depois é que pode haver confirmações externas de elementos que não tenham sido mencionados. Neste momento são inseridas perguntas direcionadas, mas partindo do *sistema de relevância* do entrevistado. Ela deve ser introduzida da seguinte maneira, como sugere Rosenthal:

Como você deve ter percebido, eu fiz anotações sobre algumas passagens do seu relato e gostaria de fazer algumas perguntas sobre elas. Se você concordar, eu começaria, então, com o primeiro apontamento. Eu tomei nota, por exemplo, da menção que você faz sobre. Será que você poderia falar de alguns detalhes a este respeito? (ROSENTHAL, 2014b, p. 196).

Atenta a todas as falas da entrevistada, a entrevistadora anota todos os temas e eventos referidos no momento anterior, durante o relato inicial, para formular perguntas sobre o que foi comentado pela biografada. Podem ser escritas apenas palavras soltas em forma de breves notas, sempre na mesma ordem em que foram ditas e da forma como foram ditas, respeitando o sistema de relevância do entrevistado e também a forma como ele se expressa. Aqui, dá-se prioridade, inclusive, para as mesmas expressões e palavras utilizadas pela biografada, uma vez que essas palavras dizem muito sobre o mundo da vida da entrevistada. As intervenções são feitas na mesma ordem em que foi mencionada pela entrevistada. O objetivo é que novas narrativas sejam formuladas, por isto, perguntas como "por quê?" devem ser evitadas, pois gerariam argumentação em vez de narração. Esta fase funciona como estímulo à memória do entrevistado (SANTOS, 2012).

Nesta segunda fase, conforme recomenda Rosenthal, é que o entrevistador busca confirmar algumas passagens do relato ou aprofundar algum tema que tenha sido tratado, instigando o biografado a falar mais sobre ele. Em geral, segundo a autora, os falantes

costumam retomar a cronologia do relato principal, de forma que muitas vezes não se faz necessário levantar perguntas sobre as outras anotações feitas na sequência.

É somente em um terceiro momento que estão liberadas perguntas direcionadas sobre temas importantes para o entendimento do entrevistador, geralmente, ligada a datas de acontecimentos e até mesmo o interesse principal da pesquisa. Aqui, assuntos não explorados até então podem ser questionados.

O procedimento narrativo oferece aos entrevistados a maior liberdade possível para a articulação de suas próprias experiências e também para o desenvolvimento de um ponto de vista do ponto abordado, sobre sua história de vida. Outro objetivo de estimular narrações é possibilitar reproduzir cursos da ação (ROSENTHAL, 2014b, p. 184).

Toda a entrevista é gravada em áudio para que depois possa ser transcrita e sinalizada, de acordo com sinais desenvolvidos a partir da padronização de Jörg Begmann (1976; 1988). Esta forma de passar a entrevista para o papel não está comprometida com regras gramaticais: as vírgulas são colocadas para separar as frases conforme a pontuação impressa pela fala do entrevistado e pontos finais, de exclamação e interrogação também são dispensados, pois eles pressupõem uma interpretação. Para indicar pausas, por exemplo, na fala, é colocado entre parênteses o tempo que o discurso demorou para ser retomado (ROSENTHAL, 2014b, p. 112).

Quadro 3 – Sinais de transcrição

Sinais	Significado
,	Pausa breve
(4)	Duração da pausa em segundos
É:	Extensão da vogal
((rindo))	Comentário do realizador da transcrição
/	Inserção do fenômeno comentado
Não	Ênfase
NÃO	Falando mais alto
talv-	Interrupção de uma palavra ou de uma declaração

'não'	Falando mais baixo
()	Conteúdo da expressão incompreensível; comprimento dos parênteses corresponde mais ou menos à duração da declaração
(disse ele)	Sem certeza com relação a algum aspecto do conteúdo de um registro
Sim=sim	Rápida sequência de palavras
Sim, eu fiz Não, ele	Falas simultâneas a partir do "eu"

Fonte: ROSENTHAL (2014b, p. 113).

A entrevista é analisada do início ao fim, mas são os trechos narrativos que exercem maior atenção, pois são eles que permitem a provisão de elementos analíticos para a investigação da interpretação subjetiva, já que é a narrativa a forma textual que melhor reflete o roteiro de ação desempenhada pelo ator (SANTOS, 2012, p. 499).

Neste processo são levados em consideração os códigos linguísticos do entrevistado. Diferentemente de questionários, não é necessário pensar em um modo de apreender, com o relato, determinados fenômenos em sua forma constante, invariável, levando-se pela relevância temática proposta por ele próprio e não por nós entrevistadores. Desta forma, são respeitadas mudanças repentinas de assunto e de ritmo, mesmo quando não nos parece plausível. A postura do entrevistador é de grande ajuda quando ele assume a perspectiva de um estranho a tudo o que é falado e busca aprofundar o significado de determinadas declarações. Isto motiva o entrevistado a ser mais preciso, inclusive, com gestos, e se mostrando disposto a ouvir o que tem a dizer (ROSENTHAL, 2014b, p. 174).

É na fala que a subjetividade se torna mais real tanto para mim quanto para o meu interlocutor, principalmente, na situação face a face (BERGER; LUCKMANN, 1985). Assim, durante o processo de entrevista, deixando-se levar pelo fluxo de consciência, o biografado é capaz de ter *insights* nunca antes imaginados ou latentes. Durante a nossa conversa, após um silêncio prolongado, Lara reviveu a perda do bebê que esperava em função das surras do marido.

Eu tava aqui pensando quanta coisa que eu perdi guria eu eu eu perdi um filho (3) tu consegue imaginá o que é isso. Eu podia taa com meu bebê nos braço NOS BRAÇO.

Me dava coice me dava chute, soco na barriga assim ó. MEU DEUS DO CÉU (Informação verbal).¹⁶

E assim, ao evitar entrevista com roteiro estruturado ou semi-estruturado, preserva-se a oportunidade de análise das escolhas narrativas feitas pelo informante durante a entrevista, o que é importante para obter acesso e posterior análise da interpretação do sistema de relevância do entrevistado. As perguntas objetivas poderiam colocar o entrevistado em uma zona de conforto de apenas contestar as perguntas feitas pelo entrevistador (SANTOS, 2012).

De acordo com o princípio comunicacional, que abre espaço para processos cotidianos de entendimento e de produção, de negociação de significado, a pesquisa social interpretativa implica também no auxílio por parte dos pesquisadores para que a realidade social, que configura o objeto da pesquisa, seja moldada. É por isso que na análise, como veremos mais adiante, até as falas do entrevistador serão objeto de análise, pois provocam uma reação no informante. A maneira como se deu a aproximação entre entrevistador e entrevistado também torna-se objeto de reflexão.

A entrevista aberta, que tem papel central na pesquisa social interpretativa, foi chancelada como uma opção segura na década de 1970 quando Schütze incorporou a ela a entrevista narrativa, tanto para a entrevista quanto para os métodos de análise. A principal característica da entrevista aberta é permitir ao entrevistado um papel mais ativo, diferente de uma entrevista padrão ou feita mediante um questionário. É o relato do entrevistado que servirá de referência para perguntas que virão. Quanto mais aberta a entrevista, maior a chance de evidenciar os processos interativos da produção de significados e de saber e de torná-los transparentes (ROSENTHAL, 2014b).

Tal reflexão se faz importante ao pensarmos sobre as entrevistas abertas, porém, realizadas neste trabalho. Por não serem dotadas de perguntas, apenas estimuladas pela frase "me conta a tua história", atingimos resultados bastante satisfatórios. Esta busca faz com que o entrevistado emerja em um fluxo de relatos e lembranças, enquanto vai ativando a memória sensitiva e construindo histórias cada vez mais detalhadas. Nesse fluxo, vê-se emergindo impressões, sentimentos, imagens e sensações que não se relacionam à perspectiva atual do entrevistado e até mesmo que já nem eram mais lembradas. No curso da entrevista, neste nível de aprofundamento, o entrevistado vai se aproximando cada vez mais do passado e descolando-se da situação da entrevista, mais tomado de "si mesmo" (ROSENTHAL, 2014b).

¹⁶ Ver tabela de sinais de transcrição na página 77.

Joice, uma das entrevistadas de Newcastle, narrava sua experiência de violência com o marido de forma dramática. Ela cerrava os punhos e os dentes enquanto contava alguns dos episódios mais dramáticos, como este abaixo:

Eu detestava ter relações sexuais com ele e ele esperava eu dormir para me estuprar só que chegou um momento em que ele fazia isso o tempo todo a qualquer hora do dia. Mas as coisas começaram a piorar. Um dia ele chegou em casa no meio da tarde. (6) Eu estava passando umas roupas. Ele veio e jogou uma camisa dele e me pediu para passar e eu disse que não ia passar. (6) Ele veio pra cima de mim, me jogou no chão e começou a me bater com o ferro quente. Eu tremia de dor, de medo e de raiva. Fui para o hospital sozinha e tive que mentir que havia caído (LARA, p. 6, l. 25-28, 2017).

Naquele momento, na nossa conversa, Joice lembrou cada detalhe do dia que foi o ápice do relacionamento abusivo com o marido. Desta forma, se eu tivesse feito alguma pergunta com relação a como ela se sentiu ou quando o episódio ocorreu, o falante é solicitado a determinar a época dos acontecimentos e a definir sua relação emocional com ele. Isto poderia acarretar no bloqueio de um fluxo de memórias por instantes e estimular que o entrevistado se posicione de acordo com o pensamento que tem hoje e não na época em que o fato ocorreu (ROSENTHAL, 2014b). E foi assim, apenas estimulada por interjeições paralinguísticas, que Joice emendou outras narrativas durante a sua apresentação, elencando episódios traumáticos. Se eu tivesse procedido de outra maneira, com perguntas que estariam ligadas ao meu sistema de relevância e não ao dela, poderia ter interrompido o fluxo de memórias e tornado a sua fala bem menos atrativa.

Rosenthal (2014a) dedica-se aos processos de rememoração induzidos pela narração. Para ajudar a elucidar as diferenças entre a vivência no passado, a recordação do indivíduo e a narração, a autora se utiliza dos ensinamentos de Edmund Husserl sobre *noema* (se apresenta à consciência pela percepção direta ou pela imaginação) e *noesis* (o ato de voltar-se para o passado estando no presente). *Noema* seria a forma como o ato do passado é apreendido e intencionado no momento da fala, já *noesis* definiria as vivências da memória que se apresenta, mas também podem ser apresentadas de maneira distinta dependendo da perspectiva do presente. Este último seria a recordação (ROSENTHAL, 2014a).

Com a narrativa biográfica, conseguimos acessar, durante a fala do entrevistado, uma construção do passado que se realiza no presente e é completamente dependente deste passado vivenciado.

A autora alerta que nos recordamos de algo mais facilmente se isto está em um atalho na memória, o que pressupõe que a experiência ligada àquela memória tenha sido organizada

(ROSENTHAL, 2017, p. 97). Fora isso, o que conseguimos trazer à tona no momento da narrativa são fragmentos de situações que remetem a cenas, fatos e experiências do passado que sejam acionadas a partir de gatilhos do presente vinculados a uma emoção que tenha sido vivenciada no passado (ROSENTHAL, 2017)

3.5 OS PASSOS DA ANÁLISE E SUA PREPARAÇÃO

A abordagem metodológica desenvolvida por Rosenthal (2014a; 2014b; 2017) ajuda a esclarecer, analiticamente, as diferenças entre as modificações das situações vivenciadas no passado nas diversas fases da vida, "os processos recordativos no presente da narração, a moldagem linguística e comunicacional bem como os enquadramentos interativamente produzidos da situação da narrativa" (ROSENTHAL, 2014a, p. 232). Ao longo dos cinco passos da análise, o pesquisador deixará explícito todos esses pontos na busca por distinguir o passado narrado e o vivenciado, "mesmo que esses níveis não possam ser separados um do outro ou todo passado apresentado no presente seja condicionado pela perspectiva do presente e, inversamente, o presente seja determinado pelo passado" (ROSENTHAL, 2014a, p. 232).

Dito isto, faz-se necessário esclarecer ainda que não temos a pretensão de reconstruir o passado tal qual ocorreu feito mágica ou regressão. Nosso papel é tentar relatar como este passado foi vivenciado pelo narrador no momento presente. Para auxiliar neste processo, faz-se uso da *Gestalt*, teoria usada em diversas disciplinas para designar a configuração do "todo". Este "todo" é muito mais do que a soma das partes, mas a interligação destas partes para que o discurso faça algum sentido. Trata-se do fio condutor da narrativa, que considera a dinâmica entre o que é vivenciado e contado. Conforme Gurwitsch (2009), quando alguém muda a forma com que percebe algum fato também ocorre uma mudança nos "dados" da sua memória, inclusive com relação aos detalhes do "todo". Esta alteração na percepção faz com que o pensamento original sobre determinado fato desapareça dando lugar a um pensamento novo e ressignificado. Partindo do princípio da *teoria da Gestalt* de que o estoque de nossas vivências funciona como uma engrenagem interligada, a mudança não ocorrerá só em um detalhe da memória, mas no "todo". No momento da fala do entrevistado, todas estas alterações realizadas no dia a dia emergem e dão um novo significado a este passado no qual estamos interessados. Ele não ficou estático, imóvel, no momento em que aconteceu, segundo Schütz (1979).

[...] por um lado, visa-se reconstruir a configuração (*Gestalt*) temporal da história de vida vivenciada, isto é, a sequência das vivências biográficas no tempo objetivo, cronológico (diferentemente do tempo vivenciado subjetivamente) e seus possíveis significados no passado. Por outro lado, num passo analítico separado desse,

reconstrói-se a configuração (*Gestalt*) temporal da autoapresentação biográfica, isto é, a sequência de temas na apresentação presente, bem como o significado das vivências no presente do biografado e os enquadramentos interativos da apresentação delas (ROSENTHAL, 2014a, p. 232).

No mesmo artigo, Rosenthal resume qual é a relação dialética entre experiência, recordação e narração. E conclui que as experiências localizadas no passado não podem ser expressas da maneira exata como foram vivenciadas. Elas podem ser contadas somente na inter-relação entre o que se oferece no presente da narração e o que a pessoa quer dizer (ROSENTHAL, 2014a, p. 247).

O resultado da análise vai chegar a um cenário que apontará qual a estrutura biográfica e familiar que cria condições vantajosas para determinado tipo de comportamento ou orientação. Ela mostrará como é que se chegou ao tipo de comportamento que aquele entrevistado demonstra hoje (ROSENTHAL, 2014b, p. 31). Santos complementa a ideia de Rosenthal afirmando que "ao se obter narrativas das experiências biográficas, na perspectiva do agente, é possível obter acesso aos dados que poderão permitir a análise do sistema de relevância do narrador" (SANTOS, 2011, p. 15). Ele lembra ainda que, de acordo com a sociologia de Schütz, estes são os pressupostos indispensáveis para a compreensão da ação dos indivíduos.

Berger e Luckmann defendem que exagerar a importância das teorias sobre a sociedade é desnecessário, pois elas não esgotam tudo aquilo que faz parte da realidade de um indivíduo, membro de uma sociedade (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 29). Esta afirmação ajuda a explicar o porquê, na narrativa biográfica, não partimos de uma teoria para analisar um caso. Em vez disto, o pesquisador analisa a biografia e busca na literatura disponível as variadas formas como o tema já foi tratado e confronta com o que foi encontrado pela análise.

Antes de dar início à análise em si, logo após o término da entrevista, é recomendado ao pesquisador a preparação de um memorando ou "memo", ou seja, um resumo de alguns dados importantes da entrevista e do entrevistado, notas de campo, o primeiro contato com o entrevistado e demais impressões. Isto ajudará na organização das informações e facilitará na redação do trabalho final, pois tende a se configurar em uma espécie de roteiro para o pesquisador.

Entram aqui informações extraídas durante a entrevista e possíveis de serem verificadas em documentos, como dados sobre o nascimento do entrevistado, de seus parentes, a quantidade de irmãos, grau de instrução, data de casamento, nascimento de filhos, divórcio ou sobre a saúde

dele. Estas informações também podem ser encontradas em entrevista com outros familiares ou registro em órgãos públicos.

Este "memo" pode ser alimentado posteriormente a cada nova informação que surgir sobre o entrevistado, com base na análise de documentos e etc. Dados históricos também são inseridos na análise pois ajudam a compor um contexto histórico particular (ROSENTHAL, 2014b).

Como lembra Priscila Susin, é de suma importância a inserção deste material que contextualiza o sujeito em seu tempo, pois qualquer que seja o indivíduo analisado, ele possui conexão com seu tempo, espaço, seu grupo e sua cultura. A autora explica que é responsabilidade do pesquisador "transpor o 'fundo e a figura', em termos *gestálticos*, tendo como ideal uma troca entre individual, social, histórico e cultural" (SUSIN, 2014).

Berger e Luckmann explicam que fatos marcantes para a sociedade também são marcantes para o indivíduo. O relógio e a agenda diária localizam a pessoa em que tempo está e fazem com que a vida cotidiana seja real (BERGER; LUCKMANN, 1985).

A alocação das principais datas do entrevistado é fundamental, pois a estrutura temporal da vida cotidiana impõe-se à biografia dele em totalidade, ela fornece a historicidade que determina minha situação no mundo da vida cotidiana. Este mundo da vida é estruturado de maneira espacial, incorpora uma dimensão social por eu estar em constante contato com os outros, e temporal, já que a corrente da consciência é sempre ordenada em um tempo que varia de pessoa para pessoa e que é acessível intersubjetivamente (BERGER; LUCKMANN, 1985).

Nasci em certa data, entrei para a escola em outra data, comecei a trabalhar como profissional em outra, etc. Estas datas contudo estão todas "localizadas" em uma história muito mais ampla e esta "localização" configura decisivamente minha situação. Assim, nasci no ano da grande bancarrota bancária em que meu pai perdeu a fortuna, entrei para a escola pouco antes da revolução, comecei a trabalhar pouco depois de irromper a Grande Guerra, etc. (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 47).

Ao preparar o "memo", portanto, deve-se preocupar em responder as seguintes perguntas:

- I) Como o entrevistador se sentiu quando chegou ao campo de pesquisa?
- II) Como conduziu a aproximação do entrevistado e a entrevista em si?
- III) Qual era o cenário/atmosfera no momento da entrevista?
- IV) Quais foram as dificuldades do entrevistador e quais foram as dificuldades demonstradas pelo entrevistado: Algo tirava a atenção da entrevista e também a do entrevistado? Como foi a reação do entrevistado ao método de narrativa biográfica?

Feito isto, um genograma é montado para que se entenda as relações familiares e, a partir dele, constrói-se a provável situação de nascimento do entrevistado. No memo de Terezinha, por exemplo, estes foram os dados encontrados sobre a situação de nascimento da entrevistada e que constam no "memo":

Terezinha nasceu no Paraná, em 1986, primeira filha de um casal de agricultores que levava uma vida com poucas condições financeiras. A relação de Terezinha com a mãe não era nada boa, muito influenciada pela avó paterna, que tomava para si os cuidados da menina. Não há relato ou mesmo indício de que a mãe de Terezinha tenha sido vítima de violência doméstica na infância. Mas as hipóteses levam a crer que Terezinha tenha sido negligenciada pelos pais em termos de carinho, atenção e afeto. O pai dela, que é sempre posto como herói na narrativa, possivelmente foi omissos durante boa parte do crescimento de Terezinha.

O memorando da entrevista, então, contempla a atmosfera da entrevista e algumas das percepções do pesquisador. Ele servirá de apoio para o primeiro passo da análise, que consiste em criar hipóteses sobre a vida do entrevistado, apontando caminhos alternativos, imaginando o que poderia acontecer na vida do entrevistado a ponto de tornar as mudanças possíveis.

Quadro 4 – Memo Terezinha

Reflexão sobre a situação de entrevista no primeiro encontro

O primeiro contato com Terezinha, para apresentar a minha pesquisa, foi feito por telefone. Era 28 de setembro e a entrevista foi marcada para o dia 4 de outubro de 2016, uma terça pela manhã, no Centro Marieta da Luz.

Na hora exata, às 10h30min, ela chegou, pediu por mim na recepção e ficou aguardando na sala de espera. No momento em que ela chegou eu estava reunida com as técnicas do local.

Neste dia, cheguei ao centro bastante impressionada e angustiada com uma situação que havia experienciado durante a madrugada. Por volta das 2h fui acordada pelo Paulo, meu marido. Ele estava assustado, sentado à beira da cama. Tenho o sono muito pesado, então, aos poucos fui tomando pé da situação. Escutamos gritos, ameaças e um barulho extremamente alto de objetos sendo quebrados e arrastados dentro de casa. Paulo e eu estávamos assustados. Minha dedicação ao assunto, em pesquisas e várias matérias apuradas a respeito indicavam ao meu marido que eu saberia a decisão mais prudente a ser tomada

naquele momento. "Devemos chamar a polícia", ele me questionava. Cogitava bater na porta dos vizinhos para tentar acalmar a situação. Foram poucos minutos em busca da atitude mais acertada a ser tomada, que, na hora, pareceram horas. Me senti paralisada diante daquela situação.

Decidimos ligar para a portaria e avisar os seguranças do prédio sobre o que estava acontecendo. Minutos depois, escutamos o som da campainha tocar distante. Os barulhos cessaram. Mas tudo isso era muito perturbador. O fato de não estarem mais gritando e quebrando coisas não significava que as agressões haviam terminado. Na mesma hora me veio a frase clássica, que escutei durante toda a infância : “em briga de marido e mulher não se mete a colher”. A mesma frase que tentava desconstruir em minhas reportagens, onde alertava de que a omissão era também uma forma de agressão.

Cheguei ao Centro Marieta da Luz contando esta história e envolvi as técnicas do local na discussão sobre como agir nestes casos. Foi neste contexto que iniciei minha conversa com Terezinha. Encerramos o assunto na sala de reunião e me dirigi até a recepção para encontrá-la. Conduzi a entrevistada a uma das duas salas de atendimento existentes no Centro. Sabia de todas as implicações que realizar a entrevista ali teria para a minha pesquisa, mas foi decisão da entrevistada ter o primeiro contato naquele ambiente, onde se sentia segura.

Sentamos as duas, frente a frente, liguei o gravador e comecei a explicar o que eu estava fazendo ali e o quanto o relato dela poderia me ajudar na pesquisa, sem dizer, é claro, o tema exato que eu estava buscando abordar. Apesar disto, ela sabia que eu estava pesquisando sobre violência doméstica.

Terezinha segurava um capacete, o que indicava que ela se locomovia de moto. A mulher, de 30 anos (foi logo me dizendo a idade), usava aparelho dentário, cultivava o cabelo preto liso, que se estendia até o meio das costas. A blusa lilás, a calça legging preta combinando com a sapatilha e a maquiagem davam sinais da vaidade de Terezinha.

Jamais havia escutado um relato tão detalhado e lúcido como o de Terezinha.

Claro que não devemos julgar, tentar entender, mas toda a vez que eu escuto relatos de mulheres vítimas de um homem me questiono como é que isso pode acontecer. Como uma mulher aceita tamanha submissão.

A explicação de Terezinha parecia convincente. Lembro de ela ter dito que uma mulher que passa por experiência de violência doméstica não pensa em outra coisa, nem pede nada. Só agradece diariamente por estar viva.

Terezinha tem um filho, que à época da entrevista tinha nove anos. Ela conta que todo o transtorno na vida dela começou ao engravidar do agressor. Ele aparece diversas vezes no relato. Primeiro não se separava porque tinha medo que ele tirasse o filho dela, e aos poucos, foi sugada para dentro de uma relação que durou oito anos.

Outro ponto forte do relato é a rejeição que sofreu da mãe, que a negligenciava. Carinho recebia do pai e da avó paterna. Até hoje, dois anos depois de separada do agressor, Terezinha relata problemas de relacionamento com a mãe.

Ao final da entrevista, que durou 1h16min (apenas de relato inicial, sem interrupção dela, nem minha), ofereço a segunda entrevista para continuar escutando o relato inicial. Ela pede que seja realizada novamente no Centro Marieta da Luz. Pergunto se pode ser na casa dela e ela responde que não, pois não gostaria que a mãe escutasse nossa conversa. Sugiro que nos encontremos, então, em algum ambiente público Mato Seco. Minha intenção é tentar afastá-la do ambiente em que estávamos para que fosse o menos influenciada possível por ele.

Ela tem uma fala extremamente pausada, mas jamais desviou o olhar de mim. Anoto sem parar. Ao final, ela disse que estranhou apenas esse meu anotar desenfreado. Disse que ficou na dúvida se estava falando demais ou se estava falando muita bobagem.

Fonte: Protocolo de observação da pesquisadora

3.6 ANÁLISE DOS DADOS

Agora que já percorremos os passos da entrevista chegou o momento de falarmos sobre os passos de análises de dados necessários para que se chegue à reconstrução de um fenômeno social. Uma dúvida recorrente é: como extrair o passado se o relato é conferido no tempo presente? Rosenthal afirma, com base no que escreveu Gurwitsch, que a situação de vida atual determina o olhar sobre o passado. Este passado será específico, recordado de acordo com o contexto atual, da situação da fala (ROSENTHAL, 2014b). Aqui também cabe a explicação de Husserl sobre este ato de revisão de voltar-se ao passado, resgatando vivências, originando um *noema* relativo à memória, conforme foi explicitado no capítulo anterior.

Priscila Susin, uma das primeiras pesquisadoras a apresentar uma dissertação de mestrado no Brasil utilizando-se do método de narrativa biográfica, afirma que o uso do método para acessar a interpretação dos indivíduos e a compreensão mais ampla "a respeito da construção social e dialética entre os indivíduos e realidade social, é um minucioso trabalho cujas etapas estão teoricamente equipadas" (SUSIN, 2013, p. 95). Todos os passos da entrevista e da análise possuem uma fundamentação teórica e estão interligados, não sendo possível pular qualquer um deles.

3.6.1 Análise sequencial dos dados biográficos

Depois de confeccionado o memorando, como um ponto de apoio para as demais partes da análise, é que se inicia o aprofundamento na biografia do entrevistado. O foco do primeiro passo está voltado para uma análise sequencial dos dados biográficos, um dos princípios deste método, que também se baseia na hermenêutica.

Por hermenêutica entende-se uma compreensão do discurso de alguém e, segundo o filósofo e teólogo alemão Friedrich Schleiermacher (2006), a arte de compreender está conectada com a de falar e de pensar (p. 15). Cada palavra colocada em uma frase está inserida em um contexto que não deve ser desprezado, pelo contrário, precisa ser minimamente explorado (SCHLEIERMACHER, 2006).

Esta sequencialidade pode ser notada na utilização em ordem cronológica dos eventos vividos (mencionados durante a entrevista e complementados com documentos disponíveis). São assinaladas datas para, em seguida, serem utilizados como objeto de hipóteses apenas os dados passíveis de verificação. Neste momento não se leva em conta a interpretação do entrevistado sobre a sua própria vida, excluindo relatos centrados em sentimentos e percepções. A partir daí são formuladas hipóteses e hipóteses secundárias ou *follow-ups*.

Trata-se de um trabalho exaustivo e minucioso para que nenhum dos critérios de uma reconstrução de caso adequada sejam evitados ou esquecidos. Por isto, também apresento nesta pesquisa uma espécie de roteiro da análise proposto por Rosenthal de forma a tornar o resultado ainda mais transparente.

Depois de listadas as datas objetivas de momentos marcantes da vida apresentada de Terezinha, por exemplo, como nascimento, o casamento e a gravidez aos 20 anos e a separação do marido, são formuladas hipóteses sobre como o entrevistado toma as suas decisões conforme a hermenêutica objetiva de Ulrich Oevermann. Para cada hipótese empírica há uma contra hipótese e suas possíveis consequências. Nesta busca, imagina-se o que poderia acontecer na

vida do entrevistado ao ponto de tornar as mudanças possíveis. O horizonte, que era amplo no começo, vai ficando cada vez mais estreito no decorrer da análise.

Com isto se mostram também as amplas oportunidades e possibilidades na vida do entrevistado e quais os possíveis caminhos percorridos. As hipóteses principais descrevem de forma geral qual poderia ser a situação enfrentada pelo personagem, sua família, e as secundárias restringem-se a algumas possibilidades dentro de um cenário mais geral traçado pela hipótese principal. Por último, hipóteses representam consequências mais específicas, que podem ter sido desencadeadas pelas hipóteses secundárias e como estas consequências poderiam ter influenciado o contexto e as ações futuras (SUSIN, 2014).

Conforme as hipóteses vão sendo lançadas, começa-se a verificar as linhas mais plausíveis que se transformarão no fio condutor da vida do entrevistado. Se levássemos em consideração a vida narrada de Terezinha, veríamos que ela tem um discurso linear, sem permitir muitas interrupções do entrevistador. Ela tem toda a história muito delineada na cabeça e narra com muitos detalhes. Seu discurso é pouco argumentativo e bastante narrativo. Se esforça para aparentar ser alguém que foi enganada pela inocência da idade. O discurso de que Terezinha era vista como libertina pela família de origem e pelo marido se consolida ao longo de todo o discurso. A negligência¹⁷ e os maus-tratos¹⁸ da mãe e o carinho excessivo que recebia do pai, a quem devia uma prestação de contas, norteia toda a vida da entrevistada. Mesmo separada do marido e morando com os pais ainda sente-se em dívida com eles.

Os fios condutores da vida de Terezinha são a busca pela aprovação do pai e a negação das atitudes da mãe. As ofensas proferidas pela mãe, de que ela era libertina, parecem ter sido internalizadas por Terezinha, assim como a expectativa do pai de que ela fosse uma mulher "direita". Isso fez com que ela sempre tivesse problemas para lidar com a sexualidade. Até aqui é possível crer que a sexualidade é algo muito forte na trajetória de Terezinha. Tornar-se mãe e suportar a violência a qual era submetida parece ser as formas encontradas por ela para dar esta resposta de dignidade aos pais. O filho também aparece no centro de um comportamento dual, por um lado foi a maternidade que a colocou nessa situação de violência e por outro a criança representa tudo o que ela tem na vida. Terezinha busca canalizar toda a sua angústia no trabalho e gosta de ser referência como alguém muito caprichosa.

¹⁷ Entende-se por negligência o “não atendimento das necessidades básicas da criança, como como alimento, vestuário, assistência médica, proteção e supervisão” (PAPALIA; FELDMANN, 2008, p. 237).

¹⁸ Maus-tratos são entendidos como rejeição, aterrorização, isolamento, exploração, degradação, ridicularização ou negação de apoio emocional, amor e afeição (idem).

Somado ao que foi dito acima, com base nas hipóteses confirmadas também é formulada uma apresentação da entrevistada com base nas datas apresentadas por ela. Aqui devem ser consideradas informações como o contexto familiar que a entrevistada nasceu, assim como a situação histórica, quais foram os conflitos e as estratégias para lidar com estes conflitos e o que se extrai de significativo para a sua vida futura.

Quadro 5 – Resumo das datas da vida de Terezinha

A entrevistada nasceu no Paraná, em 1986, primeira filha de um casal de agricultores que levava uma vida apertada financeiramente. A relação de Terezinha com a mãe não era nada boa, muito influenciada pela sogra, que tomava para si os cuidados da menina. Não há relato ou mesmo indício de que a mãe de Terezinha tenha sido vítima de violência doméstica. Mas as hipóteses levam a crer que Terezinha tenha sido negligenciada pelos pais em termos de carinho e afeto. O pai dela, que é sempre posto como herói na narrativa, possivelmente foi omissivo durante boa parte do crescimento de Terezinha. A grande prova de amor que Terezinha teria esperado do pai, que era de que ele pedisse para que ela desistisse de casar com o pai do filho, não foi dada. Ao contrário, Terezinha iniciou uma vida sem qualquer sentimento com o homem justamente para não desacatar a criação rigorosa dada a ela pelos pais.

Quando a biografada tinha quatro anos nasceu o irmão e, quando ela completava doze anos veio a irmã caçula. Com a chegada da irmã mais nova Terezinha precisou trabalhar para ajudar no sustento da casa. Aos 15 anos mudou-se do Paraná para o Rio Grande do Sul com a família e, em seguida, largou os estudos.

O rigor com o qual foi criada desenvolveu nela uma personalidade submissa. Ainda muito jovem precisou trabalhar para ajudar no sustento da casa. Independente financeiramente, começou a sair e se envolver com homens. Engravidou de um rapaz que não conhecia muito bem. Eles se casaram e foram morar em Santa Catarina. Aos 20 anos, nasceu o filho. Aos poucos, foi apresentada à forma controladora que o marido tinha de lidar com a relação e quando o filho nasceu, Terezinha já estava completamente dependente dele. Ainda temendo a desaprovação dos pais e fazendo de tudo para se transformar em uma boa esposa, Terezinha opta por aguentar os maus tratos. Por ter pouca instrução e aos poucos ser cerceada da convivência com outras pessoas foi sendo tomada pelo medo de ficar sem o filho. Foi assim até decidir que fugiria, mas não sem levar o menino consigo.

Em 2014, após apanhar muito, ela arma um plano e foge de casa com o filho. Desde então, vive com ele na casa dos pais no Rio Grande do Sul e divide a guarda do menino com o ex-marido agressor.

Fonte: A autora (2019).

O produto deste exercício serve como preparação para a reconstrução da biografia vivenciada. Quando o texto for analisado já com este horizonte de significados possíveis, haverá um maior acesso ao conteúdo que costuma habitar as entrelinhas. É na terceira fase que as hipóteses dos dados biográficos serão confrontadas com as hipóteses para a história vivenciada. Esta etapa, de análise sequencial dos dados biográficos, é realizada antes da análise de campo temático para servir à análise da autoapresentação de vivências do entrevistado como um ponto de contraste. Pode-se ver claramente "quais dados biográficos — ou fases e domínios da vida — se consolidam enquanto tais na fala do entrevistado, no relato principal, assim como os que não chegam sequer a ser mencionados e em qual sequência cronológica aqueles são trazidos à tona" (ROSENTHAL, 2014b, p. 230).

Com isto, pretende-se dar conta de apresentar a personagem, sem levar em consideração a maneira como ela narra a sua vida. Trata-se de um resumo dos aspectos objetivos da vida do entrevistado — coletados junto a ele e possíveis de serem conferidas —, em que são consideradas as alternativas que estariam, hipoteticamente, disponíveis na vida dele e não apenas o que se confirma objetivamente. Todas plausíveis. Um dos objetivos deste passo é deixar claro na análise que a trajetória não é linear e que, ao contrário, ela está de alguma maneira vinculada a eventos passados, reduzindo as chances de que se implique em um determinismo.

Conforme a abordagem de Rosenthal (2014), o que o entrevistado narra é separado e analisado no passo seguinte, justamente para que o pesquisador não se deixe levar pela forma como o biografado deseja ser visto apenas, apesar de o seu interesse de apresentação estar sempre em evidência. Esta separação em etapas distintas é fundamental para que não se caia na armadilha de presumir aquilo que o entrevistado quer nos contar como sendo a única possibilidade. Ela é complexa e completamente diferente das outras abordagens que usam narrativas e análise do discurso na sociologia, como a etnometodologia (análise da conversação), pós-estruturalismo, filosofia da linguagem francesa, pragmatismo americano e sociologia do conhecimento de orientação fenomenológica (ROSENTHAL, 2014b, p. 273). Estas outras abordagens presumem o que é dito como o testemunho "real" dos acontecimentos,

ao passo que há um esquecimento de que o entrevistado possui um "interesse de apresentação", que é justamente o que se vai buscar na próxima fase da análise.

3.6.2 Análise de texto e do campo temático

Nesta etapa, a forma como o entrevistado narra a própria vida entra em questão. São realizadas análises de segmentos do texto, parte a parte, de modo que a próxima narrativa seja um encadeamento da anterior. Todos os trechos são verificados e balizados conforme a mudança do tipo de discurso.

Para ajudar a entender a importância que a forma escolhida pelo sujeito para narrar a sua história tem para a análise, vamos recorrer ao legado de William Isaac Thomas, expoente da Escola de Chicago — dedicada ao estudo de uma "sociologia compreensiva", que misturava fundamentos também da psicologia e da filosofia. Junto com Dorothy Swaine, Thomas criou a hipótese mais importante da pesquisa social interpretativa: "sempre que uma situação for definida pelo indivíduo como real, ela será, em suas consequências, real" (ROSENTHAL, 2014b, p. 50). Este teorema foi discutido de forma crítica por diversos autores, entre eles Erving Goffman (1977), que deu uma forma estruturalista ao problema ao lançar os conceitos "frame" e "framing" ou "recorte" e "enquadramento".

Para Goffman (1977), os atores definem a situação, mas não as criam, apenas notam o que esta situação pode vir a ser e se comportam conforme a ideia que fizeram da situação. Conforme o sistema de regras do autor, tudo é tematizado e a forma como o entrevistado se apresenta está relacionada com estes enquadramentos, assim como as suas modificações ao longo do registro. São estes os temas que ajudam também a dividir as falas. Nas mudanças de "frame" se encontram referências claras a elas na análise (ROSENTHAL, 2014b).

Por isto, os temas contidos na fala integram a análise. Para preparar a análise, portanto, devem ser levados em conta os seguintes critérios na hora de construir a separação das sequências por ordem de prioridade: troca de falante, mudança no tipo do texto e no conteúdo da fala. Aqui, a interação com o entrevistador também é analisada e assume grande importância, já que cada entrevista é produto da interação mútua entre entrevistado e entrevistador. É neste passo analítico que os valores e preconceitos do entrevistador são explicitados e ocorre a avaliação de que forma interferem na análise e também na narrativa do biografado. As histórias vão sendo construídas por meio da narrativa do biografado levando em consideração a situação em que a entrevista ocorre. É por isto que no "memo" também é importante descrever a situação da entrevista, reconstruindo sua atmosfera. Eliminar esta interação seria negar a forma como foi construída a narrativa (ROSENTHAL, 1993, p. 4).

Na análise dos *campos temáticos*, são reconstruídos os mecanismos que comandam a seleção dos temas, sua sequência e ligação temática entre diversos segmentos do texto apresentado pelo entrevistado no momento da narração, gravados e depois transcritos. Nesta etapa, o pesquisador se pergunta a todo o momento, durante a formulação das hipóteses para cada trecho, se a apresentação concreta em cada caso se deve à situação da entrevista ou da vida atual e até que ponto ela remete a relevâncias biográficas do passado (ROSENTHAL, 2014a).

No momento da análise dos dados são utilizados procedimentos da teoria fundamentada (*Grounded theory*) — empiricamente sedimentada, que estruturam o material textual em categorias gerais, conforme os critérios do pesquisador. Cada sequência é considerada em sua inserção na forma geral, tornando possível "apreender o conteúdo não apenas manifesto — como ocorre na análise do conteúdo —, mas também latente, as 'entrelinhas'" (ROSENTHAL, 2014b, p. 25).

A *Grounded Theory* implica em gerar hipóteses e teorias a partir do material empírico, segundo Barney Glaser e Anselm Strauss, cujo foco da pesquisa não está na verificação, mas na geração de teorias (ROSENTHAL, 2014b, p. 33). Não se trata, no entanto, de negar o valor da verificação das hipóteses e teorias, mas de gerá-las e verificá-las simultaneamente.

Neste mesmo sentido, a abordagem de Rosenthal também recebe a influência de Schutze, que se baseia no princípio de abdução desenvolvido por Charles Sanders Peirce. Todo o processo de análise dos dados consiste na formulação de hipóteses cuja confecção surge a partir do caso empírico. As hipóteses são formuladas, verificadas, reexaminadas, refutadas ou ampliadas tendo a entrevista narrativa como base (ROSENTHAL, 2014a).

De acordo com Peirce, a abdução parte do caso estudado para todas as hipóteses possíveis no momento da interpretação e é constituída por três fases de um processo lógico, conforme esquematizou Rosenthal (2014b)

- I) a abdução propriamente dita, que é a busca por uma hipótese verificável e que esclareça fatos que sejam possíveis de atestar, desenvolvido por Schutze. O conhecimento cotidiano e teorias científicas se unem para buscar respostas plausíveis no desenvolvimento das hipóteses;
- II) No próximo momento, parte-se das hipóteses para as suas consequências em formato de hipótese, quando são deduzidos momentos secundários. São conclusões que contribuem para fundamentar a plausibilidade da hipótese no texto subsequente;

- III) No teste empírico a partir do caso particular, chega-se ao inferir dedutivo, quando as hipóteses secundárias tentam prever o que ocorre no curso da ação ou nas partes subsequentes do texto e são contrastadas no caso concreto com outros fenômenos presentes, sendo confirmadas, modificadas ou rejeitadas.

O método abduutivo é diferente do método indutivo — em que os dados coletados buscam verificar hipóteses de trabalho previamente delimitadas — e também do método dedutivo — em que se sustentam hipóteses baseadas em teorias (SANTOS, 2012, p. 496). O foco da abdução, por fim, é chegar à gênese do caso, a partir da interpretação das vivências no momento da entrevista e também da reflexão prévia feita desta vivência. Assim, os detalhes, o que se mostra importante e também o que se mostra desimportante desde o início serão analisados em busca de pistas que podem encaminhar o pesquisador ao encontro da gênese. Mas é determinante para o método sequencial, a ser empregado aqui, que seja respeitada a sequencialidade do texto sem pular trechos ao longo da interpretação ou que se ande em círculos em busca de algo que comprove hipóteses já levantadas (ROSENTHAL, 2014b).

É com a análise sequencial, portanto, que se consegue chegar às conclusões possíveis e que contribuem para "fundamentar a plausibilidade da hipótese no texto subsequente" (ROSENTHAL, 2014b, p. 74). Estas hipóteses são formuladas de forma empírica. Ou seja, se as hipóteses formuladas se mostrarem plausíveis ao serem contrastadas com a sequência seguinte do texto, elas serão mantidas. Mas elas também podem ser refutadas conforme o que se apresenta no trecho subsequente. Numa narração, nenhum trecho deve ser considerado como fruto do acaso, mas sim como uma estrutura de sentido, onde é possível interpretar a menção a determinado assunto como estando em relação direta aos temas abordados naquela determinada sequência do texto, possibilitando a formulação das hipóteses. A sequencialidade também permite que sejam formuladas hipóteses a respeito dos acontecimentos manifestos pelo entrevistado, mas daqueles considerados prováveis ou que o falante busca evitar (ROSENTHAL, 2014b, p. 68).

Todo o esforço gira em torno de localizar o *sistema de relevância* do entrevistado, conceito calcado na teoria schütziana (SCHÜTZ, 1979). Também como um desdobramento da fundamentação fenomenológica de Schütz torna-se foco da pesquisa com narrativas biográficas a intersubjetividade, uma vez que este mundo intersubjetivo é compartilhado, experienciado e interpretado por outros indivíduos tornando-se comum a todos. Rosenthal (2014b) afirma que é dever do cientista social descobrir o modo como os agentes do cotidiano constroem sua realidade social — sempre constituída em processos de interação —, vivenciam e a interpretam

e quais são os métodos de comunicação aplicados. Segundo a autora, se o interesse está voltado para o *sistema de relevância* do entrevistado, então, a proposta é uma pesquisa orientada por um procedimento aberto de entrevista, dando a ele o maior espaço possível para construir a situação (ROSENTHAL, 2014b).

Como bem salientado por Lígia Maria Leite Pereira (1991), o método biográfico remete necessariamente à memória. Ela reforça o fato de que a memória pessoal é também uma memória social, familiar e grupal. Pereira (1991) aponta que críticas são dirigidas à questão de que a memória é falha, capaz de distorcer acontecimentos ainda mais quando existe uma longa distância entre o passado em que o fato ocorreu e o momento em que está sendo narrado.

Os defensores do método de entrevista narrativa argumentam que o uso da memória pelo entrevistado denuncia certos aspectos que devem ser apresentados, como a seleção que é feita para relatar e também a supressão ou o esquecimento de elementos da história de vida (PEREIRA, 1991, p. 114). Ou seja, o esquecimento, as "falhas na memória", não podem ser desprezadas nas narrativas. Pelo contrário, o não dito e as contradições também são objeto de análise e podem trazer muitas respostas para a reconstrução biográfica do entrevistado.

Santos, Oliveira e Fontella (2013) fazem uma crítica à forma como o recurso da narrativa tem sido usado no Brasil: para se obter informações objetivas de vida para complementar outros tipos de coleta de dados. No presente trabalho, entretanto, é puramente a narrativa que será analisada, esmiuçando seu conteúdo sob todos os critérios, inclusive, textuais, o que não vem sendo feito pela pesquisa sociológica brasileira recentemente. A distinção oriunda da linguística feita por Schütze entre formas textuais, como argumentos, descrições e narrativas é indispensável ao procedimento de análise aqui proposto. Segundo Schütze, a narrativa é o recurso discursivo com maior vínculo ao desencadear de ações, o que apresenta maior afinidade com a interpretação que o falante tem do desenrolar destas ações (ROSENTHAL, 2004, p. 53).

A preferência pela narração na análise dos dados biográficos do entrevistado é fruto da certeza de que este é o tipo de discurso mais vantajoso comparado com as outras formas textuais, como a descrição e argumentação. São maiores as chances para uma interpretação pretérita do entrevistado sobre o evento e o tempo objeto da fala quando o biografado tece narrativas (SANTOS; OLIVEIRA; FONTELLA, 2013, p. 11).

As hipóteses deste passo serão formuladas considerando questões como: qual motivo leva o entrevistado a se apresentar nesta sequência de tal forma, naquele momento do discurso e com aquele tipo textual, com aquele tempo de fala? Também é questionado o motivo pelo

qual determinados trechos da vida foram omitidos. Há ainda que buscar definir se o biógrafo estimulou uma narrativa ou foi levado por um fluxo narrativo em sua contação de histórias. Além disso, é necessário analisar o quanto o entrevistado está orientado para o sistema de relevância do entrevistador e o quanto ele admite isso, e observar o que vem à tona na segunda parte da entrevista, quando começam as perguntas do entrevistador. Neste segundo momento da entrevista entram em cena os mecanismos que influenciam na escolha dos temas abordados na sua estruturação de narrativa (ROSENTHAL, 2014b).

Da mesma forma há que se considerar as inserções, que são aqueles fragmentos de história que já podem inclusive ter sido incorporados pelo entrevistado como parte integrante de seu noema de recordação. Aqui, cabe ressaltar, em especial, as lembranças dos primeiros anos de vida "que conseguimos, apenas em parte e com alguma dificuldade, diferenciar a lembrança daquilo que vivenciamos daquilo que outros nos contaram" (ROSENTHAL, 2017, p. 114).

Isso pode ser percebido na entrevista com Terezinha. Uma das passagens mais emblemáticas com relação ao desejo que ela tem de construir a figura da mãe como alguém negligente e que lhe negou afeto data da primeira infância. Ela relembra uma história que escutava sobre sua infância, em que era bebê e a mãe a deixava no frio, sozinha no carrinho, para poder manter a casa em ordem e ignorava o seu choro pedindo colo. Ela mesma diz que foi a avó paterna quem contava a ela essa história. Ou seja, consideramos "narrativas alheias como lembranças de vivências próprias, se forem contrários ao que foi vivenciado à época. Nesse caso, a apropriação de elementos de narrativa alheias na própria história também leva à reorganização do próprio noema de recordação" (ROSENTHAL, 2017, p. 115).

Nesta fase é reconstruída a perspectiva do presente do entrevistado e ajuda a assumir uma postura crítica com relação à origem dos dados para que não nos deixemos enganar pelo interesse de apresentação dele. O objetivo desta etapa é encontrar regras relativas à gênese de experiências vivenciadas pelo falante, buscando reconstruir a forma e a estrutura na história de vida, conforme narrada. Nesta etapa não interessa resgatar os fatos conforme ocorreram à época, mas a investigação dos motivos que levam o entrevistado a relatar os acontecimentos da maneira como foram feitos, de forma manifesta ou latente. Investiga-se os mecanismos que determinam a escolha dos temas retratados, a forma como eles são estruturados na fala e se os elementos textuais constituem um ou vários campos temáticos.

Entende-se por tema o foco da nossa atenção em determinado momento (ROSENTHAL, 2014b). É dever do pesquisador delimitar quais temas são aprofundados, evitados ou

superficialmente tangenciados durante a construção das hipóteses deste passo, bem como o significado específico de cada sequência textual considerando o tipo de texto adotado, conforme sugestão de Schütze (1983). A forma escolhida para relatar a sua experiência tem a ver com a vivência em si, mas também com a interação com o entrevistador. Uma dúvida a ser sanada aqui, por meio da análise, é se o entrevistado usa o próprio sistema de relevância para narrar os fatos da vida ou o sistema de relevância do pesquisador (ROSENTHAL, 2014b). Uma maneira de ter essa resposta é observar se o entrevistador os fez perguntas que tendessem à seu próprio sistema de relevância.

A conclusão desta etapa é a formulação da auto-apresentação do entrevistado e a definição do campo temático. Também é verificado se a reconstrução da estrutura da entrevista (se as regras da narrativa biográfica estão presentes), a reconstrução da interpretação do entrevistador sobre o entrevistado e a reconstrução do sistema de relevância do entrevistado, além da interação entre biógrafo e biografado.

Quadro 6 – Tipos textuais com base nos quais são divididas as sequências da vida narrada pelo biografado

Narração	É o tipo em que o entrevistado reconstrói o fato em que teve participação como agente, recapitulando a experiência que teve.
Relato	Refere-se à sequência ou ao curso de acontecimentos concretos passados, a períodos determinados, a uma localidade específica e a um indivíduo em particular e até eventos fantasiosos. Eles estão relacionados entre si por meio de tempo ou dentro de contextos causais e podem nos colocar frente a frente com contextos concretos da relação entre os personagens daquela história e a forma como eles agem entre si.
Relatório	Relato resumido
História	Eventos extraordinários no contexto de um relato mais amplo fazendo referência a um grau mais elevado de detalhamento e indexalidade, ou seja, estritamente ligado a uma relação concreta.

Argumentação	Pode estar contida no interior de relatos ou fora deles, na forma de ideias gerais e reflexões do falante. Pode ter caráter teórico. Estão ligadas ao "aqui" e "agora" do falante de forma mais intensa do que as descrições, porém mais distante das vivências. O entrevistado tem no entrevistador alguém a quem precisa convencer de algo, tomando como ponto de partida a sua perspectiva atual, pouco ou quase nada apresenta do passado.
Descrição	Está presente em relatos sobre as motivações que guiam a ação. Elas dizem respeito a estruturas estáticas.
Situação condensada	Acontecimentos vivenciados comprimidos no espaço de uma situação.

Fonte: Rosenthal, (2014, p. 185-186).

Essa divisão de trechos conforme os tipos textuais apontados acima, que no caso das entrevistas a serem analisadas nesta tese soma uma média que varia entre 70 e 150 sequências de cada entrevista, carecem de hipóteses a serem formuladas tomando como referência as seguintes questões:

- I) Por que esse conteúdo é introduzido nesse momento da entrevista?
 - II) Por que esse conteúdo é apresentado dessa forma?
 - III) Por que esse conteúdo é apresentado com esse grau de detalhamento ou então tão resumido?
 - IV) Qual é o tema desse conteúdo, quais são seus possíveis campos temáticos?
 - V) Quais domínios e fases da vida são abordados, quais são evitados?
 - VI) Quais domínios e fases da vida são abordados apenas na fase de aprofundamento? Por qual razão eles não foram introduzidos no relato principal?
- (ROSENTHAL, 2014b, p. 240).

O produto final deste passo é a busca pelas mais diversas linhas de intenção de apresentação do entrevistado, resultando em uma hipótese geral na qual uma ou mais hipóteses recorrentes sejam contempladas. Em seguida, é feito um texto com a apresentação dos caminhos

empíricos em relação às hipóteses e às conclusões decorrentes das mesmas. Os campos temáticos que organizam a narração do biografado também devem ser identificados (SUSIN, 2014).

A análise do interesse de apresentação fala da reconstituição do passado feita no presente e como o passado se articula naquela situação de entrevista, reagindo a perguntas do entrevistador e também ao *setting* de entrevista.

Trago aqui mais uma vez o exemplo de Terezinha para ilustrar a questão central:

Quadro 7 – Questão central de Terezinha

A mãe apresenta o filho como sendo uma espécie de escudo durante as brigas e como prevenção de futuras agressões. Desta forma, é usado como moeda de troca na relação. O pai ameaça a mãe, que não deve se separar porque ela correria o risco de ficar sem o menino. Ela, por sua vez, diz que não sai de casa para que o pai não envenene a criança com mentiras a respeito dela, e que cresça sabendo como respeitar uma mulher. Ou seja, mantém a relação para ter o controle sobre o filho. Uma possível separação daria a chance de o pai ter uma relação a sós com o menino e ela quer evitar que ele copie o modelo agressor. E é depois de ganhar autonomia a partir da aquisição de conhecimento é que consegue mudar a percepção com relação à sua posição na relação e também como mãe até que consegue romper com a relação.

3.6.3 Reconstrução da biografia

Neste momento o que está em questão é a biografia vivenciada. As hipóteses da análise das datas biográficas são comparadas com partes da entrevista, quando o entrevistador relata aquela experiência. Busca-se atentar para indícios em cada vivência da percepção que tinha sobre o acontecimento à época. É quando os resultados do passo 1 (análise das datas biográficas da vida vivenciada) e do passo 2 (campo temático da vida narrada) se unirão e serão contrastados.

A reconstrução da história do caso será baseada na perspectiva no passado, como ele lidou com aquela situação, como agiu. Com base no texto da entrevista, as hipóteses do passo 1 serão rejeitadas ou comprovadas. Assim que finalizadas as reconstruções das biografias aqui apresentadas, elas serão detalhadas no capítulo seguinte, onde serão "costurados" os temas da análise do caso propriamente dito. As reconstruções servem de fio condutor para que outros

assuntos sejam abordados e teorizados na tese, como violência contra a mulher, família e relações intrafamiliares.

O objetivo aqui é a compreensão intersubjetiva do caso, expondo o processo interpretativo de forma compreensiva e fundamentando as interpretações através de passagens do texto transcrito ou do protocolo de observação. Será feita, portanto, a reconstrução da estrutura do caso para desvendar o significado biográfico que as situações tinham para o narrador na época em que aconteceram (SUSIN, 2014). Tudo isto, baseado no critério da consistência em que a interpretação poderá ser comprovada em diversas passagens do texto (ROSENTHAL, 2014b).

Seguindo a lógica sequencial, segue-se de vivência em vivência observando em qual dos trechos o entrevistado é mais específico com relação ao assunto em pauta ou ainda é possível encontrar referências a outras vivências que não haviam sido consideradas na hora de analisar os dados biográficos (ROSENTHAL, 2014b). É a hora de verificar o que é possível e o que não é possível confirmar com a análise dos dados biográficos.

Em meu trabalho de mestrado, por exemplo, a biografia analisada foi composta de hipóteses bastante surpreendentes que só foram observadas após percorrer os passos todos da análise.

Na biografia analisada, para surpresa da pesquisadora, as circunstâncias da morte de Maria, mãe de Joaquim, e o cenário violento em que o entrevistado estava inserido antes do óbito dela não se apresentam como tema central da narrativa. É o estigma de ter vivido em abrigos, de ser visto pela sociedade como alguém que “não tem pai nem mãe”, que norteia a vida vivenciada do biografado (LUDWIG, 2016, e.32).

3.6.4 Análise detalhada de passagens textuais selecionadas

Apesar de estar na quarta posição da análise, este é um passo que pode ser realizado em qualquer momento da investigação. O objetivo é decifrar em especial as estruturas latentes, as entrelinhas, de sentido do material textual, com base na hermenêutica objetiva de Oevermann (1983). Partes incompreensíveis ou contraditórias da narrativa são analisadas palavra por palavra.

A escolha da passagem ocorre quando se faz necessária a interpretação mais detalhada de algum ponto que tenha ficado mal compreendido no texto. Ela tem como critério a comunicação paralinguística, como longas pausas, equívocos, interrupções ou ainda a impressão de que aquele trecho é carregado de significados. Este passo serve para a verificação

e para ampliação do escopo das hipóteses, também empiricamente desenvolvidas a partir dos resultados de fases anteriores da investigação.

O resultado de interpretações feitas anteriormente é suspenso. Parte-se do fenômeno empírico para desenvolver hipóteses e buscar soluções para questões mal compreendidas (ROSENTHAL, 2014).

3.6.5 Contraste da história de vida vivenciada com a história de vida narrada

Este é o momento onde são explicadas as contradições ou diferenças entre o passado e o presente na perspectiva do entrevistado. Seria o passo analítico final. Desprovido de um quadro conceitual, o pesquisador pode facilmente se deslumbrar com a riqueza da história narrada e considerá-la como verídica, um fato irrefutável, crítica bastante comum dirigida àqueles que se dedicam a história oral, tanto nas ciências sociais como em outras áreas como história e psicologia (PEREIRA, 1991, p. 119). É, principalmente, neste aspecto que se distingue Gabriele Rosenthal, ao contrastar o que foi narrado pelo entrevistado com o que foi vivenciado por ele. Esta etapa oferece subsídios para que o pesquisador encontre as regras que diferenciam a vida vivida da narrada.

É o contraste que nos ajuda a descobrir a origem da diferença entre o narrado e o vivenciado, onde também vale descobrir quais experiências biográficas estão por trás dos relatos do entrevistado (ROSENTHAL, 2014).

Esta fase é de extrema importância, pois é nela que vamos coletar a essência do que foi vivenciado pelo entrevistado, aproximando-nos da gênese. Para isto, é preciso ter claro que os itens que integram a nossa biografia são significados a todo o momento.

Sendo relativamente mais fácil inventar coisas que nunca aconteceram do que esquecer aquelas que realmente aconteceram, o indivíduo pode fabricar acontecimentos e inseri-los nos lugares adequados, sempre que forem necessários para harmonizar o passado lembrado com o passado reinterpretado. Sendo a nova realidade, e não a antiga, que agora lhe aparece como predominantemente plausível, pode ser perfeitamente sincero nesse procedimento. Subjetivamente não está mentindo a respeito do passado, mas fazendo-o harmonizar-se com a verdade, que necessariamente abrange tanto o presente quanto o passado (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 212).

O produto final deste passo deve seguir os seguintes passos para uma análise completa e detalhada:

- a) situação de entrevista, a partir do "memo";

b) clima da entrevista, descrevendo a disposição do entrevistado, o transcorrer da entrevista, bem como o resultado da análise de campo temático (interesse de apresentação do entrevistado);

c) reconstrução do caso, na qual toda a vida deste, incluindo a história de sua família, serão apresentados em ordem cronológica, combinando a apresentação dos níveis da vida como vivenciada e da vida como narrada;

d) conclusões e considerações finais (SUSIN, 2014, p. 112).

Ao término da reconstrução de caso, o pesquisador se volta à questão inicial da pesquisa e concentra-se em explicações dos fenômenos sociais e de natureza psicológica a ela relacionados. Isto é importante para o último passo da análise, que é a construção tipológica. Neste caso, o tipo não descreve apenas o fenômeno superficialmente, mas também explica a biografia que lida com esta apresentação ou define as regras que produzem esta descrição ou ação. O "estoque social do conhecimento" fornece ao indivíduo informações complexas e detalhadas das mais variadas situações com que tem de lidar na vida cotidiana, além de esquemas tipificadores exigidos para as principais rotinas do cotidiano: reconheço os outros nestes tipos e também todos os acontecimentos e experiências pelas quais eu passo na vida (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 64).

Sabe-se que a nossa biografia é singular, mas representa um episódio localizado na história objetiva da sociedade. Pensando em um acervo objetivo de conhecimentos comum a uma coletividade de atores, conclui-se que cada ser humano desempenha um papel.

Rosenthal destaca que a história de vida vivenciada é colocada em segundo plano em detrimento do que ocorreu objetivamente e que foi interpretado por meio da subjetividade, ao que foi vivenciado e depois subjetivamente distorcido no processo de recordação (ROSENTHAL, 2017, p.20).

Adeptos das vertentes positivistas cobram explicações sobre as generalizações por parte de quem pratica as entrevistas narrativas. Lígia Maria Pereira (1991) lembra que a coleta de histórias de vida não pretende a universalidade absoluta e indiscutível. Rosenthal (2014) pontua que os estudos qualitativos são incapazes de demonstrar a frequência com que determinados fenômenos descobertos ocorrem na sociedade e argumenta que a relevância destes fenômenos não está ligada à assiduidade com que ocorrem e lembra que mesmo os fenômenos menos frequentes podem exercer grande influência na sociedade (ROSENTHAL, 2014).

3.6.6 A construção de tipos

Todos os passos traçados até aqui convergem para a construção de tipos. Esta será a missão do capítulo 5, onde irei apresentar formas com as quais as mães interpretam seus filhos diante da violência doméstica.

Para isso, tomo como base o preceito de que "determinante para a tipicidade de um caso são as regras que o produzem, que dão ordem à diversidade de partes" (ROSENTHAL, 2014).

construir um tipo significa reconstruir a forma do fenômeno social a ser investigado – seja uma conversa em família, um depoimento biográfico ou um recorte de jornal – assim como as regras fundamentais de sua constituição (ROSENTHAL, 2014, p. 92).

Assim, entendemos que "a análise de narrativas e a comparação com outros casos possibilita, entre outros, a obtenção de informações sobre grupos sociais, seus conhecimentos, interesses e atitudes" (SANTOS, 2014, p.199).

Para tornar mais clara a abordagem metodológica, preparamos um resumo contendo o objetivo de cada passo percorrido.

Quadro 8 – Narrativas biográficas: resumindo a abordagem metodológica.

Ingredientes do método	Objetivo
Preparação	
Entrevista Biográfica	Realizada com base no princípio da abertura, o pesquisador faz uma pergunta aberta, salientando que todos os dados da vida do entrevistado são relevantes, mesmo os que dizem respeito aos seus antepassados. O que se pretende é acessar o sistema de relevância do interlocutor e a forma como elenca sua sequência biográfica e quais temas da sua vida merecem destaque. Na fala, encontramos o “estoque de conhecimento à mão” na medida em que são relevantes para a ação
Memo	Resumo de dados importantes da entrevista, notas de campo. Ele ajuda na organização das informações, facilitando a redação final do trabalho na medida em que serve como uma espécie de roteiro para o pesquisador
Passos da análise	
1)Análise sequencial dos dados biográficos	Baseado na hermenêutica, onde cada palavra colocada em uma frase está inserida em um contexto que precisa ser explorado pelo pesquisador. Essa sequencialidade pode ser notada na ordem cronológica dos fatos vividos. Aqui, agrupamos os acontecimentos da vida do entrevistado e também questões ligadas à sociedade em geral, como fatos históricos que possam ter interferido naquela biografia. A interpretação do entrevistado, por enquanto, está suspensa. Para cada data são formuladas hipóteses, contra-hipóteses

	e suas consequências. Conforme as hipóteses são lançadas, começa-se a verificar as linhas mais plausíveis que se transformarão no fio condutor da vida do entrevistado. Um dos objetivos deste passo é deixar claro na análise que a trajetória não é linear e que, ao contrário, ela está de alguma maneira vinculada a eventos passados, reduzindo as chances de que se implique em um determinismo.
2) Análise de texto e do campo temático	Aqui, a forma como o entrevistado narra a sua vida entra em questão. O objetivo aqui é localizar o sistema de relevância (SCHÜTZ, 1979) e encontrar regras relativas à gênese de experiências vivenciadas pelo falante, buscando reconstruir a forma e a estrutura na história de vida, conforme narrada.
3) Reconstrução da biografia	A reconstrução da história do caso será baseada na perspectiva no passado, como ele lidou com aquela situação, como agiu. Com base no texto da entrevista, as hipóteses do passo 1 serão rejeitadas ou comprovadas. O objetivo aqui é a compreensão intersubjetiva do caso, expondo o processo interpretativo de forma compreensiva e fundamentar as interpretações através de passagens do texto transcrito ou do protocolo de observação.
4) Análise detalhada de passagens textuais selecionadas	Apesar de estar na quarta posição da análise, este é um passo que pode ser realizado em qualquer momento da investigação. O objetivo é decifrar em especial as estruturas latentes, as entrelinhas, de sentido do material textual, com base na hermenêutica objetiva de Oevermann (1983). Partes incompreensíveis ou contraditórias da narrativa são analisadas palavra por palavra.
5) Contraste da história de vida vivenciada com a história de vida narrada	Este é o momento onde são explicadas as contradições ou diferenças entre o passado e o presente na perspectiva do entrevistado. É o contraste que nos ajuda a descobrir a origem da diferença entre o narrado e o vivenciado, onde também vale descobrir quais experiências biográficas estão por trás dos relatos do entrevistado
6) A construção de tipos	Com a construção de tipos buscamos compreender as estruturas da ação e o sentido subjetivo do agir. A comparação entre os tipos não serve para traçar modelos, mas colocar em contraste casos estruturalmente diversos ou ainda semelhantes. Assim, é apenas ao final da reconstrução de cada caso isolado que se pode dizer que se tratam de representantes diferentes de um mesmo tipo ou de tipos totalmente diverso

Fonte: Rosenthal (2014)

Agora que já apresentamos nossa abordagem metodológica utilizando exemplos dos casos que compõem a tese, amparada em Rosenthal e demonstrando como é possível gerar teoria a partir do empírico, partimos para a apresentação das biografias. O capítulo de revisão bibliográfica, no presente trabalho, é de grande importância, uma vez que a literatura disponível

ajuda também a compor argumentos para as hipóteses formuladas na análise e colabora na discussão teórica dos achados empíricos.

4 RECONSTRUÇÕES BIOGRÁFICAS DE MÃES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Após a revisão da literatura que permeia nosso tema de pesquisa, que ocupou o capítulo 2 da presente tese, e também da fundamentação teórica que embasa a abordagem metodológica apresentada no capítulo 3, é chegado o momento de discorrer sobre as biografias de mães vítimas de violência doméstica.

Durante dois anos, a pesquisadora realizou uma imersão no campo de pesquisa, sendo boa parte do tempo dedicada a acompanhar encontros e compreender a dinâmica do Centro Marieta da Luz, na Região Metropolitana de Porto Alegre, e, por quatro meses, durante o doutorado-sanduíche na Newcastle University, realizando exercício similar no centro de atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica, *Great Women*, no Reino Unido.

E foi deste universo empírico que surgiram as reconstruções biográficas que serão apresentadas a seguir para, no próximo capítulo, conseguirmos dialogar sobre os tipos que surgiram a partir das reconstruções. Reforço aqui que meu objetivo com as reconstruções é compreender a forma como as mães interpretam seus filhos em suas relações conjugais violentas. Portanto, a base para os tipos será composta pelas duas biografias reconstruídas aqui, acrescidas de outras com as quais tive contato, seja por meio de entrevista aberta ou por meio de entrevista biográfica.

As duas biografias apresentadas aqui foram escolhidas porque se tratavam dos casos mais completos em termos de conteúdo, com a fala mais clara e, sobretudo, por apresentarem contraste entre si. Como o método está baseado no princípio da dialética entre o individual e o geral, sendo que “cada caso particular — que em sua constituição sempre remonta à realidade social — esclarece algo sobre a relação entre geral e individual. Ele tem sua origem no geral e é, assim, também parte do geral, ao qual sempre faz referência” (ROSENTHAL, 2014b, p. 90), não há a necessidade de um grande número de biografados.

Assim, a pesquisa social qualitativa possibilita investigar o desconhecido, apreender o sentido subjetivamente visado, reconstruir o sentido latente, reconstruir a complexidade de estruturas de ação a partir do caso particular, descrever o meio social e o agir, desenvolver teorias e hipóteses empiricamente fundadas e verificá-las a partir de um caso particular. Ela não pode tirar conclusões a respeito da representatividade dos seus resultados e fazer generalização baseada na frequência deste fenômeno.

As generalizações a partir dos casos particulares não são empreendidas desde um ponto de vista quantitativo, mas, antes, em sentido teórico, com base na comparação

entre os casos [...] que podem ser uma família, uma biografia, uma organização (também um hospital ou um jardim de infância), instituição ou também uma sociedade (ROSENTHAL, 2014b, p. 90).

Partindo para nosso universo de pesquisa, destacamos que as mães aqui retratadas são, em sua maioria, de baixa renda e todas estavam separadas do agressor. Algumas já possuíam um novo companheiro, com quem dividiam a casa e o cuidado dos filhos. O universo pesquisado possui idades que variam entre 19 e 45 anos e a maioria trabalha para sustentar seus filhos, com exceção da mais jovem, de 19 anos. As áreas de atuação, no Brasil, são quase todas de faxina. O universo de pesquisa compreendeu 24 mães, sendo que 15 passaram por entrevistas abertas no Brasil e cinco no Reino Unido, além das 4 entrevistas narrativas realizadas no Brasil.

Gregori (1993) em sua obra *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*, depois de analisar 12 entrevistas feitas com vítimas de violência doméstica, chama a atenção para uma forma bastante comum de discurso, que também foi observada nesta tese. Todas as entrevistadas adotaram um tom de queixa em suas entrevistas, onde há um “talento do narrador em persuadir, convencer, deleitar ou comover por meio da palavra” (GREGORI, 1993, p. 186), o que em Rosenthal (2014, 2014b, 2017) é chamado de argumento¹⁹. A queixa tem um ritmo peculiar, onde a descrição dos episódios de violência fazem com que ao final da fala a situação total não reste dúvidas de que ela vive/viveu em sofrimento, sendo que “descrevem o martírio, acusam os outros, afirmam sua boa conduta, mas não conseguem transpor a associação da violência a uma moralidade que contrapõe e, simultaneamente, ata interdito e transgressão, crime e castigo, virtude e pecado” (GREGORI, 1993, p. 188).

E já que este estudo se volta para a maternidade, a forma como a mãe interpreta o filho nessas relações violentas, recorreremos à Badinter (1985) que faz a seguinte observação: a mãe, aqui compreendida como uma mulher que teve filhos legítimos com um homem, é uma personagem relativa e tridimensional e “toda a pesquisa sobre comportamentos maternos deve levar em conta essas diferentes variáveis” (BADINTER, 1985, p. 25). A mãe deve ser percebida assim porque só existe em relação a um pai e a um filho e sua tridimensionalidade está nesta

¹⁹ Argumentações estão ligadas ao aqui e agora do falante de forma muito mais intensa e mais distantes das vivências do que as descrições presentes no relato sobre as motivações que guiam a ação. Aquele que argumenta toma como referência o ouvinte, o qual busca convencer de algo e isso de forma mais evidente do que no caso de relatos espontâneos, não planejados; toma-se como referência sua perspectiva atual, a partir da qual ele busca esclarecer algum assunto (ROSENTHAL, 2014).

dupla relação, mas também no fato de ser mulher, ou seja, “um ser específico dotado de aspirações próprias que frequentemente nada têm a ver com as do esposo ou com os desejos do filho” (idem). Para ela, essa relação triangular é também uma realidade social.

É claro que a premissa acima não dá conta de todas as realidades, tendo em vista que as famílias se configuram de diferentes formas, mas dá conta do universo pesquisado que exerce a maternidade em relação a essas duas figuras: pai e filho.

Questões como as mencionadas nos três parágrafos acima foram levadas em consideração no momento da análise das biografias. Na busca pela tipificação, o pesquisador pode ser comparado a uma espécie de detetive, conforme sugere Rosenthal (2017), que se utiliza do método abduutivo partindo de fatos observáveis e os fenômenos de sua consequência. De acordo com ela: “de fato empírico em fato empírico, algumas leituras se tornariam cada vez mais plausíveis ao mesmo tempo em que outras seriam refutadas” (ROSENTHAL, 2017, p. 256). Assim, a maior variedade de hipóteses possíveis passa a ser considerada até que no decorrer da análise seja completamente refutada.

4.1 PROBLEMATIZANDO O CAMPO

Antes de partirmos para as reconstruções de biografias, é importante esclarecer algumas reflexões acerca do meu universo de pesquisa. Impossível deixar de analisar meus protocolos de observação no que diz respeito ao maior número de mães terem refutado a ideia de participarem das entrevistas narrativas. A partir deste dado, conseguimos articular algumas hipóteses para tal recusa.

Apesar de ter conseguido me inserir na rotina do Centro de Referência Marieta da Luz, observando e fazendo entrevistas abertas com algumas mulheres que estavam em atendimento entre os anos de 2015 e 2016, período em que realizei meu trabalho de campo, a maioria não quis levar adiante o contato por meio da entrevista de narrativa biográfica.

Conforme já detalhado na seção que diz respeito ao acesso ao campo, rememoro aqui algumas características da instituição. O Marieta da Luz é um centro de referência para o atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica, localizado na região metropolitana de Porto Alegre, que oferece apoio nas áreas de assistência social, psicologia e direito. Boa parte das mulheres que frequenta o local é encaminhada pela Justiça após um acordo realizado entre o município e a juíza titular da Vara de Violência Doméstica da cidade. Elas recebem atendimento individual sobre as questões práticas e emocionais relativas aos casos de abuso e, ao final de cada encontro, as técnicas que conduzem o atendimento, produzem um relatório

sobre tudo o que foi dito e anexam ao prontuário. São descritas as situações práticas, mas quando as vítimas solicitam sigilo sobre determinado aspecto, elas tendem a respeitar o pedido.

Assim, levando em consideração as peculiaridades da instituição, levantamos algumas hipóteses para a retração diante da possibilidade de ter um contato envolvendo uma entrevista mais aprofundada com a pesquisadora. Como são institucionalizadas, tendem a achar que sou parte do sistema e não conseguem entender a pesquisa como algo desvinculado dos atendimentos que têm com as técnicas da instituição.

Uma das hipóteses é de que, como elas vão parar lá por encaminhamento da Justiça, na maioria das vezes, encaram tudo o que tangencia o centro como prova ou argumento que pode ser usado em julgamento e isto pode gerar uma certa insegurança. Pode ainda haver outras motivações, como as que desejam auxiliar na prevenção de novos casos, fazer com que suas histórias contribuam em um trabalho acadêmico, aquelas que visam ao desabafo e outras entrevistadas que têm o mesmo entendimento de que sou parte da instituição, mas enxergam o fato de seu discurso durante a entrevista ser usado de forma positiva em seus processos e não o contrário.

Diferente de outra pesquisa realizada com mulheres, em Portugal, as mães ouvidas nesta tese sempre mencionavam logo de início a presença dos filhos no meio do fogo cruzado, com exceção de apenas uma mulher que só contou que possuía filhos no segundo encontro. Na investigação Cerejo (2014), percebeu que suas entrevistadas só contavam que tinham filhos se fossem inquiridas diretamente sobre isso e que “a consciência de que os filhos também foram vítimas, quer diretas quer indiretas, é um assunto particularmente sensível para estas mulheres, que talvez por isso tentam evitar falar desse assunto”(CEREJO, 2014, p.145).

Aqui, cabe uma observação com relação à entrevista. A relação das mulheres que buscam auxílio no centro de referência com as técnicas do Marieta da Luz se assemelha a um ritual, pois sabem que aquele é um local onde conseguem benefícios, após um tempo começam a entender as regras do jogo e passam a usá-las ao seu favor. Todas compartilham de que envolver as crianças em seus relatos é um ponto sensibilizador e que pode acelerar os casos de desejo de separação, por exemplo. Por outro lado, as crianças fazem parte de um assunto que merece ser tratado com cautela, pois há sempre um risco de envolver o conselho tutelar e isto gerar a retirada dos filhos.

O medo do conselho tutelar é mais presente na Inglaterra, pois por lá, durante alguns anos atrás, houve um período em que as crianças eram retiradas muito rapidamente de suas casas ao menor sinal de negligência ou violência.

Na observação participante o pesquisador precisa estar em campo sem sistemas de categorias previamente prontos e, em meio ao processo, buscar encontrar nas observações as relevâncias próprias ao meio pesquisado (ROSENTHAL, 2014). Assim, na literatura disponível sobre metodologia é comum que se diga que a vantagem da observação participante consiste na possibilidade de apreender cursos de ação que não são conscientes ao agente pelo fato de já terem se tornado rotina (ROSENTHAL, 2014).

Uma dessas rotinas observadas diz respeito ao fato de se valerem, tanto nos documentos analisados, como nos encontros presenciais no Marieta da Luz, de seu status imaculado de boa mãe. Todas elas parecem conhecer a regra do jogo, de que sensibilizam as instituições policiais e de assistência social com este discurso envolvendo o filho nos casos de violência.

Jurema²⁰, por exemplo, de 43 anos, teve 20 ocorrências registradas entre 2007 e 2014. Em todos os registros, era dado ênfase ao fato de que estava bastante machucada e que estava fora de casa com os filhos com 10 e 12 anos. Muitas vezes não tinham para onde ir e ficavam em situação de rua. A mesma Jurema, em uma das reuniões do grupo de apoio, relatou que não sabia o que fazer com o filho, pois ele batia na irmã e dizia que não tinha problema, pois a mulher quando “não se comportava” tinha que apanhar. Ele apoiava o pai, inclusive, quando ele agredia a mãe, dizendo que se a comida não estava pronta na hora em que ele chegava cansado do serviço tinha mesmo que apanhar.

Relatos como este são interpretados como uma forma de utilizar os filhos como maneira de tornar a situação de vítima ainda mais grave perante os grupos, seus familiares, polícia e justiça. Também não podemos deixar de mencionar que, por outro lado, o filho empodera a mulher depois que o ciclo de violência com o agressor é rompido.

Se antes, como na maioria dos casos, o marido ameaçava tirar a guarda dos filhos em uma eventual separação, depois de concretizarem o afastamento da relação, todas as entrevistadas detinham o poder sobre o filho, demonstrando mais um sinal de vitória e punição contra o pai. Isto no caso daqueles que desejavam a aproximação com a criança. E mesmo os que aparentemente não desejavam usavam as crianças no discurso para afetar ou manter o clima de terror com a mulher.

Sabendo que as crianças caracterizam este elo entre as partes, ficam em meio ao cabo de guerra. As mães também não se furtam de demonstrar o poder que tem sobre os filhos.

²⁰ Reforçamos aqui o anonimato de todas as pessoas ouvidas aqui, assim como seus filhos e parentes. Todos os nomes mencionados nesta tese, incluindo os das instituições, são fictícios.

Jurema foi uma das que ficou adiando a entrevista até não atender mais as minhas ligações. Ela fugiu de casa com as crianças em fevereiro de 2015. Ficou separada delas em abrigos diferentes, enquanto aguardavam os trâmites do processo. Um oficial de Justiça intimou o marido a sair de casa para que ela pudesse retornar com os filhos. O processo levou sete dias, até que fosse deferida a medida protetiva.

Na ficha arquivada no Centro, Israel é descrito como violento e Vitória, manipuladora e que afronta muito a mãe. Três meses depois do ocorrido, a menina começa a manifestar o desejo de morar com o pai, começou a trabalhar em casa de famílias fazendo faxina e a roubar da casa dos patrões, dentre outros comportamentos que deixavam a mãe desesperada. Então, neste período, ela procurava o centro quase uma vez por mês para pedir ajuda com relação ao comportamento dos filhos. No início de agosto de 2014, ela retorna ao centro dizendo que os filhos seguem brigando muito e que apenas se comportam na presença do pai. Disse estar avaliando reatar o casamento para "ter paz com os filhos". Confessou que foi até o fórum retirar a queixa e pedir para que ele não seja mais considerado foragido, pois precisa trabalhar para ajudar a sustentar os filhos.

O relatório da juíza, feito duas semanas depois, aponta que "percebe-se falta de limites no relacionamento familiar". Na hora do julgamento, os filhos aguardaram do lado de fora, mas ficavam trocando ofensas e palavrões. Foram diversas idas e vindas do Conselho Tutelar, ficaram sem casa, moraram apenas com a mãe, com a mãe na casa de parentes, sozinhos, cada um na casa de um parente e presenciaram a mãe reatar diversas vezes com o pai agressor. No caso dela, todos os atendimentos são referentes aos filhos, seja pelas agressões ou seja pela necessidade de troca de escola e creche. Ficou 4 anos peregrinando com as crianças pela rua. Ela tem diagnóstico de bipolaridade e teme perder a guarda das crianças também em função dito.

Gimele tem um filho de 10 anos e os conflitos aumentaram após a separação do marido. Em 2014 foi a primeira que gerou medida protetiva, quando ele quis levar o menino para a praia para passar o Réveillon com a família dele e ela não deixou. Ela alegava que bebia muito e que não confiava nele com a criança na praia. Ele também atrasava a pensão. Segundo a mãe, o dinheiro que recebia, cerca de R\$ 1 mil, era pouco e ele sempre ameaçava o atraso para prejudicar a mulher, o que sempre afetava o filho.

Angela, outra mulher que me permitiu acompanhar diversas sessões de atendimento, relatou no primeiro encontro, em setembro de 2015, que apanhava do marido e detalhou as agressões, sem mencionar que tinha filhos. Foi apenas a partir do segundo encontro, que contou

sobre os filhos, inclusive, de um bebê de dois meses. Contou que apanhava desde a gestação. Mas contra o ex-marido já tinha diversas ocorrências, inclusive, em 2008, relatou que não registrava ocorrência porque os filhos imploravam para que o pai não fosse preso. Segundo os relatórios do Centro, desde que o bebê nasceu, o homem intensificou as agressões e a obrigou a se mudar com ele o interior do estado, o que a impediu de manter contato com os filhos mais velhos. Ficou mantida em cárcere privado, até que fugiu para ver os filhos e foi agredida na rua e acudida pelos vizinhos. Retornou até a atual residência acompanhada pela Polícia Militar para pegar seus pertences. Esse relato tardio de Angela, que deixou para citar os filhos no segundo encontro, não é o comum. A maior parte já chega falando nas crianças. Ela pode ter feito isto para preservar os filhos, por temer que a informação tivesse algum impacto negativo ou simplesmente porque não julgava relevante citar.

Friso que, apesar de estar em busca da forma como os filhos são interpretados por suas mães em situação de violência doméstica, neste primeiro momento, o problema de pesquisa é suspenso. O problema retorna somente depois de reconstruirmos as biografias de Terezinha e Amanda, apresentadas a seguir. Lembramos também que outras biografias compõem o estudo, mas foram estas duas as escolhidas para constarem no trabalho. Dentre os motivos para tanto, está a maior riqueza de detalhes, que despertou maior interesse da pesquisadora.

Assim, começamos pela apresentação da reconstrução da biografia de Terezinha e na seção seguinte, será a vez de apresentarmos a reconstrução biográfica de Amanda. Os dois casos serão a base para o diálogo a respeito de Tipos distintos, formas totalmente diferentes de mães interpretarem os filhos em suas relações conjugais violentas.

4.2 TEREZINHA

Os fios condutores da vida de Terezinha são a busca pela aprovação do pai e a negação das atitudes da mãe. As ofensas proferidas pela mãe, de que ela era libertina, parecem ter sido internalizadas por Terezinha em um duelo com a expectativa do pai de que ela fosse uma "mulher direita". Isso fez com que ela sempre tivesse problemas para lidar com a sexualidade. Tornar-se mãe e suportar a violência à qual era submetida parecem ser as formas encontradas por ela para dar esta resposta de dignidade aos pais. O filho também aparece como o motivo por ter vivenciado violência e ocupa o centro de um comportamento dual: por um lado foi a maternidade que a colocou nessa situação de violência e por outro a criança representa tudo o que ela tem na vida. Em todas as cenas o menino está presente, muitas vezes, parece que a presença tenha sido estimulada por ela. Ele é também uma testemunha da figura com a qual ela

quer se reforçar: vítima, boa mãe, caprichosa e resiliente. O filho Miguel, de seis anos, vai aparecendo cada vez mais na trama como seu único amigo e fiel confidente.

Terezinha busca canalizar toda a sua angústia no trabalho e gosta de ser referência como alguém muito caprichosa, recuperando um comportamento da mãe, de esmero com a casa e os filhos no sentido de deixá-los sempre limpos.

4.2.1 Terezinha, do signo de touro

A aparência alegre e sorridente de Terezinha não é condizente com a história de humilhação e pânico que vivenciou ao lado do ex-marido ao longo dos sete anos em que estiveram casados. O aparelho ortodôntico e a maquiagem denotam uma vaidade, que no decorrer da biografia, se reforça como uma necessidade para a reconstrução da autoestima abalada. Ela chega para nosso primeiro encontro de blusa lilás e calça legging preta, cabelo preto comprido e bem liso. O perfume adocicado exalava no ambiente. A primeira frase da autoapresentação de Terezinha soa quase que como uma reflexão sobre as atitudes que a levaram até ali: "tenho trinta anos, fiz trinta anos em abril, signo de touro".

Uma frase tão curta e com tanto significado. Seu sistema de relevância²¹ está todo voltado para a idade avançada, na opinião dela, e com uma trajetória de tanto sofrimento. Independente do significado no zodíaco que o signo de Touro tenha, Terezinha faz uma ligação entre o signo e uma pessoa com personalidade forte capaz de lutar pelo o que deseja. É como se ela tivesse desonrado o signo.

Assim, vai organizando e estruturando sua fala de acordo com seu próprio sistema de relevância. No decorrer da formação e confirmação de hipóteses, vai se verificando que ela assumirá um discurso de submissão consciente, mas sempre deixará evidências de que o que entende como mais forte no signo de touro, a garra e a bravura, estarão presentes, porém adormecidas, para, no futuro, estas duas características se sobressaírem como estímulo para quebrar com o ciclo da violência.

Esse discurso se confirma, por exemplo, quando ela tenta expor sua fragilidade, dizendo que sua vida havia tomado aquele rumo, de agressões, porque caiu em um suposto golpe armado

²¹ Conforme Schütz (2012), relevância é a importância atribuída por um indivíduo a aspectos selecionados de situações específicas da sua vida. Os múltiplos interesses de alguém formam o sistema de relevância. Ele está em constante movimento e, de tempos em tempos, zonas específicas ganham maior ou menor relevância (SCHÜTZ, 2012). É por isto que na reconstrução de caso estamos interessados na vivência do indivíduo, pois, conforme Husserl, uma coisa é o fato vivido, outra é a marca que ele deixou na pessoa (BATISTA, 2009).

pelo marido quando percebeu que ela era “boba” e poderia ser uma presa fácil. Depois, alguns episódios que serão mencionados mais adiante começam a demonstrar que, aos poucos, foi mostrando sua bravura ao arquitetar seu plano de fuga. Primeiro foi buscar a liberdade ao tirar o documento de habilitação, depois arruma um emprego e começa a se informar sobre como quebrar o ciclo da violência.

Antes de ingressar na reconstrução biográfica da entrevistada é também importante deixar claro que, talvez sugestionada pela situação em que iniciamos nossa conversa, que foi intermediada pelo Centro Marieta da Luz, Terezinha dá bastante enfoque às cenas de violência no relato inicial e também são estes os pontos que mais são aprofundados durante a fase de perguntas da nossa conversa. Para esta questão, duas hipóteses bastante plausíveis foram traçadas: uma é a de que ela tem este comportamento porque os episódios foram tão traumáticos que se sobressaem a todos os outros de sua vivência, enquanto a outra é a de que o ambiente da entrevista tenha a deixado sugestionada para tanto.

Sani (2008) lembra de uma questão que pode ser o ponto-chave para entendermos a passividade da vítima descrita neste caso e também a forma como lida com o filho no meio do fogo cruzado. A autora lembra que quando estes episódios de agressão acontecem, as vítimas tendem a direcionar grande parte da sua atenção e energia para monitorar e avaliar o estado emocional do agressor e sua tendência à agressividade. Isto implica em uma preocupação excessiva com a segurança dela mesma e dos seus filhos sem conseguir dar conta de atender às necessidades das crianças. Após a vivência em sequência destes episódios, a tendência é de que ela tenha consequências no seu papel como genitora e a forma como "se reconhece como mãe e como pessoa" (SANI, 2008, p. 131).

Fica claro que um episódio como este, como já foi discutido no capítulo 2, que geralmente não se estanca após a separação, principalmente, quando há filhos envolvidos, é capaz de alterar a perspectiva de mundo da vítima. Isto se dá quando a violência vivida e a concretização das promessas de agressão pós-separação ocupa o eixo da vida da vítima e, por consequência, tenha uma posição de destaque no seu sistema de relevância. Essas consequências apontadas por Sani (2008) na citação anterior são chamadas de "Síndrome da mulher que apanha"²²

²² A autora se baseia nos estudos de Walker (1983) sobre a “Battered Woman Syndrome” para tal afirmação. Walker demonstrou que as mulheres vítimas de violência doméstica desenvolvem uma seqüela psicológica (p.47). Depois que conseguem romper com a violência, as mulheres seguem sentindo os efeitos do relacionamento abusivo, porém, em contrapartida, tendem a ter uma autopercepção como mais fortes, independentes e sensíveis do que as outras mulheres que não sofrem violência (WALKER, 2008, p. 40), exatamente como a análise da biografia mostrou ser uma crença da entrevistada.

Na época da entrevista, Terezinha já estava separada do marido agressor fazia dois anos e o filho do casal estava com 9 anos de idade. Era atraída pelo fato de que todos a admiravam por ser resiliente, caprichosa e boa mãe. Sempre reforça o quanto é trabalhadora, esforçada e submissa, que foi pelo trabalho que iniciou o processo de quebra da violência. Ela termina a entrevista se mostrando uma mulher forte, que conseguiu reverter a fragilidade e se transformou em uma pessoa destemida e esta ideia se repete diversas vezes ao longo de suas falas.

4.2.2 História de vida familiar e infância de Terezinha no meio rural do Paraná

Terezinha nasceu no sudoeste do Paraná, em 1986. É a primeira filha de um casal de agricultores que levava uma vida com poucas condições financeiras, mas de muito trabalho na lavoura. A família é descrita por ela, diversas vezes na entrevista, como muito honesta. Terezinha é também a primeira neta da avó paterna Joaquina, com quem desenvolveu os laços de amor mais profundos de sua trajetória.

A biografada tinha quatro anos quando o primeiro irmão nasceu e desde muito cedo desempenhava um papel de ajudante da mãe e cuidadora do irmão. Assim, era a configuração familiar dela, na década de 1990, considerada um divisor de águas na história rural. Conforme Buainain et al (2014), houve uma desaceleração dos investimentos no meio rural nesta época, o que nos leva a crer que, para os pequenos agricultores, como os familiares de Terezinha, a melhor alternativa fosse tentar um emprego formal ou mesmo informal em centros urbanos.

E desta forma, a família da biografada se movimentou. Primeiro, mais para o final da década de 1980, buscaram moradia em uma cidade mais central, no Paraná, para só então se decidirem pela mudança para o Rio Grande do Sul, em 2001, onde moram até hoje. Os pais trocaram o trabalho na lavoura por outros tipos de trabalho, não mencionados especificamente pela biografada, mas que dá a entender que passaram a fazer “bicos”. Eles fizeram a mudança com três filhos. Terezinha tinha 15 anos, Jair, 11, e a caçula Janaína, três anos.

Buainain et al (2014) lembram que até a década de 1980 era comum os filhos viverem, desde pequenos, junto com os pais na lida da roça e que, mais tarde, a busca constante pela produtividade, fez com que alegassem não ter condições de cuidar dos filhos enquanto trabalham. As crianças já não crescem mais naquele meio e desenvolvem uma autonomia e individualidade maior que faz com que desenvolvam outros interesses que não a lida na terra,

o que representa um importante papel nas mudanças ocorridas no processo de sucessão das unidades de produção familiar (KYOTA; PERONDI, 2014).

Todos estes sintomas foram percebidos na trajetória familiar de Terezinha. Em momento algum ela cita qualquer vivência na roça, pelo contrário, lembra que enquanto os pais trabalhavam, quem cuidava dela, "dava amor e dengo" era Joaquina, a avó paterna, que morava na casa ao lado. Foi assim que desenvolveu uma relação muito mais próxima com a avó do que com a mãe. Quando ela nasceu, a avó tinha 52 anos. A menina cresceu escutando Joaquina dizer o quanto a mãe dela era relapsa:

ela sempre contava que: "a tua mãe desde que tu era pequena ela sempre dava preferência ao serviço e depois pra ti, né, peguei tu várias vezes no fogão da ã, no carrinho, do lado do fogão a lenha, com frio, gelado, mas a tua mãe, é, tu tava limpinha, tu tava alimentada, mas primeiro o serviço dela pra depois ela te pega no colo", então eu sempre fui a a fi- a netinha da vó, né, e: e isso foi=fazendo também com que minha mãe também se afastasse de mim porque ela não gostava da sogra, e a sogra fazia de tudo pela filha e quase tava criando a filha, então eu acho que tudo teve uma ligação sabe, ela não gostava da sogra, a sogra não gostava dela, tinha uma filha e: e e eu preferia a vó então isso magoou ela desde sempre né (TEREZINHA, p.2, 1.28-37, 2016).

Froma Walsh (1995) sustenta que é comum avós e netos desenvolverem um vínculo especial, sem as complicações acarretadas pelas cobranças, atritos e responsabilidades que carrega a relação pai, mãe e filho. Em algumas relações, não é raro dizer que "avós e netos se dão tão bem porque têm um inimigo em comum" (FROMA WALSH, 1995, p. 274) e isto pode ser ainda pior quando, de fato, a criança faz parte de um triângulo dentro de um conflito entre um dos pais e o avô ou avó.

A mesma relação não se desenvolveu com os avós maternos, pois quando a família dela morava no Paraná, os avós moravam no Paraguai e, quando a família se mudou para o Rio Grande do Sul foi que os avós foram morar no Paraná. Não há relato ou mesmo indício de que Terezinha tenha presenciado violência doméstica na infância. Mas as hipóteses levam a crer que Terezinha tenha sido negligenciada pelos pais em termos de carinho, atenção e afeto. No discurso da biografada, o pai surge como alguém sempre presente, ensinando o que é certo e o que é errado. Lembra de uma única vez em que levou uma chinelada dele: "não doeu nada, mas eu chorei muito, ele chorou muito". É perceptível o esforço que ela faz para descrever o pai como um homem bom, honesto e a mãe como alguém de difícil trato e preocupada apenas com a limpeza dos filhos e a ordem da casa. Inclusive, um episódio concreto de agressão vivenciada na infância, Terezinha minimiza dizendo que recorda dele com dó e não com raiva:

EU NUNCA esperava que eu ia ganha um tapa do pai e eu ganhei, então aquilo me deu raiva, mas quando eu vi ele chorando, me deu dó, então tipo marcô assim, não marcô com raiva, marcô com dó, sabe, ganhei um tapa com cinco anos, ganhei um tapa, mas ele tava chorando sabe, então marcô (TEREZINHA, p. 34, 1.4-8, 2016).

A infância vivida no interior do Paraná se desenrolou com a proximidade dos avós, de tios, primos e dos pais, mas ela tem bastante dificuldade de narrar sobre esta época, começa contando uma história do passado e, rapidamente, volta para o presente, na maioria das vezes, comparando com a relação violenta que tinha com o marido. O discurso oscila entre: a família de bem que nunca presenciou violência intrafamiliar e o marido desajustado e cruel e todas as agressões pelas quais passou.

Ela traz poucas informações sobre os irmãos, só conta que se dão bem, mas que a relação mais próxima é com a irmã Janaína com quem tem “sintonia”. Quando conta isto, reforça o quanto a mãe não “tem jeito” com as filhas e que, apesar de ser receptiva a escutar os problemas delas quando precisam dividir algo, ela não perde a oportunidade de “jogar tudo o que ouviu na cara delas em brigas e discussões”. Como cuidava de Janaína e da casa para a mãe trabalhar, desenvolveu com a menina uma relação mais próxima.

Quando a família foi morar no Rio Grande do Sul, Terezinha tinha 15 anos. Desta vez, a avó não foi junto e, foi aí que se viu obrigada a conviver com a mãe. Pressionada por ela para ajudar no sustento da casa, já que a família havia aumentado com a chegada da irmã e ela já tinha idade, segundo a mãe, para trabalhar, começou a estudar à noite para poder trabalhar durante o dia. Foi nesta mesma época que perdeu a virgindade.

A mãe tem um papel importante na narrativa de Terezinha. Na primeira parte do relato inicial da entrevistada, ela utiliza 77 linhas para fazer um breve apanhado de sua vida até chegar ao momento das agressões. E a cada mudança de fase, ela incorpora a mãe no discurso, sempre de forma negativa. Ela chega a dizer que a vida dela, na primeira fase, quando era solteira, era tranquila a não ser pelas brigas com a mãe e que depois se tornou ainda pior em função das agressões do marido. Ou seja, mesmo em proporções de intensidades diferentes das agressões, ela utiliza a mãe e o marido no mesmo patamar de violência, o que só fica bem claro após o contraste da vida narrada com a vida vivenciada.

Ela dizia tu não presta, tu não é minha filha, e ela se, se e:, eu não entendo até hoje se aquilo era ciúme, ou se era raiva que ela tinha da minha avó que ela descontava em mim, sabe, daí na minha adolescência, entrando ali pra uns 14, 15 anos foi um momento bem mais rebelde da minha vida, né, não conversava com ela, a gente discutia muito dentro de casa, mas sempre assim firme, se tratando de família unida,

precisando um do outro, a gente tava ali, eu e ela que nunca né, e: se amemo loucuramente, né assim., né (TEREZINHA, p. 35, l.1-7, 2016).

A hipótese mais plausível como consequência desta relação conflituosa com a mãe é de que tenha feito com que Terezinha ficasse mais vulnerável a relações perigosas, o que se confirma quando ela adota o discurso de que começou a ter relações sexuais com 15 anos e teria apressado a data para perder a virgindade para fazer jus à fama de “vagabunda” que a mãe dava a ela. A biografada lembra com bastante mágoa da sua pré-adolescência, quando a mãe precisava trabalhar e obrigava Terezinha a cuidar da casa e da irmã:

e ela falava assim, ó, eu quero casa limpa, almoço pronto, tu cuida da Nicole de tarde tem pão pra amassar, tem roupa pra passar e você vai estudar de noite, mãe mais eu tenho 13 anos, e ela não tu vai estudá de noite, fez o meu pai ir lá no colégio, né, me passar pra de noite, que tinha a sétima série de noite, pra eu fazer de noite, né, quem trabalhava, tal, abriu uma turminha lá e eu tive que estudar de noite porque tinha que trabalhar de dia em casa, então eu fazia de tudo em casa, né, e ela era, nossa, ela me xingava, tu é vagabunda, tu é relaxada, e a casa eu lustrava tudo de joelho, cuidava da minha irmã, e fazia comida, fazia pão, nossa, eu fazia serviço de mulher, assim, grande, né (TEREZINHA, p. 40, l.1-11, 2016).

Na segunda fase da entrevista, quando se iniciaram as perguntas com base no relato inicial, digo que ela fala que teve muitas brigas com a mãe e quero saber se ela recorda de alguma que tenha a marcado mais profundamente. Antes de responder ela faz uma ressalva, argumentando que as brigas eram sempre pelos mesmos motivos e incluíam acusações de que ela era “vagabunda” e “relaxada”. Após citar uma série de frases, como "tu dá teu rabo todos os dias nesses mato", "tu tava te esfregando nos macho na esquina", Terezinha enche os olhos de água e desabafa:

eu não fazia nada daquilo, até meus quatorze anos tinha fama de machorrone no colégio, nem carta pros guri eu escrevia, mas aquilo que minha mãe me dizia foi me dando tanta raiva. (...) eu não perdi a minha virgindade porque eu quis, eu perdi com quinze porque eu me lembrei dela, eu beijei na boca do guri com quatorze porque eu me lembrei dela (p.40, l. 22-30, 2016).

Elias (1994) pontua que a família foi se transformando, aos poucos, no principal órgão a cultivar o controle socialmente exigido dos impulsos e do comportamento dos jovens, bem como a sua sexualidade. Antes desta restrição à privacidade da família a tarefa do condicionamento precoce não dependia tanto do pai e da mãe, mas de todos os que intervinham

no cuidado com a criança (ELIAS, 1994). Ao longo do processo civilizador também, era menor a vergonha associada à sexualidade, sendo assim, os indivíduos eram menos reprimidos.

A inter-relação dos hábitos de pais e filhos, através da qual a vida instintiva da criança é lentamente modelada, é assim determinada por nada menos do que pela 'razão'. Conduta e palavras associadas pelos pais à vergonha e repugnância são muito cedo associadas da mesma maneira pelos filhos, através de manifestações de desagrado dos pais, por pressão mais ou menos suave. Desta maneira, o padrão social de vergonha e repugnância é gradualmente reproduzido no filho. Mas esse padrão forma simultaneamente a base e o contexto das mais diversas formações de impulsos individuais. A maneira como a personalidade em crescimento é modelada em casos particulares por essa incessante interação social entre os sentimentos, hábitos e reações de pais e filhos é, no momento, em grande parte imprevisível e incalculável (ELIAS, 1994, p. 188).

A maneira que a mãe de Terezinha encontrou para demonstrar cuidado e proteção para com a filha parece ter sido esta regulação sexual descrita por Elias (1994), e que foi internalizada como implicância e falta de amor por parte da biografada. Como o que ficou marcado para Terezinha sobre a relação com a mãe foi a fixação com limpeza, organização e a prevenção de uma vida sexual ativa para a filha, ela interpreta esta relação como um afastamento emocional.

Este afastamento materno e as tantas formas de maternar que foram sendo construídas no decorrer da história da humanidade são discutidos por Badinter (1980). A autora pondera que o amor materno é um tema sagrado e que questioná-lo, bem como suas formas de manifestação é ainda muito difícil, já que “a mãe indiferente é um desafio lançado à natureza, anormal por excelência” (BADINTER, 1980, p. 15). Mas, segundo ela, ao longo da história, questões como a forma como as amas de leite²³ eram introduzidas na dinâmica familiar, e as formas como nossos antepassados lidavam com a maternidade ajudam a compreender que “o amor materno existe desde a origem dos tempos, mas não penso que exista necessariamente em todas as mulheres” (idem, p. 17). Portanto, pensar que as manifestações do amor materno, dentro das regras que regem a sociedade ocorram da mesma forma para todas as mulheres, é um equívoco. E isto ajuda a explicar a indiferença da mãe em relação à filha na infância e os insultos na adolescência de Terezinha.

²³ O primeiro sinal de recusa materna de dar-lhe o seio. E isso sobretudo numa época (por volta de 1760) em que esse gesto significava uma possibilidade muito maior de sobrevivência para a criança, como veremos em detalhe. Essa recusa podia ter motivos diferentes, mas culminava numa mesma necessidade: o recurso a uma ama mercenária, com dupla possibilidade, segundo os recursos financeiros, de instalá-la na residência da família, ou de lhe mandar a criança (BADINTER, 1980, p. 65). A autora complementa que no século 18 a prática de enviar crianças para casa de amas se espalhou para todas as camadas da sociedade – dos mais ricos aos mais pobres.

Outra hipótese plausível é de que Terezinha tenha sido fruto de uma gravidez indesejada e que a mãe tenha casado com o pai de Terezinha para que ele assumisse a criança e, contrariada com o destino, passou a negligenciar a filha que seria o motivo de seu casamento, e a focar nos cuidados da casa.

O fato é que, para Terezinha, a figura maternal era representada pela avó Joaquina. Porém, Joaquina, que era tão querida por ela e sobre quem a biografada falava com tanto carinho, também passa a apresentar sinais de conflito na adolescência. Ela brigava com Terezinha se ela se atrasasse alguns minutos para sair do colégio ou se levasse um tempo a mais para estar à mesa na hora do almoço. Ao contrastar a vida vivenciada com a vida narrada da entrevistada, também abre-se margem para questionar se o amor que ela sentia pela avó, de forma latente, se transformava cada vez mais em rancor enquanto crescia, uma vez que a avó foi o pivô de uma relação ruim que ela desenvolveu com a mãe. Em todos os trechos da entrevista em que cita a avó traz uma menção a uma justificativa para que a mãe ficasse enciumada, como por exemplo neste segmento da fala: "me defendia, não deixava a mãe me bater, até se metia muito, sabe, já que ela e minha mãe não se dava, aí junto tudo, ela meio que quis rouba a filha da mãe".

Ela chega a fazer uma reflexão sobre o que a avó contava sobre a mãe, mas rapidamente chega à conclusão: "a vó não tinha porque mentir, eu acredito na vó". Esta breve contestação ocorre no momento em que ela lembra uma cena do carrinho citada acima, nas páginas 95 e 115, já na segunda fase da entrevista. Ela diz que a mãe conta que a vó exagerava, mas ela conclui que a mãe sempre deu prioridade ao "serviço da casa": "ela não conseguiu parar minutos para me pegar no colo". E emenda:

ela reclama que não tem contato com o neto, que ele cresceu longe dela, mas ele tá morando com ela desde os 7 anos e ela só se preocupa com limpeza. 'Miguel cuida o pé, Miguel vai marcá o chão' (TEREZINHA, p. 39, l. 12-16, 2016).

Enquanto esta trama familiar se desenrolava, de disputa entre mãe e esposa pela filha e, mais tarde, os insultos e brigas entre a esposa e a filha, o pai de Terezinha se mantinha alheio aos acontecimentos, bastante ocupado em prover o sustento da família. Conforme a história avança, ficará cada vez mais evidente que o mesmo pai que é posto como herói pela filha também será omissivo.

Cabe aqui uma breve discussão sobre os conceitos de paternidade, que segundo Parseval (1986), possui representações culturais acientíficas que se baseiam em uma realidade biológica utilizada de forma teológica de uma divisão dos sexos, na qual é da responsabilidade da mãe a

criação dos filhos e do pai, o sustento. Estudos mais recentes mostram que esta configuração familiar dita “tradicional” tem mudado bastante, como o de Reça (1996). Ao que tudo indica, a mãe de Terezinha dividia com o pai a responsabilidade de sustento da casa, porém, todas as questões ligadas à correção de comportamento da filha possivelmente estavam atribuídas à mãe e o pai atuava como instância superior de provedor e autoridade, pouco ativa na prática e mais como uma referência idealizada de coerção. A configuração apresentada aqui vai ao encontro do que Reça (1996) investigou ao descrever como as famílias, em geral, como um ambiente onde a figura paterna não necessariamente corresponde para o provedor clássico, mas na maioria dos casos tende a cumprir um papel menos relevante do que o da mãe (REÇA, 1996).

Se com a mãe Terezinha desenvolveu uma relação de pouca afinidade e muitas brigas, com o pai criou laços de amor e afeto, assim como com a avó paterna. Mas ao gerar hipóteses para este relacionamento ganha relevância a hipótese de que o pai era uma figura opressora a qual ela tinha muito medo de decepcionar. Ela diz que, no colégio, sempre procurava ser a melhor aluna para não decepcionar o pai, e, mais adiante, conta que não tirava boas notas e que abandonou os estudos antes de concluir o ensino médio.

Aqui, cabe uma breve discussão sobre a paternidade, importando ressaltar que várias pesquisas (FREITAS et al., 2009; LYRA et al., 2008; MACHADO, 2004; NOLASCO, 1993) apontam a relação entre paternidade e provimento, remetendo a um modelo clássico, caracterizado pelo provimento material e afastamento afetivo. Freitas (2009) trata ainda da necessidade de alguns pais de proteger ainda mais a filha mulher, alicerçando tal comportamento em uma educação sexista onde as concepções estão mascaradas pela ideologia dominante de conceitos como moralmente aceitos. Assim, o comportamento da filha é desde cedo cerceado e isto se reflete nas suas ações no mundo público. No caso de Terezinha, este poder de liberdade foi executado tanto pelo pai quanto pela mãe.

Machado (2004), complementa com a ideia de que, ao contrário do “sentimento de maternidade” teoricamente desenvolvido ao longo das décadas, o “sentimento da paternidade” ocupa pouco espaço na literatura. Alguns estudos, no entanto, mostraram que os valores do controle e da correção sobre os filhos tendem a prevalecer, endossados perversamente pela ideia de “masculino” como parecendo transitar em ser o representante da lei, menos submetido e mais estimulado a impô-la aos outros (MACHADO, 2004, p.14).

4.2.3 Gravidez, casamento e mudança de cidade

O rigor com o qual foi criada desenvolveu na biografada uma personalidade submissa. Ainda muito jovem precisou trabalhar para ajudar no sustento da casa. Independente financeiramente, começou a sair e se envolver com homens. Engravidou de um rapaz que não conhecia muito bem na terceira vez que saíram. Aqui, mais uma vez aparece a tentativa de vitimização de Terezinha muito ligada ao esquema de sempre culpar terceiros pelos seus atos, pois, para ela, Juarez tentou furar a camisinha durante a relação e que por isso ela engravidou.

Ao fazer a análise da vida narrada de Terezinha fica claro que em todas as situações mais perigosas com as quais se envolveu o motivo estava em terceiros e não nela própria. Na vida narrada de Terezinha ela frisa que não teve escolha e precisou se casar com o pai da criança porque não queria desapontar a família, mas ao percorrer a análise fica nítido que a gravidez aceleraria a sua saída de casa, para viver longe do clima hostil provocado pela mãe. Em outros trechos da entrevista, ela disse que, desde os 14 anos trabalhava e, além dos motivos financeiros, procurava ficar o máximo de tempo possível longe de casa para evitar os atritos com a mãe.

pra mim fugir das discussão, porque, noossa, ela pegava muito no meu pé, eu comecei a trabalhar cedo, 14 anos, então eu sempre trabalhei, desde os 14, cuidando de idoso, é, cuidando de criança, e dos meus 15 até os meus 18 eu cuidei de uma senhora e era de segunda a segunda, então finais de semana eu trabalhava 24 horas, tinha uma folga uma vez por mês (TEREZINHA, p. 35, l. 9-14, 2016).

Apesar de ter a gravidez antes do casamento como transgressão “à moral e o bom costume” impostos pela família, a biografia de Terezinha demonstra o quanto ela é apegada às regras moralmente aceitas e se apoia nisto para ser uma mãe e uma esposa zelosa e caprichosa, conforme o que a sociedade espera dela.

Então, sob o guarda-chuva desta autoridade exercida pelo pai e da perseguição sexual exercida pela mãe, a notícia da gravidez desestabilizou ainda mais Terezinha: "Eu não posso dar essa decepção pro meu pai, ele falou que nunca queria mãe solteira", lembrou do seu pensamento à época. Assim que pegou o exame positivo da gravidez, pensou em abortar e propôs a decisão ao pai da criança. Ele quis assumir o filho e pagar pensão ficando separados ou então casar com ela e assumir a família. Mas completamente apavorada com a possibilidade de dar a notícia à família e também de construir a vida ao lado de um homem com o qual não tinha qualquer intimidade, tentou levar adiante o plano de abortar o bebê e chegou a encomendar os comprimidos abortivos. Lembrou do coração da criança batendo ao fazer a primeira ecografia, nas primeiras semanas da gestação, e desistiu:

ia ser num sábado isso e a batida do coração do nenê não saía da minha cabeça porque um mês e cinco dias por mais que, é incrível, é um grão de feijão que tu escuta a batida, eu, eu, eu não conseguia acreditar, ele aumentou todo o volume e eu escutava, ó, escuta a batida do coração, tutu tutu tutu, meu deus, como tem um coração num grãozinho, sabe, é incrível, e a coragem não vinha (TEREZINHA, p. 42, l. 2-8, 2016).

Decidida a ter a criança, pediu a ajuda de Juarez e contou para a família. Nesta etapa, da gestação, o pai de Terezinha também teve um papel bastante decisivo. Ela esperava dele, como uma prova de amor, que a fizesse desistir de casar com Juarez. Ao contrário, Terezinha interpreta ter iniciado uma vida sem qualquer sentimento com o homem justamente para não desacatar a criação rigorosa dada a ela pelos pais.

(...) como o pai sempre me criou dizendo ah tu é filha do pai, o pai nunca que tê o desgosto de se mãe solteira e: e eu tinha muito zelo por isso, então eu engravidei com vinte e eu pensei meu deus que vergonha eu vo trazer pra minha família dos Dois lados, tu entende, porque até então se eu conheci o lado de desaforo, de palavrão de raiva, foi com a minha mãe porque de nenhum dos dois lado tinha (TEREZINHA, p.3, l. 22-26, 2016).

Somada a outras narrativas envolvendo o pai, aumenta cada vez mais a probabilidade de que tenha sido omissivo em diversos momentos da vida da filha. Ele pode ter agido pensando que estava fazendo a coisa certa, sem necessariamente incorporar o papel de carrasco. Ao questionar a filha se tinha certeza da decisão, poderia estar querendo abrir uma brecha para que ficasse.

E então, mesmo sem um casamento formal e idealizado pelos pais, foi morar junto com Juarez em Santa Catarina. Quando ela tinha 20 anos, nasceu Miguel, o filho do casal.

tá então quando eu me casei, me casei com ele, as pessoas falavam assim, ai, nossa, ele se caso contigo ele sempre foi de festa de farra, tomara que agora ele mude, seja bom, eu não conhecia a família dele eu não conhecia amigo, não conhecia nada, então eu pensei (3), sei lá, tem que dá certo porque eu to grávida né, e o pai o tempo todo falando tu tem certeza que é isso, pai certeza eu não tenho, mas eu to grávida, o que que eu vo faze, até o último dia, tipo eu posei na casa dele duas noites, daí depois, porque ele morava em Sapiranga daí ele e a mãe dele eles iam faze a mudança pra i embora pra lá, e: até o último o pai ah, tu tem certeza que é isso, pai o que que o senhor tem pra me dize, minha filha tá nas tuas mãos, tu sabe o que tu faz, o pai vai te apoia sempre em tudo, mas eu queria escutá da boca dele, se tu não tem certeza 'fica', só queria que ele falasse fica né, como ele não falo eu pensei não, talvez é muita vergonha pra ele fala pra mim fica, e eu também não vo pergunta se ele não falo é porque não é pra se então né, e fui pra lá (TEREZINHA, p. 3, l. 49-54 e p.4, l. 1-7, 2016).

Fonseca (2004) consegue contextualizar situações como a vivida por Terezinha. Principalmente, nas camadas mais populares, ter um filho é sinal de status, exceto se ele não configurar uma família que inclua um marido. Assim, ser mãe solteira carrega um estigma²⁴.

Não existe noção particular de honra ligada à moça solteira. Enquanto a imagem pública do homem tem vários pontos de apoio, a da mulher gira quase exclusivamente em torno de suas tarefas domésticas na divisão do trabalho: ela deve ser uma mãe devotada e uma dona-de-casa eficiente. As mulheres se orgulham da maternidade; quantas vezes isso me foi demonstrado (...). A mulher que mora com parentes pode ser louvada por gostar de crianças ou por ajudar a mãe, mas ela não se realiza plenamente a não ser que possua sua própria família. As moças se mostram ansiosas para casar e as mulheres separadas para casar de novo. Poder-se-ia supor que esse desejo é motivado por imperativos da sobrevivência. Porém, nossas observações sugerem que as mulheres sozinhas vivem muitas vezes melhor que as famílias "completas". Deduzimos que o motivo do casamento vai muito além da ordem material. Ao casar, a mulher tem esperança de alcançar não só uma certa satisfação afetiva, mas também um status respeitável. Imagina-se sempre que se uma mulher está só é porque não consegue arranjar um homem (FONSECA, 2004, p. 18).

Nossa cultura ainda vive muito sob o conceito da família patriarcal como se o “velho patriarca”, o “coronel” emergisse do nosso inconsciente, “dominando nossos sentimentos contraditórios com relação à sexualidade, a relação homem-mulher, a nossa confusa identidade sexual” (CARVALHO FILHO, 2000, p.28). Esses significados do cotidiano das famílias, que pairam como uma regra, somados aos significados construídos pelos próprios esquemas familiares e individuais, não são expressos mas “interpretados num contexto de emoções entrelaçadas com o crivo dos códigos pessoais, familiares e culturais mais amplos” (SZYMANSKI, 2000. P.25).

Possivelmente foi desta forma que Terezinha teceu seu próprio julgamento com relação ao que o pai poderia pensar e sentir com o fato de estar grávida e ser mãe solteira.

E é agora que ingressamos no cerne da interpretação de Terezinha sobre o filho. Pelo discurso, fica claro que ela atribui ao pai o casamento e a vida a qual levou como consequência deste ato, assim como atribui à mãe iniciação sexual que resultou na gravidez. E foi justamente o fato de estar grávida que a levou para a situação de violência. Foi a gravidez que provou para a mãe que ela realmente se relacionava sexualmente com homens. Foi a gravidez que desapontou o pai. Assim, interpreta o filho, como demonstraremos nas próximas páginas, como mais um dos responsáveis pela trajetória de agressões e vitimização. Veremos também como é que ela age baseada nesta interpretação.

²⁴ O conceito de estigma conecta-se ao de um "indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena" (GOFFMAN, 1982, p. 7).

4.2.4 Nascimento do filho Miguel e o início dos maus tratos

Com a decisão de seguir com a gestação e iniciar uma família ao lado de Juarez, Terezinha mudou de cidade para viver ao lado do marido. Saíram da Região Metropolitana de Porto Alegre e foram morar perto da divisa com Santa Catarina. No início, Juarez era compreensivo e carinhoso. Na cidade nova, viviam na casa que era da sogra e ele trabalhava como taxista. Ela juntou dinheiro e, quando Miguel nasceu, já haviam comprado um terreno e construído uma casa de madeira bem pequena, mas organizada.

Durante o primeiro ano e meio de relacionamento, se davam bem e faziam planos para o futuro. Mas com o passar do tempo começou a beber nos finais de semana socialmente até que os porres se intensificaram e ele foi ficando agressivo e violento.

No início eram só agressões verbais. O primeiro sinal de violência demonstrada por Juarez foi no final da gestação. Eles tiveram uma discussão e Juarez chutou uma cadeira na varanda com tamanha força que quebrou o móvel. Terezinha só chorava. A reação de fragilidade que demonstrou pode ter aflorado no marido a liberdade de iniciar um processo de violência. A sogra estava presente e advertiu: "isso é só o começo, ele é bem pior do que isso, quando bebe e enche a cara e quebra tudo", nas palavras da biografada. Como Juarez não havia sinalizado qualquer indício de agressão até então, ignorou a advertência.

A presença do uso de álcool como potencializador das agressões está bastante presente na reconstrução da biografia de Terezinha. Ela constrói seu discurso sempre ressaltando que as surras ocorriam depois de um episódio de bebedeira. Uma hipótese bastante plausível é a de que ela se utilize deste artifício para se reforçar como vítima, já que quando eles iniciaram o relacionamento ele não bebia, e, por consequência, não era violento.

O uso de álcool, por sinal, é utilizado nas falas de diversas entrevistadas como o estopim para as agressões. Gregori (1993) percebeu que, apesar de parecer que o álcool torna o sujeito desinibido para as práticas das agressões, ele não pode determinar a incidência de violência, "nem para os casos em que se alega que o marido faz uso de bebidas alcoólicas" (GREGORI, 1993).

Um estudo realizado por Fonseca et al (2009) constatou que em mais da metade dos casos de mulheres vítimas de violência doméstica havia o fator "uso de álcool" envolvido. Entretanto, das múltiplas explicações que se tenta aplicar para a violência, o consumo excessivo de álcool é uma das mais controversas, já que não existe consenso sobre se realmente pode ser a causa do comportamento agressivo ou apenas uma desculpa. Ainda assim, "o consumo de álcool pelo agressor parece aumentar o impacto da violência, suas consequências para a saúde

da família e o prolongamento da violência" (FONSECA, 2009, p. 747), uma vez que pode aumentar a tolerância da vítima e diminuir a culpa do agressor.

Não fica claro o quanto a hipótese de Fonseca (2009) se aplica à tolerância de Terezinha, mas o fato é que ela permaneceu ao lado do agressor durante sete anos. Ela foi sendo apresentada aos poucos à forma controladora que ele tinha de lidar com a relação e quando Miguel nasceu já estava completamente dependente. A cidade onde moravam foi onde ele cresceu, ou que significava que estava cercado de parentes e amigos, entretanto, não deixava a mulher se relacionar com ninguém. "Fulana não presta", ele dizia. "Aquela dali é uma vadia", esbravejava.

Ainda temendo a desaprovação dos pais e fazendo de tudo para se transformar em uma boa esposa, Terezinha opta por aguentar os maus tratos. Primeiro foram xingões, manipulações, demonstrações de ciúmes em público, até que apareceu com um revólver em casa. Disse que estava guardando para um amigo, mas não demorou para que começasse a beber e ameaçar Terezinha com a arma. Depois de mais de 2 anos juntos neste clima de tensão, decidiu conversar e entender o que se passava. Disse que ele estava agressivo e se ofereceu para ajudar. Ele não deu atenção e intensificou as humilhações.

eu fiquei no quarto chorei, chorei, chorei, olhei no espelho e falei, a partir de hoje, o Miguel tinha um ano e alguma coisa, a partir de hoje eu nunca mais vou te pedir carinho, eu nunca mais vou aceitar o teu carinho e acabou o casamento porque já começou a agressão né, e daquele dia em diante eu nunca mais aceitei um pegá no cabelo, um enconstá em mim e a tendência só foi piorar porque quando encostava eu aceitava só que com nojo, porque por que tá fazendo isso se eu não to fazendo nada pra ti, e as agressão começou a aumentá, ele chegava em casa, engatilhava a arma e fala, sabia que se eu quiser te matar eu te mato agora (TEREZINHA, p.5, l. 41-48, 2016).

Apesar de aparecer durante a narrativa como muito valioso para ambas as partes, Miguel não é ligado em momento algum a motivo de amor e união do casal. Pelo contrário, a criança é colocada sempre em uma situação de disputa. Da mesma forma, o marco do nascimento da criança não aparece como uma lembrança feliz para Terezinha, que mesmo estimulada pela entrevistadora, evita descrever o parto e muda de assunto.

Jo-Ann Kreston e Cláudia Bepko (1995) analisam o impacto do nascimento do primeiro filho na vida do casal como algo estressante uma vez que "os pais se sentem presos numa armadilha e mal equipados para lidar com as responsabilidades da criação dos filhos" (p.426).

Com este e outros tantos elementos coletados e analisados no decorrer da narrativa de Terezinha, fica cada vez mais evidente que Miguel também integrava o rol de culpados por ter

se envolvido em uma relação violenta. Ele está ao lado a mãe de Terezinha, que a levou a ter relações sexuais desde cedo em função de um discurso de libertinagem contra a biografada, e também do pai, que não evitou o casamento precoce e não suportava ter uma filha grávida sem marido. Desta forma, Miguel é a objetificação da ligação com Juarez e, da mesma forma, o motivo pelo qual se mantinha casada com ele. Este entendimento, mesmo que latente no discurso de Terezinha, leva a pesquisadora a crer que era por esta razão também que a biografada jamais se furtou de envolver a criança nas brigas e fazia questão de não poupá-la de nada.

Desde muito cedo, aliás, por volta dos dois anos, a criança já era usada como desculpa para a separação de corpos. Dormia um pouco com cada um com a desculpa de ser mais confortável. Aqui fica claro o quanto ela usa o menino de estratégia para se proteger e também se manter afastada do marido.

então desde que ele começo a beber, o Miguel tinha dois anos e pouco, eu falei pra ele assim, bah, já que o Miguel pode se acorda de noite e se bate então não precisamos compra uma cama maior pra ele, deixa ele dormindo comigo, daí tu dorme na outra cama, aí de noite tu dorme com o Miguel e eu durmo sozinha, daí a gente vai fazendo assim que daí ele sempre vai te um de nós perto, 'é verdade', é eu também consigo me mexer melhor, sabe, era o que eu queria, o Miguel dormia duas noite comigo, duas noite com ele, assim, e cama anham, nem falava em compra cama pro Miguel, era a única maneira de fugir né (TEREZINHA, p. 20, 14-21, 2016).

Ela trata a situação como uma emboscada e reforça o tempo todo o quanto era jovem demais para decidir ficar com ele. O mecanismo de se defender de seus atos, sempre colocando a culpa em terceiros para suas decisões, percorre toda a reconstrução da biografia de Terezinha. O marido é apresentado por ela como uma pessoa manipuladora, que vem de uma família de "desajustados" e que a escolheu como presa propositalmente. Segundo ela, o ex-marido viu nela a chance de tornar refém uma jovem inexperiente e ingênua. Em diversos momentos, ela usa a seguinte expressão: "ele escolheu muito bem a vítima".

Apesar de criticar a conduta da mãe, Terezinha adota a mesma personalidade ao se concentrar na limpeza da casa e, de alguma forma, é também negligente com o filho ao permitir que ele tenha vivido durante tantos anos presenciando e mediando situações de violência em casa. Ao percorrer os passos da análise fica muito visível a forma como ela reproduz o comportamento da mãe, que foca toda a sua energia na limpeza e na ordem da casa. Um dos exemplos deste comportamento fica evidenciado no trecho abaixo:

na noite então que ele me bateu, ele ele, tinha um fogão a gás de seis boca, ele foi dá um chute no fogão a casa era um encerado magnífico assim, e eu tinha encerado tudo de tarde, aparecia tudo assim, era perfeito e ele deu um chute naquele fogão de noite, e ele deu um chute assim, e abriu no meio dos dedo, abriu os, os nervo tudo assim, sabe, pra tu ter ideia do chute, né, abriu tudo e aquilo voou sangue no fogão na geladeira assim, sabe, encheu de pinta de sangue por tudo, no chão, nas cadeira branca e ele caminhando e chutando as coisa igual e aquilo, sangue por tudo e ele sentou no sofá e pegou uma garrafa de cachaça e fez assim e largou aquela garrafa de cachaça, o que me doía era o monstro que ele era e o que me doía era, eu falava nossa, eu faço tudo com tanto carinho e esse monstro tá sujando toda a minha casa, tá destruindo tudo, né, as marca em mim eu nem sentia como eu nunca senti as marca (TEREZINHA, p.8, l. 38-49, 2016).

Ou seja, a desordem na casa e a desfeita com relação à limpeza evidenciado na fala acima demonstra o que era visto como prioridade na vida da entrevistada, já que durante o relato de um episódio tão violento, uma das menções mais marcantes é a desfeita que teve com a limpeza que havia feito na casa.

4.2.5 Violência física e terror

Quando Miguel tinha quatro anos se mudaram novamente para a cidade perto da família dela. Foram oito meses de contato com eles e sentindo-se aliviada por ter saído do isolamento, mas foi nesta época que apanhou pela primeira vez. Foi só na linha 7 da página 8 da entrevista que contou o primeiro episódio de agressão.

A família saiu para um bar e Juarez bebeu demais. Quando chegaram em casa, pegou Terezinha pelos cabelos, tirou o cinto e começou o espancamento. O filho estava dormindo no momento da agressão. Apesar dos gritos e pedidos de socorro, não tinha nenhum vizinho por perto para socorrer.

ele dobrava aquela cinta no meio e me dava, me dava com a fivela, aquilo cortou tudo o meu braço, minha costa ficou tudo riscado de cima a baixo de cinta sem tu ter feito nada, nada, nada, nada, o que que ele falava, tu levantou da mesa pra mostrar a bunda pros cara que estava do meu lado, e eu nem sabia de cara que tava do lado, e ele, essa era a tua intenção porque tu é vagabunda, e eu nossa, eu fui escolher uma música e voltei na frente dele, como se ele tivesse aqui, eu vim aqui, né, apanhei, apanhei bastante (TEREZINHA, p. 7, l. 41-47, 2016).

Esta foi a primeira ocasião em que o filho foi colocado durante a fala dela, demonstrando que presenciava os episódios. O marido disse que era melhor que ela apanhasse quieta porque se fugisse ou se contasse para alguém ele daria um jeito de ela nunca mais ver o filho e que ele a mataria e a todos os membros da família. Após a surra, o marido chaveou todas as portas e escondeu as chaves.

então eu olhei as porta tava tudo chaveada e só tinha uma janela bem alta, não tinha como eu pular, a minha vontade era pular né, mas aí meu filho tava lá dentro com ele, então daquele dia em diante toda vez que ele me batia ele trancava as porta e escondia as chave do carro e da moto (TEREZINHA, p. 8, l. 23-26, 2016).

Depois deste dia, ele vivia quebrando coisas dentro de casa e estragando móveis. Todas as vezes que batia na mulher, mandava que ela deitasse ao lado dele, às vezes para dormir e outras para ter relações sexuais à força. E aquela noite foi mais uma das que ela passou em claro alisando o filho enquanto ele dormia e chorando. No dia seguinte à primeira surra, o marido combinou com o sogro de almoçar na casa da família de Terezinha. Durante a refeição, ela omitiu o que havia acontecido e é possível que essa atitude tenha perpetuado o comportamento violento do marido na relação, pois, na visão dela, ele havia passado todo o período até ali testando o comportamento que ela tinha com relação às agressões verbais e psicológicas. O pai e a mãe de Terezinha chegaram a perguntar o que estava havendo com ela que estava tão pálida, porém ela desconversou. Também disse que a mãe chegou a perguntar se Juarez havia batido nela, o que reforça a hipótese de que as agressões não eram novidade para a família, apesar de ela dizer que eles nunca desconfiaram que nada de grave ocorria na casa dela. Ela encara aquele momento como a chance para denunciar e se ver livre da relação, mas não conseguiu ir adiante.

Naquele mesmo dia, falou a sós com a irmã e mostrou as marcas pelo corpo, pediu que ela tirasse fotos e, no dia seguinte, enquanto Juarez trabalhava, pediu que a irmã cuidasse do Miguel enquanto ela iria a uma loja imprimir as provas. Como Juarez havia ameaçado atingir os pais de Terezinha e ainda proibir o acesso da mãe ao filho, ela precisava de provas para que ele pudesse ser preso. E mais uma vez ela cita uma terceira pessoa envolvida nas desculpas para não se separar do marido: “então só de eu contá pra ela ela já morria de medo e falava, não, não, não nêga, não larga dele tenta achá uma maneira pra não matá o pai e a mãe, porque nós não se criemo no meio de agressão, né” (TEREZINHA, p. 9, l. 31-33, 2016).

Ela tentou imprimir as fotos, mas no horário em que conseguiu escapar para fazer isto, as lojas estavam fechadas, então, voltou para casa e apagou as fotos e decidiu que iria se conformar com a situação em que vivia.

Aqui, mais uma vez a sexualidade de Terezinha aparece contestada. Desde a adolescência, a mãe da biografada a acusava de promíscua, como já abordado anteriormente. E o episódio da primeira surra também aparece relacionado à sua atitude de provocar com o corpo outros homens presentes no bar em que toda a discussão começou.

Ao longo da entrevista ela usou 12 vezes a palavra "vagabunda" e outras 6 a palavra "puta", sempre que relata algum episódio de agressão leva uma conotação sexual, seguida da justificativa de que é "mulher direita".

pegava o Miguel e falava, a tua mãe é uma puta, a tua mãe é uma vagabunda, não faz nada, só eu trabalho, a tua mãe dá o rabo nas faxina a tua mãe sai com tudo os home das faxina dela, a tua mãe não te ama, ela é um monstro, vamo com o pai, né vagabunda, e eu sentava lá na cozinha, responde vagabunda, hein, china, ah, tudo que é palavrão, né, que existe (TEREZINHA, p. 10, l. 21-25, 2016).

E assim, como na infância e adolescência, foi acumulando insultos como algo que já fazia parte de seu esquema de ligação com a sociedade. Este é um dos pontos que faz com que, durante o relacionamento, ela naturalizasse a violência psicológica sofrida e só se alertasse para o problema quando a agressão passou a ser física. Foram sete anos de ameaça, incluindo terror psicológico: vez ou outra o marido afiava as facas dentro de casa, deixava a arma engatilhada, quando bebia proferia insultos e palavrões contra Terezinha, pegava a moto e ficava rodando de madrugada em volta da casa.

Em sua obra *Ativos e Estrutura de oportunidades*, Kaztman (1999), faz uma leitura de que a vulnerabilidade pode se dar pela ruptura de vínculos, isolamento e medo de ser julgados por setores da sociedade diversos, como a própria família, no caso de Terezinha.

A falta de acesso a oportunidades, recursos e serviços no momento oportuno, as decisões inadequadas e a falta de recursos de diversos tipos que se geram ao fracassar na intenção de resolver os problemas, na medida em que vão se acumulando, geram essa cadeia de frustrações que atingem principalmente a auto-estima e a vontade de superação. Em muitos casos, esta cadeia parte desde a família de origem, sem que se consiga reverter o processo (KASTMAN, 1999, p.153-154).

Tal análise ajuda a explicar a falta de ativos de Terezinha para que houvesse uma mudança na situação de violência.

4.2.6 Primeiros passos de liberdade: auto-escola e faxinas

Foi através do trabalho que a ideia de se sentir forte para deixar o marido se acentuou. Após três meses da primeira surra, se mudaram para Santa Catarina. Isto aconteceu depois de oito meses em que estavam vivendo no Rio Grande do Sul perto da família dela. O filho, na ocasião, já estava com quatro anos. Lá, o emprego não estava fácil para o marido e ela começou a trabalhar como faxineira em casa de família. Nesta época, era ela quem mantinha a casa e o marido diminuiu o consumo de álcool. Prometeu que nunca mais aquela cena da surra se repetiria e passaram por um longo tempo de calma.

como sempre os homens fazem né, te prometo, meu deus o que foi que eu fiz, pelo amor de deus nêga, me dá mais uma chance, o que foi que eu fiz, tu não merece isso, aí o que eles fazem, eles se colocam lá embaixo e te colocam lá em cima, eles têm todo o defeito do mundo e tu não tem nada, eu falei, tá tudo bem, eu não gostava dele, não sentia mais nada, a única coisa que eu sentia dele era muito medo e eu já tava meio que entendendo que de tanta arma na cara, de dentro de casa, ele sempre pedia perdão e sempre ele fazia, aquela vez eu tinha certeza que ia voltar a acontecer, mas ia demorar porque ele nunca tinha me batido (TEREZINHA, p. 10, l. 5-13, 2016).

Algumas semanas depois de chegarem na nova cidade, conseguiu um trabalho novo, potencializando o retorno do consumo de álcool. A violência recomeçou e junto com ela o menino novamente sendo colocado no meio das brigas. Desde a primeira surra eles já dormiam em camas separadas e as relações sexuais eram sempre à força. Quando ele estava sóbrio, dizia para ela que era obrigada a cumprir com a obrigação dela de mulher e, quando bebia, chegava agredindo, depois estuprava a mulher e ameaçava ir embora de casa. Ela mantinha relações sexuais sempre chorando e torcendo para que a ameaça dele ir embora se concretizasse.

Para os vizinhos, no entanto, passavam a imagem de um casal que se dava bem, onde ele era um homem bom e trabalhador e ela, mãe e esposa zelosa com o filho, com o marido e com a casa. Apesar de sofrer e de ser incentivada pelas cunhadas a se separar: "não conseguia juntar forças, eu só via o que era ruim, não conseguia ver o outro lado, o que era o certo, ficava achando que era o meu destino"(TEREZINHA, p. 10, l. 5-13, 2016).

Mas foi após começar a trabalhar que começa o ponto de virada da história, pois no trabalho começou a se cercar de pessoas que a instruíam a romper com o ciclo da violência. Ao trabalhar, juntou dinheiro para fazer a carteira de motorista e ali começou a provar para si mesma que era mais forte do que imaginava.

Chamou a atenção da professora da auto-escola o fato de ela ter sido reprovada quatro vezes na prova do psicotécnico. Então, um dia ela foi conversar com Terezinha e ela desabafou. Foi aí que a professora começou a dar força para que seguisse em frente com os planos de tirar a habilitação e plantar nela a ideia de que era possível se separar mantendo todos os direitos.

À época, Terezinha fumava bastante e a professora começou a incentivá-la a largar o vício. Foi a professora quem mostrou a ela que estava viva, que poderia ter alguma auto-estima e lutar para mudar a vida. "Tu venceu um vício, quem vence um vício pode vencer tudo", disse.

E foi aí que começou a mudança de mentalidade de Terezinha. Aos poucos, ela ia se desafiando e buscando meios para provar para si que conseguia progredir. Investiu em um curso de manicure para ganhar mais do que com as faxinas.

Quando já estava mais confiante e havia conseguido juntar uma reserva financeira, Juarez decidiu que queria retornar para a primeira cidade em que moraram, na divisa com Santa Catarina. Ela tentou fazê-lo desistir da ideia, argumentou que a vida dela estava finalmente se desenvolvendo em um bom emprego e dentro de mais alguns meses conseguiria dar entrada em um carro. Neste momento, ela teve mais uma oportunidade de romper com a violência, pois o marido disse que se ela quisesse ficar lá com o filho não haveria problema, mas ele estava de mudança. Ela cogitou ficar, mas percebeu que seu ordenado não seria suficiente para sustentar a casa sozinha, pois ainda moravam de aluguel. Ela decidiu ir com ele.

Ele acabou com os meus sonho, tudo né voltou a estaca zero, aquela cidade que eu tanto sofri né, que eu tanto fiquei presa, eu voltei pra lá, quando ele viu que eu tava criando as minhas asinha ele cortou as minhas asa mesmo (TEREZINHA, p. 12, l. 42-46, 2016).

No decorrer da entrevista fica claro que, em vários momentos como este, ocorreram diversas propostas de separação por parte do marido, mas as hipóteses levam a crer que a busca por um relacionamento perfeito perante à sociedade e aos parentes fez com que Terezinha permanecesse no ciclo da violência. Além disso, como já mencionado nesta tese, o ciclo da violência é constituído de fases e uma delas contempla momentos de alegria entre o casal e em que o agressor promete que nunca mais vai se comportar de forma violenta.

Ele é duas pessoa, porque assim como ele me batia, no outro dia ele enchia de coisa dentro de casa e falava Me desculpa, é que eu fico nervoso e aí bah eu faço essas besteira vô pará e ah, eu tenho que dá valor pra família que eu tenho, eu vô pará, tá, eu não acreditava naquilo, era uma paz que eu ia tê alguns dias (TEREZINHA, p. 16, l. 2-5, 2016).

Nesse meio tempo, ela torcia para que arrumasse uma amante e decidisse pela separação por conta própria, o que reforça cada vez mais a hipótese de que sempre colocou na mão de terceiros as decisões para todos os âmbitos da vida dela.

A partir do momento em que começou a trabalhar, a fazer amizades e a provar para si de que era capaz ao largar o cigarro e conseguir tirar a carteira de habilitação, foi que se encorajou a começar a traçar um plano de fuga. Com o passar do tempo, a situação que ela vivia se enraizava cada vez mais e, de tanto lutar para parecer que tinha um relacionamento “normal”, acabou se distanciando cada vez mais da possibilidade de pessoas ao redor ajudarem com alguma intervenção no relacionamento abusivo.

Terezinha faz questão de dizer que jamais comentou o que vivenciava em casa com ninguém. Para ela, os pais jamais desconfiaram de que era agredida. Ao contrário, quando eles

se encontravam, o marido fazia questão de dizer o quanto era generoso e o quanto ela era bem tratada, que não pegava ônibus, que era “carregada para cima e para baixo” por ele. Faz questão de reforçar sempre o quanto a família é zelosa e preocupada com ela, que não entende como foi cair nesta “emboscada” do marido. Ela argumenta que ela mesma levou muitos anos para entender que vivia um cenário de agressão: “Eu demorei cinco, seis anos pra entender isso”.

Por nunca ter demonstrado estar insatisfeita com o casamento, quando resolveu contar para algumas pessoas o que vivenciava em casa, ninguém acreditou. Apesar de insistir neste discurso, diversos trechos da entrevista demonstram que as pessoas ao redor, incluindo a família, tiveram oportunidade de perceber e intervir, mas não o fizeram. O que fica evidenciado nos episódios descritos acima, como a ligação para a vizinha, o desabafo com a irmã e com as cunhadas e a observação dos pais de que algo não estava bem com ela, levando a mãe a perguntar se Juarez havia batido nela. Além disso, na mesma fala ela diz que o pai dela, hoje em dia, fala que a história de que o marido quebrou o dedo porque deu um chute num fogão foi mal contada. As cunhadas eram as que mais se envolviam nas brigas e sempre incentivavam que ela abandonasse Juarez.

Todas as irmãs mandavam larga dele, mais eu apanhava, eu sofria, mais eu não conseguia ver o outro lado, eu via o que era ruim, eu via o que era certo, mas eu não conseguia ver com olhos de juntar força pra me separar, eu via com olhos de que sabia que era ruim, mas que aquele era o meu destino e que assim ia ser (TEREZINHA, p. 10, l. 43-47, 2016).

4.2.7 O filho no meio do fogo cruzado

Diferente de outras mulheres, ela não usa a justificativa de ele ser um bom pai e manter o relacionamento em função disto. Ao contrário, entendia que o jogo psicológico do marido com a criança era prejudicial e que isto também configura maus tratos.

Mas apesar de saber que o convívio da criança em um lar conflituoso, em que presenciar agressões seria sua rotina, não menciona em nenhum momento culpa por ter submetido o menino a situações de violência. Na reta final do relacionamento, por exemplo, deixava transparecer o desejo de que o marido morresse sempre na frente do filho, conforme o episódio em que ele forja a própria morte:

daí ele falo que ia se matá e eu falei assim homi não faça isso, deita na cama lá e vai dormi, não, vo me mata porque eu não mereço a família que eu tenho, porque a minha mulher é (), porque olha o que deus me deus, porque um cara como eu tem que morre, eu falei tá, só um pouquinho que eu vo arruma o Miguel, a sala ficava assim, a parede e meu quarto né, atrás da sala, eu fui lá, acordei o Miguel, que se ele desse o

tiro no sofá ia mais ou menos na direção do meu filho, botei o Miguel aonde eu tava dormindo, puxei a cama e falei “fica quietinho e não dê bola, vai dá alguma coisa”, Teu pai tá meio louco hoje, ‘mas fica quietinho’, fui na sala voltei, ele falo é, chegou a hora, engatilhou a arma e: e eu corri pra cama, peguei o Miguel e fiquei sentada, e o Miguel, o que que foi mãe, mãe, vai passa vai passa, nós tava acostumado com aquilo, de viver o terror, nós vivia o inferno, e daí eu falei, tá, fica quietinho, daqui a pouco ‘pá’, daí o Miguel, o que que foi isso, o Teu pai ele atiro na janela e você não sai daqui da cama, mãe vai lá vê ele, espera mais um pouco, eu pensei se ele se deu um tiro eu vo esperá, né, vo faze um pouco mais o efeito da bala daí eu levanto não vou chama ninguém, tudo me passo na cabeça, vo espera ele agoniza agoniza e deixa que ele morra bem morrido / risos / né / risos/ daí fiquei naquela, levantei da cama, fui no corredor, parei, o cara tava com umas voz fazendo assim ah ah ah ah / som de quem está agonizando / , sabe, tu jurava que era sangue saindo pela boca da praga, tu jurava / mais barulho de gente agonizando e mostrando com a mão no pescoço / eu falei Meu Deus, tá fervendo o sangue, tá saindo tudo pela boca né: fiquei, encostada na porta, no corredor, pensei, deixa mais um pouco, se ele tá fazendo isso é porque ele tá agonizando a morte então deixa ele morrer bem daqui a pouco eu chamo a Samu, espero mais uns cinco minutos, chamo a Samu, até a Samu vir deu tá bem morto né (3), dei um passo, olhei na sala (4) ele bem monstro né, olhei, ele atirou na Janela e: ele fazia assim ah ah ah / som de quem está agonizando / daí quando ele me viu ele=falo eu não presto nega eu não consigo tira nem minha vida só que ele fez todo aquele barulho sabendo que eu tava escutando e que eu tava achando que ele tava morrendo, ele fez de propósito, e hoje eu sei que um cara que nem esse não tem coragem de se mata, ele não tem coragem, mas na época eu jurava que ele ia faze / fungada / aí ele pego levanto do sofá e falo assim, vô no banheiro, foi no banheiro escovou os dente e: é eu vo te que dormi (TEREZINHA, p. 17, l. 42-55 e p. 18, l. 1-17, 2016).

No trecho acima, além de perceber a presença do filho em uma cena extremamente tensa e traumática, fica clara a forma como ela narra, com riqueza de detalhes, as situações de conflito. Conforme a entrevista ia transcorrendo ela aumentava o grau de dramaticidade dos episódios e reforçava o quanto o psicológico era mais abalado do que o físico nas situações de violência.

O trecho central da entrevista em relação ao que sente sobre o filho participar das agressões e se manter casada com o marido agressor é o seguinte:

então eu pensava assim o meu fim é a morte, eu vo morre, isso é fato, então eu vou aguentar até quanto eu puder porque nesse tempo que eu to aguentando eu to criando o meu filho e eu tenho que criar ele e ensinar coisa boa pra ele porque dependendo do pai ele não vai aprender, porque o pai é uma pessoa bipolar, ele vai ensinar coisa boa pro filho na frente das pessoa, vai ensinar o filho ser amargo e monstro atrás das pessoas e eu tenho que tá com ele na frente e atrás então se eu consegui criar o meu filho até 11, 12 anos ele já vai ter aprendido muita coisa porque é na infância que grava as coisa nas cabeças das pessoas, então eu vou tentar, meu filho vai ver eu apanhar a vida, a vid=a infância toda mas ele vai, eu vou ensinar ele a nunca bater numa mulher a ele ver que não se bate em mulher, a ele conhecer o meu sofrimento e no dia que ele for bater em alguém ele vai, ah mas a minha mãe sofria tanto, a minha mãe morreu, então eu tentei fazer isso e nunca contá nada em relação ao meu filho (TEREZINHA, p. 8, 9-21, 2016).

No trecho acima, Terezinha revela sua estratégia. Prefere estar com o marido para ensinar ao filho o que não deve ser feito do que apartar o menino da convivência com as agressões. No discurso, permanecia na relação porque queria que o filho se tornasse um homem bom e que, no futuro, não repetisse as agressões do pai. Assim, justificava que era necessário ficar perto dele. Na lógica de seu discurso, caso se separasse, poderia perder a guarda do filho ou ainda compartilhá-la com Juarez e queria evitar que o menino tivesse tempo sozinho com o pai para não receber má influência. Ter pouca instrução e ter passado boa parte do relacionamento cerceada da convivência com outras pessoas fez com que o medo de perder o filho caso se separasse fosse cada vez mais forte.

Durante toda a entrevista, ela cita o arrependimento por ter se envolvido com o marido 14 vezes, mas em momento algum sente o mesmo com relação a ter exposto o filho a um ambiente que era hostil tanto para ela quanto para ele.

Discutimos aqui a interpretação de Terezinha, de que o filho é visto como o responsável por ter colocado a mãe em situação de violência doméstica. Este é o conteúdo das entrelinhas do discurso de Terezinha, em contraste entre a vida vivenciada e narrada que vai se confirmando no decorrer da formulação de hipóteses, deixando claro como ela age baseada neste entendimento latente.

Na formulação de hipóteses não se confirmou que ela agredia o filho e que Miguel era também alvo da violência física de Juarez. Mas como forma inconsciente de punição, fazia questão de sempre envolver o filho, não como escudo, mas como observador. Esta é também uma forma de violência, pois fica claro ao percorrer a análise de sua biografia o quanto ela envolvia Miguel nas cenas como forma de castigo e também de testemunha sobre o que estava acontecendo.

Terezinha parece estar com todo o sentido de sua ação voltado para o cumprimento de normas sociais, o que também inclui ser uma boa mãe. Reforço aqui que a reconstrução não chegou à conclusão de que ela deseja o mal do filho, apenas o culpa por ter a colocado nesta situação e da mesma forma a culpa é dele por permanecer na situação.

Badinder (1985) já falava sobre o amor materno como mais um entre os sentimentos humanos e como tal é “incerto, frágil e imperfeito” e talvez nem esteja inscrito na natureza feminina, podendo o interesse e a dedicação à criança manifestar-se ou não.

O envolvimento do filho nas cenas de agressão e discussão vai se desvelando conforme a narração vai avançando, assim como vai dando indícios de que a relação com o marido foi

piorando aos poucos na mesma proporção em que ia traçando o plano de fuga. Todas as cenas de violência extrema narradas por Terezinha envolvem a criança como cúmplice.

Na última situação de espancamento ela disse para o filho esperar do lado de fora da casa, que ele iria bater nela, mas que esta seria a última surra e eles iriam fugir. Foram duas horas seguidas de agressões:

eu só escutei tipo um grito assim tipo PAI NÃO, e eu olhei, consegui porque eu tava com a cabeça pendurada, pra baixo da cama e: e o corpo dele tudo aqui, e eu com a cabeça pendurada e eu virei pro lado, o Miguel tava com uma camiseta branca, eu vi assim, uma bola, tudo escura e aquela camiseta com um pescocinho no meio, e daí eu f- o "ar" volto e o Miguel dando soco nele, e ele não fio calma, não é assim não é assim, e o Miguel não mata a minha mãe não mata a minha mãe, e segurando ele eu consegui levanta da cama e saí pra fora, e ele não o pai não tá fazendo nada tá/ fungada/ calma fio calma o pai nunca feiz nada calma, fiquei na sala de pé e ele foi e ele foi pra área de fora e o Miguel foi junto e ele foi calado, sem choro, o Miguel só naquela hora pediu pra ele não faze nada né e depois o Miguel fico calado, como sempre, em estado de choque, como sempre, e depois ele falo assim, ó ofio, a tua mãe tá apanhando porque ela não presta tá, ela é uma vagabunda, a tua mãe é uma puta, assim ó fio/com voz bem calma/ ela sai e ela dá o rabo pros homi no meio do mato e o pai não faz nada pra mãe, o pai não trai a mãe, o pai só sabe trabalha, o pai só sabe bota as coisa pra dentro de casa, tá entendendo, ele aham, e a mãe tá apanhando porque ela tá saindo com outros homens ela que te dá outro pai, ela que coloca outro pai no lugar de mim meu filho, então a tua mãe tá-apanhando-por-causa-disso, e eu olhava pra ele e falava não não e o Miguel olhava e parecia eu entendo o que tu tá falando né, daí: (TEREZINHA, p. 23, 6-24, 2016).

4.2.8 Plano de fuga: o ciclo da violência até a última surra

O acumulado de surras sem qualquer reação por parte de Terezinha ia dando confiança para Juarez intensificar cada vez mais os ataques. Na penúltima, ele incentivou que ela registrasse um boletim de ocorrência contra ele, dizendo que se o fizesse "arrancaria todas as tripas na frente do filho".

porque ele tinha CERTEZA que eu não ia e na próxima vez se eu ficasse, né quando me deu aquela coragem eu falei, eu vô, eu vô porque se eu fica a próxima vez ele vai me bater o dobro e ele pode até me, me machucá feeio pra daí a próxima vez ele me matá, não ia durar muito do jeito que tava (TEREZINHA, p. 48, l. 4-7, 2016).

Terezinha tentava argumentar com ele que tinha um filho e que as atitudes dele na frente da criança não eram "legais" e em praticamente todas as discussões que tinham o filho estava envolvido: presencialmente ou como argumento para algo que ela desejasse, fosse a pausa nas agressões ou qualquer objetivo ligado a questões pessoais e familiares.

Doze meses separaram os episódios mais violentos de agressão. Desde a mais intensa, ela sempre se preocupava em juntar provas contra o marido. No episódio em que ele simulou a

própria morte, disse que tirou foto de toda a cena do crime: “enquanto ele foi no banheiro eu tirei foto de tudo, tirei foto da arma, tirei foto do tiro, tirei foto do Miguel no sofá chorando, tirei foto de mim assim perto do buraco da parede porque minha intenção era bota ele na cadeia” (TEREZINHA, p. 18, l. 33-35, 2016).

Planejou levar as provas na delegacia, "mesmo sendo amigos dele" e tentar ajuda para prender Juarez. Mas ele descobriu as fotos no celular e, além de apagar todas, deixou a mulher presa dentro de casa. Foram três dias sem poder se comunicar com ninguém. Ele excluiu todos os amigos das redes sociais e atendia sempre o telefone dizendo que ela não poderia atender. A essas alturas o filho chorava sem parar. O clima de tensão em casa era insustentável e ela prometeu:

então daquele dia em diante eu pensei é o fim, é o fim porque, não deixo ve meu tio, meu pai não vem mais aqui, ele deu um tiro na parede, eu pensei, o negócio foi forte, talvez daqui um ano ele vai tenta me bate ou quebra a casa de novo, então nesse um ano eu me preparei, ele não me bateu em um ano, ele não atiro em um ano, ele só ench-, Só, ele enchia a cara, dava os grito dele e saía de novo, porque eu sabia que era assim, era dois meses, quatro meses, um ano, né, que: quando dava as agressão forte assim, então passo dois meses não feiz nada, passou quatro meses não feiz nada, e eu é, vai ser um ano: e eu meio bruxa ainda, um ano, um ano e dois meses, ele vai tenta me bate, o que que eu vo te que faze, eu vo te que me prepara (TEREZINHA, p. 19, l. 9-17, 2016).

Por diversas vezes ela imaginava que a morte estava chegando, mas passou pelo menos um ano arquitetando uma forma de sair viva de quando ele tentasse investir fortemente contra ela novamente. Reforçou algumas vezes na entrevista que não tinha recursos financeiros e nem emocionais para romper com a violência.

Como a vizinha, que é madrinha de Miguel, não auxiliou diretamente, pediu para dar a oportunidade de trabalhar na Samu como faxineira. Fez isso por dois dias, que foram o suficiente para inspecionar todas as possibilidades de fuga para o local. Ficou meses treinando com o filho, sem dizer para o menino que era para isso, uma forma de correr e chegar mais rapidamente ao posto do Samu que ficava a dois minutos de casa. Precisava ter precisão no caminho para diminuir os riscos. Nesse meio tempo também criou um kit de sobrevivência para quando conseguisse fugir e também juntou documentos dela e do menino.

Na fuga, em 2014, o menino sugeriu de ficar para conter a fúria do pai porque eles sabiam que aquela era a última chance e se desse errado havia mesmo a possibilidade de ela ser morta. "Vai e eu fico, eu seguro ele pra ti", disse o menino.

fiquei de pé descalço, contei até três, peguei a mão do Miguel e se mandei, e quando a gente saiu assim do terreno ele falo assim MIIIGUEEL, Ô MIGUEL e o Miguel me soltou a mão e falo, não, vai, vai que eu vo segura ele-ele-não-vai-me-mata e eu falei

tu vai comigo e é agora, e puxei ele assim com raiva e a gente se mando. (...) Entrei numa coisa que a gente só gritava, eu não sei porque a gente só gritava, era grito de alívio e de socorro, e daí as pessoas viram que a gente tava gritando e agente se escondeu embaixo de uma mesa, assim, o cérebro da gente é muito doido né, eu tava tão forte, o Miguel também (TEREZINHA, p. 26, l. 3-25, 2016).

Dois dias separaram a fuga do momento em que conseguiram estar em segurança na casa de parentes. Juarez percorria os caminhos possíveis atrás dos dois. Ele tinha a senha dela das redes sociais, o que dificultava o pedido de ajuda. Com o auxílio de uma das cunhadas, conseguiu contato com os pais e, com a ajuda da polícia, embarcou em um ônibus para o Paraná, na casa dos parentes, marcando um encontro com os pais.

quando eu cheguei no Paraná, tinh-, tava toda a minha família tava me esperando lá, no Paraná, todos, e: e todos com a cara de choro, os homem, tudo com o gogó assim pronto pra chora sabe, e eu desci do ônibus e meu pai desando né, e os outro tudo ham ham (fazendo barulho de choro engasgado) ‘pronto pra chorá porque ninguém da minha família é assim’ de nenhum lado né e eu desci eu falei ô tudo bem tio, eu abracei, e eu forte né, e o tio, (fazendo barulho de engasgado), e o pai negona e tal e eu hum hum, não tinha como eu segura os gemido de dor sabe porque eu tava tudo arrebetada e ele meu deus, esse teu rosto tudo roxo, cortado né, eu tá tudo bem, não se preocupe, tá tudo bem, o braço tudo picoteado, né, nossa nega, o teu braço, tá tudo bem, é só marquinha, já já tá tranquilo, aqui atrás as bola, alta assim, que coisa mais feia, minha pele inchou, aquelas bola assim ó, eu não sei como deu aquelas bola, era um roxo com vermelho um troço horrível, meu deus nêga, e e eles começaram a chora em ve meus hematoma sabe, e eu falei gente eu to bem, eu só sinto uma dorzinha nas costa, mas tá tudo bem, eu não conseguia toma banho, eu não conseguia seca as costa porque tava tudo cortado, o soco dele cortou minha pele toda né e: e: foi um choque (TEREZINHA, p. 28, l. 12-27, 2016).

4.2.9 O recomeço

Os sete anos em que esteve casada com Juarez colocaram Terezinha em uma bolha. Pouco contato tinha com a família dela. Convivia com os familiares do marido e também não tinha amigos. Depois da separação ela iniciou uma série de resgates. Um deles foi com a avó paterna, referência de amor e carinho da infância. Fazia menos de uma semana que estava na casa dos pais e viajou com a família para visitar a avó em um asilo, no Paraná.

Elas haviam ficado cinco anos sem se ver até que o reencontro se deu na instituição. Terezinha ficou apavorada de ver a avó com Doença de Alzheimer e sob o efeito de fortes medicamentos calmantes. Insistiu com pai para tirar a avó do local por alguns dias. Neste período, cortou as unhas da idosa, deu banho. Este é o único momento em que Terezinha se emociona e chora durante a entrevista:

aí ela olhou pro meu filho, tipo ela tava bem fora sabe (3) ela olho pro meu filho e falo assim (3) (choro) ó nega que deus abençoe o Miguel, que ele seja um homem

honesto, uma pessoa boa de coração bom, e que e que deus sempre acompanhe ele, eu falei tá vó, eu senti ali que era a despedida dela, porque tanto tempo sem ver ela, eu abracei tanto ela, beijei tanto ela e eu falei assim pro pai, ó pai, é dois meses só vamo chega lá e e eu vo dá um jeito e eu vo traze a vó e eu vo cuida da vó porque: a vó tá sendo maltratada, será que o senhor não vê isso, será (TEREZINHA, p. 37, l. 27-34, 2016).

Ela levou a avó de volta ao asilo, retornou para a casa no Rio Grande do Sul com a família e, seis meses depois, com 82 anos, a avó morreu. Ela relata sentir remorso de não ter podido ir ao velório ou ficar mais tempo com a avó, mas estava se reconstruindo, havia começado a trabalhar com faxinas.

Com a mãe o relacionamento segue conturbado. Na primeira tentativa que tivemos de entrevista, a proposta inicial era de que fosse na casa dela, mas, como estava morando com a mãe, preferiu não falar de coisas tão íntimas na frente dela. Terezinha insistiu que fosse no Marieta da Luz e foi lá que nosso primeiro encontro aconteceu. Terezinha faz um balanço da sua história com a mãe e chega à conclusão de que esta é a primeira vez em que estão próximas e vivendo juntas de verdade: "nunca teve aquele contato grande, né, e é a primeira vez que eu tô perto da minha mãe há dois anos".

A análise do caso também esclarece que a maternidade é uma questão pra ela, uma vez que acredita que o papel de uma mãe é dar apoio ao filho e também fazer com ele sinta que há confiança na relação. Como Terezinha não viveu isto com a mãe, entende que tentou ao seu modo desenvolver esta relação com o filho. Em toda a biografia da entrevista permeia a tristeza de ter crescido sem o amor da mãe.

Terezinha vive assombrada pela possibilidade de encontrar-se com o ex-marido. Enquanto fazíamos a entrevista, olhava para os lados, parecendo que estava sendo perseguida. Sobre isso, ela fala que no começo da separação, ele vivia fazendo ameaças, passava na frente da casa dela dando risada e buzinando nas mais variadas horas do dia. De uma certa forma, ele ainda mantém o controle da situação, pois controla os passos dela por intermédio do filho.

se o meu filho não atender o telefone agora, eu tô indo aí AGORA, fala pra tua mãe que ela não sabe com quem ela tá brincando, e as vezes o telefone do meu filho tá em casa e a gente saiu e eu falo pelo amor de deus, meu filho, liga, liga, e eu não consigo me controlar, em vez de falar não, quer vir vem, não, mas quando ele fala isso é o pânico né, meu e do Miguel, não tem igual e eu quero enfrentar o medo que nem ela²⁵ disse: 'eu acho que o primeiro passo é tu enfrentar o medo, segundo passo é tu manter equilibrada na situação, to indo aí, pode vim, tu já enfrentou o medo, então tu vai conseguir encara ele, e depois enfrentando o medo tu vai esquecer dele, vai esquecer de muita coisa, vai ficar guardado, mas tu vai conseguir esquecer, tu vai conseguir VIVER melhor, aí a gente vai trabalhar as coisas boas que tu tem na vida, filho, o que

²⁵ Ela se refere à psicóloga que está fazendo o seu acompanhamento e o do filho.

tu conseguiu, o que tu comprou, a tua família, a vida dele tá lá a tua tá aqui, tu vai ter que dividir as coisas', é isso que eu preciso hoje (TEREZINHA, p.44, l. 40-46, e p. 45, l. 1-5, 2016).

Para tentar recuperar o garoto dos traumas vivenciados no passado, ela insiste para que ele frequente a psicoterapia toda a semana. Sente que o menino está cada vez mais rebelde. A análise da biografia demonstrou que ela força o menino a tomar uma posição na relação e quer que ele fique contra o pai. E quanto mais ela provoca essa reação, mais rebelde fica o menino e menos situações envolvendo as idas à casa do pai ele divide com ela.

Desde a fuga, vive com o filho na casa dos pais no Rio Grande do Sul e divide a guarda do menino com o ex-marido agressor.

ele viveu tudo, ele via tudo escutava tudo, ele tava do meu lado em tudo em cada empurrão em cada prato quebrado, em cada tiro na parede, em cada cavalinho de pau que o pai dele dava na frente de casa, em cada arma, cada soco, tudo ele viu, ele não sentiu nele, mais ele acompanhou tudo, ele, ele fugia que nem eu, ele ficava calado que nem eu, ele não olhava pro pai que nem eu, nois se cochichava e eu falava vai passar, Miguel e ele vai passar, mãe, calma, e hoje a nossa cabeça, assim, tem o medo dele, ele hoje vai pro pai dele, sabe e fica lá final de semana tudo, mas não fala não pro pai quando tá lá ele se sente bem, mas é aquele bem assim (TEREZINHA, p. 45, l. 9-17, 2016).

No momento da entrevista, no qual comemorava dois anos da separação, ela se apresentava como uma mãe que o tempo todo exigia do filho que tomasse posição com relação às atitudes do pai. Assim, uma das questões que mais difíceis para Terezinha é ver que o menino respeita o ex-marido e, segunda ela, faz isso para não se indispor com ele. Fica bastante evidente, tanto na narrativa, quando no decorrer dos passos da análise, que ter o filho como um elo que a mantém permanentemente ligada ao ex-marido é o motivo de seu desespero atual. Além de ter de conviver com o pai da criança, mesmo depois de tudo o que passou enquanto estava casada, ela ainda vivencia o medo de que o filho "descambe para o lado errado por conviver com o pai".

A criança, ao que dá a entender pelo discurso de Terezinha, mantém a dúvida sobre o certo e o errado, porque ama o pai e está sempre questionando este amor destinado a alguém tão cruel. Vive no fogo cruzado entre conceitos educacionais, tomar partido, exigências por parte dos dois e valores de vida aparentemente extremos. Isto também fica visível a cada retorno da casa do pai. Ele vai para o pai e lá a mãe é desqualificada, pois segundo o que conta Terezinha, ele segue dizendo que ela apanhava porque merecia. Por outro lado, a mãe vive criticando o pai e fala sobre o uso de drogas.

A história que ela traz para ilustrar as posições ocorreu em um dos últimos dias antes da entrevista, quando o menino passou o final de semana na casa do pai e estava retornando, acompanhado dele. Ela diz que o homem avistou o ex-sogro no bar e foi até lá para ameaçá-lo. Terezinha conta que titubeou em contar para o menino o que acabara de ocorrer, porém, ao contrastar a vida narrada com a vivenciada fica evidente que, sempre que ela tem a oportunidade, acaba contando para o filho as atitudes do pai que a afetam.

Apesar de ter separado do marido e conseguido quebrar o ciclo da violência, ela ainda vive assombrada e tendo de conviver com o homem, uma vez que eles dividem a guarda do filho. Toda a vez que vai para a casa do pai, a criança volta bastante agressiva e questionadora das condutas da mãe. Em uma destas vezes, além de enviar mensagens de texto pedindo para reatar e a ameaçando caso não cedesse, falou para o menino que ela tentou matá-lo quando ainda estava na barriga.

ele pego os finais de semana e falo assim ó, a tua mãe não te ama, a tua mãe é uma puta, a tua mãe quis te matá, nossa, ele falo coisas horríveis, tu não tem ideia, tua mãe quis te matar quando tu tava na barriga, ela furo toda a barriga pra te mata, dentro dela, e só que dai deus não quis e deus deixou tu vive, daí ele falo, mãe, se ele queria me mata, se se tu queria me mata como ele disse, que eu não acreditei, como é que tu não tem marca na tua barriga e Outra uma pessoa se enche de facada na barriga ela ia morre, tu também ia morre (2), meu filho a mãe nunca fez isso, a mãe sempre luto por você, tu tem prova disso, não mãe eu sei disso, só que eu fico me fazendo essas pergunta porque o pai fala mas o pai é um baita mentiroso, eu sei que é tudo mentira dele, então ele tentou me bota contra (TEREZINHA, p. 30, l. 2-11, 2016).

Ela diz que o pai acabou com a inocência de criança do menino. Quando descobriu que ela estava namorando, começou a dizer tudo o que ela fazia com o namorado.

tu não te aproxima da tua mãe porque a tua mãe, ela beija ele, ela encosta a boca em ti, ela fa-, meu filho não tinha noção de nada pra tu te ideia, o Miguel ele descobriu tudo o o pai falando esses absurdo e ele ficava longe de mim e eu falava porque tu tá assim, 'nada mãe', né, e foi e foi foi foi que cum tempo daí o Miguel falo assim, ó mãe o pai falo isso isso e isso, e eu não acredito tá, e eu sei que tu é adulta e eu não tenho nada a ve com o mundo de vocês, então graças a deus o Miguel é bem firme nisso' (TEREZINHA, p. 30, l. 44-50, 2016).

Enquanto estavam juntos, Juarez ameaçava Terezinha de matar ela e depois se matar caso ela se separasse. Até que quase um ano depois da separação, nas primeiras férias da escola da criança, foi passar 15 dias com ele na cidade em que estava morando. Nos primeiros dias, telefonou para Terezinha dizendo que tinha acabado de ir para o cartório e passado todos os bens dele para o nome do filho. Encerrou a ligação dizendo que o recado estava dado. Imediatamente, Terezinha lembrou que nas ameaças que ele fazia continha sempre essa

promessa de "deixar o filho sem passar necessidades "e depois ir atrás dela para matá-la e depois se matar. Naquele momento, ela ligou para Miguel e perguntou se aquilo era verdade. Ele confirmou que tinha ido até o cartório, mas que não tinha entendido bem o que se passava por lá.

Terezinha fugiu de casa e se escondeu na casa de uma amiga, registrou boletim de ocorrência e pediu medida protetiva de urgência na delegacia de polícia. Enquanto isso, o menino ligava desesperadamente para a mulher dizendo que o pai estava falando para todo mundo sobre o plano das mortes. Passado o final de semana foi até a cidade do marido, tentou pedir o auxílio do conselho tutelar para tentar tirar o menino do convívio do pai, mas eles disseram que não havia sinal de maus tratos e que nada poderiam fazer. Ela e o atual namorado ficaram escondidos e observando a movimentação na casa. Ele estava sob efeito de drogas. Disse que sempre desconfiou que o marido era usuário de drogas, mas que foi apenas naquela situação que teve a certeza.

Quando a criança é usada como torpedo, segundo Maldonado (1986), para atingir o ex-conjuge, ela acaba “partida, com a sensação de não ser assistida nem pelo pai nem pela mãe e isto pode comprometer sua auto-estima” ou dar a “sensação de que não vale nada” (MALDONADO, 1986, p. 161).

Encerra-se aqui a reconstrução da biografia de Terezinha, do signo de touro. Ainda que tenha conseguido romper com diversos elos e também se desvencilhado de uma situação de violência dentro de casa, não consegue se sentir vitoriosa. Pelo contrário, vive amedrontada pela possibilidade de que algo a leve a vivenciar todo o terror que vivia dentro de casa com o ex-marido. E o filho é a personificação dessa possibilidade, pois é por intermédio de Miguel que a relação entre os dois permanece. A existência dele a impedia de tentar sair da violência e é por ele que a relação, mesmo estando separados, ainda existe.

A próxima seção se encarrega de reconstruir a biografia de Amanda, também seguindo os passos da análise de narrativas biográficas.

4.3 AMANDA

Amanda tem 18 anos e mora em uma casa de madeira nos fundos da residência dos pais. O terreno é o mesmo desde que os pais dela casaram. O casebre é composto por uma cozinha sem armários, apenas fogão e geladeira. Logo na entrada, está localizada a cama que divide com o filho de três anos e o armário sem portas onde guarda as roupas dela e do menino. No

lado oposto, um espelho de cima a baixo da parede, onde Amanda se olha vez ou outra durante os três encontros que tivemos.

Em todas as vezes conversamos frente a frente, sentadas na cama. O filho estava sempre rondando o ambiente onde conversávamos e aparecia para escutar a conversa e fazer alguma travessura, como tentar desligar o gravador da pesquisadora para chamar a nossa atenção.

Nosso primeiro encontro estava marcado para acontecer no Centro Marieta da Luz. Foi Andréia, a diretora da instituição quem avisou a jovem de que eu estava interessada em conversar com ela. Aceitou de pronto, mas não compareceu no dia marcado. Diante da ausência, Andréia telefonou para a casa da família e ficamos sabendo que ela estava dormindo com o filho e que havia esquecido do combinado. Foi aí que agendamos o encontro para a semana seguinte, desta vez na casa dela.

Logo que cheguei ela quis saber se ela ainda serviria de entrevistada para a minha pesquisa, uma vez que acabara de retirar a queixa contra o ex-companheiro. Digo que não há problema algum.

4.3.1 Amanda e o espelho

O espelho de cima a baixo da parede do casebre minúsculo onde mora Amanda fala muito sobre o comportamento da jovem. Bastante vaidosa, veste roupas coladas ao corpo e sempre com um decote bastante aparente. Nos nossos três encontros, usava maquiagem colorida. Durante boa parte da nossa conversa, se olhava no espelho, mexia no cabelo e ajeitava a blusa. Tem o corpo marcado por cinco tatuagens que também apresentam indícios de sua personalidade e prioridades: Corações, flechas, nomes, pai e mãe são algumas delas.

Minha presença começou a incomodar ao filho de Amanda. Já passava da primeira hora de conversa quando ele atirou um brinquedo contra meu rosto. Ela fala grosso com a criança e diz que não pode fazer, mas estava tão absorta na narração que volta a conversar, se engasga de tanto que fala.

Durante todo o tempo, olha o celular, responde algumas mensagens. Conta empolgada que está namorando, que este sim vai fazê-la feliz, que brinca com o filho dela e que agora, sim, o menino vai ter amor de pai.

No meio da conversa a criança pega o celular da mãe e diz: “alô, pai”. Ela olha compadecida para o filho e diz: “Ele pouco entende, mas me corta o coração ele chamando pelo pai. Vira e mexe ele pega o celular e faz isso”.

Durante seu discurso raramente me olha nos olhos, conta tudo com os olhos fechados, como se estivesse suplicando algo. Chora por vezes, geralmente, quando toca no assunto das mágoas proporcionadas à família por tudo de condenável que ela diz ter feito. Saio de lá e recebo uma mensagem no *whatsapp* agradecendo por eu tê-la escutado. O texto finalizava com a frase: “agora somos amigas”.

Os fios condutores da vida de Amanda parecem ser a busca incessante por chamar a atenção dos pais e receber o mesmo carinho que os dois davam para a irmã. Busca elementos para tentar reforçar sua autoestima sempre abalada desde a infância

Aliás, ela clama por atenção de todos à sua volta. Andréia, a diretora do Marieta da Luz diz que a jovem, muitas vezes, aparecia na instituição sem horário marcado para tomar chá e conversar. Ela insistia para ter uma relação de amizade com Andréia, que a todo o momento precisava lembrá-la de que era sempre bem-vinda, mas aquela se tratava de uma relação profissional.

Já íamos para nosso terceiro encontro, já que ainda não havia concluído a segunda fase da entrevista, em que perguntas são formuladas com base no relato inicial da biografada, quando na noite anterior à minha visita à casa dela, recebo um SMS de Amanda no celular. Ela pedia dinheiro emprestado. A mensagem chegou durante a madrugada e não respondi. Ela mandou mais de 10 torpedos cobrando uma resposta e adotava um tom ameaçador. Tal abordagem me deixou confusa e um tanto receosa de seguir com o encontro. Depois de levar a ideia para nosso grupo de pesquisa, optei por ir ao encontro de Amanda e dar o dinheiro que estava pedindo. Ao final, deixei claro que aquele seria nosso último encontro, reforcei que estava finalizando a pesquisa com ela e que provavelmente não voltaríamos a nos encontrar.

4.3.2 História de vida familiar de abusos e infância paupérrima

Amanda é a filha caçula de Tânia, 41 anos, e Nestor, 51 anos. A situação de nascimento de Amanda se deu em um cenário de extrema pobreza, em 1998, em uma cidade da Região Metropolitana de Porto Alegre.

A renda principal da família vinha de Nestor que atuava como pedreiro e catava lixo para aumentar os rendimentos da família. Tânia, a mãe, trabalhava fazendo faxina, mas a condição física limitava o seu desempenho até que logo após o nascimento de Amanda conseguiu se aposentar por invalidez devido à obesidade.

A mãe de Amanda também sofre de depressão e tem uma história de muita violência. Na adolescência sofreu abuso sexual e, aos 15 anos, engravidou do padrasto. Terla, avó de

Amanda, decidiu que Tânia teria o filho, mas assim que o bebê nasceu foi levado por parentes para a adoção.

O trauma na adolescência de Tânia se espalhou pela família como um fantasma. Todos sabiam que algo de muito grave havia acontecido com ela no passado, mas ninguém contava o que era. Terla e Tânia tinham alguns momentos de cochichos e, por vezes, as tias também participavam, mas o segredo só se revelou recentemente. A relação de Tânia com a mãe, ao que tudo indica, não parece ter ficado estremecida – pelo contrário, o relato de Amanda dá a entender que as duas tinham uma relação de cumplicidade.

Durante a análise, se percebeu que é possível que este episódio traumático tenha se tornado o ponto central das relações da família de Amanda, uma vez que todos precisavam lidar com as consequências dele, incluindo o pai dela, a irmã e ela mesma. Era possivelmente essa angústia de ter gerado um filho, na configuração que foi, e não ter notícias da criança que levou Tânia à depressão. O estado psicológico dela afetava a todos e o que Amanda entendia como falta de carinho e atenção por parte da mãe durante a fase inicial da vida tem indícios de que poderia ser um efeito da depressão da mãe.

Segundo Conceição (2014), pesquisas sugerem que há ligação entre a transmissão intergeracional, quando há a transmissão para a geração seguinte sobre os processos ocorridos no cotidiano da geração anterior, e o tipo de apego, que se divide em três tipos: o seguro, quando as crianças sentem confiança em buscar o conforto da mãe, o evitativo, quando evitam o contato com a mãe e o ambivalente, quando se alterna entre buscar a proximidade com a mãe e resistir o contato. As mães que sofreram abuso sexual na infância tendem a gerar o apego evitativo e, como consequência, as filhas tem a tendência de procurar parceiros parecidos com o da mãe.

Considerando os mecanismos possíveis da transmissão intergeracional do abuso sexual, observa-se que as dificuldades apresentadas nos tipos de apego e estilos parentais das mães podem vulnerabilizar a sua prole, especialmente quando já houve a vivência de ASI na geração da mãe. O abuso sexual, por si só, já traz marcas importantes que podem fazer com que as mães tenham mais dificuldade de se vincular adequadamente com suas filhas, o que pode levar a um ciclo de exposição a situações de risco (CONCEIÇÃO, 2014, p. 13).

Isso explicaria o envolvimento com o companheiro agressor de Amanda e a forma como se colocava em risco. Além disso, o incesto pode permanecer encoberto por um longo período “protegido pelo sigilo das relações familiares e pelos temores em relação à denúncia” (FALCKE; SILVA, 2012, p. 191).

Terla morreu quando Amanda tinha seis anos. A menina era muito apegada a ela, colocando-a no patamar de um dos laços mais fortes desenvolvidos ao longo da vida, tanto que inicia seu relato por este episódio, mas ao contrastar a vida narrada com a vida vivenciada fica evidente que este é o centro de uma trama familiar. A morte dela fez com que a depressão de Tânia aumentasse. Representava o fim da possibilidade de encontrar a criança que foi tirada dela logo após dar à luz. Tânia vivia com essa angústia de reencontrar o filho e, alguns anos após a morte de Terla, dividiu o segredo com as filhas.

A avó de Amanda também vivenciou violência durante anos. A jovem desconhece o paradeiro do avô, mas sabe que Terla sempre se envolveu com homens violentos. Ela era a responsável por unir a família, tios e primos. Com sua ausência, a família ficou bastante fragmentada.

O falecimento, que resultou num agravamento da depressão de Tânia, também pode ser impactante na biografia de Amanda porque, conforme a doença progredia, menos atenção as filhas recebiam de Tânia, possivelmente, colaborando para a desordem familiar.

O silêncio, nestes casos de abuso sexual é um recurso bastante comum nas famílias onde ele acontece, conforme salienta Araújo (2002), o que faz com que se perpetue a violência e pode ser que esse segredo familiar percorra várias gerações sem ser denunciado. Nesses casos, “há um mito em torno dele, não se fala, mas todos sabem ou parecem saber da sua existência, mesmo que ignorem o conteúdo; mas silenciam, num pacto inconsciente com o agressor ou em nome de uma pseudo-harmonia familiar” (ARAÚJO, 2002, p. 8).

De forma latente, ela traça uma ligação quase que espiritual com a vó, uma vez que conta que durante muito tempo sentia e via a presença dela dentro de casa depois de morta e a descreve exatamente como descreve a si mesma: alguém de bom coração, que “tira a roupa do corpo” se precisar para ajudar alguém e que também era agredida pelo marido.

Uma das possibilidades é de que Amanda acabe perseguindo a trajetória da avó e adotando condutas semelhantes para chamar a atenção da mãe, e que este tipo de violência seja naturalizada na concepção familiar. Diversos elementos dão indícios de que isto ocorra, como veremos nas próximas seções.

Mas, apesar de ter nascido em um contexto de fragilidade econômica da família, tudo indica que ela tenha sido bastante desejada pelos pais. Ela é a segunda filha do casal e Tânia não escondia o desejo de que ela fosse um menino. Tal vontade foi internalizada por Amanda, ao ponto de se comportar como tal na infância, demonstrando desde cedo a angústia por atender às expectativas da mãe.

Ela já demonstra sua fragilidade desde o nascimento e a frase que mais repete durante a entrevista ecoa mais uma vez: "eu já nasci dando trabalho". Possivelmente, isso faz com que carregue o sentimento de sempre ser um estorvo. A questão é que a gestação de Tânia foi delicada. O médico avisou ao pai que as duas ou uma delas poderiam morrer durante o parto. Tudo transcorreu bem, mas ela precisou ficar três meses internada na Unidade de Tratamento Intensivo (UTI), recebeu alta e, após um mês se recuperando em casa, precisou retornar ao hospital, permanecendo mais quatro meses entubada. Mais tarde, perto de completar um ano, passou mal e foi levada ao posto de saúde, recebeu dipirona na veia, medicamento ao qual é alérgica, e quase morreu. Ficou mais dois meses internada no hospital. "Minha mãe ficou sempre comigo, sempre comigo. Eu sou, eu to viva hoje, graças à ela, se fosse outra mãe, não dava bola", disse com os olhos marejados.

E minha mãe falou também que no meu 1 mês/2 meses me botaram na incubadora, e ela não podia ficar comigo naquela época e ela via as enfermeira me dando carinho e coisa dentro da incubadora, e teve uma vez que a enfermeira foi botar a mãozinha dela e ela não escutou meu coração e a mae pensou que eu tinha falecido né, daí era erro da enfermeira. Daí outra enfermeira chegou e fizeram exame em mim e detectaram que eu tava com meu coraçãozinho tava batendo normal. O pior susto da vida da minha mãe foi esse, falaram pra ela que meu coraçãozinho não tava batendo, falaram pra minha mãe que eu já tinha falecido. Daí fizeram o exame e viram que meu coraçãozinho tava batendo normalmente, era erro da enfermeira. Perigando minha mãe falar pra todo mundo que eu tinha falecido, dá um treco na mãe ainda por erro médico, erro de enfermeira (AMANDA, p. 11, l. 26-36, 2016).

A história demonstra que desde o nascimento precisou lutar pela sobrevivência e que segue o mesmo padrão de dor, luta e sofrimento das mulheres da família. E, mesmo exaltando o comportamento da mãe diante da sua fragilidade no início da vida, tem dificuldade em se sentir bem quista pela família. Um dos símbolos desta dificuldade se dava em comparação com a irmã três anos mais velha, Beatriz. Ela fala sobre Beatriz com rancor. Sente inveja pela trajetória delas ter sido diferente. Após encerrar o relato inicial com sua fala sendo conduzida de forma breve pelo período da infância, pergunto se tem mais algo sobre este período que ela gostaria de contar e logo surge o ciúme da irmã:

eu era muito invejosa, que nem até hoje eu sou invejosa, por causa da minha irmã, porque ela tem um corpo bonito, ela tem roupa, ela tem calçado, ela tem perfume. Eu sempre fui invejosa dela por esses aspectos, ela era sempre mais vaidosa, sempre mais bonita, os guris sempre queriam ficar com ela, sabe?! Ela nunca passou por perrengues que nem eu passei, com homem errado, sabe? Ela era muito mimada pelos meus pais, eu acho que eu tenho um pouco de ciúmes e um pouco de inveja dela até hoje (AMANDA, p. 7, l. 19-25, 2016).

A análise da biografia de Amanda leva a crer que o que mais incomoda em relação a ela seja a percepção de que Beatriz consegue levar a vida almejada pelos pais como um ideal de filha: trabalhando, estudando e namorando um "rapaz direito". No entendimento da biografada, Beatriz foi sempre mais mimada do que ela e tem o corpo bonito "porque não teve filho".

Uma das hipóteses bastante plausível para o comportamento perigoso adotado por Amanda é a de que almejava ter a vida, o corpo, as roupas e o sucesso da irmã e, ao não conseguir, optou por um caminho totalmente diferente, se envolvendo com drogas ao mesmo tempo em que casava com um usuário e tinha um filho com ele. De forma latente usa este comportamento para chamar a atenção dos pais. Apesar de afirmar em diversos trechos da entrevista que nunca usou drogas, ao percorrer os passos da análise, somado ao comportamento demonstrado por ela durante os contatos que tivemos, demonstram um forte indício de que também fazia uso dos entorpecentes.

Para corrigir seu comportamento transgressor desde a infância, os pais usavam da agressão física e castigo. Essas são as principais lembranças que tem da infância. Outra recordação marcante foi de um Ano Novo em que a família se reuniu, mas o dinheiro só deu para providenciar pão com ovo no jantar. Neste mesmo dia, os pais choravam antes de dormir por não ter condições de comprar comida para as filhas. E foram diversas as ocasiões em que faltava comida para a família.

Durante aquele período, os pais se xingavam e se ofendiam. As irmãs observavam as discussões culpadas por necessitarem de alimento e pouco poder fazer para ajudar no sustento da casa. "Várias vezes eu e minha irmã, a gente pensava que se a gente não tivesse nascido a gente não estaria passando por isso", disse Amanda. Este momento de vida repercutiu de forma diferente nas duas filhas. A irmã mais velha procurou por empregos que pudessem agilizar a saída de casa. Começou a trabalhar com 15 anos e, aos 17, já não morava mais com os pais e se sustentava com o próprio salário. Enquanto isso, Amanda também saía de casa, por conta da gravidez, dependendo financeiramente do pai da criança e dos pais dela.

Quando Amanda era criança, ajudava o pai a catar lixo e cativava as pessoas que cruzavam por eles, fazendo com que recebessem auxílio com roupas, alimentos e brinquedo. "Eu era educada e limpinha", disse. Ao entender que conquistava o amor do pai por intermédio do carinho que recebia das pessoas, dedicava boa parte da infância cada vez mais se aprimorando neste sentido e sempre auxiliando na catação. Assim, uma das hipóteses é de que tenha trocado muitas brincadeiras da infância pelo trabalho como catadora e pedinte. Estudos como o de Barros e Mendonça (2010) demonstram que as crianças que trabalham fora de casa

também são acionadas a cumprir com trabalhos dentro de casa, mas isto não se mostrou uma hipótese plausível no caso de Amanda, uma vez que parece ter pouca familiaridade com os afazeres domésticos. Por ser a irmã mais nova também pode ser que tenha sido alvo de cuidados e não o contrário.

Assim como nos achados de Rinaldi (2018), a entrevistada ressaltava os benefícios sociais e econômicos da catação, dizendo que não se envergonha de precisar catar lixo, pois isso garante, muitas vezes, o sustento da família. Desta forma, para Amanda, ter ajudado o pai a catar lixo na infância parece ter significado uma tentativa de reforçar a sua autoestima, uma vez que era sempre elogiada devido à educação e higiene.

Se na atividade de catação com o pai era valorizada, na escola era vítima de *bullying* devido à sua aparência física e ao seu comportamento "moleque". Para amenizar o desconforto se oferecia para ajudar os colegas, fazendo os temas de casa para eles ou copiando a matéria do quadro. A atitude só fazia aumentar as piadas contra ela.

eu sempre fui gorda, gordinha e eu sempre fui muito boa pras pessoas, fui sempre muito como é que é?! "Ai Amanda copia pra mim" deixava de copiá pra mim, pra copiá pros outros, isso aí pra ter amigos no caso, daí as vezes elas me chamavam assim de "ô feia, ô cabe:" eu sempre tive cabelo tipo de nêgo, tipo cabelo armado, e daí minha mãe sempre por causa do quando eu era menor, por causa dos piolho, minha mãe cortava, daí eu tipo, eu ficava com os cabelo bem curtinho "ô moleque", "ô menino", "ô não sei o que, ô não sei o que" e eu sempre fui levando, eu sempre fiquei, eu ficava muito triste com as coisas que me falavam, "ô feia", "ô não sei o que", "ô nariguda", "ô, menino", "ô não sei o que", sabe?! Quando não tirando sarro, sabe?! Eu sempre fui assim, minha mãe várias vezes foi chamada na escola por causa de eu da minha tristeza, eu não conseguia, ou por causa dessas coisa de fazê prus outros pra ter amigos, eu fazia as coisas pros outros e deixava de fazer, copiar pra mim, várias vezes a mãe foi chamada na escola por causa disso (AMANDA, p. 39, l. 15-25, 2016).

Assim, apesar de ficar triste com as ofensas e isto ter afetado a sua autoestima, somado às comparações com a irmã, Amanda era seduzida pelo fato de que estes componentes faziam com que chamasse a atenção dos pais. Na catação, ficava realizada ao ver o pai orgulhoso com seu desempenho em mobilizar as pessoas para doações e, com a mãe, as idas à escola por causa do *bullying* eram uma maneira de reforçar a vitimização e chamar a atenção de Tânia.

Seguindo os passos da análise, estes elementos que compõem a infância e início da adolescência de Amanda, como a baixa autoestima, os casos de violência em família, a inveja da irmã, a fome que passaram, entre outros, parecem ter ajudado a constituir as escolhas da jovem. Com 15 anos, conheceu José e engravidou.

4.3.3 Gravidez e nascimento de Lucas

Amanda tinha 14 anos quando começou a namorar um menino da mesma idade, com quem permaneceu um ano. O adolescente tinha um amigo com o dobro da idade e se interessou por ela. No início, ela e o amigo chamado José trocavam apenas mensagens durante um mês até que um dia se encontraram e tiveram relações sexuais. Foi com ele que perdeu a virgindade. Naquele dia, foi dormir na casa dele sem dar notícias para a família e ficou lá por dois dias.

Takiuti (1997) lembra que, para a adolescente, o primeiro namorado é sinônimo da descoberta do amor, enquanto para os pais, é visto com desconfiança e vira alvo de críticas. Para ela, o que acontece é que elas encontram nesta pessoa a figura real para preencher os sonhos da adolescência. Deste modo, “nada mais terrível para a adolescente do que ver o seu sonho ser atacado ou tripudiado pelos adultos. Ele passará a ser defendido com toda a irreverência e contestação do jovem” (TAKIUTI, 1997, p 249).

As hipóteses levam a crer que tenha se sentido lisonjeada por ter sido cortejada por um homem mais velho e enxergou nele a possibilidade de sair de casa. Existe também uma outra hipótese para este início de relação tão intenso ligado ao consumo de drogas. Apesar de negar ser usuária de drogas, ao realizarmos o contraste entre a vida vivenciada e a vida narrada fica mais visível que um dos motivos que a prendia a ele era a oportunidade de uso mais fácil de drogas. Naquela época ele já era viciado e ofertava maconha a ela.

Dois dias depois recebeu a ligação de um primo, dizendo que todos estavam muito preocupados e decidiu voltar para casa. Amanda poderia ter mentido que havia passado esses dias na casa de uma amiga ou inventado outra história, mas contou para os pais o que havia acontecido e fez questão de frisar que tinha perdido a virgindade. Aqui, mais uma vez fica claro o comportamento de Amanda, de usar suas atitudes para chamar a atenção da família.

Quatro meses se passaram e a menstruação estava atrasada. Ele nunca mais a procurou e evitava as tentativas de contato por parte de Amanda. Até que ela descobriu a gravidez e insistiu que a recebesse para contar que ele seria pai. José propôs que fizessem um aborto: “Ele sabia que eu gostava muito dele – “ou tu fica comigo, ou tu aborta o nenê, se tu não abortar, tu não vai ficar comigo”. E eu decidi não abortar. Naquela época eu entendia que abortar uma criança é crime e que a gente vai levar pro resto da vida” (AMANDA, p. 11, l. 11-13, 2016).

Não fica claro como foi tomada a decisão de ficarem juntos e nem como ela deu a notícia à família, mesmo na segunda fase da entrevista, em que foi questionada especificamente sobre passagens do seu relato inicial, quando este assunto foi tangenciado, se esquivou, retornando para a história do aborto. Amanda se contradiz em diversos momentos da sua fala quando toca

neste assunto. Chegou a dizer que o pai quis impedir que ficassem juntos, ao descobrir que José era usuário de drogas, mas ao que tudo indica, esse é um discurso politicamente correto que ela adota, como faz em diversos trechos da fala. Lida com conceitos bem estabelecidos de infância, maternidade, violência e família ideal para justificar e perseguir certos padrões sociais, mas não necessariamente se verifica na prática. Ao que parece, a família naturaliza a violência, e entende isso como algo que faz parte do contexto.

O período da gestação foi bastante tumultuado. Em alguns momentos ele ficava na casa de José, depois brigavam, ele a expulsava de lá e Amanda retornava para a casa dos pais. Neste período, saíam juntos algumas vezes e bebiam. Foram três os episódios de ameaça de aborto. Na última precisou ficar hospitalizada. Todas as consultas ao médico quem acompanhava era a mãe. José negava a gravidez, mas por insistência de Amanda ficavam juntos por alguns períodos.

Na reta final da gestação, José reatou com a ex-mulher, com quem teve três filhos antes do relacionamento com Amanda. Quem acompanhou o parto foi a mãe e ele só ficou sabendo do nascimento do filho quando Amanda e o filho já haviam ganho alta da maternidade e estava na casa dos pais fazia dois dias. Chegou brigando e obrigando que ela fosse morar com ele.

As entrelinhas mostram, depois da formulação e confirmação de hipóteses o quanto Amanda exalta os comportamentos extremos de raiva do marido, entendidos por ela como uma forma de receber atenção.

Desacatando os pais, ela optou por se reconciliar com José e ir embora com ele. As primeiras duas semanas de vida nova, com a chegada do filho, a relação entre os dois era boa, mas de repente ele voltou a ser violento. A deixava sozinha em casa com o bebê por vários dias, sempre a tratando com desprezo, xingamentos e empurrões. Além disso, com o salário de R\$ 350 por semana que José recebia, faltava dinheiro para comprar o básico: fralda, leite e comida. Deste jeito, voltou a passar fome como na infância e a hipótese de que esta tenha sido um dos primeiros sinais de que deveria abandonar a relação ganha força. Em diversos trechos da entrevista, ela relembra o fato de ter passado fome e o quanto tinha pavor de que seu filho passasse pelo mesmo problema.

Mesmo que a gestação não tenha sido planejada, quando Amanda soube que estava grávida, foi invadida por uma felicidade. Quando a criança nasceu e teve de fazer tudo sozinha, ainda adolescente, se arrependeu. Então, a maternidade, para ela, era um sonho que, quando realizado, se tornou um pesadelo.

quando eu era criança eu brincava de boneca e eu queria muito ser mãe, só que quando ele nasceu eu descobri que não era que nem brincar de boneca, que eu podia largar a boneca e descansar e tipo, ah não, agora tu pode ficar aqui que eu cansei de brincar contigo (AMANDA, p. 12, l. 6-9, 2016).

Depois do parto, como lembra Takiuti (1997), a menina que adorava ir a festas, agora balança seu corpo ao som de um bebê, se constrange ao ser apontada como um exemplo de quem engravidou cedo demais. As que se casam descobrem o quão difícil é a vida de mãe e mulher e se não casou será alvo de pressões da família. Independente do estado civil, a maioria para de estudar e de trabalhar, como é o caso de Amanda. Desesperada, será obrigada a aceitar o que aparecer e por qualquer salário quando decidir se reintegrar ao mercado de trabalho (TAKIUTI, 1997).

Este entendimento veio logo que o filho nasceu, mas aos poucos, com o passar dos meses foi construindo estratégias para a criação do menino até que ser mãe se tornou a questão central da sua vida, sendo o grande feito de sua jornada. Com baixa estima, a chegada do filho fez com que recebesse mais atenção e Lucas se transformou no objeto desta carência suprida.

Para Takiuti (1997), a gravidez na adolescência faz parte de um processo de busca da identidade e das atitudes de rebeldia frente ao mundo infantil onde a garota viveu e agora deseja libertar-se. A gravidez torna pública uma conduta clandestina. A adolescente vive uma situação conflitiva e penosa ao passar da situação de filha para a de mãe.

Foram três anos de união, entre idas e vindas, até que ela decidiu ir morar com os pais de vez. A diferença deste último término do relacionamento para os outros é que, desta vez, ela havia registrado boletim de ocorrência contra ele e solicitado medida protetiva de urgência²⁶.

4.3.4 Os episódios de violência e o término da relação

O marido era usuário de drogas e de álcool e não raro entrava em dívida com os traficantes, o que colocava a família toda em risco. Apesar de dizer que nunca se drogou e que fumava apenas cigarro, Amanda apresenta indícios de que também era usuária. Além dos trechos de fala em que menciona: “os vizinhos sabiam que a gente usava droga, quer dizer, que ele usava”, há ainda os sinais observados pela pesquisadora, como as mensagens enviadas no

²⁶ A medida protetiva de urgência é aplicada após a denúncia de agressão feita pela vítima à Delegacia de Polícia, cabendo ao juiz determinar a execução desse mecanismo em até 48 horas após o recebimento do pedido da vítima ou do Ministério Público. Ela está prevista na Lei Maria da Penha e pode configurar no afastamento do agressor do lar ou local de convivência com a vítima, a fixação de limite mínimo de distância de que o agressor fica proibido de ultrapassar em relação à vítima e a suspensão da posse ou restrição do porte de armas, se for o caso. Fonte: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/80317-conheca-as-medidas-protetivas-previstas-pela-lei-maria-da-penha>

meio da madrugada em contextos que pareciam que ela estava sob o efeito de entorpecentes, como no episódio em que me pediu dinheiro emprestado em tom de ameaça. A percepção é compartilhada pela assistente social de que ela tem um nível menor de dependência se comparado ao do companheiro, mas que passa por situações de uso de drogas. Este seria um dos fortes motivos que fazia com que evitasse quebrar o ciclo da violência: mesmo com tantas brigas era uma forma de conseguir drogas mais facilmente.

José gastava todo o salário em droga e faltava comida para a mulher o filho. Pouco antes de morar com os pais Amanda definitivamente, Lucas havia emagrecido três quilos, segundo o que constava na ficha dela catalogada no Marieta da Luz. A dieta era baseada em pão variando apenas o recheio: ovo ou mortadela. As irmãs de José também não cultivavam uma boa relação com Amanda. Ela conta que certa vez elas deram ossos de galinha para eles comerem e, aos poucos, foi juntando toda a humilhação a qual vinha sendo submetida. Quando a fome apertava, ia para a casa dos pais, se alimentavam e retornavam para casa. É bem possível que ela pedisse dinheiro emprestado para os pais, dizendo que precisava comprar comida e aproveitava para ajudar na compra das drogas para os dois.

Nos nossos encontros, a biografada parecia estar relatando detalhes para um boletim de ocorrência, inclusive, pelo discurso adotado com relação à conduta esperada por uma mãe com relação ao seu filho: "nunca usei droga, nunca cheirei, nunca fumei maconha, nunca fumei crack, porque vai da consciência da pessoa, eu pensava muito no meu filho".

Durante o relacionamento, José pedia para que Amanda se prostituísse para que arrumassem dinheiro mais rápido para o casal. Ela não deixa claro se aceitava ou não a oferta, mas dá indícios de que cedía aos apelos uma vez que, em diversos pontos da conversa, faz a mesma reflexão: "como fui burra e me arrependo de todas as loucuras que eu fiz para agradar ele".

Nos momentos em que José acentuava o uso de entorpecentes, Amanda e Lucas apanhavam mais. Mas não era raro que a própria Amanda revidasse com socos ou que iniciasse uma briga partindo para a agressão física contra o marido. Diversas vezes, a criança teve ferimentos importantes, como um corte profundo na cabeça ao ser arremessado contra o berço. Certa feita, de tanto apanhar, Amanda fraturou o nariz.

ele me batia. Mas eu batia nele também, porque eu me defendia. O que um animal faz? O que uma mãe do mundo animal faz com o filho? Ela vai dar, não interessa se é pequeno ou grande, ela vai dar pra proteger o seu filho. Eu não ia apanhar quieta, tudo bem, eu sei me defender. E meu filho que não sabe se defender? Eu protegia ele, porque depois que a gente vira mãe, a gente quer só proteger a nossa cria, ninguém pode falar um ai do nosso filho que a gente já vira uma fera. Ainda mais bater, um pai

bater no filho, eu às vezes dou um peteleco na bunda dele e coisa, mas é pra ele aprender, porque eu prefiro mil vezes dá na bunda dele do que gritar. Que nem ele já passou por muitos gritos na vida dele, desde nenezinho, ele via eu e meu ex marido gritando, brigando com o outro, e coisa. E o que ele ia fazer? Se eu continuasse com o meu ex marido, ele ia se criar uma criança agressiva, uma criança revoltada. Ai meu pai e minha mãe gritavam, brigavam e eu vou fazer isso. Uma criança que não tinha como segurar, que nem aqui, eu brigo, eu dou uns tapa na bunda dele, meu pai e minha mãe ensina, eu também ensino, só que ele sabe que aqui nunca teve gritaria, nunca teve briga, pra ele ver e conviver com isso. Aqui ele vive no meio de amor, de carinho, de gente boa, de gente que gosta dele, que ama ele (AMANDA, p. 20, l. 12-26, 2016).

Cabe aqui uma reflexão sobre a vitimização da mulher. Amanda reconhece e a reconstrução da sua biografia vem mostrando o quanto ela, algumas vezes, sente prazer com a violência recebida. Ela, muitas vezes, provoca com violência a reação agressiva do marido ao iniciar as agressões. Segundo Gregori (1993), para algumas mulheres, "o prazer, a proteção ou o amparo se realizam desde que se ponha como vítima" (GREGORI, 1993, p.184). Walker (2009) tem uma outra leitura desta provocação, que consiste em antecipar a provocação para que não seja pega desprevenida em um episódio de violência. Ou seja, é uma forma de ter controle de quando a violência ocorrerá.

Conforme os meses se passavam e o envolvimento com as drogas ficava mais intenso, as agressões pioravam e o medo de que pudesse acontecer algo a ela e ao filho aumentava. Assumindo totalmente o controle da vida de Amanda, o companheiro não deixava que trabalhasse. Isto está no discurso da biografada, porém, no decorrer da análise, fica claro que ela não buscava compartilhar do sustento da casa. Uma das passagens mais emblemáticas é aquela em que ele obriga que a mulher se prostitua. Fosse ele ciumento e impedisse o trabalho de Amanda, talvez não tivesse feito essa proposta.

Por último, tentava impedir que ela buscasse auxílio médico quando Lucas estava doente, como no episódio em que ele marcava 40 graus de febre, quando chegou em casa e descobriu que eles tinham ido à UPA para consultar, apanharam os dois, mãe e filho. O menino foi diagnosticado com anemia e infecção respiratória. Se negou a comprar os remédios e ela conseguiu dinheiro emprestado com os pais.

ele era muito explosivo, os problemas dele do serviço ele trazia tudo pra dentro de casa, ele jogava no sábado, ele saía às 16 horas pro jogo e chegava às 3 horas da manhã em casa, bêbado, me xingando, me batendo e teve várias vezes que eu separei dele, mas eu separava e voltava, separava e voltava. Daí teve um dia, na quarta pra quinta e a gente tava deitado e ele tinha usado droga, ele chegô em mim e disse assim: - um dia tu pode me pegar de cornos virados e eu posso chegar e eu posso matar e se a outra tirou meu filho, tu não vai tirar meu filho de mim (AMANDA, p. 1, l. 26-33).

Este diálogo foi um divisor de águas na vida de Amanda, que decidiu pôr um fim na relação. No dia seguinte, quando acordou sentiu um forte cheiro de gás e abriu portas e janelas. Os vizinhos se aproximaram para saber de onde vinha aquele odor. Ela acredita que ele tenha armado a situação para colocar fogo na casa.

Nesta altura da relação já eram públicas as brigas e as ameaças entre os dois. Os vizinhos sabiam da violência que ocorria ali e ameaçavam denunciar para o conselho tutelar em função dos maus-tratos a Lucas

Temendo perder a guarda do filho, ligou para a mãe e contou dos planos de se separar. A preocupação era saber se saísse de casa isso configuraria abandono de lar. A mulher trocou uma ideia com um amigo policial que garantiu que se ela estava sofrendo abusos e ameaças não correria este risco. Horas depois o namorado da irmã dela foi buscar Amanda e o filho em casa e juntos foram até uma delegacia registrar um boletim de ocorrência, solicitando medida protetiva de urgência determinando o afastamento de José da vítima e do filho.

E eu sabia que se eu ficasse com ele, ou eu ia pro mundo das drogas ou a gente ia perder nosso filho pro conselho ou ele ia acabar me matando e matando o nenê, por isso que eu tomei uma decisão rápida na minha vida que rápida e certa que eu nunca mais vou voltar pra ele, porque eu não quero perder o meu filho, eu não quero me perder nas drogas, que eu sei que é difícil de sair, porque ele fuma maconha e usa droga desde os 9 anos de idade (AMANDA, p. 15, l. 29-34, 2016).

Assim que ficou sabendo da fuga, ligou para ameaçar Amanda novamente. Mais uma vez foram até a delegacia para registrar novo boletim de ocorrência avisando do descumprimento da medida protetiva. Semanas depois, ocorreu a audiência na Vara da Violência Doméstica e José chorava perante à juíza pedindo perdão a Amanda e dizendo que não teve a intenção de ofendê-la ou machucá-la. A jovem optou por retirar a queixa ao saber que aquele processo poderia resultar no afastamento ou uma dificuldade maior para que José pudesse ver o filho.

Porém, é possível que ela tenha tomado a atitude de facilitar o acesso do pai à criança, temendo pela própria vida, pois teme que ele cumprisse com o prometido de matá-la, caso afastasse a criança dela. Ao mesmo tempo, enxerga na criança uma possibilidade de ter ele sempre por perto, alimentando o desejo de retomar a relação no futuro.

Ao contrastar a vida vivenciada com a vida narrada, há muitos indícios de que ela alimenta sozinha a ilusão de que José quer estar perto do filho, uma vez que até hoje ele duvida ser mesmo o pai do menino. No mesmo dia em que teve a audiência em que ele chorou

implorando o perdão da menina, solicitou à juíza que Amanda fizesse o exame de DNA para tirar a dúvida.

Amanda se esforça para criar uma história de amor entre pai e filho. No fundo, é o que deseja que aconteça. Ama José, gostaria de conviver com ele sem que isso representasse risco para o filho.

Essa desconfiança de paternidade tornou a infância da criança ainda mais negligenciada.

Quando eu falava, olha lá o papai, ele jogava piadinha – Onde? Onde? Onde? Também quero saber. Sabe? Era cheio de piadinha. Daí ele falava pro nenê, tua mãe acha que me engana, ficou comigo grávida já e quer jogar o filho pra cima de mim. Sabe?! Piadinhas assim, de dia-dia, cadê teu pai, vamo procurar teu pai, falava pra ele. Piadinha de mau gosto (AMANDA, p. 13, l. 17-21, 2016).

Essa dificuldade em assumir a paternidade do filho é algo que data de bem mais de cinco séculos atrás (THURLER, 2009).

Apesar de ter desistido de representar criminalmente contra José, ela segue com o processo para o pagamento da pensão. Ela adota um discurso de altruísmo, dizendo que não foi pelo dinheiro em si que ela processou o companheiro, mas para que o menino cresça tendo uma boa imagem do pai, de alguém que ajudou a mãe dele comprando leite, roupas e fralda durante a infância.

Essa dificuldade de romper de vez com a relação é regada a diversos motivos, que variam para cada mulher. Uma das grandes questões está ligada a fatores culturais, levando em consideração que os grupos familiares sem pai e marido, chefiados por mulheres, “sejam considerados ‘desestruturados’, com a conclusão de que seriam esses grupos domésticos os responsáveis pelos problemas que levam meninos e meninas às ruas, à delinquência, ao uso de drogas e à prostituição” (TAKIUTI, 1997). Ou seja, aqui reina aquele pensamento de que é melhor ter um pai que zele pela educação com sua autoridade, mesmo que seja violento, do que encerrar a relação de abuso.

O que Amanda vivia com o marido em casa era de conhecimento de todos, dos vizinhos, dos familiares, dos pais e dos amigos. Na página 24 da entrevista ela revela que a própria mãe havia traçado uma estratégia para lidar com o marido quando ele chegasse agressivo em casa:

e não é que eu era debochada, que a minha mãe me ensinou uma coisa, depois que eu comecei a apanhar, depois que ele chegasse bêbado ou explosivo em casa, olha pra ele e pergunta como ele tá e se ele falar contigo tu fala aham, uhum. Só que ele pensava que eu tava debochando dele, mas eu não tava debochando dele, eu só tava ficando quieta, eu ainda não respondia pra gente não brigar, e ele chegava em mim e me falava as coisas e eu – aham, uhum (AMANDA, p. 20, l. 44-49, 2016).

Na família de Amanda, com todo o histórico de violência sofrido pelas mulheres da família, esses conflitos conjugais eram naturalizados. Todas as vezes em que as agressões mais intensas ocorriam ia se proteger na casa dos pais. Algumas das vezes em que levava o marido à casa dos pais, não tardava a haver algum incidente de violência. O último episódio ocorreu no Dia das Mães anterior à separação. Após estar completamente embriagado de Vodka, iniciou uma crise de ciúmes ao ver Amanda conversando com um primo. Os dois começaram a discutir e outros parentes foram intervir. José começou a quebrar tudo o que via pela frente e foi até a cozinha pegar uma faca. O pai de Amanda jogou José no chão para evitar que uma tragédia maior pudesse acontecer.

Arrancou o carro da garagem dos sogros e bateu na sogra, que desmaiou. Os parentes chamaram a polícia e José desacatou os agentes, sendo detido e, depois solto, ao pagar a fiança. “Até hoje ele acha que o pai queria machucar ele, mas ele só queria acalmar, senão a coisa ia ficar ainda mais feia”, disse Amanda durante a entrevista.

Reflexões como esta são frequentes na reconstrução da biografia de Amanda. Ela tem consciência de que o comportamento de José não é correto, reconhece a violência, mas parece que tenta sempre poupá-lo, quase como se acreditasse que tudo o que ele fazia não era em sua consciência. Foi assim também que decidiu retirar todas as acusações contra o ex-marido: “Não queria tá prejudicando ele, queria que tudo fosse mais fácil, não precisasse ficar envolvendo a polícia, juiz, fórum, nada disso, nada (AMANDA, p. 24, l. 12-13, 2016)”.

Ao percorrer os passos da análise fica bastante evidente que o problema no relacionamento não era a agressão em si, nem a ela nem ao filho. A grande questão era a falta de demonstração de amor e carinho para com eles. Tanto que ela nem transparecia raiva pelas coisas que fez, mas sim pela incapacidade de mudar o comportamento. Outro grande problema que emerge do contraste entre a vida vivida e a vida narrada é o temor de perder a guarda do filho, pois os vizinhos já ameaçavam denunciá-los.

Ou seja, possivelmente não tenha sido o medo dos resultados das agressões em si ou, pelo menos não só isso, que a afastou de casa, mas o temor de que tirassem dela a guarda do filho. E é exatamente isso que a mantém forte para não reatar o relacionamento.

4.3.5 A presença do filho na relação conjugal conturbada

Amanda vivenciou o típico ciclo da violência, onde o agressor agrada e promete que vai mudar, e quando vem a calmaria logo recomeçam as surras. Desta forma, foram inúmeras idas e vindas no relacionamento, mas agora era a primeira vez que tornava o relacionamento abusivo motivo de boletim de ocorrência. Preocupada em dar uma boa infância para o filho, se encoraja a mudar de vida.

E quem não tava mais aguentando era o nenê, quando a gente veio embora a última vez, ele começou a fazer sinais de luta, porque eu e meu marido brigava. E eu sabia que se eu não me separasse, ele não ia ter uma infância boa, não ia poder se lembrar de uma infância boa. Só de uma infância com briga, com palavrão, com consumo de droga em casa, com bebida alcoólica do lado. Eu, sinceramente, tô bem mais feliz aqui, porque aqui eu sei que eu tô com gente boa, gente que só que meu bem, gente que cuida de mim, gente que cuida do meu filho. Se eu precisar sair hoje pra ir num lugar, tem gente que fica com ele, entende? Eu não queria que ele tivesse uma imagem ruim de mim, ruim do pai dele, tipo “ai minha mãe não me dava atenção, bah meu pai usava droga, meu pai fumava, batia na minha mãe, minha mãe batia no meu pai” sabe? (AMANDA, p. 3, l. 16-25, 2016).

Ainda assim, mesmo com este discurso, decidiu retirar a queixa contra o ex-marido. É bem possível que tenha feito isso temendo a rechaça que pudesse vir dele caso tivesse levado adiante o processo. Ela também gostaria de evitar um distanciamento do pai e do filho, mas ao mesmo tempo teme pela integridade física de Lucas estando com José, como mencionado na seção anterior. Todas estas contradições fazem parte do universo em que está inserida.

Larrauri (2008) tenta explicar os motivos pelos quais as mulheres vítimas de violência doméstica retiram suas queixas. Dentre eles, principal razão, segundo ela, é a dependência econômica e, em segundo lugar, o medo de represálias. Há ainda outros motivos como escassas possibilidades de participação nas decisões envolvendo a denúncia até por falta de conhecimento e os filhos com o companheiro agressor também podem orientar suas decisões de acordo com o papel de mãe. No caso de Amanda, parece haver uma mescla entre o segundo e o último motivo, já que teme as atitudes de José diante das ameaças já feitas e também gostaria que o filho tivesse uma aproximação maior com o pai. Mas ao que parece pela confirmação de hipóteses ao percorrer os passos da análise é que ela ainda possui uma ligação emocional bastante forte com José, apesar do discurso de que não volta jamais para ele. Desde a separação, que datava de três meses no nosso último encontro, José não havia procurado o filho ainda.

eu tenho muito medo dele pegar o Lucas e sumir, ou pegar o Lucas e fazer maldade, beber, se drogar, e deus me livre e guarde, pegar o guri e ferir o guri, matar o guri, ou deus me livre o guri ficar doente por ta longe de mim e não, e deus me livre vir a morrer ou ter um treco no guri. Porque tu viu, ele não fica longe de mim, ele tá toda

hora vindo atrás de mim, vendo se eu to bem e coisa, sabe?! (AMANDA, p. 16, l. 47-51, 2016).

Apesar de saber que o menino vivencia riscos reais na proximidade com o pai, ela é bastante confusa com relação a isto. Amanda entende, mesmo que de forma latente, que é a combinação dos dois que coloca o filho em risco e por isso decide se afastar do ex-companheiro.

Mesmo tendo crescido rodeada de exemplos de mulheres da família que sofriam abuso, como a avó, a primeira vez que Amanda se deu conta de que vivenciava uma violência em ciclos²⁷ foi depois de conversar com Andréia, assistente social do Marieta da Luz. Ela percebeu que o processo se repetia também com outras mulheres e que aquilo era chamado de um padrão de comportamento bastante usual em um relacionamento abusivo. Amanda foi a primeira da família a buscar ajuda formal da polícia e de um centro de violência doméstica para romper com este ciclo. Possivelmente, tenha sido o medo de perder a guarda do filho que tenha dado a ela o impulso e, ao tomar conhecimento de seus direitos, tenha ficado mais fortalecida para evitar, como acontecia nos episódios de afastamento do ex-companheiro, realizados anteriormente, reatar com José e dar início a mais um ciclo de violência: “Se tu não voltar eu vou tirar o filho de ti. Como ele sabia que eu era muito apegada ao nenê e acreditava que ele poderia mesmo tirar o nenê de mim, eu voltava” (AMANDA, p. 21, l. 14-15, 2016).

Este era o discurso empregado por José para manipular Amanda, colocando o filho no centro das brigas, como vimos nos outros casos com os quais tivemos contato na tese e que é também confirmado por meio da literatura disponível sobre o tema.

Um manual publicado pela instituição britânica *Womensaid*, em 2017, intitulado *Child First: A Call to Action One Year On* (Crianças em primeiro lugar: uma chamada para a ação em um ano), mostrou que o convívio das crianças no lar com os perpetradores é o que mais angustia as vítimas. Com frequência, após os acordos judiciais da família, passam por novos traumas e podem ser submetidos a contatos inseguros com os pais, o que pode lhes custar a vida. Neste fogo cruzado, crianças pequenas e bebês podem também ser feridos em um episódio violento. Eles podem acidentalmente ser atingidos, empurrados durante um ataque, ou a mãe pode segurá-los para sua própria segurança e acabarem machucados (JAFFE, 1990). Mas além dos efeitos físicos, a exposição a este tipo de violência, antes e depois da separação, tem impacto negativo nas crianças, pois viver em um lar inseguro faz com que vivenciem situações de medo,

²⁷ Walker divide este ciclo em três fases: a construção da tensão, o incidente agudo de agressão e, por último, a calma e a trégua amorosa (WALKER, 2009). Falamos detalhadamente sobre o assunto no capítulo 1 desta tese.

ansiedade e tristeza (MERÁZ; BERNAL 2018). São sintomas persistentes e patológicos que repercutem de forma prática e subjetiva (HESTER; RADFORD, 1996).

E foi dentro deste cenário que Lucas conviveu durante seus primeiros anos de vida. Após uma agressão mais grave ou mesmo depois de ser expulsa da própria casa, voltava a buscar abrigo com os pais. Muitas vezes, ela e o filho machucados.

Esta situação também chama a atenção para uma prática usual de não se intrometer nos relacionamentos intrafamiliares, pois todos percebiam e conheciam os maus tratos aos quais submetia a ela e ao filho. Mas Amanda sabia que o relacionamento com o marido estava passando dos limites.

eu sabia que se eu ficasse mais um mês lá, eu ia perder o meu filho pro conselho. O conselho já tava rodeando a gente, por vizinhos, porque ele gritava com o nenê, ele xingava o nenê, ele brigava com o nenê de noite. As pessoas ao redor sabia que a gente passava fome (AMANDA, p. 22, l. 6-8, 2016).

Amanda assistia às surras que o filho de menos de três anos era submetido e diz que tinha que acompanhar quieta "senão sobrava pra mim também". Ela adota a palmada como forma de educar o menino e avalia com a firmeza necessária para transformá-lo em "homem de bem", completando que faz isso para o bem dele e não porque é uma mãe má.

Ela justifica que a forma como foi criada, apanhando dos pais quando fazia "as coisas erradas" foi o jeito que eles encontraram de demonstrar amor e preocupação e, por isso, repetia com Lucas.

Em diversas passagens da entrevista fica evidente a forma como o menino era negligenciado pelo pai e pela mãe. A criança era vítima de maus tratos extremos. Durante a noite, quando ele chegava em casa depois do trabalho, Lucas queria brincar e ele estava cansado. A prática era bater na criança para ensiná-la a dormir.

O envolvimento das crianças com a violência ocorre de várias maneiras: elas podem presenciar, vendo o pai ou o companheiro da mãe ameaçando ou batendo nela, pode ainda escutar acidentalmente de outra parte da casa, como o quarto, apenas sentir o comportamento da mãe, como resultado da violência sofrida, machucados, danos emocionais. Menos comumente, podem ser expostas a casos isolados de violência, e, muitas vezes, elas podem presenciar esses atos ao longo de sua infância inteira (JAFFE, 1990, p. 17-18). Muitos pais minimizam ou negam a presença da criança durante o incidente de violência doméstica, dizendo que estavam dormindo ou brincando na rua, mas quando as crianças são entrevistadas, quase

todas podem descrever detalhadamente a violência que o pai e a mãe disseram que eles nunca testemunharam (JAFFE, 1990).

No caso de Lucas, ele era agredido junto com a mãe. Aliás, foi a existência da criança que, ao mesmo tempo que a colocou na relação violenta. Amanda começou a viver com José em decorrência da gravidez, mas também foi Lucas fez enxergar que poderia ter uma nova chance e romper com o relacionamento que levava.

Em diversos momentos ela elenca todos os riscos aos quais Lucas estava exposto, como um ataque mais violento do pai, uma tentativa de assassinato, o uso de drogas do pai e da mãe e a negligência total.

O Lucas via me da carinho, vinha nos separa, vinha chora pra separa nossa, pra separa nois dois, o que acontece? Se eu não tivesse me separado, o Lucas ia se cria, ia ser criado no meio duma, de um ambiente com briga, ele já tava fazendo sinais de luta, de tipo PA PA e coisa, daí a gente perguntava o que que a mãe dele e o pai dele fazia, e ele gritava, ele ba, ele fazia sinais de briga e coisarada, ele ia sê criado num ambiente de droga, num ambiente de droga, num ambiente de briga, ele ia se cria, ele ia se criar, ele ia se criar uma criança revoltada com o mundo, ele ia se criar, ele ia se criar uma criança revoltada com o mundo, revoltada com todos, ele já tava com sinais de, ele tava com, quando ele tava com o José, via uma garrafa de cerveja, ele queria toma a cerveja ou toma vodka ou alguma coisa assim, pelo fato de ver o pai dele bebendo, quando o pai dele fumava ou coisava, ele ja vinha com as mãozinha pro José, pro José dá o cigarro ou alguma coisa pra ele, coisa assim. Quando eu e o José brigava, quando ele começava a me xingá ou eu começava a xingá o José, ele me abraçava, abraçava o Nestor, ou ele fazia alguma coisa pra chamá nossa atenção. Na tipo de se jogá no chão ou brincá ou ri, ou alguma coisa assim pra chamá nossa atenção pra gente não brigá, sabe?! Ele se, se eu não tivesse me separado, ele ia sê criado uma ele ia sê criado uma criança revoltada com o mundo assim, revoltada com o mundo, com todos, com, sabe?! Ele ia se uma criança muito, ah hoje em dia, hoje em dia ele tá melhorzinho, mais quando ele veio pra cá ele era sinais de luta, era sinais de como o José fumava maconha, era tudo, tudo tudo. (AMANDA, p. 34, l. 48-50 e p. 35, l. 1-15).

Desde a separação, o menino engordou, passou a sorrir e brincar mais. Segundo Sousa (2013), ao conviver com estas agressões, o mundo destas crianças torna-se confuso, assustador e pouco seguro. As pessoas que deveriam ser figuras de referência são as que acabam gerando insegurança, infelicidade e instabilidade (SOUSA, 2013). Prevalece, nestes casos, o aprendizado de modelos que se embasam em abuso de poder e desigualdade e que podem ser repetidos por eles na idade adulta com violência (SOUSA, 2013; HESTER; RADFORD, 1996; MERÁZ; BERNAL, 2018). Jaffe (1990) concorda com seus colegas e complementa: no caso das meninas "podem aprender que a vitimização é inevitável e ninguém pode ajudá-la a mudar o padrão" (JAFFE, 1990, p. 44). Essas crianças também tendem a ser mais agressivas, sofrem mais de problemas temperamentais, apresentam mais casos de depressão, possuem menos

empatia e desenvolvem baixas cognições verbais em comparação com aquelas que não são submetidas a estas situações no seu cotidiano (PELED et al, 1994, p. 4-5).

Sousa (2013) lembra que, na primeira infância e idade escolar, as crianças demonstram menor capacidade para organizar os sentimentos e avaliar o mundo ao seu redor. Nesta etapa do desenvolvimento, os estímulos dos pais são fundamentais para que entendam os acontecimentos e é justamente esta necessidade é o que os torna vulneráveis quando expostos a cenas de violência entre seus pais ou cuidadores. As crianças que presenciam agressões dentro de casa têm a sua segurança, saúde, educação e desenvolvimento sob risco (SOUSA, 2013), pois sabemos que há uma forte relação entre a segurança da mãe e o bem-estar da criança (HESTER, RADFORD, 1996).

Contudo, os profissionais e agentes que trabalham com o tema tendem a ver as experiências de abuso da mãe como algo separado do impacto da violência no bem-estar das crianças (idem). E, assim, como não são consideradas vítimas diretas dessas agressões, estas crianças praticamente não recebem ofertas de acesso a atendimentos especializados que possam contornar os malefícios de se viver em um lar tumultuado, como serviço social ou de psicologia. Elas apresentam a tendência de crescer com a sensação de responsabilidade de proteger sua mãe e seus irmãos mais novos das agressões (SOUSA, 2013), o que gera uma imensa frustração (MERAZ; BERNAL, 2018). Nesta busca pela sobrevivência delas próprias e das suas mães, desenvolvem complexas estratégias, que incluem planos para "proteger a mãe, assumir culpas para minimizar a violência e ainda escolher ficar com o pai após a separação" (HESTER; RADFORD, 1996, p. 9) e não é raro fantasiarem que estão "matando o agressor e planejando a revanche" (idem, p. 59).

Todo este impacto na forma como a criança conseguirá entender suas experiências e expressar seu estresse e ansiedade tem a ver com a idade dela (HESTER et al, 2000). Na idade pré-escolar é comum apresentarem asma, dor de estômago, dor de cabeça e dificuldade para dormir. Quando maiores, já começam a apresentar falta de atenção e baixa performance nos estudos (idem). Jaffe (1990) acrescenta que gênero, estágio de desenvolvimento e papel familiar também interferem na forma como lidam com a questão. Muitos outros fatores também exercem um papel importante, como o prolongamento e a frequência desta violência, repetidas separações e mudanças e desvantagem social e econômica (JAFFE, 1990, p. 44).

4.3.6 Carência afetiva

Amanda demonstra ser carente. Mesmo no breve contato em que tivemos, forçava para que parecêssemos amigas até o ponto em que me mandava mensagens durante a madrugada

para desabafar e me pediu dinheiro emprestado. Já íamos para o nosso terceiro encontro e estava nítido que ela arrumava formas de prolongar nossa conversa para ter com quem desabafar.

A forma como nosso relacionamento se desenrolava já não era mais saudável. A maneira como ela me pediu dinheiro não soou de forma positiva e, após discutir a situação com meu orientador, decidimos que era hora de encerrarmos o contato.

Quando nos conhecemos, fazia três semanas que estava separada do agressor e comemorava o novo namorado. Era a primeira vez que se relacionava oficialmente com outra pessoa depois de José. Aliás, antes que eu pudesse fazer a pergunta inicial da entrevista, ela saiu contando que estava de namorado novo.

Ontem ele teve aqui, (a gente se conheceu pelo face), ele veio aqui, esse guri, eu pensei que ele não ia interagir com ele. Guria do céu, ele beijou, brincou, abraçou, chamou ele de titio, agora tá numa folia que só ele. Querido comigo, com a minha família, me aceitou do jeito que eu sou, sabe?! Muito querido, meu deus do céu (AMANDA, p. 2, l. 2-5, 2016).

No relato acima, comemora ter encontrado alguém que "aceitou do jeito que eu sou". A frase, somada a outros trechos da entrevista, revela uma personalidade abalada pela baixa autoestima. Ela se esforça para parecer uma pessoa de bom coração, que sempre quis o bem da família, mas que nunca foi valorizada por isto. Por outro lado, pedia dinheiro para a família a fim de sustentar o vício do marido, fugiu de casa e desacatava a mãe em diversas situações.

Me arrependo de ter feito várias coisas porque várias vezes eu magoei eles, até hoje meu pai e minha mãe são magoados comigo por umas coisas que eu fiz, por algumas escolhas erradas que eu tomei (...). Eu já fiz muita coisa errada nesse sentido, já abandonei minha família pra ficar com ele, já abri mão de várias coisas pra ficar com ele, tudo não valeu a pena. Hoje eu digo, não vale a pena largar a família que tá sempre com a gente, que nem pai e mãe tá sempre com a gente, por mais que a gente faz burrada, por mais que a gente faça coisa errada, eles tão sempre com a gente. Eu sei pela minha mãe, por tanta coisa que eu fiz pra ela, tanta coisa que eu magoei ela, ela tá sempre comigo. Ela e meu pai tão sempre comigo. Nunca me abandonaram, nunca me deixaram falta comida, leite, fralda pro meu nenê. É difícil pra mim falar, porque eu sei que um dia eu vou pagar por tudo que eu fiz por eles de ruim. Se eu pudesse voltar no tempo, eu voltava e não fazia a metade das burradas que eu fiz (AMANDA, p. 3, l. 11-34, 2016).

Hoje, morando com os pais, diz que sonha em apagar a mágoa que os pais têm dela. Amanda diz que não estava aberta a novos relacionamentos, mas que foi fisgada pelo aparente interesse do pretendente pelo filho e pela alegria do menino na presença do novo namorado. Amanda abusa dos clichês envolvendo a maternidade para se afirmar como alguém "de família", como várias vezes menciona na entrevista. "Não importa o que a pessoa sente por

mim, mas se ela sente alguma coisa pelo nenê, se ela cuida do nenê e se é uma pessoa presente na vida do nenê” (AMANDA, p. 2, l. 37-38).

Reforça o quanto está feliz em ter se desvencilhado da antiga relação e sustenta, no último encontro, que depois de três meses separada do agressor estava na hora de procurar um emprego para poder sustentar o filho. Relatos como o descrito abaixo exemplificam o uso da maternidade a seu favor.

eu choro quando, eu choro quando ele não tá em casa, quando ele não tá em casa, quando ele não tá acordado, quando ele tá dormindo. Dai eu choro, eu fico triste, eu, eu, eu, como é que é, eu fico, eu fico na minha e coisa. Só que às vezes eu choro, mesmo eu não fazendo barulho, ele sente, e mesmo ele chorando, mesmo eu chorando e ele não vendo, mesmo eu chorando baixinho, ele sente, ele me abraça, ele me beija, ele dorme agarrado comigo quando eu to triste, ele, ele fala “mamãe”, ele dá um jeito de me animá, de me fazê eu ri, de me fazê eu fazê mamá pra ele, de me fazê, não deixa eu quieta, se eu tiver triste, ele não me deixa quieta. Ele fica, até as veiz ele tá dormindo e eu to chorando e do nada ele dormindo, ele me abraça, me chama de “mamãe” e coisarada, ele mesmo dormindo, ele sente que eu to triste. Ele me abraça, ele me beija, ele faz, ele ri só, ele ri dormindo, quando eu to triste pra mim vê que ele tá, que ele tá rindo, daí eu não consigo, daí eu me desmancho. Dai eu começo a ri com ele, começo a, começo a, deu, para a minha tristeza, dai eu paro a minha tristeza, dai é só, por isso que eu disse “Filho muda a da pessoa, muda a vida, muda a vida da pessoa, totalmente”. Se eu não tivesse ele, acho que eu já tinha, já tinha feito bastante escolhas, escolhas erradas na minha vida. Bastante decisões erradas na minha vida. Podia ser que se eu nao tivesse ele, eu não taria aqui hoje contando essas coisa pra ti. Pelas coisa que eu passei, eu podia te me prostituido ou podia te usado droga, ou podia te sido presa com esse meu ex marido, por alguma burrada nossa, por alguma coisa assim (AMANDA, p. 36, l. 2-19, 2016).

Mesmo depois de tudo o que passou com José, o desejo dela era de que fossem amigos. No fundo, ela gostaria muito que tivesse dado certo, o que torna bastante provável que reate o relacionamento. A vontade de ser amiga de José, segundo ela, é para que Lucas possa crescer com os pais se dando bem, sem ter ódio de José por ter abandonado os dois. O comportamento de Amanda encontra explicação na literatura de Pasinato (2015):

aspectos como afetividade e dependência emocional devem ser considerados pela importância que adquirem para o processo de tomada de decisões que essa mulher deverá enfrentar até que consiga encontrar as soluções mais adequadas para sua situação (PASINATO, 2015, p. 540).

Na semana do nosso último encontro, no dia combinado de pagar a pensão para o menino, ele foi até a casa de Amanda, não levou o dinheiro e tentou reatar. Tentou tocá-la e beijá-la, mas ela foi firme dizendo que estava com o namorado e que a única coisa que faltava resolver era o pagamento da pensão para o filho.

Esta parte da procura de José é sempre bastante confusa, pois ela diz que não procura e em outros momentos diz que vive mandando mensagem para voltar, que arrumou uma casa para morar com ela e o bebê.

Para se manter fortalecida, frequenta o centro Marieta da Luz, que semanalmente, reforça com ela todo o ciclo de violência ao qual era submetida. Vem retomando aos poucos a vaidade, comprando roupa nova, cuidando das unhas, fazendo maquiagens. Quando morava com o ex-marido chegou a ficar mais de mês sem lavar os cabelos, pois ele se negava a comprar xampu. Ao percorrer todos os passos da análise fica nítido que este movimento, de forma latente, é uma maneira de chamar a atenção dos pais e ter para si o carinho que sempre foi direcionado para a irmã.

Na busca por afeto e atenção encontrou no filho o que precisava. Mesmo tão pequeno é capaz de despertar em Amanda outras possibilidades de vida e, por ele, pensando nele, é que desiste. Pouco antes de encerrar a tese, pelas redes sociais fico sabendo que não reatou com José e que tem um namorado novo, que não é a mesma pessoa da época em que nos conhecemos.

4.4 GERANDO TEORIA A PARTIR DO EMPÍRICO

Terminada a reconstrução das duas biografias chegamos à gênese de cada uma delas, ou seja, após percorrermos os passos da análise conseguimos alcançar nosso objetivo principal: compreender a forma como as mães interpretam seus filhos em suas relações conjugais violentas. Fazemos isto após percorrermos todos os passos da análise, conforme apresentados no capítulo 3. É justamente esta interpretação que oferece a base para que os Tipos se organizem para a ação. Com base na teoria interpretativa de Schütz (2018), buscamos compreender as estruturas da ação para acessar o sentido subjetivo do agir.

Assim, as biografias apresentadas aqui, ao final da sua reconstrução, nos ajudam a pensar em dois Tipos distintos, duas maneiras de interpretação em relação aos filhos. Essa discussão ocupará o capítulo seguinte.

E para auxiliar na explicação das regras que baseiam a ação dos dois tipos, recorro ainda ao resultado de entrevistas abertas que compõem os protocolos de observação também analisados nesta tese. Reitero que o esquema de análise deste trabalho só foi possível de ser escolhido após a imersão no campo, seguindo os princípios da *Grounded Theory*, que implica em gerar hipóteses e teorias a partir do material empírico, segundo Barney Glaser e Anselm Strauss, cujo foco da pesquisa não está na verificação, mas na geração de teorias

(ROSENTHAL, 2014b, p. 33). Não se trata, no entanto, de negar o valor da verificação das hipóteses e teorias, mas de gerá-las e verificá-las simultaneamente.

A exposição das minhas movimentações no campo de pesquisa e a forma como me foi dado acesso a ele está baseada nesta abertura e vem ao encontro da Grounded Theory, de Glaser e Strauss (2006), que tem a lógica cíclica da pesquisa, de gerar dados em campo, sair dele e voltar a ele a fim de gerar mais dados e assim por diante.

Essa mobilidade no terreno a ser investigado, em que tudo pode e deve ser mutável, inclusive, os instrumentos de análise é justamente o princípio da abertura de uma pesquisa interpretativa. Ou seja, meu objetivo inicial era fazer do campo uma ponte para as minhas entrevistas biográficas, mas o que o ambiente da pesquisa mostrou foi que poucas das pessoas as quais tive acesso aceitaram passar por uma entrevista biográfica, o que por, outro lado, abriu espaço para que eu pudesse enxergar um amplo e rico universo por meio das observações e também das entrevistas abertas.

A dificuldade de acessar as histórias por meio de narrativa biográfica me fez gerar hipóteses sobre o campo que também foram levadas em consideração no momento de gerar hipóteses sobre as biografias acessadas, como já mencionado anteriormente. Por que essas mães não viam problema em serem observadas durante seus atendimentos no centro de apoio, demonstravam gostar das nossas conversas informais, mas a maioria se esquivava dos encontros para a entrevista narrativa biográfica?

Talvez, ao explicar em que consistia o método, que poderia levar mais de um encontro e que falaríamos sobre todos os aspectos da vida delas que desejassem abordar, tenha assustado as candidatas. Pode ser também que, por termos nos conhecido em um ambiente institucional que as ajudava a buscar seus direitos, elas tenham tido dificuldade em separar a minha presença da instituição e não tenham conseguido confiar que o que falasse para mim não seria confidencial e poderia ser utilizado nos processos que estavam movendo contra seus maridos.

Muitas são as hipóteses, mas o importante foi não ter desistido do campo e ter conseguido incorporar os relatos daquelas que não apliquei o método de entrevista para tornar o cenário da pesquisa mais rico. Assim, na análise a seguir será possível ver como estas histórias conversam e contribuem para explicar os Tipos identificados como produto da análise biográfica.

5 ANÁLISE TIPOLOGICA: A INTERPRETAÇÃO DAS MÃES SOBRE A PRESENÇA DE SEUS FILHOS NO CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Após a apresentação das reconstruções biográficas, falaremos agora sobre os Tipos que elas representam, ou que servem de base para esta conclusão. Para tanto, utilizaremos o recurso de criação de Tipos para a análise do nosso objeto de pesquisa, amparados na Pesquisa Biográfica Interpretativa.

O principal objetivo aqui é compreender a forma como as mães interpretam seus filhos em suas relações conjugais violentas. Fazemos isto após percorrermos todos os passos da análise, conforme apresentados no capítulo 2, em busca da reconstrução da gênese do fenômeno, “seu processo de surgimento, de sua conservação e de sua modificação” (ROSENTHAL, 2014, p. 215). E é com base nesta interpretação que os Tipos se organizam para a ação. Ou seja, nossa tentativa é a de compreender as estruturas da ação e com isto o sentido subjetivo do agir (SCHÜTZ, 2018).

Conforme Rosenthal (2014b), um tipo abrange casos semelhantes, independente da frequência que ocorrem. Na Pesquisa Biográfica Interpretativa o que se busca é uma generalização teórica a partir do caso particular. Para chegar a esta teoria, calcada na *Grounded Theory*, Rosenthal mostra que é preciso reconstruir:

A partir do contexto geral da história de vida que é relatada, as vivências relevantes para o próprio entrevistado do ponto de vista biográfico, o modo com que ele interpretou e interpreta esta vivência e forma com que ele atribui à vida um nexo de sentido dando origem ao constructo que chamamos biografia ou história de vida (ROSENTHAL, 2014b, p. 220).

A ideia aqui não é buscar os fatores em comum entre trajetórias individuais, o que geraria a suposição de que elementos iguais originam totalidades também iguais. Pelo contrário, o objetivo é ter em mente que não há necessidade de correspondência entre componentes de duas totalidades para encaixá-los em um mesmo tipo. Assim, “a categorização de um caso com base em determinado tipo só é possível após uma análise reconstrutiva, uma vez que a estrutura não se deixa derivar a partir dos elementos, dos dados externos idênticos” (ROSENTHAL, 2014b, p. 92). Este é o fundamento de um dos passos da análise, quando são comparados os tipos, conforme veremos mais adiante.

A comparação entre os tipos não serve para traçar modelos, mas colocar em contraste casos estruturalmente diversos ou ainda semelhantes. Assim, é apenas ao final da reconstrução de cada caso isolado que se pode dizer que se tratam de representantes diferentes de um mesmo

tipo ou de tipos totalmente diverso. Foi por isso, então, que deixamos para este momento, depois de apresentarmos as duas reconstruções biográficas que balizam este trabalho, a apresentação dos tipos identificados.

Para facilitar a leitura das análises, batizamos os dois Tipos com nomes inspirados em deusas da mitologia, sendo as duas escolhidas com trajetórias ligadas à família. O Tipo 1 aqui será chamado de Tipo Héstia e o Tipo 2 foi batizado de Hera. Assim, no Tipo Héstia, o filho é interpretado como o responsável pela mãe ter sido submetida a uma relação violenta, e o Tipo Hera é aquele onde o filho é interpretado como a salvação da situação de violência.

É importante esclarecer que na abordagem tipológica não se busca determinar o real, apesar de estarmos baseados no real, conforme lembrou Menezes (2019):

No momento em que sugerimos a possibilidade de uma pessoa compor determinado tipo, essa informação terá apenas o papel de contribuir com a análise do paradigma interpretativo em relação ao objeto investigado, abarcando aspectos em comum, mas atentos às especificidades do indivíduo, sem pretensões de homogeneização (p. 109).

Na abordagem metodológica aplicada nesta tese, a frequência da ocorrência de um tipo é irrelevante, sendo assim, não há a necessidade de recorrer à maior quantidade possível de biografias. O que é determinante para a tipicidade são “as regras que o produzem e que organizam a multiplicidade de suas partes” (ROSENTHAL, 2017, p. 254). Reforçamos ainda que não se trata de tipificar trajetórias onde a soma de elementos iguais dá origem a tipos iguais, ou seja, “classificar um caso segundo determinado tipo só é possível depois de uma análise de caso reconstrutiva, uma vez que sua estrutura não se deduz de elementos iguais, tampouco de dados externos idênticos” (idem).

Desta forma, partimos das biografias analisadas, observamos contrastes e semelhanças e agrupamos os casos para fim de análise. Assim, o campo nos permitiu chegar a dois tipos, ou seja, duas formas de interpretar a presença dos filhos nos casos de violência doméstica, o que não significam que existam apenas estes dois tipos. Reitero que são os dois formatos identificados nesta pesquisa, mas outros tantos podem e devem se juntar a tal interpretação, porém estes outros não integrarão nossa análise, por ora.

Tal interpretação surge da gênese, ou seja, do processo de surgimento, de conservação e de modificação do fenômeno. Então, a explicação ou a compreensão dos fenômenos, na Pesquisa Biográfica, deve partir da reconstrução da gênese. Os termos “explicar” e “compreender” são entendidos no mesmo sentido atribuído por Max Weber, o qual diz que a tarefa do pesquisador consiste em, primeiramente, compreender o sentido subjetivamente

visado do agente e, depois, explicar seu agir e suas consequências interligadas ao agir alheio (ROSENTHAL, 2014, p. 183).

Fazemos isto tendo como base o contraste entre a história de vida vivenciada e a história de vida narrada para chegarmos às conclusões que serão apresentadas nas próximas páginas. Após a discussão englobando as biografias reconstruídas também traremos as experiências das mulheres que passaram pela entrevista aberta, bem como a percepção das agentes que compõem os atendimentos dos centros nos quais serviram de base para a pesquisa.

5.1 TIPO HÉSTIA: FILHO É INTERPRETADO COMO RESPONSÁVEL PELA MÃE ESTAR EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

A principal característica do Tipo Héstia é a responsabilização de terceiros em todas as esferas da vida. No caso de Terezinha, a biografia que representa este Tipo, toda a sua trajetória desde a infância pode ser interpretada como se alguém estivesse sempre contribuindo para que os infortúnios a atingissem. Cito aqui apenas alguns exemplos, que podem ser acessados de forma mais ampla no capítulo anterior onde apresento a reconstrução biográfica detalhada.

Foi devido às brigas com a mãe, que a acusava de ser libertina, que decidiu perder a virgindade com 14 anos para provar a ela que, de fato, poderia fazer jus à fama. Foi este comportamento sexual estimulado pela mãe que levou Terezinha a ter relações sexuais e engravidar.

Na vida narrada, que diz respeito ao que ela conta durante a entrevista, Terezinha trata a gravidez como uma emboscada e reforça o tempo todo o quanto era jovem demais para decidir ficar com o ex-marido. Segundo sua avaliação, o ex-marido teria percebido nela a chance de tornar refém uma jovem inexperiente e ingênua.

Estes são os únicos dados de transferência de culpa que aparecem no nível da auto-apresentação de Terezinha. Os seguintes, listados no próximo parágrafo, foram captados nas entrelinhas e viraram hipóteses que foram sendo confirmadas durante o processo de análise.

Nas entrelinhas do discurso, portanto, pode-se perceber que Terezinha culpa o pai dela por não ter evitado que se casasse. Quando casada, deixava de trabalhar e buscar conhecimento porque supostamente o marido não deixava. Verifica-se a hipótese de que se ressentia com as irmãs do ex-marido que, mesmo sabendo do comportamento violento do irmão, não contaram a ela o perigo corria, colaborando para que se envolve-se em uma relação arriscada.

E com relação à sua forma de agir em relação ao filho, que é nosso objetivo descobrir nesta pesquisa, se fossemos levar em consideração apenas a forma como ela apresenta a situação

na sua trajetória, poderíamos deduzir que ele é o centro da vida do casal, que ela deseja protegê-lo a qualquer custo e que por isto permanece na relação, como de fato chegou a mencionar no trecho abaixo:

se eu consegui criar o meu filho até 11, 12 anos ele já vai ter aprendido muita coisa porque é na infância que grava as coisa nas cabeças das pessoas, então eu vou tentar, meu filho vai ver eu apanhar a vida, a vida é a infância toda mas ele vai, eu vou ensinar ele a nunca bater numa mulher a ele ver que não se bate em mulher, a ele conhecer o meu sofrimento e no dia que ele for bater em alguém ele vai, ah mas a minha mãe sofria tanto, a minha mãe morreu, então eu tentei fazer isso e nunca contá nada em relação ao meu filho. (TEREZINHA, p. 8, 10-21, 2016).

De acordo com o trecho acima, ela permanecia na relação porque queria que o filho se tornasse um homem bom e que, no futuro, não repetisse as agressões do pai. Assim, justificava que era necessário ficar perto dele. Discutimos aqui a interpretação de Terezinha, de que o filho é visto como o responsável por ter colocado a mãe em situação de violência doméstica. Este é o conteúdo das entrelinhas do discurso de Terezinha, em contraste entre a vida vivenciada e a vida narrada, que vai se confirmando no decorrer da formulação de hipóteses, evidenciando que ela age baseada neste entendimento latente.

A mãe não enxerga aqui o filho como alguém que deve ser poupado, mas como alguém que deve servir de testemunha, além de moeda de troca na relação e um companheiro e confidente.

Este Tipo interpreta o filho como o motivo pelo qual sofre violência, assim como um escudo durante as brigas e como prevenção de futuras agressões. Aqui está a gênese deste tipo, aquilo que norteia toda a ação: se a mãe atribui responsabilidade ao filho por estar vivendo o seu martírio, as atitudes dela serão correspondentes a esta identificação. Ao percorrer a análise da biografia, existe a plausível hipótese de que envolvia Miguel nas cenas como forma de castigo e também de testemunha. O menino nunca era poupado das cenas de violência e a presença dele não parecia ser motivo de preocupação para o casal, como por exemplo, na situação abaixo:

uma noite ele chegou e falou hoje é o fim, tu tá achando que tá ruim né tu quer atenção, tu tá reclamando tá então hoje tu vai ter o que tu quer, então hoje deu, mandou me ajoelhar num quarto, era o meu, tinha outro quarto que tinha entrado pra ser o do Miguel tinha entrada pro nosso dentro sabe, tinha entrada de um pro outro, e ele mandou eu me ajoelhar ali, botou a arma na minha cabeça e apertou até chegar na bala que ele queria pra me matar, então cada estralo que dava, que não saía a bala, né, nossa, aquilo era um alívio né porque, ele falava, olha pro teu filho, te despeça dele e dê graças a deus enquanto não sai a bala porque é a última vez que tu vai ver ele, então cada estralo que ele dava eu olhava e fala, ai meu deus me tira daqui, né, e quando na verdade ele não ia fazer isso, ele só queria acabaaar com o meu psicológico pra depois vim e me bater,

é que nem um açougueiro, sabe, bate, bate a carne, ah tá boa pro bife, então vai, assim era ele, eu vou acabar com ela, quando o psicológico tiver BEM destruído aí eu começo bater nela e isso pode demorar o tempo que for porque ela vai ser minha escrava pelo resto da vida (TEREZINHA, p. 6, l. 31-44, 2016).

Assim, após a reconstrução da biografia de Terezinha foi possível compreender as regras que compõem a maneira que ela utiliza para lidar com a representação do filho em sua trama familiar. Até conhecer Altair, Terezinha lidava com as humilhações e implicâncias da mãe, sendo vítima de violência psicológica por parte dela. Ao engravidar, apesar de não amar Altair e não desejar se casar, decide fazer isso para agradar ao pai e fugir da mãe. Com uma trajetória de culpar terceiros pelos seus atos, coloca também a culpa no filho Miguel por ter a colocado em uma vida de violência. Ou seja, ela interpreta o filho como culpado por estar na relação já que se não tivesse engravidado não estaria com ele, e por ter o filho, não queria desfazer a família e a ideia de que estava bem perante à família nuclear. Então naquele universo praticamente de clausura em que vivia com os três, ela se esforçava para parecer ter sucesso no relacionamento. Isto fazia com que agisse para sempre incluir o filho nas agressões, fosse como testemunha, fosse como escudo, fosse como cúmplice.

Após conhecermos os detalhes da ação da biografia de Terezinha, conseguimos promover uma aproximação com a narrativa de outras mulheres que parecem fazer parte do mesmo tipo. Dentre as narrativas biográficas analisadas nesta pesquisa, Terezinha constitui o único exemplo do tipo Héstita. Mas nas entrevistas abertas, que ajudarão a exemplificar outras situações de violência encontramos indícios de que tratam-se do mesmo Tipo.

Ainda assim, baseado na análise dos protocolos de observação e também nas entrevistas abertas realizadas no decorrer do campo de pesquisa, é possível que alguns dos casos descritos se assemelhem no sentido subjetivamente visado da ação (SCHÜTZ, 2018). Para termos certeza, precisaríamos fazer a reconstrução sob pena de estarmos apenas comparando trajetórias. E estamos interessados é na motivação da ação.

Pensar em uma relação mãe-filho como algo que beira a perversidade causa um certo desconforto. Quero deixar claro novamente que este achado da reconstrução biográfica não significa que ela tenha feito isso de forma consciente e objetiva, mas foi a forma como interpretava o filho na sua relação de violência, de uma espécie de culpado por ter selado a união, era a motivação destas ações, de certa forma, punitivas.

Este é um dos motivos de ter tornado a análise desta biografia a mais demorada do presente estudo (foram dois anos de análise, indo e voltando para as hipóteses). Foi bastante difícil para a pesquisadora chegar à conclusão deste Tipo, apesar de ter tido contato com autores

que dessem conta desta “imaculação” da imagem maternal, que torna sua relação com o filho quase que divina. Esta dificuldade e desconforto foram levados em consideração na análise durante a formulação de hipóteses. Damergian (1986) consegue traduzir o que sentia até estar convencida do Tipo que se desenhava ao reconstruir a biografia de Terezinha:

Temos que suportar agora um arranhão mais forte em nosso narcisismo. Se, como vimos, temos dificuldades em aceitar que somos seres com pulsões agressivas, capazes, portanto, de praticar ações agressivas contra outros seres humanos, mais difícil ainda se faz aceitar o fato de que essa agressividade seja voltada contra a infância. Seres absolutamente indefesos, que se voltam para nós, adultos, em busca de proteção e amor podem ter como resposta o abandono, o ódio, a destruição (DAMERGIAN, 1986 p. 4).

Foi a primeira vez que deparei com o termo filicídio, uma característica da espécie humana que está ligada ao desenvolvimento sócio-cultural tão antiga e universal quanto a própria história da humanidade, segundo Damergian (1986). A mãe conta com uma capacidade biológica inata para gerar filhos, mas não necessariamente para desempenhar o papel de mãe, sendo que “a estruturação de sua capacidade maternal depende da aquisição de condições mentais que estão ligadas às influências psicológicas e sociais que ela, mãe, sofreu durante seu processo de desenvolvimento” (DAMERGIAN, 1986, p. 6). Isto depende, conforme o autor, das influências de identificação que desenvolveu com as figuras maternas e paternas com as quais teve contato.

Mas antes de citarmos as mães em questão, é importante delinear quais são os temas que se destacam na biografia de Terezinha: a dualidade que a maternidade carrega, a necessidade de se afirmar perante a sociedade como mãe de família e os recursos que a ajudaram na coragem de romper com o ciclo da violência, além, é claro, de culpar o filho por estar em uma relação violenta.

Aqui também cabe lembrar Gregori (1993) no que diz respeito à vítima. Terezinha age de forma relacional uma vez que se comporta como vítima passiva e indefesa diante do marido agressor e encarna o papel de algoz perante o filho, impondo o terror psicológico de presenciar as cenas de agressões.

Trago aqui o caso de Gisele, mulher de 36 anos, que frequentava o Centro Marieta da Luz, a qual me permitiu observar seus atendimentos realizados pelas técnicas da instituição, mas não aceitou conceder entrevista biográfica. Desta forma, nossas conversas informais foram registradas em meus protocolos de observação. A história dela parece se assemelhar à de Terezinha no que diz respeito ao seu entendimento com relação ao filho. Ela tem três filhos:

Romeu, de 10 anos, Paula, de seis, e Gabriela, de dois. Os mais velhos são fruto do primeiro casamento com o agressor. Após a separação, Gisele casou com Antônio, pai da caçula. Assim como Terezinha, as normas sociais que se esperam de uma mulher “tradicional” tentam ser cumpridas por ela. Faz questão de transparecer ser uma mãe zelosa e preocupada com os filhos, assim como preza pela casa limpa e arrumada. Ela é dona de casa e tem uma aparência cansada, a pele clara e os cabelos castanhos raspados.

Antônio e Gisele compartilham a guarda de Romeu e Paula e todas as vezes que o pai busca os filhos na casa da ex-mulher arruma uma forma de reativar o terror psicológico.

Separada há quase três anos do pai dos dois primeiros filhos, é referente a ele que Gisele é atendida no centro. Além da separação dos dois, ainda corre na Justiça o processo referente à medida protetiva dela contra ele. Na época em que estavam casados, foi alvo de muitas humilhações, agressões e ameaças. Hoje, Gisele vive com outro homem, pai de sua filha de dois anos. Mas enquanto ainda estava afastada do primeiro companheiro, para fazê-la voltar para casa, o pai fugiu com os dois filhos dentro do porta-malas do carro. Foram para o interior do Estado. Gisele descobriu e conseguiu que um oficial de justiça acompanhasse ela na retirada das crianças do pai. Aguardava em frente à casa a chegada do funcionário que a ajudaria na busca das crianças. A noite caía e ela sentiu vontade de ir ao banheiro e pediu a ele que a deixasse entrar. Foi estuprada pelo ex-marido. As crianças estavam junto. Segundo ela, não viram nada.

Desde então, o medo do ex-marido só aumentou. Teme pela sua vida e pela segurança dos filhos. O motivo da ida ao centro era a última conversa antes da primeira audiência, marcada para junho de 2017.

Diferente de Terezinha, Gisele ficou casada com o ex-marido durante dois anos até que engravidou de Romeu, o primogênito. As demonstrações de ciúmes e humilhações já eram presentes nesta época, mas se intensificaram depois que a criança nasceu. A atenção voltada para os cuidados da criança afastou o casal e o que parecia ciúmes no começo se transformou em agressão física. Os elementos contidos na análise sequencial do protocolo de observação dos atendimentos de Gisele e também da entrevista aberta realizada com ela permitem suspeitar de que ela tenha passado a interpretar, principalmente, o filho mais velho como motivo de sua trajetória penosa de violência que perdurava até os tempos da entrevista. Em um de nossos encontros, ela fez a seguinte análise: “Eu não consigo com o Romeu. O Romeu é a cada dele (do pai). Aí, nesses dias eu brigo muito com ele porque parece que é ele que tá ali dentro de casa e qualquer coisinha eu olho pro Romeu e me irrita porque ele é muito parecido com ele”.

A semelhança física, os problemas de comportamento que vem precisando lidar envolvendo Romeu somados aos encontros com o ex-marido em função da guarda compartilhada e às hipóteses de que o relacionamento com o atual companheiro fique estremecido por causa das investidas de Antônio colaboram na hipótese de que Gisele faça parte do mesmo tipo. É possível que ela aja com seus filhos mais velhos motivadas por esta interpretação de que são culpados. Nas cinco oportunidades em que pude observá-la interagindo com os três filhos se acentua a diferenciação que faz em termos de atenção e afeto entre os frutos do relacionamento anterior e do atual. Apesar de Gisele também parecer subjetivamente entender que os filhos sejam de uma certa forma culpados pela relação de violência que viveu, existe uma diferença na maneira de agir das duas mulheres. Terezinha não parecia demonstrar tão claramente para o filho a sua revolta, como Gisele que tinha restrições com o menino por ser idêntico fisicamente ao pai.

Outro caso, com uma trajetória completamente distinta das duas mulheres acima apresentadas e de um contexto social igualmente diferente parece fazer parte deste tipo que culpa o filho por estar em situação de violência. Trata-se de Joyce, 46 anos, que viveu uma história de violência por 14 anos com Bob. Ela está solteira há cinco anos, desde quando escapou de casa. À época o filho estava com 10 anos. A análise abaixo é oriunda do protocolo de observação realizado no Great Women, no Reino Unido, e traz uma riqueza de detalhes acerca da história de Joyce, a qual passou pela entrevista aberta. Ela estava presente em todos os encontros que participei e auxiliava a coordenadora Monica, praticando trabalho voluntário no centro de atendimento às vítimas de violência doméstica.

Levei um tempo até perceber que ela também havia sido vítima de abuso. Toda a vez que Joyce chegava, se o único lugar à mesa que sobrava era uma cadeira de costas para a porta, ela pedia para alguém trocar de lugar com ela. No começo, não estranhei. Afinal de contas, ela era monitora no grupo e auxiliava Monica com questões práticas, como preparar o material que seria debatido, juntar as ferramentas necessárias para as atividades e etc. Até que um dia, na quarta vez em que eu participava do encontro, pediu para trocar de lugar comigo. Aí, a Monica me explicou o motivo. Fiquei muito interessada em saber mais sobre ela. Desde que deixou a casa onde vivia com Bob, ela desconhece seu paradeiro. Há anos que não mantém contato. Bob nunca mais procurou nem o filho. A única certeza que Joyce tem é do ódio que Bob sente por ela e da capacidade de fazer mal a ela e ao filho. Por isso, evita estar de costas para qualquer local temendo ser atacada desprevenida.

Antes de apresentar detalhes sobre a história de Joyce, gostaria de lembrar que este comportamento não é exclusivo dela. Outras mulheres, como Maria, frequentadora do Marieta da Luz, no Brasil, também adotava a mesma postura. Na casa de Maria cheguei acompanhada da equipe do Marieta da Luz e a entrevistada foi me convidando para entrar. Passou um café para que iniciássemos a conversa e me pediu para que trocássemos de lugar. Ela disse que desde que deu queixa do marido à polícia não senta mais de costas para a porta. Tem medo de que ele chegue a qualquer momento e cumpra com a promessa de matá-la.

Oriunda de uma classe social totalmente diferente da de Maria, Joyce é formada em Literatura por uma conceituada universidade britânica, tinha um emprego que garantia um ótimo salário e só se casou e teve filhos com uma idade mais avançada. A mãe de Joyce morreu quando ela tinha 18 anos. Dez anos depois, o pai morreu. Ela era filha única e não tinha tios ou avós vivos.

Joyce se relacionava com algumas pessoas, mas nunca teve um namorado fixo antes de conhecer Bob. A hipótese principal é a de que dividia seu tempo entre o trabalho, os estudos e os cuidados com o pai, que estava doente havia muitos anos. Bob era um amigo em comum com os colegas dela da universidade e eles acabaram se envolvendo. Foi logo que o pai dela morreu. Na ocasião, estava bastante abalada emocionalmente e ele foi um apoio importante.

Ele parecia ser muito educado, e tendo 28 anos, na minha cabeça, eu já estava na idade e pensando em ter filhos e o tempo estava passando e ele era uma pessoa que parecia estar interessada. Então eu acreditei nisso naquele momento, pois eu teria uma vida normal como todos, pois ninguém parecia ter problemas, ninguém demonstrava que podia ser ruim viver com alguém (JOYCE, 2018 – notas do protocolo de observação).

Algumas situações davam indícios de que ele tinha um comportamento alterado ao menor sinal de estresse, mas Joyce não tinha experiência com outros relacionamentos. Achava que aquilo era normal. Apesar de demonstrar sinais de agressividade, no início do relacionamento não havia sido abusivo de nenhuma maneira com ela. Além do temperamento explosivo, ele também a ofendia quanto à sua aparência e inteligência.

Com o tempo, Joyce foi se afastando das amigas, e não tinha nenhum familiar para observar o comportamento do casal. Bob tinha um bom emprego na universidade, trabalhando como professor. Eles moravam numa ótima casa e gozavam de plena saúde, o que fazia com que Joyce tivesse a seguinte reflexão: “Então o que devia haver de errado com isso? Eu me sentia pressionada, mas eu não sabia o que eu podia fazer, eu não tinha ninguém que me pudesse explicar como eu me sentia”.

Joyce é de família católica e viveu em um lar estável, onde os pais se davam bem e não transpareciam qualquer sinal de desarmonia. Para ela, a separação era algo inviável. Além dos valores cristãos de preservação do casamento, Joyce também temia desmanchar toda a vida que tinha construído abrindo mão do relacionamento, uma vez que estava completamente isolada do convívio social. "Cheguei num ponto em que não havia amor, apenas desespero", disse Joyce.

Foi quando ela começou a buscar informações na internet sobre abuso doméstico que iniciou sua ideia de separação. Conseguiu identificar que o relacionamento era abusivo e pensou que propor o término resolveria o problema. Em uma noite em que o filho foi dormir na casa de um amigo, propôs que se separassem e foi ali que os episódios de violência pioraram. Aceitou viverem separados, mas quis procurar um apartamento para ela, que fosse perto da casa dele, com a desculpa de que assim ficaria mais fácil o deslocamento para o menino entre as duas casas. Era também uma forma de manter o controle sobre a mulher.

Desde muito tempo no relacionamento eles brigavam por causa do sexo. Ela não gostava de ter relações com ele e ele não admitia isso. Durante muitos anos passaram brigando até que ele começou a estuprá-la. Quando a sentiu vulnerável aos estupros, passou a fazer isso quase todos os dias e sempre de forma bastante violenta, deixando hematomas pelo corpo. Foram 15 meses vivendo o estupro doméstico até que conseguisse juntar todos os esforços que precisava para abandonar a casa.

No meio de uma discussão, Joyce estava passando roupa e Bob arrancou o utensílio da mão dela e jogou no chão. Depois empurrou a mulher contra a parede. Com o impacto, ela se desequilibrou e caiu. Ele começou a chutá-la e Joyce cortou o rosto na quina do armário. Ela fraturou o braço e precisou ir até o hospital levar pontos na face. Diante do médico mentiu que teve uma queda. Ela temia que pudesse haver uma denúncia de abuso doméstico e isso recair sobre a guarda do filho, uma vez que o serviço social da Inglaterra é bastante rígido, conforme já mencionado nesta tese.

Eles não perguntaram o que tinha ocorrido. Eu deveria ter dito o que o incidente foi realmente, mas eu não disse, porque eu tinha visões, serviços sociais aqui não possuem boa reputação e você não escuta histórias sobre serviços sociais fazendo um bom trabalho, você escuta de serviços sociais sobre tirar crianças e isso era muito assustador e foi isso que me impediu de dizer algo, então eu disse que eu tropecei (JOYCE, 2018 – notas do protocolo de observação).

Depois deste episódio, Joyce acelerou o plano de fuga e alugou um depósito para ir retirando seus pertences de casa aos poucos, sem que Bob percebesse. Tratou de contratar um advogado para dar-lhe suporte neste momento e pediu informações sobre um abrigo (*safe house*). Planejou ir com o filho para lá na segunda-feira, quatro dias depois da surra.

Naquele dia, Joyce e o filho saíram de casa normalmente e foram até a escola. Na chegada, ela conversou com o professor do menino e contou o que estava acontecendo, avisou dos planos de fuga e pediu ajuda. Saiu de lá e encontrou com o advogado e com um profissional da casa de ajuda. Depois que ela estava instalada, o professor levou a criança ao encontro dela.

O serviço social foi acionado e os conselheiros entenderam o efeito do abuso na criança e que estava "salvaguardando a criança ao me salvaguardar", disse. Ficaram na casa abrigo por quatro semanas.

Joyce denunciou o ex-marido e chegaram a ir ao tribunal. Ele foi preso por alguns dias, até o julgamento e depois solto. Foi condenado pelo espancamento, mas ela não conseguiu comprovar que era vítima de estupro.

Apesar de Bob ter tido a autorização da justiça para ver o filho, mesmo que sempre na companhia de um assistente social, há cinco anos que não procura o menino, desde a audiência. O silêncio, mais do que a procura, é que deixa Joyce em estado de alerta. Ela não se senta jamais de costas para portas em qualquer lugar. Tem pesadelos de que ele descubra o paradeiro dos dois e vá atrás para atacá-los: "Eu tenho uma ordem de restrição, a única coisa que tenho para me proteger. Ele não está autorizado a ter meu endereço, mas a contatar o serviço para ter contato com a criança. Então ele tem isso a seu favor" (JOYCE, 2018 – notas do protocolo de observação).

Joyce jamais contou sobre o motivo da separação para o filho e evitava falar sobre o assunto, não tinha condições emocionais para levar este tipo de conversa adiante.

Eu tive uma pequena conversa com meu filho, porque ele quis... Ele me perguntou se podíamos ter um churrasco no jardim alguns anos atrás e eu tive um sentimento de que ele iria fazer mais perguntas... e eu disse: "sim, nós podemos", e ele: "como uma família?". E eu disse: "sim", e ele: "quando eu digo família eu quero que meu pai venha". E eu tive que dizer: "não, me desculpa, mas isso não irá acontecer". E a partir desse momento eu tive que dar mais informações sobre, agora ele sabe que está em julgamento, que seu pai me machucou, só não sabe como especificamente. Ele sabe que não está permitido a ter/ir a meu endereço e eu também comentei que caso ele queira ter contato com o pai deve partir de mim também (o outro lado). Eu não vou enviar o meu filho a esse homem. E desde então eu não comento nada com ele, espero ele vir falar comigo para termos uma conversa. (JOYCE, 2018 – notas do protocolo de observação).

Joyce usa a escrita como forma de desabafo. Durante esses anos em que se afastou do ex-companheiro, escreve cartas contando todos os detalhes do que aconteceu com ela, com sua família. Espera um dia poder entregar ao filho.

Joyce parece ser do mesmo tipo de Terezinha, apesar de terem trajetórias completamente diferentes. Ela já morava com Bob quando engravidou, então não foi o fato de estar grávida que a obrigou a ter o relacionamento abusivo. Entretanto, era a presença da criança na relação que a impedia de sair do abuso.

O motivo que fazia com que se mantivesse na relação era o de manter uma família estruturada para seu filho, semelhante ao ambiente onde cresceu, somado ao fato de que seguia a religião católica e que se separar ia contra os dogmas da igreja. Ela tem certeza de que o filho escutava seu protesto durante o sexo, e também era testemunha, mesmo que sem a presença física, de suas agressões e não se sente culpada por isso

Quanto mais o tempo passava mais ela se arrependia da relação, porém, dentro de seus valores e crenças, a separação era inconcebível. O menino era a objetificação ou personalização do seu fardo e a falta de escolha. Os três também viviam enclausurados e ela agia de forma a conduzir para que tudo ocorresse enquanto o menino estava em casa para servir de testemunha ou cúmplice.

5.2 TIPO HERA: FILHO É INTERPRETADO COMO A SALVAÇÃO DA SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Este Tipo se caracteriza por uma profunda carência emocional e absoluta falta de autoestima. Fosse pelo risco à própria integridade física apenas, os indivíduos que compõem este tipo talvez não rompessem com o agressor. Estar em um relacionamento, muitas vezes, pode ocupar um alto nível na escala de prioridades destas pessoas.

No caso de Amanda, por exemplo, que aqui representa este Tipo, em diversos momentos da entrevista, ela ressalta que está separada do ex-companheiro, mas que já tem um novo namorado. Logo no nosso primeiro encontro, aliás, antes que eu pudesse propor a questão inicial da entrevista ela já havia me contado que teve a sorte de achar alguém que a aceitava como era e que era carinhoso e atencioso com o filho dela.

Trabalhamos aqui com a hipótese de que, para ela, importava mais estar com alguém do que avaliar os riscos de viver um relacionamento abusivo. A violência contra ela não é tratada por si própria como algo grave uma vez que ela também revidava e batia no ex-companheiro. A fase da análise em que contrastamos a vida narrada com a vida vivenciada demonstrou que ela não se interpretava como vítima, mas sim como alguém que vivia em um lar tumultuado,

em que lhe faltava carinho, além de dinheiro, comida e etc, e que estava colocando em risco a vida do filho.

Seu temor possivelmente estivesse ligado a duas razões: a primeira era que o menino fosse atingido em alguma investida mais contundente contra ela, como já havia ocorrido antes, quando jogou o filho no berço provocando um corte na cabeça do bebê, mas também a possibilidade de sofrer uma denúncia por parte dos vizinhos ao conselho tutelar falando dos maus tratos e pudesse, assim, perder a guarda do menino.

É temendo a reação cada vez mais violenta do companheiro que as mães que compõem este tipo se movem em direção à saída do ciclo de violência. Esta afirmação também foi verificada na tese de doutorado de Cereja (2014). A autora percebeu que “são os filhos que percebem o perigo no qual a mulher se encontra e providenciam a motivação para a ação da mulher” (CEREJA, 2014, p. 288-289). Na minha interpretação, é pela vulnerabilidade que enxergam nos filhos que conseguem refletir sobre os riscos que elas mesmas correm e tomam uma atitude em direção à quebra do ciclo de violência.

No Tipo Hera, então, como vimos, a mãe interpreta a existência de filhos na relação como a salvação para abandonar a situação de violência. Este tipo teme pela segurança de si e da criança e os dois apanham e são humilhados juntos. O filho não é tratado como um escudo, mas sim como parte do contexto de violência, onde vez é a mulher e vez o filho o alvo dos ataques.

É preciso, conforme recomenda Rosenthal, ficar atenta às peculiaridades de cada biografia, uma vez que ela pode fazer parte de um tipo, mas não necessariamente ter todas as suas ações coordenadas por motivações exatamente iguais entre todas as reconstruções biográficas. Assim, uma das singularidades da reconstrução biográfica de Amanda é a de que interpreta o filho como a possibilidade de se manter sempre perto do ex-marido.

Amanda batia também. Então, não é a vítima típica, no papel de fragilidade como Terezinha se colocava. Ela fazia suas escolhas e arcava com elas.

As regras que compõem a ação neste tipo, conforme vimos na reconstrução da biografia de Amanda, são ligadas a se mover em busca de suprir uma carência emocional que a acompanha desde a infância. Se apaixonou por José, viu na gravidez a chance de ter uma família e realizar o sonho de ser mãe. Conforme a criança crescia mais ela supria esta carência emocional até que foi ela que a fez sair da situação violenta. Ela, durante o processo não agia para defender o filho porque isso faria com que apanhasse mais, porém sabia que algo de grave poderia acontecer à Lucas ou poderia sofrer intervenção do conselho tutelar.

A inglesa Margot, 22 anos, tem um menino de três anos de idade com o ex-namorado, que vem de uma situação familiar onde seus irmãos e familiares bebem muito e usam drogas. Ela pensava que quando morassem juntos e tivessem um filho, o namorado sairia da dependência química. O pai de Margot conseguiu um bom emprego para o genro na empresa dele, mas ele era muito controlador e explosivo, sendo um personagem assustador. A violência que Margot sofre é psicológica. Ele não chegou a bater nela, nem na criança, mas ameaçava matar a família e se matar, caso ela o deixasse. Ela saiu da relação para evitar os danos que o menino pudesse sofrer, mas mesmo assim imaginava que depois que ele se curasse da dependência química pudesse ser uma boa companhia para o menino, o que não vinha se concretizando e as ameaças aumentavam cada vez mais.

Foi assim também com Mirta. Mulher de 30 anos, roupas, cabelos e rosto bem cuidados. Ela chegou ao Marieta da Luz, por recomendação da juíza, em busca de um tratamento psicológico e orientações jurídicas para o seu caso. Ela tem condições financeiras para pagar uma terapia particular, bem como um advogado, mas faz questão de seguir os atendimentos lá porque se sentia segura em um ambiente especializado.

Ela tem dois filhos, um menino de 12 anos e uma menina de quatro. Foi casada com o agressor Valdir, de 34 anos, por 11 e, há três, estão separados. Ele, no entanto, não aceita o novo relacionamento de Mirta e não passa mais de dois meses sem perseguir a mulher. Durante o tempo em que estiveram casados, seguidamente era agredida física e verbalmente, porém, por desconhecimento e medo do marido, não prestava queixa. E, nas vezes em que fazia o boletim de ocorrência, desistia de levar adiante a queixa, até que, no início de 2015, em uma das brigas, o filho interveio e foi atingido por um soco do pai. Neste momento, ela buscou ajuda da polícia e seguiu com os processos contra Valdir. Foi pelo filho que decidiu tomar medidas que dessem mais proteção a ela e aos filhos.

Ela conta que o marido vivia reforçando que se separasse alguém ia fazer mal para os filhos dela e, durante muitos anos estava apegada a este argumento.

5.3 FILHOS: MECANISMO DE DEFESA EM AMBOS OS TIPOS

Apesar de não ser objetivo desta tese traçar qualquer comparação entre as observações e entrevistas realizadas no Brasil e na Inglaterra, é impossível não fazer associações. O período em que estive em Newcastle serviu também para consolidar a ideia de que este é um problema global, que independe da classe social, da posição geográfica e do grau de instrução. A classe social ajuda a moldar certos detalhes em cada uma das histórias, alguns ligados à falta de

condições para que as necessidades básicas sejam supridas, como no caso de Joana, que vivia em situação precária e, se submetia às agressões, muitas vezes, para ter acesso à comida. Mas, em campo, pude perceber que o grau de instrução, tanto do agressor quanto da vítima, não é capaz de prever o futuro das relações.

Alfred Schütz (2018) se utiliza de algumas categorias para explicar os motivos pelos quais o meio não é capaz de determinar o destino dos atores sociais. Partindo do princípio de que cada indivíduo é único, cada ser humano interpreta suas vivências conforme o seu estoque de conhecimento. Desta forma, aquele comportamento que o próprio sujeito vivencia “referente ao agir de consociados, o comportamento de predecessores e de contemporâneos, este conhecido pelo indivíduo meramente de modo mediado, apresentam entre si diferenças radicais quanto à estrutura de sentido” (SCHÜTZ, 2018, p.27). E é nessas relações cotidianas, em que cada indivíduo influencia a si, ao meio e ao outro, é que emergem os sujeitos.

Também na esfera da vida diária, o outro indivíduo, junto com suas vivências particulares, é não apenas vivenciado como também pensado. Ao mesmo tempo, esse pensar o semelhante e suas vivências, essa busca por desvelar a construção constitucional da consciência alheia, pode ser objetivo final da minha reflexão, mas também se situar em um contexto de sentido ampliado. Como quando me esforço para compreender claramente outros indivíduos e suas vivências a fim de com eles coordenar meu agir futuro; ou, ainda, quando projeto um agir pelo qual meu semelhante deverá ser induzido a realizar determinado comportamento ou determinado agir e avalio a eficácia do meio por mim projetado modo *futuri exacti* para a consecução desse objetivo: portanto, quando tenho a intenção de *operar* algo na esfera social, isto é, de ocasionar, com meu agir, determinadas vivências de consciência no outro indivíduo (SCHÜTZ, 2018, p.221).

Todos os casos analisados colocam o filho como objeto de mecanismo de defesa contra o agressor e também com o dever de desempenhar um papel de companheirismo em suas vidas, geralmente solitárias.

No caso de Terezinha, do Tipo 1, o marido ameaça tirar a guarda do filho caso decidisse romper com a relação. Ela acredita que ele possa mesmo afastar os dois e diz que não saía de casa para que o pai não envenenasse a criança com mentiras a respeito dela, e deseja que ele cresça sabendo como respeitar uma mulher. O que ela deseja é ter o controle da educação do filho e, vivendo a sós com o pai, haveria a possibilidade de ele copiar um modelo agressor do qual ela mais teme. Ou seja, a criança é usada como um argumento para manter a união. Foi somente após estar empoderada de seus direitos de mãe, reunindo provas das agressões, que consegue escapar, levando o menino consigo.

Com exceção de Maria, que a todo o momento diz “a gente não é santa, sabe como é, temos nossos pecados, mas não justifica tudo o que passei”, as outras entrevistadas, assim que têm a oportunidade durante a narrativa, deixam claro o quanto são boas mães e esposas. Nossa percepção vai ao encontro de Gregori (1993), descrevendo um retrato fiel ao que encontramos ao percorrer o campo da presente tese: “constroem a narrativa contrapondo atos criminosos ou vis à perfeição de suas condutas: são boas mães, esposas dedicadas, recatadas, responsáveis e generosas” (GREGORI, 1993, p. 188).

Assim como observado na pesquisa de Gregori, mais de 25 anos depois, nos grupos de apoio às vítimas acompanhados nesta tese, tanto no Brasil, quanto no Reino Unido, também existe uma competição entre elas pela singularidade da dor. É comum, após escutar uma “colega” narrando uma passagem em que foi violentada pelo marido, seguida de outra dizendo: “mas isso não foi nada, pior foi o que o meu fez comigo”. Há também uma busca por singularizar o esmero com o qual cuidam de suas relações e para elas, “o esmero se manifesta anunciando o peso da cruz que carregam” (GREGORI, 1993, p.193), sendo também um dos motivos de entrarem em competição quando estão reunidas.

São diversos os fatores que impedem que as mulheres rompam com a situação de violência e um deles, como foi verificado aqui, é a presença de filhos na relação. As crianças são utilizadas como desculpa mesmo que muitas vezes apenas no sentido manifesto da ação, como o motivo para não se afastarem do agressor. Seja pela falta de conhecimento a respeito de seus direitos como mães, pois acreditam que possam perder a guarda da criança e que a saída de casa configure abandono do lar, seja pela total dependência econômica do companheiro que deixará seus filhos em más condições financeiras, baixa autoestima, a necessidade de que o filho tenha um pai. Ou todos esses elementos juntos.

Santos e Moré (2011) lembram que a violência psicológica a que muitas mulheres são submetidas na relação conjugal, através de xingamentos, humilhações, depreciação de seu modo de vestir e desqualificação de seu corpo, entre outros, só faz aumentar sua insegurança e diminuir sua autoestima, tornando-a cada vez menos capaz de enfrentar as agressões sofridas.

Amanda é um exemplo desta depreciação. A biografada já trilhava um caminho onde sua autoestima esteve sempre abalada, onde se exemplifica, entre outras coisas, pelo seu tipo físico fora dos padrões de beleza, na comparação com a irmã. Ao longo de sua relação com o marido, os ataques a sua autoestima estiveram sempre presentes.

Outros fatores também listados pelas pesquisas (Ministério da Saúde, 2002; Silva, Coelho, & Caponi, 2007) como possíveis motivos para as mulheres continuarem em uma

relação em que há violência são: história familiar na qual havia agressão entre os pais ou pessoas próximas a elas, ela mesma ter sido vítima de violência física, negligência ou abuso sexual, entre outros, quando criança ou adolescente, o uso do casamento como forma de sair de casa, o desejo de proteção, a dependência e a estabilidade no casamento, a crença na mudança de atitude do marido/ companheiro, a crença na incapacidade de viver sem o marido/companheiro e sem um pai para os filhos, a retirada de responsabilização do marido/companheiro ao atribuir a fatores externos (como desemprego, uso de drogas, etc.), o comportamento agressivo exibido por ele, a exagerada valorização de atributos apresentados pelo marido/companheiro, como o fato de ser trabalhador e bom pai, como forma de amenizar a violência exercida contra ela, o medo de, com a separação, perder a guarda dos filhos ou ter que sair de casa e a falta de apoio da família e de uma rede social.

Um pouco de cada um desses ingredientes foi encontrado nos casos analisados. A presença de álcool e drogas como fator potencializador das agressões só não esteve presente em quatro dos casos investigados. Mas isto não quer dizer que estas substâncias psicoativas sejam a causa da violência. As histórias demonstram apenas que elas são desencadeadoras de alguns episódios violentos, não todos.

Considera-se que, ao avaliar a mulher em situação de violência, fala-se de um processo interacional que não pode ser concebido como construção individual, mas como trama relacional, na qual todas as partes envolvidas se afetam recursivamente, ou seja, nas relações conjugais, familiares e sociais, as ações entre seus integrantes tanto podem gerar atitudes de violência como condições de submissão à mesma. Assim, quando se concebe as situações de violência em um processo de construção relacional, a tomada de posição como agressor, como vítima ou como cúmplice, produto desse processo de construção, dependerá diretamente do contexto em que a situação de violência ocorrer. (SANTOS; MORÉ, 2011, p. 223)

A maternidade é também usada como um reforço social, mesmo naqueles casos do Tipo 1, exemplificado por Terezinha, onde mesmo culpando o filho por estar em situação de violência é a maternidade que a localiza no mundo. Ela existe em relação ao filho.

Estas crenças sobre o papel da mãe, de como a mulher deve agir e se sentir em relação ao filho são impulsionadas pela prescrição patriarcal que coloca a maternidade como experiência fundamental ao sentimento de completude das mulheres, como lembraram Narvaz e Koller (2006).

Fatores que dificultam o exercício da maternidade, tais como a pobreza e a falta de suporte conjugal, comunitário ou social, em especial às mulheres chefes de família, não remetem à estrutura social desigual e sexista imposta pela ordem capitalista patriarcal. A impossibilidade de cumprir com a “maternidade normativa” é atribuída

a uma falha individual, descolada do contexto histórico e social que a produziu. Ao depositarem individualmente na figura da mulher-mãe-trabalhadora a responsabilidade por sua condição de pobreza, de abandono e/ou negligência no cuidado dos filhos e filhas, discursos científicos e sociais isentam os homens, o Estado e a comunidade de sua responsabilidade social (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 52).

A passagem acima ajuda a entender o que faz com que as mães assumam esse discurso de mãe zelosa, já que isto compõe a sua responsabilidade social historicamente construída. Mas ao percorrer os passos da análise, o que se entende é que, apesar de estarem focadas na maternidade, é a relação conjugal que ocupa maior destaque na vivência das entrevistadas. É bem possível que isto aconteça porque é o relacionamento conturbado que toma a maior parte de sua energia e para onde estão voltadas suas estratégias de estabelecer uma nova vida após o rompimento. Aliás, esta é uma característica do universo de pesquisa nesta tese: todas as entrevistadas já estavam afastadas dos seus companheiros.

5.4 FILHOS SIGNIFICAM UM ELO ENTRE A MÃE E O PAI PARA A VIDA TODA

Juritsch (1970) aponta que é depois do aparecimento do filho que a família nasce, e que ele vira o centro da família. O autor afirma que o filho é capaz de conduzir “o ser humano masculino e feminino à sua mais bela riqueza, ou seja, à realização da maternidade e paternidade” (JURITSCH, 1970, p.45).

Mas nem todos encaram esta riqueza desta forma e nem passam pela transformação sugerida por Juritsch (1970). Como vimos nos casos retratados até aqui, a chegada do filho pode ser motivo de ainda mais conflito entre o casal e também objeto de rejeição entre um os pais.

A maternidade parece estar em segundo plano, em primeiro figura a relação conflituosa. Os casos reconstruídos e também as entrevistas abertas realizadas apontam para algumas questões em comum na biografia destas mães que sofrem violência doméstica. Uma delas é o desconhecimento ou a insegurança com relação aos seus direitos, principalmente relacionados à perda da casa ou da guarda dos filhos, quando decidem romper com a violência.

Em seu estudo *Punir, Proteger, Prevenir? A Lei Maria da Penha e as limitações da administração dos conflitos conjugais violentos através da utilização do Direito Penal*, Vasconcellos (2015) percebeu que os agentes por ela entrevistados enxergam a necessidade de que as mulheres conheçam os seus direitos individuais e de cidadania para que fosse evitada a reprodução social do machismo, “apontado como principal elemento desencadeador da violência contra a mulher” (VASCONCELLOS, 2015 , p. 124).

No caso de Ana, que parece fazer parte do Tipo 1, ela já se afastou de Valdir há três anos, mas ele continua perseguindo a mulher. Em 2016, havia pedido à juíza para passar 10 dias de férias com os filhos em Santa Catarina. Na volta, filho o mais velho disse que o pai passou o tempo todo perguntando sobre como é a vida deles, como é que a mãe vive com o padrasto, como eles se divertem e etc. De tempos em tempos, ele vai até a casa da família e começa a insultar o atual marido, querendo brigar. Faz isso sempre na frente das crianças.

Até a ocorrência mais recente, que desencadeou o processo que levou Fernanda até o Marieta da Luz, foram muitos os episódios em que o ex-marido levava as crianças para casa depois de terem passado um período com ele e começava a ofender o casal. Naquele dia, em julho de 2016, eles voltavam de um desses períodos, quando no posto de gasolina perto de casa, o pai começou a agredir o filho mais velho. O segurança do estabelecimento presenciou o crime e levou o menino até a casa da mãe.

E quando eu vejo veio esse segurança, ele chegou lá em casa apavorado que ele não conseguia nem falar comigo direito, quando eu vi assim, ele entrando, eu só abri o portão pras crianças entrar, quando eu vi aquele homem entrando dentro da minha área e ele não conseguia nem falar, ele tremia. Ele dizia: “tu cuida, cuida dessas crianças com esse cara aí”, começou a falar assim. E eu: “calma moço, eu preciso entender o que tá acontecendo”. Daí ele começou a falar: ”Ele (Valdir) começou a bater no guri e o guri começou a pedir por socorro dentro do carro e eu saí correndo pra ver o que tava acontecendo”. Ele fez com o Jairo a mesma coisa que ele fazia comigo. Disse que o guri começou a se avançar nele dentro do carro. Ele fazia a mesma coisa comigo, quando a gente brigava, dizia: “Não, ela pulou em mim, ela isso, ela aquilo, eu só me defendi” e fez com o Jairo a mesma coisa que ele fazia comigo. E o Jairo disse: “eu só vou pra casa se tu me levar, eu não vou embora com ele”. Como é que o Jairo ia vir sozinho né?! E isso me assustou muito porque eu vi né, pro rapaz ter ido lá, a coisa foi séria né (FERNANDA, 2016 – notas do protocolo de observação).

A agressão deu origem a uma medida protetiva que garante uma distância mínima de 200 metros do pai com relação à toda a família. E, na audiência em que o termo seria julgado, Jairo precisaria prestar depoimento contra o pai relatando as agressões vivenciadas por ele e também àquelas em que a mãe era alvo e ele presenciava.

São inúmeros os exemplos muito parecidos entre seus meandros, no Brasil e na Inglaterra. Os relatos de Joana, 32 anos, assistente social, sobre a relação da filha de dois anos com o pai, professor do município de Pôr do Sol, e de Sophie, atendente de supermercado, 26 anos, com seu menino de 1 ano e meio e o pai, funcionário da rede de saúde local, tinham exatamente o mesmo enredo, apenas com a mudança do nome dos personagens. As duas eram vítimas de violência psicológica, com alguns casos de agressões leves, segundo a avaliação das duas, como empurrões e tapas.

As duas estavam na briga pela guarda permanente dos filhos alegando alienação parental. Ambas estão separadas dos maridos. A brasileira diz que precisa viajar a trabalho e, nessas ocasiões precisa que ele fique com a menina. Quando ela retorna, a menina não quer saber dela. A inglesa, que tem guarda compartilhada, diz que no período em que está com a criança, ele fica extremamente revoltado, não obedece a mãe e não quer ficar perto. Na visão das duas, as crianças são usadas pelos pais para continuar tendo o controle psicológico delas e mantê-las em constante medo.

Sophie sofria tanto com isso que as colegas do grupo de apoio me contaram que ela era uma garota extrovertida e comunicativa e, desde a separação entrou em depressão e se calou. Pouco conversava com as colegas, mas não faltava a um encontro do grupo. As reuniões são semanais e quando coincidiam com o período do filho na casa do pai, ela ficava ainda mais introspectiva. Em um dos encontros, fui caminhando em direção à estação do metrô que me levaria para a casa e ela caminhava um pouco atrás. Magra, medindo 1m60cm, cabelos loiros e olhos claros, Sophie andava encurvada e cabeça baixa. Desacelerei o passo quando me dei conta da proximidade dela, o que a obrigou a emparelhar do meu lado.

Fomos conversando no caminho até em casa. Ela contou que até a criança nascer, ela e o marido viviam muito bem. Ele era ciumento e possessivo, mas não fazia muito além de proibir que saísse com as amigas, mas quando ela engravidou ele começou a ficar agressivo e, depois que o menino nasceu, as agressões se intensificaram. Até que se separaram. Ele não aceitou a distância e, desde então usa o menino para punir a mãe.

Ele diz que estamos afastados por minha culpa, qualquer coisa que o Peter reclame ou qualquer imprevisto na vida é culpa minha, de querer ter me afastado. O Peter é muito pequeno e não sabe avaliar como era a minha vida, a nossa vida na presença do pai. Às vezes, a pressão é tão grande que dá vontade de voltar atrás e reatar só para que meu filho possa ter sossego. E eu também (SOPHIE, 2017 – notas do protocolo de observação).

Joana comunga do mesmo temor: o impacto da alienação parental sob a filha. Ela diz que o marido é um bom pai, mas está prejudicando a criação da filha porque desqualifica a mãe a todo o momento, dizendo que ela não sabe fazer nada que a criança gosta, que não cuida dela direito e etc.

Assim como Cereja (2014) averiguou em seu estudo, aqui também a presença de filhos na relação conjugal violenta aparece de forma dual: se por um lado, muitas mulheres se submetem a prolongar a vivência ao lado do marido para preservar um lar para as crianças onde

possam conviver com a figura materna e paterna, outras utilizam as crianças como um propulsor de coragem para romper com a situação.

5.5 OS TIPOS E SUAS DIFERENÇAS

As mães que sofrem violência doméstica possuem diversas características e motivações em comum, conforme apresentando nas seções acima. Porém, alguns contrastes podem ser observados entre os Tipos.

O contraste mais marcante, então, é o da motivação principal que move cada uma delas. A reconstrução da biografia de Terezinha demonstrou que ela enxerga o filho como culpado por estar na relação. Amanda, por sua vez, apesar de ter tido uma trajetória de início de relacionamento com José bastante parecida, uma vez que foi a gestação não-planejada que uniu os dois, não houve qualquer hipótese que se confirmasse de que ela via a criança como responsável por estar naquela situação.

O filho de dois anos é visto como o motivo, a porta de saída para a violência. No tipo Hera, ilustrado por Amanda, não fosse a criança, possivelmente ela estaria junto de José por mais tempo. Mas foi o medo de perder a guarda de Lucas em função dos maus tratos aparentes que fez com que não suportasse mais conviver em um ambiente violento.

Para as duas, portanto, o filho é a objetificação da união e seus discursos dão conta de forma muito parecida do papel materno esperado pela sociedade e pela família e que, na fala, pretendem cumprir. No caso de Amanda, diferente de Terezinha, ela ama o ex-companheiro e desejava estar com ele, o que foi demonstrado durante a fase de confirmação de hipóteses.

Terezinha arquitetou seu rompimento com o marido, enquanto Amanda saiu de casa sem planejar, impulsionada pelo temor de ter a relação com o filho prejudicada, caso os vizinhos levassem adiante a promessa de denunciá-los ao conselho tutelar.

Durante as brigas e mesmo para evita-las, outra diferença é que Terezinha usava de Miguel para se proteger do marido e fazia sempre questão de que ele tivesse por perto quando os atos de violência aconteciam, como se fizesse parte daquele mecanismo. Já Amanda tentava manter o menino longe da situação, até porque do contrário, ela tinha a impressão de que o grau de violência era até maior.

No rompimento de Amanda, o estopim foi a possibilidade de que os vizinhos denunciassem o casal por maus tratos, já que era notável as surras intensas que a criança levava do pai, assim como era conhecida da comunidade onde viviam a história de que não tinham o que comer, mas não abriam mão de comprar drogas. Amanda também temia pela integridade

física dela e de Lucas e pelos efeitos perversos que conviver em um lar violento poderia oferecer ao filho. Já Terezinha ganhou forças para se separar depois que buscou informações sobre os seus direitos e conseguiu planejar a fuga sem que o marido tivesse rastros do seu paradeiro. Miguel nunca apanhava junto com ela e sua estratégia era mantê-lo no ambiente violento para que isso fosse educativo para o bem, a fim de que ele, vendo o sofrimento da mãe, não crescesse com o mesmo ímpeto agressivo do pai e também para evitar que o pai difamasse ela numa possível guarda compartilhada, onde passaria um tempo a sós com o pai.

No discurso, a maioria utiliza o filho como um bem simbólico da relação e que mantém a relação por causa da criança. Então, foi possível observar que todas as mulheres assumem seus discursos de mãe diante da violência doméstica. Ressalto aqui que, como forma de tentar manter a pergunta de pesquisa em suspenso, não disse a elas que estava interessada nelas porque eram mães. Apenas que estava interessada porque eram vítimas de violência doméstica. Ser mãe e agir em função do filho seria o motivo fim, segundo Schütz, mas o que buscamos até aqui é o motivo porque, que é a interpretação, aquilo que está nos bastidores da ação e que é capaz de ditar as regras do curso da história.

Não é nosso objetivo neste trabalho cruzar dados quantitativos incluindo classe social, idade e raça, mas é importante ressaltar que coincidentemente as mães que compõem o Tipo 1, aqui representado por Terezinha, aquele que culpa o filho por estar na situação de violência, possuem um poder aquisitivo maior do que aquelas que fazem parte do Tipo 2, representado por Amanda, onde os filhos são a salvação.

Cunha (2010) explica que os níveis econômicos e intelectual das mulheres influencia na postura de cada uma em relação à submissão: “as mulheres que pertencem às camadas mais pobres, geralmente, reagem à violência masculina de forma explícita, deixando visível o fato de terem sofrido agressão” (CUNHA, 2010 p. 170), já as de classes mais altas se esforçam para manter o sigilo, já que as normas sociais que vigoram em seu meio não permitem que se exponha sua intimidade neste nível sem que haja perda de status.

Terezinha, por exemplo, morria de vergonha de que os amigos do marido ou os próprios familiares soubessem de sua condição, tanto que quando decidiu fugir com o filho e prestar queixa contra o marido, todos estavam incrédulos. Demorou para que entendessem que eles estavam correndo perigo. Em contrapartida, Amanda não se furtava de contar para a família sempre que o marido batia nela. Quando aos momentos de conflito recebia, inclusive, instruções da mãe sobre como se comportar para minimizar as ocasiões em que as brigas ficavam mais intensas. Era de conhecimento dos vizinhos também a relação conturbada.

Pensando neste aspecto da história de Amanda, pode-se apontar uma naturalização da violência comumente encontrada nos estudos de Cunha (2010). A autora entende esta naturalização como uma maior dificuldade para romper com os laços conjugais conflituosos, sendo que “essa representação da violência, como natural do casamento, reafirma a impotência da mulher frente à resolução do problema e a coloca em conflito com a ordem estabelecida” (CUNHA, 2010, p. 174).

Nos casos que compõem o Tipo 1, a raiva pelo que passaram fazia com que desejassem o afastamento total do ex-companheiro, incluindo um impeditivo de que pai e filho se encontrem. Enquanto que no Tipo 2, há um desejo de que a relação possa ser recuperada e o filho, de uma certa forma, pode ser este elo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos, alicerçados na abordagem de narrativas biográficas, em dois tipos distintos, duas formas de vivenciar a presença de filhos em relações de violência doméstica: o tipo Héstia e o tipo Hera. O primeiro tipo, aqui representado pela reconstrução biográfica de Terezinha, interpreta o filho como o culpado por ter colocado ela em situação de violência e, com este entendimento, age de forma que ele sempre participe das cenas de agressões e muitas vezes se torne um cúmplice dela ou escudo nos episódios mais violentos. No segundo tipo, aqui representado pela reconstrução biográfica de Amanda, a criança é justamente a salvação, a responsável pela quebra do ciclo de violência, já que a si própria não enxerga como alguém em risco.

O processo de análise de narrativas biográficas, calcado na Pesquisa Social Interpretativa, envolveu as seguintes etapas: 1) Análise sequencial dos dados biográficos; 2) Análise de texto e do campo temático; 3) Reconstrução da biografia; 4) Análise detalhada de passagens textuais selecionadas; 5) Contraste da história de vida vivenciada com a história de vida narrada; 6) A construção de tipos.

A abordagem metodológica desenvolvida por Fritz Schutze e aprimorada por Gabriele Rosenthal é fenomenologicamente fundamentada nos estudos de Alfred Schütz, dentro de uma sociologia compreensiva. Com esta ferramenta foi possível chegar ao sentido subjetivamente visado da ação das nossas entrevistadas e ainda traçar um comparativo se utilizando do método de entrevista aberta e análise de protocolos oriundos de observação participante, conforme orienta Rosenthal (2014).

Assim, a análise possibilitou cumprir com nosso objetivo de pesquisa de entender quais são as regras que compõem a ação de mães vítimas de violência doméstica com relação a seus filhos, distribuídas nos dois tipos acima descritos.

É também com base na Grounded Theory (teoria fundamentada empiricamente), proposta por Strauss e Corbin (1990) que chegamos às conclusões dos nossos estudos. O objetivo é gerar teoria a partir do campo e foram as discussões estabelecidas nos capítulos de análise os nossos grandes achados teóricos.

Assim, além da abordagem metodológica de narrativas biográficas, também fazem parte da análise as entrevistas abertas e os dados dos protocolos de observação realizados no Centro Marieta da Luz, na Região Metropolitana de Porto Alegre, e do *Great Women*, do Reino Unido. Apesar de ter contato com as duas realidades, em decorrência da bolsa de doutorado-sanduíche proporcionada pela Capes, no ano de 2017, na Universidade de Newcastle, não foi nosso

objetivo traçar comparações entre as duas realidades, mas sim citarmos peculiaridades de cada região pesquisada, muito mais para fins de geração de hipóteses para os passos da análise e, por consequência, englobados nas conclusões.

Uma discussão acerca do papel materno e paterno se faz necessária uma vez que estas duas categorias consistem em construções sociais e não algo dado, natural ou biológico. Essa construção social, que consiste em regras que se espera, principalmente, que as mulheres as cumpram, auxilia na constituição da ação destas mães. Assim, elas entendem a forma como a sociedade espera que elas sintam e se comportem diante do filho, sendo atribuída a elas a responsabilidade de zelar pela integridade física e mental da criança, isentando o pai de tal dever.

Aqui, um achado importante do resultado da análise das biografias que compõem os tipos apresentados é o de que, apesar de estarem focadas na maternidade, é a relação conjugal que ocupa maior destaque na vivência das entrevistadas. É bem possível que isto aconteça porque é o relacionamento conturbado que toma a maior parte de sua energia e para onde estão voltadas suas estratégias de estabelecer uma nova vida após o rompimento.

Esclarecemos também com a experimentação do método e com a chegada das nossas conclusões que os tipos não dizem respeito a totalidade dos casos, não são há única forma de vivenciar esta experiência coma presença de filhos na relação. Há ainda diversas nuances dentro de cada caso. Também não estamos comparando trajetórias. Nossa missão foi ir além, o que percorrer os passos rigorosos da análise permitem chegar.

As narrativas permitem argumentar aqui que a criança é de fato instrumento dentro do jogo familiar violento, servindo de elo entre a mãe e o pai, o que, muitas vezes, faz com que as situações de abuso se prolonguem. Ela também pode ser a personificação da relação violenta e símbolo do arrependimento de ter ingressado no calvário violento com o marido, como no caso de mães que culpam seus filhos pelas relações violentas. As crianças também podem ser o impulso necessário para o afastamento do pai agressor, já que o risco à sua integridade física e psicológica vigiados pela sociedade podem resultar na perda da guarda do filho. Observamos ainda as mães atribuem a seus filhos o papel de cúmplices, testemunhas e companheiros nas situações de violência e esperam que assim eles se comportem diante das agressões e, muito mais, após o rompimento com o agressor.

Seria interessante que mais estudos sobre o assunto pudessem gerar mais dados envolvendo essa tríade: mãe, filho e agressor, uma vez que a maior parte dos estudos se dedica a contemplar apenas as relações do casal. Como visto nesta tese, os efeitos destas relações

violentas sobre as crianças podem ser devastador. Assim, estudos neste campo também, abordando o ponto de vista da criança nesta trama se fazem necessários.

Outro ponto que pode ajudar nos estudos nesta área é incluir um recorte de classe social para saber como isto interfere na forma de agir de cada tipo. Nossos estudos levantam uma pista de que a necessidade das mulheres de permanecerem em silêncio com relação as agressões, por depender financeiramente do marido, ajuda a potencializar a percepção de que o filho tem culpa de estar nesta situação de risco.

E, se uma mulher com filhos possui três vezes mais chance de sofrer violência doméstica do que aquelas que não têm (BROWN, 2014), seria importante aplicarmos uma pesquisa similar entrevistando também mulheres sem filhos para entender as suas motivações em permanecer na relação, por exemplo, ou para tentar compreender o que torna aquelas com filhos mais vulneráveis.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Kamila. **Orfandade por violência doméstica contra a mulher: uma pesquisa biográfica**. Civitas, Porto Alegre, v. 16, n. 1, e20-e35, jan.-mar. 2016

ALMEIDA, Paulo Henrique; CARVALHO, Inaiá Maria Moreira. Família e proteção social. **São Paulo em perspectiva**, v. 17 n.2. p. 109-122, 2003.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Violência e abuso sexual na família. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 7, n. 2, p. 3-11, jul./dez. 2002

ARENDRT, Hannah. **Da violência**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

AZEVEDO, Rodrigo e VASCONCELLOS, Fernanda. A Lei Maria da Penha e a administração judicial de conflitos de gênero: Inovação ou reforço do modelo penal tradicional? **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social** – Vol. 5 – nº_4 - OUT/NOV/DEZ 2012 - pp. 549-568.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: O mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARCINSKI, Mariana, et al. O Marianismo e a vitimização de mulheres encarceradas: formas alternativas de exercício do poder feminino. **Ex Aequo (Oeiras)**, Vila Franca de Xira

, n. 28, p. 87-100, 2013. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602013000200008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 24 nov. 2019.

BARROS, Ana Cláudia Mamede Wiering de; BASTOS, Olga Maria; PONE, Marcos Vinicius da Silva and DESLANDES, Suely Ferreira. A violência intrafamiliar e o adolescente que vive com HIV/AIDS por transmissão vertical: análise dos fatores de proteção e de vulnerabilidade. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 5, Mai, 2013.

BARROS, Ricardo Paes; MENDONÇA, Rosane. **Trabalho infantil no Brasil: rumo à erradicação**. Brasília: IPEA, 2010. 23p.

BATISTA, Tomás A. da Costa. **Alfred Schütz e o mundo social interpretado**. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomaz. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BERTAUX, Daniel. A vingança do curso de ação contra a ilusão cientificista. **Civitas**: Porto Alegre, v.14, n.2, p. 250-271, maio-ago, 2014.

BOURDIEU, Pierre. Tradução Maria Helena Kühner. **A dominação masculina**. 11.ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. Lei no 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2006. Disponível em: <<http://goo.gl/mRc75T>>.

BROWN, Eleanor. **Women and Children's experience of Domestic Violence**. 2014. 163 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Psicologia Clínica, Faculdade de Saúde e Ciências da Vida, Universidade de Warwick, Coventry, 2014. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/29191945.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2019.

BUAINAIN, Antônio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria; NAVARRO, Zander.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CAMPOS, Carmen Hein de. **Desafios na implementação da Lei Maria da Penha**. Revista Direito GV: São Paulo, 2015. P. 391-406. Jul-dez, 2015.

CANTERA, Leonor M. **Casais e violência: um enfoque além do gênero**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2007.

CARVALHO FILHO, Benedito José de. **Marcas de família: travessias no tempo**. São Paulo: Annablume, 2000.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2000.

CASTILHANO, Ana Lucia. A Pesquisa com Crianças de 0 a 3 Anos: metodologias e possibilidades da sociologia da infância. Águas de Lindoia: **33a Reunião Anual da ANPOCS**, 2009

CEREJO, Sara Dalila Aguiar. **Viver sobrevivendo: emoções e dinâmicas socioculturais nos processos de manutenção das relações conjugais violentas**. 2014. 417 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2014. Disponível em: <<https://run.unl.pt/bitstream/10362/14101/1/TESE%20FINAL%20Sara%20Dalila%20Cerejo.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2019

CERQUEIRA, Daniel e coautores. Texto para Discussão (TD): **Avaliando a efetividade da Lei Maria da Penha**. IPEA: Brasília, março 2015.

CONCEIÇÃO, Isadora Klamt da. **Transmissão intergeracional do abuso sexual infantil, apego e estilos parentais**. 2014. 26 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Psicologia, Área de Cognição Humana, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5862/1/000458157-Texto%2bCompleto-0.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2019.

CUNHA, Tânia Rocha Andrade. Violência conjugal: os ricos também batem. In: PHILIPP, Rita Radl. **Investigaciones actuales de las mujeres y del género**. Universidade de Santiago de Compostela. Espanha: 2010.

DAMERGIAN, Sueli. Entre a vida e a morte: a violência contra a infância nos grande centros urbanos. In: **Quando a criança não tem vez: violência e desamor**. São Paulo: Pioneira, 1986.

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 23, n. 66, p. 165-185, Fev. 2008

DOBASH, R. Emerson. **Violence against wives**. Nova York: The free press, 1979.

ELIAS, Nobert. **O processo civilizador**. V. 1 Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FALCKE, Denise. SILVA, Nádía Basso da. **Família incestuosa: do silêncio à possibilidade de revelação**. Pensando famílias, São Leopoldo: 2012.

FANTON, Marcos. Sujeito, sociedade e linguagem: uma reflexão sobre as bases teóricas da pesquisa com narrativas biográficas. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p.529-443, 18 nov. 2011. EDIPUCRS. <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2011.3.10064>.

FISCHER-ROSENTHAL, Wolfram. The Problem With Identity: Biography as Solution to Some (Post)-Modernist Dilemmas, 1995. In: MILLER, Robert (Org). **Biographical Research Methods**. Sage Publications: London, 2005, v. II, p. 212-227.

FONSECA, Arilton Martins et al. Padrões de violência domiciliar associada ao uso de álcool no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 43, p. 743-749, Fev. 2009.

FONSECA, Claudia. Apresentação de família, reprodução e parentesco: algumas considerações. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 29, p. 9-35, Dez. 2007.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso NÃO é um caso. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 21., 1998, Caxambu. **Revista Brasileira de Educação**. Caxambu: Anped, 1999. v. 10, p. 58 - 78.
Disponível em:
<https://poars1982.files.wordpress.com/2008/03/rbde10_06_claudia_fonseca.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2019.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREITAS, W, et al. Paternidade: responsabilidade social do homem no papel de provedor. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 85-90, Fev. 2009.

GLAUSER, Barney G.; STRAUS, Anselm L. **The discovery of Grounded Theory: strategies for qualitative research**. New Brunswick (EUA): AldineTransaction, 2006.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. São Paulo: ANPOCS, 1993.

GROSSI, Patrícia Krieger. Nem com uma flor: reflexões sobre abordagens com grupos de homens agressores. In: **Violências e Gênero: coisas que a gente não gostaria de saber**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

GROSSI, Patrícia Krieger; AGUINSKY, Beatriz Gershenson. Por uma nova ótica e uma nova técnica na abordagem de violência contra as mulheres nas relações conjugais. In: **Violências e Gênero: coisas que a gente não gostaria de saber**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada**. São Paulo: Cortez, 2008

HESTER, Marianne and RADFORD, Lorraine. **Domestic violence and child contact arrangements in England and Denmark**. Policy Press, Bristol, UK, 1996

HESTER, Marianne, PEARSON, Chris and HARWIN, Nicola. **Making an impact: children and domestic violence, a reader**. Ed. Jessica Kingsley Publishers; London and Philadelphia, 2000.

JAFFE, Peter G. **Children of battered women**. California: SAGE, 1990, V.21.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. “Intersetorialidade, transetorialidade e redes sociais na saúde”. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, p. 35-45, nov./dez., 2000.

JURITSCH, Martin. **Sociologia da paternidade: o pai na família e no mundo – uma análise antropológica**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1970.

KIYOTA, Norma; PERONDI, Miguel Angelo. Sucessão geracional na agricultura familiar: uma questão de renda?. In: BUAINAIN, Antônio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria; NAVARRO, Zander. **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF : Embrapa, 2014.

KRESTON, Jo-Ann M.A.; BEPKO, Cláudia. Problema de alcoolismo e ciclo de vida familiar. In: **As mudanças no ciclo de vida familiar**: uma estrutura para a terapia familiar, v. 3, p. 415-439, 1995.

LARRAURI, Elena. **Mujeres y Sistema Penal**. Violencia doméstica. Buenos Aires: IBdef, 2008.

LUDWIG, Kamila Silva de Almeida. **Filhos da violência conjugal**: Pesquisa biográfica com órfãos. 2015. 141 f. Tese (Doutorado) – Curso de Mestrado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/6161/2/470944%20-%20Texto%20Completo.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2019.

LYRA, J.; LEÃO, L. S.; LIMA, D. C.; TARGINO, P.; CRISÓSTOMO, A.; SANTOS, B. Homens e cuidado: uma outra família? In.: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A.F. (orgs.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. 4.ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais – PUC/SP, 2008.

MACHADO, L. Z. Masculinidades e violências – gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. In.: SCHPUN, M. R. (Org.). **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo Editorial; Santa Cruz do Sul, Edunise, 2004, pp. 35-78.

MAGALHÃES, Acelí de Assis. **Histórias de mulheres**: considerações sobre a privação e a privacidade na história das mulheres. São Paulo: Editora Altana, 2001.

MALDONADO, Maria Tereza. **Casamento: término e reconstrução**. Petrópolis: Vozes, 1986.

MCGEE, Caroline. **Childhood experiences of domestic violence**. London, 2000

MCGOLDRICK, Monica. As mulheres e o ciclo de vida familiar. CARTER, Betty e MCGOLDRICK In: **As mudanças no Ciclo de Vida Familiar**: uma estrutura para a terapia familiar, Porto Alegre: Artmed, 2015.

MERÁZ, Rosalia Carrillo; BERNAL, Graciela Jiménez Bernal. Infancias ignoradas: Hijos e Hijas de Mujeres Víctimas de Violencia en situación de Refugio. **Revista sobre la infancia y la adolescencia**; Núm. 14. México, 2018.

MERTON, Robert. M. **A ambivalência Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MILANI, Rute Grossi; LOUREIRO, Sonia Regina. A violência doméstica e o comportamento infantil: uma revisão da literatura. In: I Encontro Regional de Psicologia do Cesumar, 2008, Maringá. **Anais do I Encontro Regional de Psicologia do Cesumar**. Maringá: Centro Universitário de Maringá, 2008.

Ministério da Saúde. **Violência intrafamiliar** – orientações para a prática em serviço. Cadernos de Atenção Básica, n. 8, (Série A – Normas e Manuais Técnicos, n. 131). Brasília, 2002.

Mirrlees-Black, Catriona. **Domestic Violence: Findings from a new British Crime Survey self-completion questionnaire**. Office Research Studies, 1999.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. **Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa**. Psicologia & Sociedade. Porto Alegre: 2006.

NASCIMENTO, C. T.; BRANCHER, V. R.; OLIVEIRA, V. F. A construção social do conceito de infância: Algumas interlocuções históricas e sociológicas. **Revista LINHAS**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 04-18, jan./jun. 2008.

NATANSON, Maurice. Introducción, In: SCHÜTZ, Alfred, **El problema de la realidad social**, Escritos I. Buenos Aires, Amorrortu Editores, 2008.

NOLASCO, S. A. **O mito da masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF : Embrapa, 2014.

PAPALIA, Diane E.; OLDS, Sally Wendkos; FELDMANN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2006, 888p.

PASINATO, Wânia. Oito anos de Lei Maria da Penha.: Entre avanços, obstáculos e desafios. **Revista Estudos Feministas.**, Florianópolis , v. 23, n. 2, p. 533-545, Aug. 2015 .

PELED, Einat; JAFFE, Petter G., EDLESON, Jeffrey L. **Ending the cycle of violence: Community Responses to Children of Battered Women**. Sage Publications, London, 1994

PEREIRA, Lígia M. L. **Relatos orais em ciências sociais: limites e potencial**. Revista Anál.& Conj., Belo Horizonte, v. 6, n. 3, p. 109-127, 1991.

RECA, Inés. **Famílias nucleares pobres: vulnerabilidades y fortalezas**. Santiago de Chile: U.ARCIS, 1996.

RINALDI, Débora. **A interpretação da catação pelos catadores: um estudo biográfico**. 2018. 172 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/8126#preview-link0>>. Acesso em: 24 nov. 2019.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

ROMANELLI, Geraldo. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **A Família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2000.

ROSAS, Fabiane Klazura; CIONEK, Maria Inês Gonçalves Dias. O impacto da violência doméstica contra crianças e adolescentes na vida e na aprendizagem. **Conhecimento Interativo**, São José dos Pinhais, PR, v. 2, n. 1, p. 10-15, jan./jun. 2006.

ROSENTHAL, Gabriele. Reconstruction of life stories. In: JOSSELSO, Ruthellen; LIEBLICH, Amia (Orgs.) **The narrative studies of lives** - vol I. Sage Publications: London, 1993, p. 59-91.

_____. Biographical research. SEALE, C.; GOBO, G.; GUBRIUM, J. F.; SILVERMAN, D. (Eds.) **Qualitative research practice**. London: Sage, 2004.

_____. The Narrated Life Story: On the Interrelation Between Experience, Memory and Narration. In: MILNES, Kate; HORROCKS, Christine; KELLY, Nancy; ROBERTS, Brian; ROBINSON, David (orgs.). **Narrative, Memory Knowledge: Representations, Aesthetics, Contexts**. University of Huddersfield. Huddersfield, 2006, p. 1-16.

_____. História de vida vivenciada e história de vida narrada: a interrelação entre experiência, recordar e narrar. In: **Dossiê Narrativas**. Porto Alegre: Civitas v. 14 n. 2 p. 227-249, maio-ago. 2014a.

_____. **Pesquisa social interpretativa: uma introdução**. Porto Alegre, EdiPUCRS, 2014b.

_____. **História de vida vivenciada e história de vida narrada: Gestalt e estrutura de autoapresentações biográficas**. Porto Alegre, EdiPUCRS, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **O poder do macho**. São Paulo: Ed. Moderna. 1987.

_____. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. **Lutas Sociais**, São Paulo, nº 2, PUC/SP, 1997, p. 59-79

_____. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo: v. 13, n. 4, dez. 1999.

_____. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 16, p. 115-136, 2001.

_____. **Gênero, patriarcado e violência**. Expressão popular: Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2015.

SANI, Ana. Mulher e mãe no contexto de violência doméstica. **Ex aequo**, Vila Franca de Xira, n. 18, p. 123-133, 2008. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602008000200007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 24 nov. 2019

SANTOS, Ana Cláudia Wendt; MOREÍ, Carmen Leontina Ojeda Ocampo. Impacto da Violência no Sistema Familiar de Mulheres Vítimas de Agressão. **Psicol. cienc. prof.** Brasília, v. 31, n. 2, p. 220-235, 2011

SANTOS, Celícia Macdowell e IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. E.I.A.L. Estudos

Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe, da Universidade de Tel Aviv. Vol. 16, n.1, 2005.

SANTOS, Hermílio, OLIVEIRA, Patrícia e SUSIN, Priscila. Narrativas e pesquisa biográfica na sociedade brasileira: revisão e perspectivas. In: **Dossiê: narrativas – teorias e métodos**. Porto Alegre: Civitas, 359-382, 2014.

SANTOS, Hermílio. Ação e relevância em narrativas de adolescentes autoras de atos infracionais. **Contemporânea** - Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v2, n2, jul-dez 2012, p. 489-512.

SANTOS, Hermílio; OLIVEIRA, Patrícia; FONTELLA, Odil Matheus. Mulheres adolescentes, violência e narrativa biográfica. Águas de Lindóia: **37º Encontro Anual da ANPOCS**, 2013.

SANTOS, Hermílio, VÖLTER, Bettina, WELLER, Vivian. Narrativas: teorias e métodos. **Civitas**, Porto Alegre. V14, n2, p.199-203. maio-ago 2014.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. São Paulo: Cortez, 2007.

SARTI, Cynthia. Família e individualidade: um problema moderno. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **A Família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2000.

SCHLEIERMACHER, Friedrich D. E. **Hermenêutica: arte e técnica da interpretação**. Trad Celso Reni Braida. 5 ed. Bragança paulista: editora Universitária São Francisco, 2006.

SCHÜTZ, Alfred. Dom Quijote y el problema de la realidad, **Dianoia**, vol. 1, nº1, 1955.

_____. Ação, relevância e interpretação subjetiva. In: 35 Encontro Anual da ANPOCS, 2011, Caxambu. **Anais do 35º Encontro Anual da ANPOCS**. São Paulo: ANPOCS, 2011.

_____. **The phenomenology of the social world**. London Heinemann Educational Books, 1972.

_____. El forastero. Ensayo de Psicología Social. In: SCHUTZ, Alfred. **Estudios sobre teoría social**. Escritos II. Buenos Aires: Amorrortu, 2003.

_____, **El problema de la realidad social**, Escritos I. Buenos Aires, Amorrortu Editores, 2008.

_____. **Sobre fenomenologia e relações sociais**. Edição e organização Helmut T. R. Wagner; Petrópolis, RJ : Vozes; 2012. (Coleção Sociologia).

SCHÜTZ, Alfred; LUCKMANN, Thomas. Traduzido por ZANER, Richard. M; ENGELHARDT, H. Tristram, Jr. **The structures of the life-world**. Northwestern University Press, 1973.

SCHÜTZE, Fritz. Pesquisa biográfica e entrevista narrativa, in: WELLER, Vivian; PAFAFF, Nicolle (org.), **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação – Teoria e prática**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

_____. Análise sociológica e linguística de narrativas. In: **Dossiê Narrativas**. Civitas, Porto Alegre, v. 14, nº 2, p. e11-e52, maio-ago, 2014.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica, Educação e Realidade. Porto Alegre: UFRGS, 1990.

SILVA, Luciane Lemos da; COELHO, Elza Berger Salema; CAPONI, Sandra Noemi Cucurullo de. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface**, Botucatu, v. 11, n. 21, p. 93-103, Abr. 2007.

SIROTA, Régine. Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. **Cadernos de pesquisa**, nº 112, p.7-31, março, 2001.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência. DEL PRIORE, Mary (org.). **Histórias das mulheres no Brasil**. São Paulo, Editora Contexto, 1997, pp. 362-400.

SONEGO, Cristiane; MUNHOZ, Divanir Eulália Naréssi. Violência familiar contra crianças e adolescentes.: Conceitos, expressões e características. **Emancipação**, v. 7, n. 1, p. 215-241, 2007.

SOUSA, Tânia Sofia. **Os filhos do silêncio: crianças e jovens expostos à violência conjugal** – um estudo de casos. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2013.

SRUBAR, Ilja. On the Origin of 'Phenomenological' Sociology. **Human Studies**, Holanda, vol. 7, no. 2, p. 163–189, 1984.

STUKER, Paola. **Entre a cruz e a espada**: significados da renúncia à representação criminal por mulheres em situação de violência conjugal no contexto da Lei Maria da Penha. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

SUSIN, Priscila. **Construções familiares e experiências de violência**: pesquisa biográfica em uma favela carioca. Porto Alegre: PUCRS, 2014.

SZYMANSKI, Heloisa. Teorias e “Teorias de famílias. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **A Família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2000.

TAKIUTI, Albertina Duarte. A saúde da mulher adolescente – 1993. In: MADEIRA, Felícia Reicher. **Quem mandou nascer mulher?** Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Record/ Rosa dos Tempos, 1997.

THURLER, Ana Liési. **Em nome da mãe**: o não reconhecimento paterno no Brasil. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009.

VASCONCELLOS, Fernanda Bestetti de. Punir, **Proteger, Prevenir?** A Lei Maria da Penha e as limitações da administração dos conflitos conjugais violentos através da utilização do Direito Penal. Porto Alegre: PUCRS, 2015.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2012**: atualização homicídio de mulheres no Brasil. Flacso Brasil, 2012.

WALKER, Lenore E. **Battered woman**. HarperCollins e-Books, 2009

WALKER, Lenore. The battered woman syndrome study. In: FINKELHOR, D. **The Dark side of families**: Current family violence research. Beverly Hills: Sage Publications, 1983.

WALSH, Froma. A família no estágio tardio da vida. **As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar**, v. 2, p. 269-284, 1995.

WASHBURNE, Carolyn Kott. A feminist analysis of child abuse and neglect. In: FINKELHOR, D. **The Dark side of families**: Current family violence research. Beverly Hills: Sage Publications, 1983.

WEBER, Max. **A "objetividade" do conhecimento nas ciências sociais**. tradução Gabriel Cohn. São Paulo: Ática, 2006

_____. **Conceitos básicos de sociologia**; tradutores Rubens Eduardo Ferreira Frias, Gerard Georges Delaunay. São Paulo: Centauro, 2002.

_____. **Economia e Sociedade** – Fundamentos da Sociologia compreensiva I. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

WOMEN'S AID. **Child First**: A Call to Action One Year On. Bristol: Women's Aid, 2017. 26 p.